



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Nashla Dahás

**O Comício da Central: trabalhismo e luta política através da imprensa no Brasil.
(1961-1964)**

Rio de Janeiro

2010


Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Nashla Dahás

**O Comício da Central: trabalhismo e luta política através da imprensa no Brasil.
(1961-1964)**



Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Orientador: Prof. Dra. Eliane Garcindo de Sá

Rio de Janeiro

2010

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/CCS/A

DAHÁS, Nashla

O Comício Central: trabalhismo e luta política através da imprensa no Brasil. (1961-1964) / Nashla Dahás. – Rio de Janeiro: UERJ/CCS/IFCH/PPGH, 2010.

p.178.

Orientador: Eliane Garcindo de Sá

Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro/CCS/IFCH/PPGH, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 163

1. Governo João Goulart 2. Trabalhismo 3. Crise política.

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Nashla Dahás

**O Comício da Central: trabalhismo e luta política através da imprensa no Brasil.
(1961-1964)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Política.

Aprovado em 26 de fevereiro de 2010.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Eliane Garcindo de Sá (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof. Dr. Francisco Martinho
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof. Dr. Jorge Ferreira
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. André Campos (Suplente)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Rio de Janeiro

2010

AGRADECIMENTOS

À minha família por permitir os meus sonhos. Mãe, pai, avó, irmão e cunhada. Muito obrigada por acreditarem em mim, às vezes, mais do que eu mesma.

Ao meu marido, a quem dedico esta dissertação. Obrigada por cada dia ao seu lado.

À orientadora dessa dissertação professora Eliane Garcindo. Por confiar neste trabalho. Pela paciência e exemplo. É imensa a minha gratidão.

Aos professores que participaram da banca de qualificação e defesa. Agradeço ao professor Jorge Ferreira pela disponibilidade, apontamentos, sugestões e críticas sempre construtivas. Também ao professor Francisco Martinho, muito obrigada, sobretudo, pela chance de seguir neste caminho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UERJ, por acolher o meu projeto de pesquisa.

À CAPES, pela bolsa de estudos que recebi durante quase todo o curso de mestrado.

RESUMO

DAHÁS, Nashla. *O Comício da Central: trabalhismo e luta política através da imprensa no Brasil. (1961-1964)*, 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

Em 13 de março de 1964 um comício realizado em Praça pública e comandado pelo então presidente João Goulart ganhou enorme repercussão no campo político, na grande imprensa e na sociedade civil. Era a expressão de um conflito deflagrado com a posse de Goulart, em agosto/setembro de 1961. Num contexto de fortes demandas sociais, crescente politização popular e polarização política e social, o comício da Central explora a construção de novos espaços políticos e ocorre em nome da ampliação democrática. Nessa conjuntura, entre 1961 e 1964, os periódicos se destacam como meios de comunicação de maior alcance, profundamente engajados no conflito político. Assim, o espaço da imprensa constitui um campo de luta privilegiado na disputa pela conquista da opinião pública e os seus principais atores tornam-se também sujeitos do processo político. Através da análise crítica desse passado político recente espera-se trazer novas questões ao debate histórico-político. Procura-se ampliar as possibilidades de observação de argumentos e forças que, vez ou outra, atuam no sentido de postergar a implantação de uma democracia mais ampla e estável no Brasil.

Palavras-chave: Governo João Goulart. Trabalhismo. Crise política.

ABSTRACT

On March 13th 1964, a political rally headed up by then president João Goulart gained enormous traction in political circles, in the press and in civilian society. It was the expression of a conflict that began with the election of João Goulart, in August/September 1961. In a context of strong social demands, growing political awareness and social and political polarization, the rally of Central explores the construction of new political spaces in the name of furthering the expansion of democracy. In this conjuncture, among 1961 and 1964, the periodic ones if detach as medias of bigger reach, deeply engaged in the conflict politician. Thus, the space of the press constitutes a privileged field of fight in the dispute of the conquest of the public opinion and its main actors also become citizens of the process politician. Through the critical analysis of this past recent politician one expects to bring new questions to the debate description-politician. It is looked to extend the possibilities of comment of arguments and forces that, time or another one, act in the direction to delay the implantation of a ampler and steady democracy in Brazil.

Keywords: João Goulart government. Labor. Political crisis.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| 1. O COMÍCIO DA CENTRAL. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO | 21 |
| 1.2. Estrutura da dissertação | 45 |
| 2. CAMINHOS DO TRABALHISMO E A LUTA POLÍTICA DOS ANOS DE 1960 | 47 |
| 2.1 Getulismo, trabalhismo e a breve história do PTB | 48 |
| 2.2. Programa, poder e luta política | 54 |
| 2.3. Populismo ou trabalhismo? Contexto, teoria e posicionamento acerca dos conceitos | 73 |
| 2.4. O comício da Central – A estratégia do trabalhismo no auge do jogo político | 75 |
| 3. A CHEGADA AO PODER. RADICALIZAÇÃO? | 78 |
| 3.1. O trabalhismo no governo. Crise política e disputa ideológica | 79 |
| 4. A TENTATIVA DE ENRAIZAMENTO. O COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL | 106 |
| 4.1. Política e sociedade às vésperas do comício da Central | 109 |
| 4.2 Um novo espaço político: as esquerdas em comício na Praça da República | 123 |
| 4.3 As diferentes perspectivas do trabalhismo | 130 |
| 4.4 Um projeto trabalhista para o Brasil | 145 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 154 |
| 6. REFERÊNCIAS | 162 |
| 7. ANEXO A: Discurso do presidente João Goulart no comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964 | 169 |
| 8. ANEXO B: Trechos do discurso de Leonel Brizola no comício da Central | 179 |

1 INTRODUÇÃO

Durante o período do governo João Goulart, entre 1961 e 1964, verificou-se um processo de luta política e social marcado pelo embate entre diferentes projetos para o Brasil¹. Nessas circunstâncias, a peculiaridade do governo em questão parece ter sido a de colocar em pauta uma agenda de reformas estruturais e de base para o país. Ao mesmo tempo em que estas reformas corresponderam a uma série de demandas históricas das classes populares, colidiram com os interesses de grupos poderosos, política e economicamente. Ao longo do período o conflito foi tornando-se cada vez mais complexo e intenso, remetendo, inclusive, a questões ligadas à fórmula democrática e representativa do sistema político-partidário instituído com a Constituição de 1946.

João Goulart assumiu a presidência em setembro de 1961, já em meio a uma grave crise política. Após a renúncia de Jânio Quadros, eleito presidente em 1960, os ministros militares Vice-almirante Sylvio Heck da Marinha, Marechal Odylio Denis do Ministério da Guerra, e o Brigadeiro do ar Gabriel Grum Moss, representando a Aeronáutica, intervieram no processo político e vetaram a posse do vice Goulart. Este impasse foi solucionado, temporariamente, pela implementação de uma fórmula política de compromisso que se mostrou extremamente frágil, pois foi marcada por seguidos momentos de crise². A instituição conciliatória do sistema parlamentarista limitou os poderes do presidente empossado atendendo, sobretudo, às pressões de setores militares golpistas acompanhados de grupos políticos conservadores.

Durante o tempo em que foi chefe de Estado João Goulart se esforçou por executar um programa trabalhista cujos princípios e prioridades foram sendo alterados e construídos ao longo de quase vinte anos de história³. Embora o governo de Goulart não tenha conseguido concretizar grande parte das suas propostas, o estudo deste período pode ser emblemático para

¹ REIS FILHO, D. A. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, v. 1. O autor ressalta o ineditismo dessa conjuntura de lutas sociais, cujo marco inicial teria sido a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961.

² MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos 60*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História. 2009. 227fl.

³ NEVES, Lucília de Almeida. *Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: Um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O Populismo e a sua história*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001. A autora destaca as transformações no Trabalhismo brasileiro das décadas de 1940 e 1950 para a década de 1960, em que um viés reformista ganha cada vez mais força dentro do PTB e do projeto trabalhista que se construía.

a compreensão das tradições políticas brasileiras, dos limites da democracia instaurada, das possibilidades de transformação e dos riscos da radicalização política.

Nesse contexto, a constituição e a realização do comício da Central, em 13 de março de 1964, poucos dias antes do golpe civil-militar que destituiu o governo, destacam-se como processo e acontecimento fundamentais para a compreensão da crise que marcou o período. Símbolo do conflito político dos anos de 1960, o comício é capaz de resgatar os agentes históricos em luta, os projetos em disputa com os seus respectivos argumentos de defesa e a dinâmica do enfrentamento político. A maneira como estes agentes e projetos se inseriram e atuaram dentro de um processo de ampliação dos espaços públicos destinados a discussão política.

Por essas razões, espera-se que a reconstrução do processo de constituição, transcurso e realização do comício da Central, possa trazer novas contribuições para o rico debate sobre o governo João Goulart e sobre o golpe civil-militar de março/abril de 1964. Tal procedimento de análise sustentou-se na investigação dos discursos proferidos e publicados pela imprensa da época durante o governo Goulart e especialmente, no ato de realização do comício.

A questão central discutida pela dissertação trata do significado do comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, para os grupos políticos e sociais envolvidos na crise política instaurada em agosto/setembro de 1961 com a chegada de João Goulart à presidência da República. Buscou-se apresentar a realização do comício como uma tentativa de ampliar o campo político nacional criando um novo espaço de discussão política e de participação popular. Tais objetivos partiram de um pressuposto também defendido a partir da argumentação e da documentação históricas: o de que o comício da Central é um acontecimento político da década de 1960 que reflete o embate entre as possibilidades políticas de concretização do projeto trabalhista e as ameaças que ele parecia trazer aos grupos que se uniram em oposição ao governo.

Para tanto, questões mais específicas foram analisadas, tais como: a identificação dos principais agentes históricos em disputa no conflito político abordado, o acompanhamento do processo de iniciativa, arquitetura e articulação do comício da Central, as possíveis razões e motivações que levaram à sua idealização e concretização, e a análise das críticas e ofensivas políticas, direcionadas ao governo João Goulart durante a constituição do acontecimento.

A hipótese que se apresenta é a de que a arquitetura e a realização do comício da Central estão relacionadas a uma tentativa do grupo trabalhista no governo e de seus aliados, entre políticos e movimentos sociais organizados, de alterarem a relação de forças

estabelecida no campo político parlamentar. Num momento em que já aparecia configurada a união entre os dois grandes partidos políticos da época, PSD e UDN, no Congresso Nacional, com o claro objetivo de impedir a aprovação das reformas governistas, o presidente João Goulart se esforçou por expandir o espaço de discussão política levando a questão para as ruas. Aproximou-se definitivamente das suas históricas bases de apoio e empreendeu uma estratégia de pressão sobre o Congresso a partir de um forte movimento de opinião pública, cujo marco será o comício da Central.

Ao realizar-se, o comício tornou-se o acontecimento político que, na década de 1960, melhor evidenciou o processo de polarização política que caracterizou o governo Goulart. Isto porque, a partir de então, o conflito político se redimensionou e grupos ainda dispersos, entre direitas e esquerdas, encontraram motivos comuns para se unirem em articulações golpistas contra o governo ou em favor das reformas de base.

Já no momento de seu anúncio, o comício da Central foi interpretado pelos grupos de oposição como uma ameaça a ser combatida. A presente dissertação explora, a partir disso, a necessidade de uma reflexão mais aprofundada sobre o significado do acontecimento tanto para as esquerdas e grupos envolvidos na sua organização, quanto para os grupos que se uniram em violenta oposição ao governo. Entre os primeiros podem ser citados os movimentos sindicais, organizações de trabalhadores, associações de camponeses, estudantes, petebistas considerados radicais e moderados, entre outros. No caso da oposição têm-se udenistas, altos escalões militares, associações das classes produtoras, grupos de empresários, pessedistas considerados mais ortodoxos, classes médias representadas por movimentos organizados de mulheres e senhoras, especialmente em São Paulo, entre outros.

Por fim, acredita-se na impossibilidade de compreensão do significado político do comício, assim como de seu impacto para a sociedade, sem um acompanhamento da luta política iniciada com a chegada de Goulart ao poder. É nesse sentido que se trabalha a hipótese de que o comício da Central do Brasil fez parte de uma estratégia política trabalhista que não mais considerou a possibilidade de acordos políticos em favor das reformas, embora não tenha encampado propostas esquerdistas autoritárias.

O comício simbolizou uma luta política polarizada e radicalizada em termos de agressividade discursiva e disputa ideológica, o que não se traduziu em desprezo pelas regras do jogo democrático, mas significou uma estratégia política que buscou ampliar o espaço de participação política e acabou por abrir possibilidades e ameaças que redimensionaram o conflito político. Além disso, o comício pretendeu influenciar as decisões que pertenciam ao

Congresso Nacional através da pressão popular. Não havia nenhum plano mais audacioso ou inconstitucional para forçar a concretização das reformas.

Este é um ponto de grande importância a ser considerado. A perspectiva de compreensão do comício da Central tal como apresentada acima, nega a tese de que o comício foi o auge de um processo de radicalização política fomentado pelo governo em nome de um projeto autoritário das esquerdas brasileiras. Em verdade, este projeto poderia até existir para alguns segmentos que apoiaram Goulart, mas ele não se tornou predominante entre as esquerdas e não foi encampado pelo governo. Do mesmo modo, o desenrolar dos acontecimentos mostrou que não houve nenhum tipo de resistência ou defesa organizada pelo governo quando ocorreu a deflagração do golpe. Não há documentação que comprove qualquer ação do governo Goulart na direção da articulação de um golpe de Estado entre 1961 e 1964. O comício da Central constituiu-se, enquanto estratégia política de parte do executivo, com o objetivo de ampliar a participação política e utilizar a opinião pública como sustentação política do governo.

Esta forma de entender e apresentar o comício da Central implica ainda em uma releitura da historiografia sobre o tema. Não se trata, evidentemente, de esgotar a relação de títulos sobre o período do governo João Goulart ou do golpe civil-militar de 1964, mas, sobretudo, de apresentar o diálogo que se estabeleceu entre esta percepção do comício e da luta política do governo Goulart com a historiografia.

De diferentes maneiras, os estudos sobre o período do governo João Goulart foram sendo aprofundados desde a própria década de 1960, de acordo com as tendências e perspectivas, que se descortinaram ao longo dos anos, relacionadas à história, à política, e também aos homens que escreveram e escrevem a história. A primeira pesquisa mais sistemática a contemplar a crise política que antecedeu o golpe civil-militar de 1964 no Brasil veio de um “brasilianista”. O historiador norte-americano Thomas Skidmore publicou, em 1966, “Brasil: de Getúlio a Castello”, no qual ressalta a participação dos militares na destituição de Goulart.

Não que se negue que sem a iniciativa dos militares não haveria tal história a ser contada, mas hoje se sabe que sem apoio civil não há golpe que se sustente. As próprias crenças, valores e códigos comportamentais, como a ordem e a disciplina, características das instituições militares da época, eram tanto específicas e próprias aos militares, quanto um reflexo das hierarquias, distinções e comportamentos consolidados na sociedade de maneira geral. De toda a forma, pode-se dizer que a narrativa de Skidmore se inscrevia no modelo de história tradicional, encadeando cronologicamente os fatos do governo, da política, da

economia, e etc. O trabalho já sinalizava para os principais problemas da história republicana brasileira do pós-1930, produzindo uma importante fonte de identificação dos fatos sobre o período⁴, tarefa a qual a história não pode se negar. Contudo, o avanço e a continuidade dos estudos mostraram que a narrativa linear dos fatos, mesmo que muito bem fundamentada, quase sempre não é suficiente para explicá-los.

Outra interpretação do período, esta mais sintonizada ao viés estruturalista da pesquisa histórica, partiu dos chamados teóricos do populismo. Dentre eles destaca-se Octávio Ianni com a tese do “colapso do populismo”. A expressão designaria uma fusão entre a manipulação política e a autonomização das massas, que, no contexto da passagem da sociedade tradicional para a sociedade moderna, demandaria maior participação política, o que, por sua vez, resultaria em soluções radicais como os golpes militares. Dessa forma o golpe civil-militar de 1964 corresponderia ao colapso desse suposto padrão político conhecido como “populismo”. No entanto, o caráter genérico do pretense conceito impediu maiores avanços neste tipo de análise.

Além disso, profundamente debatido pela historiografia, o conceito de populismo passou a ser entendido como desqualificador de um determinado modo de fazer política, e, portanto, inadequado à utilização na análise histórica. Pressupunha ainda a manipulação e o controle sobre a população trabalhadora tirando-lhe qualquer lampejo de consciência política.

Um trabalho que merece destaque em qualquer discussão historiográfica sobre o golpe de 1964 é o do cientista político uruguaio, também formado em história, René Armand Dreifuss, cuja tese de doutorado se transformou no livro: “1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe”⁵. Publicado em 1981, o trabalho ressalta a interferência de agentes internos, sobretudo, o domínio do capital multinacional, na economia e na política brasileiras.

Buscando contrapor-se ao crescimento da força política de tipo populista da burguesia tradicional e de setores oligárquicos, representantes do capital multinacional e associado teriam atuado em bloco na organização de grupos de pressão e federações profissionais de classe, escritórios técnicos e anéis burocrático-empresariais, para conseguir que seus interesses ganhassem maior expressão no governo. Para o autor, o complexo IPES / IBAD funcionou como um estado maior da burguesia multinacional associada que, através de uma ação planejada e calculada, chegou a poder. Esta ação ideológica, entretanto, não foi

⁴ Em: FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004, encontra-se um interessante balanço historiográfico sobre o tema.

⁵ DREIFFUS, René A. *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

suficiente para levar a uma troca de regime. Por isso, foi preciso ainda, que se construísse uma rede de apoio dentro das Forças Armadas, razão pela qual, alguns dos mais destacados associados ao IPES e ao IBAD tornaram-se oficiais influentes após o golpe.

As maiores críticas ao trabalho de Dreiffus recaem sobre certa superestimação da capacidade daquelas associações na condução do processo histórico, além da suposição de que as classes médias recebiam passivamente as mensagens ideológicas do complexo IPES / IBAD. E nesse ponto a historiografia contemporânea tende a explicar a atuação das classes médias menos em razão das influências ideológicas, do que por um receio de que um processo radical de distribuição de renda e de poder afetasse as suas tradicionais posições e seus relativos privilégios naquela sociedade violenta e manifestamente desigual. Ao que parece, novamente se tentava compreender a crise política do governo Goulart pensando, isolada e hierarquicamente, os seus elementos. Talvez o campo da luta política ultrapassasse o universo das necessidades materiais, talvez ele fosse mais complexo e conjugasse mais forças do que uma visão dualista de classes pode enxergar.

Ainda na década de 1980 surgiu uma das teses mais significativas para a construção da historiografia sobre o golpe civil-militar de 1964. Trata-se do trabalho de Argelina Figueiredo intitulado “Democracia ou reformas?”⁶. Em sintonia com o movimento de renovação da história política e da crise do estruturalismo, especialmente o marxista, a autora recusa teses deterministas que, de algum modo, afirmavam a inevitabilidade do golpe a partir da consideração de algumas condições até então suficientes, fossem os fatores econômicos, políticos ou institucionais. Igualmente nega a centralidade do papel do empresariado, ou da burguesia na conspiração analisada por Dreiffuss e mostra como a simples existência de uma conspiração não bastaria para a eclosão do golpe.

Argelina enfatiza a sucessão de opções políticas dos grupos de poder, sobretudo, aquelas tomadas pelo próprio presidente, em direção à radicalização de suas posições minando definitivamente a possibilidade de acordos. Destaca a necessidade de uma análise que considere as escolhas, atitudes e decisões que, ao longo do governo Goulart, foram estreitando as opções abertas à ação política.

Entretanto, é preciso observar que a autora aborda predominantemente as ações dos principais atores no Congresso Nacional, sugerindo que este fosse o único lugar possível para o exercício político. Dessa forma, faz uma exposição das possibilidades que estes atores políticos, atuantes no âmbito parlamentar, tiveram, para conciliar a concretização das

⁶ FIGUEIREDO, A. M. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

reformas e a manutenção da democracia. Argelina Figueiredo atribui aos grupos reformistas do Congresso Nacional uma maior responsabilidade pelo fracasso da “possível” conciliação⁷ entre um programa razoável de reformas sociais e a manutenção do regime democrático. Segundo a autora, “a estratégia maximalista destes grupos, somada à prática de um radicalismo político subsidiado pelo senso irrealista de poder”⁸, excluía as possibilidades de acordo com as alas conservadoras do Congresso Nacional.

Acredita-se, entretanto, que o trabalho de Argelina tenha atribuído menor importância a algo que esta dissertação considerou fundamental: a busca e a construção de novos espaços de discussão política e as suas relações com o Congresso Nacional, entre outros espaços legitimados do fazer político. As tensões causadas pela politização e mobilização de setores populares insatisfeitos com o sistema representativo e a utilização de outros canais de discussão com a finalidade de exercer pressão sobre o parlamento, tais como a imprensa e os comícios públicos, influenciaram profundamente nos acontecimentos políticos internos e externos ao Congresso.

Supervalorizando as atitudes e decisões dos atores “mais relevantes” do Congresso, a autora também trabalha com uma escala de valor um tanto imprecisa entre reformas “moderadas” e “radicais”, o que oculta os interesses, as possibilidades e as ameaças contidas nessas propostas de mudanças⁹. A impressão que se tem é de que embora a autora atente para a dinâmica da política interna e das escolhas e decisões tomadas pelos agentes históricos, não chega a estabelecer as relações que pautaram as iniciativas dos agentes e grupos em questão desde o início do governo, entendendo a atuação dos políticos trabalhistas como uma escolha deliberada pela radicalização sem mesmo explicitar a compreensão deste termo. O que seria a radicalização? O comício da Central? O impasse sobre a reforma agrária? A revolta dos marinheiros? Havia possibilidades de acordo? O que Argelina chamou de radicalização talvez possa ser entendido como um jogo político de possibilidades e ameaças em que cada qual se utilizou de capitais simbólicos e materiais para estabelecer a sua visão da política e do mundo de forma mais hegemônica.

Trabalho também reconhecido pela historiografia é o de Daniel Aarão Reis Filho¹⁰: “Ditadura Militar, esquerdas e sociedade”. O autor atribui o êxito do golpe ao amplo e heterogêneo caráter da frente social e política que se uniu para derrubar João Goulart

⁷ SILVA, Eduardo Gomes. A Rede da Democracia e o golpe de 1964. Dissertação de Mestrado. UFF, ICHF, Dpto. De História, 2008. 154f.

⁸ FIGUEIREDO, *op cit.* p. 52.

⁹ MELO, Demian Bezerra de. O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos 60. 2009. 227f. Dissertação de Mestrado.-UFF, ICHF, Dpto. De História. 2009.

¹⁰ REIS FILHO, *op. cit.*, 2000

incluindo setores civis e militares. É, inclusive, tributária do estudo de Daniel Aarão a expressão golpe “civil-militar” incorporada por este trabalho. Segundo o autor eram banqueiros, empresários, industriais, latifundiários, comerciantes, políticos, magistrados e as classes médias, além de partes significativas das Forças Armadas, todos demonstrando clara aversão ao protagonismo crescente das classes trabalhadoras na história republicana brasileira depois de 1945.

Pode-se dizer que Daniel Aarão contemplou em sua pesquisa as ameaças provocadas pelo trabalhismo aos grupos mais conservadores da sociedade. A partir disso, a pesquisa que deu origem a esta dissertação buscou contribuir avaliando também as possibilidades vislumbradas por toda a série de grupos que se amalgamaram sob o termo trabalhista. Assim como as transformações mais profundas que estavam em jogo, tais como a alteração do desenho do Estado e a cristalização da forma trabalhista de fazer política.

A crítica mais recente ao trabalho de Daniel Aarão surgiu em 2004 por ocasião do aniversário de 40 anos do golpe, quando o termo “revisãoismo” foi cunhado por Caio Navarro de Toledo em artigo intitulado “1964: golpismo e democracia. As falácias do revisãoismo”¹¹, e logo incorporado por autores mais jovens na pesquisa histórica como Demian Bezerra de Melo¹². Nessa ocasião questionou-se a idéia da “responsabilidade compartilhada” proposta por Daniel Aarão no sentido de que ela acabava por negar a complexidade inerente ao processo político da década de 1960 e atribuía a “toda sociedade brasileira” o seu quinhão de culpa na promoção e legitimidade da ditadura militar. A crítica parecia querer evitar a idéia de um “golpismo generalizado” ou de uma “responsabilidade universal sobre o golpe e a ditadura”.

Desse modo, o “revisãoismo” de Caio Navarro de Toledo parece condenar a tendência atual da historiografia por construir interpretações sobre os anos de 1960 que enfatizam o protagonismo das classes populares e trabalhadoras na crise política e social que culminou com o golpe de 1964. Chama atenção para o fato de que estes estudos podem acabar reforçando os argumentos das direitas golpistas da época de que o caos, a indisciplina e o comunismo tomavam conta do governo Goulart. Acredita-se, entretanto, que o estudo responsável da participação das esquerdas e da politização popular crescente à época não obscureça o processo histórico de rompimento democrático e de instauração da ditadura militar no Brasil, comandados por políticos, grupos civis organizados e altos escalões militares identificados com a direita política, unidos em oposição ao governo Goulart e ao

¹¹ TOLEDO, C. N. *1964: golpismo e democracia. As falácias do revisãoismo*. Crítica Marxista, n.19, 2004, p. 27-48.

¹² MELO, Demian Bezerra de. A miséria da historiografia: o revisãoismo historiográfico 40 anos depois do golpe de 1964.

trabalhismo. Da mesma forma, a formação da coalizão favorável ao golpe, sua composição, atuação e argumentação, são temas que, embora bastante debatidos, não estão esgotados e provocam, ainda hoje, profundas controvérsias.

Além disso, parece importante esclarecer que o “revisionismo” proposto como forma de denunciar uma reescrita da história que tende a relativizar a responsabilidade das direitas pela deflagração do golpe, não se confunde com a própria história, revisionista por excelência. Neste sentido, as novas fontes descobertas, diferentes abordagens e encaminhamentos teóricos e metodológicos são instrumentos de revisão histórica que proporcionam contínuos avanços no conhecimento.

Assim, a fim de aprender com o debate historiográfico, esta dissertação procurou considerar a politização e a polarização política que envolveu os mais distintos grupos políticos, econômicos e sociais na década de 1960 a partir de um pensamento relacional. Ao mesmo tempo, buscou destacar a necessidade de diferenciar os golpistas vitoriosos no processo de ruptura com a democracia e os grupos vencidos, os futuros torturadores e aqueles que foram torturados. O que, por outro lado, não nega a existência de uma ampla e diversificada coalizão em favor da derrubada do governo, assim como de grupos esquerdistas que defendiam propostas antidemocráticas.

Outra diferença que se deve ressaltar em relação ao trabalho de Daniel Aarão é o fato de que, em seu trabalho, o autor sugere a iminência de dois golpes naquele contexto, um à direita e outro à esquerda. Embora se admita que trabalhos que cotejem fontes diversificadas possam comprovar objetivos diferentes, pode-se afirmar que, a partir das fontes selecionadas e utilizadas neste trabalho sobre o comício da Central e as suas relações com o golpe civil-militar, não é possível afirmar que João Goulart e os seus aliados estivessem preparando um golpe de Estado. Mesmo porque a ausência de qualquer resistência por parte do governo demonstrou a falta de articulação reformista com as Forças Armadas, além da dificuldade de organização das esquerdas para uma ação desta natureza.

De fundamental importância para a produção da pesquisa que resultou nesta dissertação foram os trabalhos do historiador Jorge Ferreira. Dentro do quadro de chegada da “Nova História Política” ao país e de acordo com as novas perspectivas da produção historiográfica, o autor enfatiza a questão do trabalhismo no interior da formação de uma complexa teia de interações com a sociedade. Leva em conta a participação dos grupos e das classes sociais que atuaram de maneira conflituosa dentro do país e busca recuperar as estratégias de diversos grupos sociais e políticos que atuaram no período, num processo de crescente radicalização que teria resultado no colapso da democracia.

Integrando política e cultura, grupos políticos e sociais e seus símbolos e representações, o autor define o trabalhismo como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais que forneceram uma visão partilhada do mundo, uma leitura comum do passado e a projeção de um futuro baseado nas mesmas perspectivas e expectativas. Além disso, destaca o comício da Central do Brasil como o símbolo de um pacto entre o governo e os movimentos e partidos de esquerda em favor da implementação das reformas de base, amparadas, contudo, em meios ainda não definidos.

Movimentando-se entre os campos da política e da cultura, Jorge Ferreira desfaz noções há muito partilhadas, como manipulação, cooptação e populismo. Sobretudo, mostra como as construções históricas responsáveis por algumas dessas construções teóricas vincularam-se, de diferentes formas, a uma tentativa de desmerecimento da luta dos trabalhadores do passado.

Quanto à idéia que o autor propõe acerca do conceito de trabalhismo, pode-se dizer que se trata de um entre os possíveis caminhos de compreensão da questão. O trabalhismo pode também ser entendido para além do universo das crenças, do imaginário e dos valores comuns a determinados grupos sociais e políticos. Isto, na medida em que o trabalhismo se consolidou também como um conjunto de propostas políticas concretas e alternativas ao modelo de governo que geria o Estado nos anos de 1960. O trabalhismo surgiu, assim, como um projeto político e uma alternativa aos diferentes grupos que sob a sua bandeira se reuniram, mesmo com certa clareza sobre as divergências e conflitos que mantinham entre si.

Outro ponto da interpretação do autor que merece especial observação é a questão da radicalização. Tal como é descrito, o processo de radicalização é atribuído aos grupos de esquerda como uma espécie de erro político, escolha precipitada e avaliação equivocada das esquerdas brasileiras. Na tentativa de desfazer noções um tanto “românticas” acerca da atuação das esquerdas naquele contexto, é preciso tomar o cuidado para não generalizar o chamado desprezo pela democracia nutrido por parte minoritária das esquerdas que, inclusive, não contavam com o apoio do governo para os seus projetos autoritários. Embora Goulart, ao longo da crise política, jamais tenha rompido com esses grupos, também não encampou as suas propostas tendo defendido constantemente a viabilização das reformas de base por vias constitucionais.

Jorge Ferreira buscará nas chamadas “estratégias de confronto perpetradas pelas esquerdas”¹³ a prova de que estas, a exemplo do espectro conservador da sociedade, também

¹³ FERREIRA, Jorge. *A Estratégia do Confronto: A Frente de Mobilização popular*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

não valorizavam o regime instituído pela Carta de 1946. É nesse sentido que Leonel Brizola ganha destaque nas análises do historiador. Por considerar Brizola como o líder e representante das “esquerdas radicais” daquele período, Jorge Ferreira o concebe como um dos principais atores do processo marcado por um “clima de radicalização crescente”, cujo produto fora o golpe civil-militar. O autor considera ainda o comício da Central do Brasil como o momento de inflexão do presidente João Goulart em direção à política de radicalização pregada pelas esquerdas.

Assim, a partir das contribuições dos trabalhos de Jorge Ferreira, a presente dissertação se esforçou por atentar para a dimensão de luta da política dos anos de 1960. Sua dinâmica real, as ações e reações, as inúmeras interações dos atores em disputa, para além da vitimização das esquerdas ou da atribuição de culpa que apenas uma visão histórica retrospectiva poderia construir. Buscou-se evitar uma interpretação que tornasse a luta política trabalhista seu próprio algoz, responsável pela derrota nos moldes em que ela aconteceu. Ao mesmo tempo procurou-se analisar a sua participação efetiva naquela que foi uma disputa pela hegemonia do poder de gerir o Estado.

Um ponto de discordância em relação ao trabalho de Jorge Ferreira é a compreensão apresentada pelo autor acerca do comício da Central. De acordo com as fontes que serão apresentadas ao longo desta dissertação, buscou-se evidenciar que, embora o então deputado federal Leonel Brizola tenha participado do comício da Central, a sua proposta de fechamento do Congresso Nacional e convocação de uma Assembléia Constituinte era uma entre as diversas propostas que existiam entre os grupos esquerdistas. Além disso, e mais importante, parece ser também o fato de que não foi esta a solução adotada por Goulart. O presidente realizou um discurso que pretendeu unir as esquerdas em torno de um conjunto de reformas possível de ser concretizado dentro das regras do jogo democrático e por uma via política institucional.

Portanto, afirmar que o comício significou uma estratégia e uma decisão do presidente de reafirmar os seus vínculos e compromissos históricos com os grupos e movimentos populares e sindicais parece estar correto. Entretanto, dizer que o comício simbolizou a opção das esquerdas e do presidente pela política de radicalização parece estar em discordância com a análise dos discursos proferidos e, sobretudo, com o sentido do comício para as esquerdas naquele momento da luta política.

Um autor que também vem se destacando no debate histórico contemporâneo acerca do golpe civil-militar de 1964 é Carlos Fico. Tratando, em especial, da participação norte-americana na destituição de Goulart, em “Além do golpe: a tomada do poder em 31 de março

de 1964”¹⁴, o historiador deixa clara uma leitura do período que enfatiza o fato de que no golpe, propriamente, sobressaiu o papel dos militares. De acordo com o autor, além das movimentações de tropas, desde o início do regime foi indiscutível a preponderância dos militares em detrimento das lideranças golpistas civis, inclusive na montagem do novo governo.

Novamente, é preciso dizer que os militares foram essenciais na deflagração do golpe, mas parece ser uma leitura equivocada pensar a iniciativa militar fora de todo o conjunto de relações que estabeleceu com diversos outros grupos para que o golpe tivesse êxito, ou mesmo para que se passasse da articulação à prática.

Carlos Fico destaca e oferece ao leitor um conjunto de fontes inéditas sobre a questão das pressões norte-americanas sobre o governo e o repasse de recursos destas às autoridades brasileiras favoráveis ao golpe. Aponta ainda para a necessidade de se estabelecer relações de causalidade entre elementos diversos, articulando aspectos macroestruturais como dados necessários à explicação do golpe. Eis alguns exemplos desses elementos: as demandas do capital internacional e as decorrências sócio-políticas de tais demandas, a luta política organizada de empresários e os padrões de funcionamento das instituições, os impasses do sistema político e os comportamentos e as leituras de agentes históricos singulares como, por exemplo, a percepção de caos e de quebra da disciplina e da hierarquia pelos militares. No entanto, embora aponte para tal percepção, o autor não parece aprofundar a análise nesse sentido.

Porém, o mais importante da análise do autor parece ser a tentativa de integrar esse conjunto de fatores numa explicação coerente acerca da crise política que proporcionou as circunstâncias necessárias ao golpe de 1964, sem destacar exclusivamente um ou outro elemento. Entre a estrutura econômica, a personalidade de determinados agentes sociais ou a iniciativa de um grupo ou outro, Carlos Fico acredita que se deva levar em consideração a combinação de uma série de fatores estruturais e específicos que foram se articulando ao longo do período do governo João Goulart.

Desse modo, ao longo da produção de análises sobre o período do governo Goulart, a historiografia parece ter enfatizado a suposta incapacidade do presidente, ou o papel dos empresários internos e externos, ou a atuação principal dos militares no trágico desfecho de 1964. Uma exceção nesse quadro é a tese de Maria Celina D’Araújo¹⁵ com a qual, em grande parte, este trabalho está de acordo. A autora desloca a atenção para a dimensão político-

¹⁴ FICO, *op. cit.*, 2004.

¹⁵ D’ARAÚJO, Maria Celina de. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 a 1965*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

institucional das crises do período de 1961 a 1964 no plano parlamentar. Destaca a importância do Partido Trabalhista Brasileiro e a sua capacidade de influenciar setores militares ou de interagir com eles, como fatores determinantes para o golpe.

Vale à pena ressaltar no trabalho de Maria Celina o importante papel atribuído à atuação do PTB entendido como a possibilidade de institucionalização de um projeto político que se ampliava cada vez mais em termos de alianças e proposições, chamado de trabalhismo. Pode-se dizer que chamar a atenção para o PTB e, conseqüentemente, para o trabalhismo, foi um novo ponto de partida para novos caminhos de análise do período. Compreender as transformações pelas quais o PTB passou desde a morte de Vargas e principalmente, durante o governo Jango, por que razões ou quais motivações levaram grupos profundamente diversificados a se aglutinarem sob o trabalhismo, ou quais as possibilidades políticas o projeto trabalhista trazia para grupos excluídos do jogo político, são hoje apenas algumas das questões essenciais ao estudo da crise política dos anos de 1960.

1. O comício da Central. A construção do objeto.

Analisar, refletir e enfrentar as questões políticas que envolveram a realização do comício da Central, em 13 de março de 1964, não se mostrou tarefa fácil. Todo o período do governo Goulart – setembro de 1961 a março de 1964 – foi caracterizado por um processo de crescente mobilização popular e de luta política no Congresso Nacional, na imprensa e nos espaços públicos utilizados pela sociedade civil para a discussão política. Ainda hoje a história política produz as mais diversas, polêmicas e sofisticadas interpretações sobre os conflitos que marcaram o início da década de 1960. Entretanto, buscou-se demonstrar, neste trabalho, que o governo João Goulart foi um momento ímpar na recente história política brasileira em termos de tentativas de ampliação democrática, crescimento da politização popular e disputa entre distintos projetos de Estado.

Como foi dito anteriormente, a renúncia do então presidente Jânio Quadros levou o vice João Goulart ao governo contra a vontade dos altos escalões militares e de grupos

políticos mais conservadores e reacionários. A crise política inaugurada acirrou-se com o esforço de parte do Executivo, liderada por Goulart, no sentido de viabilizar um conjunto de reformas de base que incluía reforma agrária, eleitoral e constitucional. Enquanto isso, no Congresso Nacional, efetivou-se um movimento de polarização das forças políticas que acabou por isolar o Partido Trabalhista Brasileiro. Enfraquecido em suas alianças parlamentares históricas por defender a concretização das reformas de base, o PTB tornou-se representante de um conjunto heterogêneo de movimentos sociais e políticos excluídos ou limitados no seu direito de participação política, e, é claro, interessado na implementação das reformas.

Por outro lado, em oposição ao governo e às reformas de base se posicionaram os grupos políticos que formavam a maioria no Congresso Nacional, entre eles o Partido Social Democrático, o PSD, e a União Democrática Nacional, a UDN. Parte majoritária destes partidos estabeleceu alianças tácitas ou declaradas com grupos da sociedade civil formados especialmente entre as classes médias e entre grandes proprietários. Além disso, contaram com o apoio das forças norte-americanas, incontestavelmente presentes nos acontecimentos políticos brasileiros entre 1961 e 1964.

Em meio ao conflito, a sociedade, que em 1964 apoiaria o golpe civil militar, deu sinais de jamais ter esquecido o fato de que João Goulart não foi eleito presidente da República pela maioria da população. Foi constitucionalmente empossado depois de uma inesperada renúncia e de grave crise política. A solução do impasse veio apenas com a aprovação do sistema parlamentarista pelos setores militares e pelo Congresso Nacional. Vale lembrar que tal sistema impôs a Goulart o constrangimento político de ver seus poderes diminuídos como condição para a posse. No entanto, a partir desse momento, João Goulart não se mostrou enfraquecido por estas circunstâncias. Mas deu impulso a um movimento reformador sustentado por petebistas, trabalhadores, camponeses, estudantes, entre outros. Estas bases de apoio se ampliaram com a adesão de diversos grupos populares sem alternativas de participação política efetiva como analfabetos, comunistas e subalternos militares.

Em última instância, talvez a crise política tenha sido provocada justamente pela possibilidade aberta pelo governo Goulart de estender o processo democrático para além dos limites de sua fórmula política procedimental. Talvez tenha sido este o ponto central das questões que levaram ao processo de polarização política e social verificado. Na tentativa de viabilizar as reformas de base sem obter o apoio da maioria congressual, Goulart e o grupo que deu sustentação ao seu governo, trouxeram para o debate político a necessidade de

resgatar o sentido ético e o ideal igualitário do sistema democrático. Era como se dissessem: - Se a Constituição, de alguma forma, está a impedir a ampliação da inclusão social e política de diversos grupos, então que a Constituição seja modificada! Com isso, o PTB, que chegara ao governo graças à defesa radical do acato às normas da democracia real, passava agora a sobrepor aos procedimentos deste sistema os valores de uma suposta democracia ideal a ser construída pela via política institucional.

Ao mesmo tempo, a conjuntura internacional influenciou profunda e diretamente na sucessão dos acontecimentos internos. Por um lado, a revolução cubana em 1959 estimulou o surgimento de novos grupos socialistas, comunistas e esquerdistas de uma forma geral. Embora esses grupos jamais tenham alcançado representação clara e legítima no campo político parlamentar, não se pode subestimar a importância que exerceram, especialmente, no apoio às alas ditas mais radicais do PTB. Eles engrossaram um coro voltado para a desilusão com a via democrática de luta política e encontraram, sobretudo, em Leonel Brizola, cunhado do presidente João Goulart, sua principal liderança política. Entretanto, embora esses grupos, chamados de “extrema esquerda”, tenham atuado politicamente, muitas vezes através de organizações clandestinas, jamais tiveram os seus projetos autoritários encampados pelos discursos do presidente e de seus aliados políticos mais próximos. Em verdade, o intuito de João Goulart parecia ser o de controlar essas forças evitando a radicalização política e unificando as esquerdas em torno de um projeto possível de reformas.

Por outro lado, a interferência dos Estados Unidos nos acontecimentos políticos brasileiros foi incisiva e direta tornando-se evidente a partir do ano de 1962. Desde então os Estados Unidos passaram a financiar as campanhas da oposição comunicando-se diretamente com governadores e políticos brasileiros. Além disso, estimularam violenta campanha ideológica promovida por órgãos aparentemente científicos como o IPES, auxiliaram no treinamento de militares, entre outros tipos de intervenção. Em entrevista recente ao jornal Folha de São Paulo, o historiador James Green, “brasilianista” da Universidade de Brown, declarou que em 1962 o presidente John Kennedy resolveu derrubar o governo João Goulart decidindo por “apoiar qualquer medida militar que derrubasse o governo”¹⁶.

Nesse contexto, temas como o comunismo e o anticomunismo, imperialismo, nacionalismo, capital internacional, entre outros, adquiriram destaque permanente na pauta política brasileira. Transformaram-se em argumentos e contra-argumentos tanto de grupos de direitas, quanto de esquerdas na defesa de seus projetos de Estado. Foram especialmente

¹⁶ Folha de São Paulo, 5 de dezembro de 2009, p. 26.

importantes na luta política que marcou o governo Goulart por ampliarem o léxico político utilizado para desqualificar adversários e mobilizar a opinião pública de ambos os lados, especialmente através do campo jornalístico.

Entretanto, a importância da imprensa no contexto da crise política dos anos de 1960 não se reduziu a uma condição de objeto/instrumento de luta pela conquista da opinião pública. Ao mesmo tempo em que foi utilizada por grupos políticos e empresariais como arma fundamental de embate, a imprensa constituiu-se também em um campo de luta, hoje, visto como imprescindível para a análise do período. Os empreendimentos e os interesses empresariais que sustentaram a ampliação e a modernização da imprensa da época conjugaram-se com a progressiva consolidação de uma posição política na sociedade e, sobretudo, diante do conflito que envolveu todo o governo Goulart.

Desde a reforma jornalística dos anos de 1950, as mudanças do novo jornalismo empresarial atuaram como importantes elementos de ampliação do seu poder social. Técnicas mais modernas e sofisticadas trouxeram novas armas à luta política que impregnou os jornais da época. A imprensa assumiu a responsabilidade pela tradução do discurso político, pela sua difusão e, principalmente, pela interpretação e reinterpretação política desses discursos. Passou a explicitar o conflito político e ocupou uma posição de interseção entre o campo jornalístico, que buscava a sua autonomia e possuía acirradas lutas internas, e o campo político, dentro do qual interveio e influenciou crescentemente entre 1961 e 1964.

Vale lembrar ainda que o processo de distribuição de informações políticas contava, sobretudo, com rádios, jornais, revistas e comícios. A televisão não exercia ainda o papel de relevo que viria a desempenhar algumas décadas mais tarde¹⁷. Além disso, na década de 1960, houve um aumento significativo do preço do papel, dificultando o surgimento de novos jornais. Essa situação fortaleceu os grupos jornalísticos tradicionais e mais consolidados neste campo que, não raro, passaram a expressar de forma mais evidente o pensamento de setores economicamente fortes da sociedade e de seus associados¹⁸.

Assim, da conturbada posse de João Goulart até a deflagração do golpe civil-militar que o destituiu em 1964, os agentes do campo jornalístico foram assumindo posições políticas cada vez mais claras, sólidas e agressivas. Progressivamente passaram a empreender uma ação consciente na produção de um discurso político bastante representativo do debate que se configurava no campo político entre o Executivo e o Legislativo. Mais do que uma questão de

¹⁷ TRANIN, Luiz Alexandre Kehdi. *O multipartidarismo no Brasil em dois momentos: 1945-1964 e 1985-2002*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/IFCS/ Programa de Pós Graduação em Ciência Política, 2006.

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

tentativa de convencimento ou mesmo manipulação, os grupos responsáveis pelo controle desses periódicos de grande circulação atuaram no sentido de definir e consolidar posições políticas e ideológicas. Construíram e forneceram à sociedade civil uma espécie de mapeamento dos homens e grupos que buscavam intervir no campo político e as suas respectivas posições no conflito.

Considerando estas circunstâncias a imprensa foi escolhida como fonte principal deste trabalho. A maioria dos periódicos de grande circulação da época se mostrou profundamente comprometida com o jogo político e atuou no sentido de manter ou quebrar hegemonias, discutir os projetos de Estado em disputa, dar voz a certos grupos identificados com as suas orientações editoriais e convocar os seus leitores à participação política. Vale lembrar que a possibilidade de acompanhar a constituição do comício da Central pelo viés da imprensa não impediu a historicização das fontes ou a crítica interna e externa aos documentos impressos.

Desse modo, investigando a imprensa enquanto campo de luta e arma política constatou-se que a defesa dos projetos do governo, ou melhor, da parte do governo favorável às reformas de base, foi sempre, e quase exclusivamente, bandeira erguida pelo jornal Última Hora, único jornal de grande tiragem e legitimidade social a fazê-lo. Por outro lado, a argumentação tecida em favor das decisões tomadas pela maioria congressual, que insistia em frear o avanço das reformas, foi posição adotada por vários periódicos do campo jornalístico. Destacou-se, entretanto, a atuação do Correio da Manhã, considerado, durante todo o tempo em que existiu, um dos maiores jornais políticos do país. O Correio dispunha de prestígio social e reafirmava imagem de órgão liberal, combativo e corajoso. Durante o governo João Goulart apresentou vocabulário mais sofisticado que a maioria dos jornais. A partir de 1963 engajou-se na violenta campanha pela desestabilização do governo e claramente apoiou o golpe civil-militar de 1964.

Tanto o Última Hora quanto o Correio da Manhã são jornais cariocas e, portanto, seus jornalistas e redatores, os grupos e os homens responsáveis por essas publicações, viveram a crise política do governo Goulart no seu lugar de maior intensidade. Embora São Paulo já fosse o centro mais dinâmico do capitalismo brasileiro, foi no Rio de Janeiro que os jornais receberam maior impulso para se modernizarem e onde se concentravam as mais importantes instituições culturais e literárias do país. A cidade era não só a capital administrativa e cultural, mas um dinâmico núcleo econômico. Possuía a maior renda *per capita* e o maior índice de concentração demográfico do Brasil. Além disso, durante o seu governo João Goulart administrou o país, sobretudo do Rio de Janeiro, e os seus ministros seguiram-lhe o exemplo. Vale dizer ainda que o comício das reformas ou comício da Central ocorreu no Rio

de Janeiro e não em qualquer outro lugar. Além disso, a despeito de a capital federal ter sido transferida para Brasília em 1960, a tradição de engajamento no debate político nacional permaneceu uma marca da política carioca consignada como legado e cultura política.

Criado em 1951, com a ajuda financeira do governo Getúlio Vargas, desde o seu surgimento, o jornal Última Hora funcionou como elo entre a população e Vargas, que, por sua vez, intervinha diretamente no seu conteúdo. O Última Hora dirigia-se especialmente às classes populares, embora não exclusivamente, e caracterizou-se pelo apoio ao trabalhismo enquanto projeto político para o país. No caso do Correio da Manhã, historicamente o jornal assumiu posições coerentes com uma linha política que, em 1960, poderia ser chamada de “anti-trabalhista”. Em 1945 chamou os queremistas de “tipos da ralé” e “turma de cafajestes” e em 1950 apoiou a candidatura à presidência da República do Brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela UDN, partido mais anti-getulista do campo político. Entre 1950 e 1954 fez forte oposição a Getúlio Vargas e violentas críticas ao aumento de 100 % do salário mínimo.

Cronologicamente, grande parte dos estudos sobre os anos de 1960 admite a oposição do Correio da Manhã ao governo Goulart apenas a partir de fins de 1963. No entanto, tal afirmação parece não levar em conta questões como os projetos que este órgão corroborou, as suas ações nos processos de “crises institucionais” e, principalmente, a estrutura e a postura tomada em editoriais e colunas de opinião, fontes utilizadas nesta dissertação. Estes espaços da estrutura do jornal atuaram, constantemente, no sentido de fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais e de direita, estimulando percepções negativas acerca dos grupos populares nacionalistas, reformistas ou “populistas”. Embora não fosse um jornal golpista e tenha defendido, até fins de 1963, as tentativas de frear a radicalização “de ambos os lados”, para usar as palavras do jornal, O Correio da Manhã manteve postura claramente conservadora em se tratando de todas as questões relacionadas à ampliação da participação popular e da justiça social.

Um jornal “concorrente” do Correio da Manhã no sentido da representação da oposição ao governo era o Tribuna da Imprensa de Carlos Lacerda, declarado porta-voz da oposição durante o segundo governo Vargas e, por tabela, inimigo político de João Goulart. No entanto, o Tribuna era um jornal pequeno, cuja tiragem, que não passava de 20.000 exemplares, não era suficiente para colocá-lo ao lado da grande imprensa. Personalista, jamais se dissociou dos interesses e das lutas políticas de seu proprietário. Caracterizou-se ainda por um estilo agressivo e panfletário de reportagem que influenciou em sua legitimidade social.

Além disso, após a renúncia de Jânio Quadros, as crescentes dificuldades financeiras fizeram com que o Tribuna da Imprensa fosse vendido duas vezes. Primeiro, em novembro de

1961 o jornal passou de Carlos Lacerda às mãos do proprietário do então Jornal do Brasil Manuel Francisco de Nascimento Brito. Depois, em março de 1962 foi vendido para Hélio Fernandes. Essas mudanças na direção e na linha política e jornalística do Tribuna da Imprensa tornam inviável um acompanhamento mais apurado acerca de uma posição coerente assumida pelo jornal na luta política do governo Goulart.

Desse modo, o Correio da Manhã e o Última Hora foram considerados, na confecção deste trabalho, campos privilegiados de observação do conflito, embora outros jornais também tenham sido investigados na condição de material de apoio. Entre estes se destaca o jornal O Globo, além do acervo de arquivos pessoais e de História Oral digitalizados e disponibilizados pelo site do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Essas fontes foram utilizadas com a finalidade de se avaliarem os pontos e os contrapontos, confirmações e complexidades do período em que João Goulart ocupou a presidência da República.

A escolha pelo jornal O Globo levou em conta a linha discretamente conservadora assumida pelo jornal desde a sua fundação. Durante o período do governo João Goulart chamou atenção sua posição visceralmente anticomunista e associada em relação ao mercado estrangeiro. Em 1945 e em 1950 o jornal apoiou o candidato da UDN e no segundo governo Vargas colocou-se contra a criação da Petrobrás, contra o decreto presidencial que limitava a 10% a remessa de lucros de empresas estrangeiras para o exterior e contra o aumento de 100% do salário mínimo. A maioria dos seus leitores estava entre as classes média e alta, mas também possuía expressão entre as classes populares. Na disputa interna ao campo jornalístico, Roberto Marinho chegou a ceder a Rádio Globo para que Carlos Lacerda fizesse seus ataques a Samuel Wainer, proprietário do jornal Última Hora, e ao governo de Getúlio Vargas. Em 1954, após o suicídio de Vargas, sua sede foi apedrejada e vários caminhões de entrega foram queimados por populares, tal era a identificação entre O Globo e os inimigos políticos de Getúlio, da mesma forma que se demonstrava o poder político e social de que o jornal dispunha.

Procurou-se na observação e na análise paralela dos discursos publicados pelos números dos jornais Última Hora e O Correio da Manhã, durante o governo Goulart, uma visão mais ampla do conflito político e dos seus agentes. Cada qual com os seus discursos, legitimações, justificações e projetos. O exame atento dos atos e palavras dos homens e grupos atuantes no campo político, através de um jornal pró-governistas e de outro considerado de oposição contribuiu fundamentalmente para a identificação e reflexão sobre a construção das representações daqueles agentes, sobre os valores que marcaram as suas

práticas, a criação e a manipulação de conceitos e significados, seus ideários e justificativas. Histórico, ideológico e político aparecem condensados na construção das notícias e dos discursos publicados e interpretados por estes jornais.

Entretanto, uma metodologia de trabalho se mostra tanto mais eficaz quanto mais claramente for construído e delimitado o objeto de estudo para o qual ela se torna imprescindível. Assim, embora o período do governo João Goulart esteja repleto de possibilidades de estudo, chamou atenção, no decorrer dos acontecimentos políticos da época, que tiveram destaque tanto em Última Hora, quanto no Correio da Manhã, a organização e a realização do comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964. O impacto causado pelo comício no campo político e na sociedade é revelador da importância desse acontecimento naquele processo de acirramento da luta política.

A progressiva tomada de posições políticas antagônicas pelos dois jornais citados mostra ainda que o comício da Central adquiriu diferentes sentidos entre as esquerdas que participaram da sua organização e as direitas que o entenderam como ameaça a ser combatida. A arquitetura do comício, suas razões e motivações, objetivos e significados, exatamente naquelas circunstâncias da crise política, tiveram explicações, sentidos e impactos diferentes conforme se olhe para um ou outro daqueles que se tornaram os principais porta-vozes dos pólos do campo político perante a opinião pública. Por essa razão os diferentes significados do comício da Central surgem como questões chave para a compreensão do período. Eles resgatam os agentes em disputa, suas posições na luta política, os projetos políticos defendidos e a construção dos discursos que materializaram essas idéias e a luta política de uma forma geral. O comício revela faces importantes de uma luta política em que estiveram em jogo possibilidades e ameaças constituídas e sentidas a partir de uma realidade em transformação.

Os discursos políticos, especialmente aqueles proferidos durante o comício da Central, apresentam-se como recortes das representações daqueles sujeitos naquele tempo histórico e espaço social. Evidenciam as marcas das formações ideológicas dos seus autores¹⁹ e permitem ainda a avaliação de um importante interdiscurso que remete o dizer a uma filiação de dizeres, a uma memória política. Portanto, identificá-lo em sua historicidade significa revelar os compromissos políticos e ideológicos que marcam o discurso. Tais observações são tão importantes quanto esclarecedoras do processo de operacionalização da análise dos discursos/fontes utilizados neste trabalho. Para tanto, as reflexões e sugestões metodológicas

¹⁹ CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson ferreira da Cruz. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

propostas por autores como Marcio Tavares Damaral²⁰, Patrick Charaudeau²¹, Dominique Maigueneau²² e Haqira Osakabe²³, foram fundamentais. Buscou-se, sobretudo, considerar a complexidade do papel atribuído e realizado pelo discurso na luta política retórica que se efetivou no campo da imprensa. Vale lembrar que, tanto o Correio da Manhã, quanto o Última Hora, tornaram-se, naquele contexto, expressões da tentativa de compatibilizar a ação política e a sua fundamentação ideológica.

O primeiro passo no caminho da análise dos discursos foi, portanto, o de pensar e organizar as fontes de acordo com a questão central do trabalho, qual seja buscar os sentidos adquiridos pelo comício da Central para os grupos envolvidos no conflito político dos anos 1960. A seguir, buscou-se identificar os agentes da fala, a forma do discurso e as suas circunstâncias de produção. Quais foram os grupos e homens que tomaram a frente na organização do comício? Quais os homens e organizações se colocaram contra o trabalhismo durante o processo de polarização política? Quais os seus argumentos e pressupostos de organização social? Qual a sua posição no conflito político e na sociedade? Quais as suas motivações, esperanças e medos? Como se articularam na tentativa de persuadir e conquistar o apoio da opinião pública? De quais instituições se utilizaram ou tornaram-se aliados? A partir desse material buscou-se refletir sobre o que foi dito em favor e contra o trabalhismo visando compreender como esses objetos simbólicos produziram sentidos no embate político que o comício tão bem representou.

Foi importante ainda verificar a existência ou não de mudanças no discurso político trabalhista ao longo do governo João Goulart. Quais os argumentos utilizados na fundamentação do seu projeto nacional, e como foi construída ou forjada a identificação com as classes populares. A quem se dirigiu e quais as possibilidades políticas e sociais despertou no interior do jogo político. Por outro lado procurou-se observar o sentido dessas propostas para o grupo que se articulou em oposição ao governo, quais razões os uniram e de que armas se utilizaram na defesa de outra representação social ideal. Questões que só puderam ser discutidas a partir das relações entre uns e outros discursos, umas e outras propostas e formas de convencimento que ganharam espaços políticos nos dois jornais selecionados.

Diante dessas questões e voltando-se agora para a relação entre a análise das fontes e a delimitação do objeto de estudo, impôs-se um contexto imediato de análise relacionado à

²⁰ DAMARAL, Marcio Tavares. *O homem sem fundamentos: sobre linguagem, sujeito e tempo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ – Tempo brasileiro, 1995.

²¹ CHARAUDEAU, *op.cit.*, 2008.

²² MAIGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução Freda Indurski. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 3 ed., 1997.

²³ OSAKABE, Haqira. *Argumentação e discurso político*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

organização do comício na Praça da Central da República. Os sujeitos envolvidos, os seus discursos e o fato de ter acontecido ali e não em outro lugar ou de outra forma. Em seguida, há um contexto mais amplo. Este contexto traz para a consideração dos efeitos de sentidos adquiridos pelo comício no plano político e social, elementos que derivaram da forma da sociedade com as suas instituições. Entre estes elementos estão a organização do poder com as suas posições de mando e de obediência e a divisão do campo político com as suas relações de força a facilitar ou impedir novas redistribuições. Dentro destes recortes, o foco da análise nos periódicos da época se voltou para o período entre o anúncio do comício da Central, em fins de 1963, e a realização do acontecimento em 13 de março de 1964.

Levando-se em consideração a estrutura dos jornais/fontes Última Hora e O Correio da Manhã, as suas primeiras páginas foram encaradas como vitrines, apresentação do que virá no seu interior. Revelam os assuntos de maior importância selecionados pelo jornal, relacionados, certamente, ao tipo de público para o qual o órgão procurava se dirigir. Os editoriais foram considerados fundamentais por representarem o *locus* privilegiado da opinião política do jornal. Nas colunas opinativas está a opinião dos grupos jornalísticos sobre os acontecimentos políticos, seus argumentos e movimentos na luta política.

Assim, o recorte histórico construído se inicia com a crise política inaugurada com a chegada de Goulart à presidência. Durante o governo essa crise se aprofunda até condensar-se ou materializar-se na realização do comício da Central do Brasil. Por esse motivo, todos os números publicados, diariamente, pelo Correio da Manhã e pelo jornal Última Hora, entre setembro de 1961 e março de 1964 foram considerados importantes. No entanto, novamente a estrutura dos periódicos sugere que se dê maior atenção às manchetes e matérias de primeira página, editoriais e notícias, reportagens ou colunas de opinião, com caráter editorial e, na maioria das vezes, localizadas nas páginas dedicadas quase exclusivamente à política nacional.

Os discursos/fontes publicados pelos jornais durante o governo João Goulart apresentam a argumentação e a contra-argumentação dos principais agentes em disputa. Evidenciam uma luta retórica no campo jornalístico que reflete os conflitos e impasses travados no campo político-parlamentar. Denunciam as posições políticas, as tentativas de avanço e de recuo, ações e reações, escolhas e decisões que acabaram por levar os trabalhadores à realização do comício da Central em 13 de março de 1964. Traduzem, interpretam e reinterpretam o impacto e o sentido do acontecimento para o grupo de apoio ao governo e às reformas, assim como para a poderosa oposição que se uniu em torno do golpe civil-militar de março/abril daquele ano.

Destaca-se o engajamento político como motor a conduzir aqueles jornais. A linguagem agressiva, os ataques e elogios mais explícitos às figuras políticas e a construção e enunciação de posições políticas mais facilmente perceptíveis ao leitor. Há referências a culturas políticas distintas, imaginários e ementários políticos ligados às direitas e às esquerdas. Os mesmos conceitos surgem com significados diferentes dependendo da posição do sujeito no campo político e os acontecimentos são lidos e interpretados distintamente pelos grupos em luta. Grupos se constituem a partir de possibilidades e ameaças em comum, identificam-se a partir de certos princípios que servem de referência para a formação das suas opiniões e posicionamentos políticos naqueles primeiros anos da década de 1960. Determinados ideais de organização social são lançados contra os projetos de reformas. Estes, por sua vez, são significados e resignificados pela sociedade civil e política.

Por este caminho de investigação, pôde-se constatar que naquele dia 13 de março, o discurso trabalhista surgiu relacionado a um movimento maior de transformações políticas e sociais, iniciado no Brasil na década de 1930, com a tomada do poder pelo grupo político do qual Getúlio Vargas se tornou a maior expressão. Naquele momento, pode-se dizer que a despeito da instabilidade política trazida pelas mudanças no bloco de poder, alterações nas dimensões estruturais da sociedade foram implementadas. A adoção de uma política voltada para a construção das bases de uma sociedade industrializada e moderna, dirigida pelo Estado, foi acompanhada por modificações também no campo do trabalho e da questão social. Isto ocorreu, sobretudo, na forma da incorporação das massas urbanas ao mundo dos direitos. Com isso, abriram-se importantes fissuras no liberalismo das oligarquias e o tema da cidadania ganhou maior destaque na pauta política brasileira.

Surgia, naquele momento, uma nova cultura política ligada ao mundo do trabalho, com seu vocabulário, símbolos e métodos próprios. Institucionalizada com a criação do Partido Trabalhista Brasileiro, em 1945, essa forma de pensar e fazer política se redimensionou, reatualizou, e ganhou novas lideranças a partir da morte de Getúlio Vargas, em 1954. Nos anos de 1960, durante o governo Goulart, a imagem de Vargas esteve presente nos discursos da maioria dos grupos políticos, seja de direita ou de esquerda na forma de um legado político material ou simbólico. A diferença está na apropriação e atualização deste legado enquanto projeto de Estado ou mesmo com fins eleitoreiros, ou na sua rejeição total ou parcial ligada, em grande parte, ao desejo de manter a ordem, as hierarquias e distribuições de poderes e papéis sociais.

Buscou-se, portanto, analisar a argumentação e a contra-argumentação explicitadas nos jornais escolhidos como fontes principais, e identificar as posições políticas, as tentativas

de avanço e de recuo, ações e reações, escolhas e decisões que levaram João Goulart e os seus aliados à realização do comício da Central. Procurou-se ainda identificar o impacto e o sentido do acontecimento para o grupo de apoio ao governo e às reformas, assim como para os setores que apoiaram o golpe civil-militar de março/abril de 1964.

Os editoriais e colunas de opinião de Última Hora e do Correio da Manhã apontam para culturas políticas distintas, imaginários e ementários políticos ligados às direitas e às esquerdas. Mas como estes elementos apareceram nos jornais? Como foram traduzidos nos discursos políticos que marcaram a época? Como os argumentos transformaram-se em armas políticas? Eis algumas perguntas que esta dissertação se esforçou por enfrentar.

Os discursos e documentos extraídos desses periódicos estão carregados de produções ideológicas que trazem consigo visões de mundo e buscam explicar o sentido dos atos coletivos. Procuram traçar o modelo de sociedade legítima, assim como a forma legítima de autoridade política. Entretanto, embora o discurso não seja a mais fiel representação do real, durante o governo Goulart, ele foi constantemente utilizado na tentativa de assegurar ou alterar a permanência de uma concepção tradicional de política. O discurso político foi a arma fundamental utilizada no embate travado no campo da imprensa.

Desse modo, a imprensa fornece um vasto material documental sobre a constituição e a realização do comício da Central e sobre a luta política que marcou todo o governo João Goulart. Ao mesmo tempo, ela surge como um importante espaço de confronto constituindo-se em parte significativa do próprio objeto de estudo. Mas as fontes não falam por si. A análise do sentido atribuído ao comício pelos diferentes adversários daquele jogo político procurou conjugar um importante ir e vir entre todo esse material, a forma como ele é trabalhado e as percepções teóricas que possibilitam a apreensão desse mesmo acontecimento sob novas e diferentes perspectivas. Essas percepções nascem da observação e da contraposição de diferentes reflexões, sugestões metodológicas e padrões teóricos ofertados pela história política à construção de caminhos de análise sistemáticos e próprios.

Dentro de um conjunto mais amplo de leituras e idéias discutidas no processo de construção do objeto de análise centrada no comício da Central, alguns conceitos/questões se destacaram como fundamentais. Nesse sentido, uma dessas noções determinantes, que orientaram e organizaram a prática de pesquisa em torno do comício é a de acontecimento. Essa perspectiva surgiu a partir do tratamento dado ao acontecimento por Michel Foucault em “A microfísica do poder”. Embora o autor não pense a história enquanto processo e não trate de questões diretamente relacionadas à política brasileira dos anos de 1960, suas reflexões

sobre o acontecimento enquanto conceito e procedimento de análise podem ser compartilhadas e pensadas dentro do contexto de luta política do governo João Goulart.

O acontecimento tornou-se um caminho de percepção do objeto de estudo e até mesmo uma posição teórico-política que aponta para a desnaturalização, para a ruptura com as evidências e para a multiplicidade de processos que incidem sobre a sua constituição. Somente a partir dessas questões foi possível pensar o comício da Central para além das suas interpretações mais recorrentes ligadas à radicalização política das esquerdas brasileiras na década de 1960. Principalmente, se tornou crucial pensar o comício enquanto estratégia política dentro de um quadro de forte mobilização de grupos políticos e sociais. Razão pela qual se decidiu por acompanhar a constituição deste acontecimento em meio ao jogo político iniciado com a posse de João Goulart na presidência da República em 1961.

É importante ressaltar que a noção de acontecimento consistiu numa ferramenta de pensamento que possibilitou o levantamento de novas possibilidades de análise do objeto de estudo. Entretanto, isto não implicou num trabalho sistemático de utilização da metodologia foucaultiana que envolve a noção de acontecimento proposta pelo autor.

Quando João Goulart e todo o grupo político a ele aliado iniciaram a organização do comício da Central, eles o fizeram com o objetivo de alterar a forma como as forças políticas vinham se configurando no jogo político, especialmente, dentro do Congresso Nacional. Isto porque entre 1961 e 1964 verificou-se um processo de polarização política que caminhou para o isolamento do PTB naquele campo. Vale lembrar, que durante todo o governo Goulart os projetos de lei da presidência constituíram apenas 20% do total de leis aprovadas²⁴. Além disso, em fins de 1963 e início de 1964 a aliança estabelecida entre PSD e UDN inviabilizava a aprovação de qualquer medida relacionada às reformas de base propostas pelo governo.

Assim, analisar o comício da Central como um acontecimento político significa entendê-lo a partir de seu processo de constituição no decorrer do jogo e da luta política. Significa encará-lo a partir da perspectiva de um feixe de possibilidades políticas e não como um destino, como o desfecho natural de um processo de radicalização das esquerdas brasileiras. A noção de acontecimento permite a desnaturalização do comício e a desconstrução dos seus entendimentos, tais como aparecem na historiografia. O comício da Central não foi o auge de uma escolha deliberada do governo Goulart por radicalizar a luta política. Configurou-se numa estratégia política marcada pelo estabelecimento de uma relação de forças no campo político parlamentar que isolava o PTB e deixava sem representação as

²⁴ NASCIMENTO, Marcio Santos dos. A participação do Jornal do Brasil no processo de desestabilização e deposição do presidente João Goulart. UFRJ/IFCS/PPGHC – Dissertação de Mestrado, Março de 2007.

novas bases sociais deste partido. O comício foi uma tentativa de inverter essa situação que acabou por redimensionar todo o conflito político na medida em que pôs claramente em jogo um conjunto de possibilidades e de ameaças que se excluía mutuamente.

Por essa razão não é possível entender a realização do comício da Central sem levar em consideração todo o embate político e ideológico que ele simbolizou. Por sua vez, esta perspectiva abre novos horizontes para a reflexão acerca dos espaços destinados à política naquele contexto. Olhar o comício da Central do Brasil pelo ângulo do acontecimento permite resgatar a sua dimensão de espaço político, de lugar da ampliação da participação política criado para dar legitimidade ao discurso trabalhista, e voz a uma parcela da população incapaz de se fazer representar dentro do sistema político partidário.

Esse é um ponto chave para a compreensão da relação entre a arquitetura e a realização do comício da Central e as tensões e limitações da democracia representativa brasileira da época. A criação do comício como uma estratégia de ampliação do espaço político insere na crise política de fins do governo Goulart o levantamento de importantes questionamentos sobre as possíveis insuficiências do sistema democrático representativo que vigorava naquele contexto. Esta é uma perspectiva de análise que relaciona diretamente a estratégia política do governo Goulart de ampliar os espaços do fazer político, através da realização de uma série de comícios, às incoerências do sistema democrático real. A questão é que neste sistema a realização da política estava quase restrita a atuação no campo político parlamentar. Do mesmo modo, a atuação política eficaz passava a depender das alianças e acordos que se estabelecem entre os partidos políticos legitimados pelo sistema, independente do grau de exclusão popular que eles consagram.

Vale dizer que, embora a Constituição consagrasse o direito ao voto e a liberdade de pensamento e expressão como formas de participação política extra-parlamentares, o exercício desses direitos não se verificava na realidade. Analfabetos não tinham direito ao voto e os comunistas assistiram à cassação do registro do PCB nos primeiros anos de governo “democrático” pós Estado Novo. Além disso, as manifestações políticas populares, tais como reuniões públicas, comícios e greves eram frequentemente condenadas pelas elites políticas e acusadas de serem subversivas, comunistas e caóticas. Mostrava-se enraizada na sociedade uma cultura política excludente.

Entretanto, a reflexão acerca das questões que envolvem a criação de um novo espaço político diante dos problemas da democracia representativa nos anos de 1960, parece insuficiente sem que alguns conceitos estejam bem definidos. O significado da política e a fórmula democrática de que se está tratando precisam de contornos mais claros para que a

análise possa prosseguir em seu raciocínio. Especialmente para que a percepção do comício da Central enquanto estratégia política do governo Goulart adquira bases mais sólidas de sustentação.

Diferentes interpretações, formuladas em contextos bem distintos por diferentes autores que pensam o espaço político, como Zygmunt Bauman²⁵ e Hannah Arendt²⁶, conjugaram-se na construção de um determinado conceito de política. Neste, a política passou a ser entendida como um espaço público de discussão e participação nas questões nacionais, nos processos decisórios da política nacional. Implica questionamento, liberdade ativa, inclusão social e um Estado preocupado com o chamado bem comum, com a pluralidade de pensamento e capacidade de transformação. Política é a capacidade de livre manifestação e possível participação na resolução de problemas e questões que se tornaram preocupações públicas e nacionais. É esta a concepção de política que torna necessária a observação da dinâmica política interna durante o governo Goulart, as tendências do sistema político a privilegiar a defesa da conservação. Homens e grupos com força e poder suficientes para frear o avanço da participação política de outros grupos historicamente excluídos desse processo. Um projeto político que ameaçava modificar a forma de gestão do Estado e as relações de força que o permeavam, o trabalhismo que se ampliava e reagia de forma inesperada dentro do “*habitus*” político da época.

Os dois autores citados, embora não sejam historiadores, discutem profundamente a política a partir da perspectiva de seu desaparecimento. Z. Bauman na contemporaneidade, e H. Arendt nas décadas de 1930 e 1940 e no pós-segunda guerra mundial, discutem a questão do sentido da política e da procura pelo espaço do fazer político. Arendt, sobretudo, realiza uma análise de natureza filosófica e trabalha especialmente com o enunciado para além da experiência histórica que analisa. Isto torna as suas reflexões ainda mais importantes por tratar-se de uma questão a se verificar mesmo fora do âmbito do autoritarismo do século XX. Os problemas da democracia representativa apresentados pela autora estão em causa também no caso da crise política entre 1961 e 1964 e são esclarecedores dos sentidos da realização do comício da Central, naquele contexto.

Entre as reflexões que a autora exercita, partilha-se a idéia de que ao restringir a participação política ao direito de representação e de voto, a democracia representativa limita a própria política causando impasses de difícil resolução sem que se violem os limites deste sistema. No caso do governo Goulart, nem mesmo o direito de voto era concedido a toda a

²⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.

²⁶ ARENDT, Hannah - *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

população. O Partido Comunista Brasileiro, que dispunha de organização nacional e eleitorado em grande parte militante, embora não tivesse grande apelo entre as massas, teve seu registro cassado pelo governo que festejou a redemocratização em 1946 e instituiu o sistema representativo dentro da nova Constituição. Os analfabetos, que, em 1960, constituíam 39% da população brasileira de adultos²⁷, não tinham direito ao voto, o que significava um expressivo contingente de excluídos do processo político-eleitoral. Além disso, uma série de outros grupos populares como associações de trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e subalternos das Forças Armadas encontravam apenas no PTB uma alternativa possível à ausência de representação no campo político partidário.

No entanto, vale lembrar, que o alargamento das bases sociais do Partido Trabalhista não lhe rendia maior reconhecimento no Congresso Nacional. Isto só poderia ocorrer com o tempo e através de eleições municipais e estaduais. Entretanto, o eleitorado petebista daquele momento, em parte significativa, encontrava as dificuldades do predomínio histórico do PSD rural, do embate com as classes médias urbanas udenistas, da impossibilidade de voto dos analfabetos, do rápido crescimento das suas próprias bases durante o governo Goulart em função da possibilidade de concretização das reformas, além da inexperiência política dos trabalhadores. No caso dos camponeses, por exemplo, apesar das invasões de terra e de alguns movimentos organizados, como em Pernambuco, a maior parte destes trabalhadores vivia um processo recente de mobilização política, sendo ainda embrionária a sindicalização rural, apesar de estimulada pelo governo federal²⁸. No campo político parlamentar, a aliança entre o grande partido considerado de “centro” político, o PSD, e o partido de oposição histórica ao trabalhismo, a UDN, estabeleciam de forma cada vez mais sólida uma aliança contra a aprovação da reformas de base. Foi exatamente na tentativa de modificar esta relação de forças que se arquitetou o comício da Central.

Mas a questão da democracia representativa trouxe ainda importante discussão sobre o espaço ou os espaços destinados à luta política. A partir da idéia de que a fórmula da democracia representativa restringe a participação política ao âmbito do Congresso Nacional, tornou-se necessário mapear o funcionamento deste espaço, seus agentes e a dinâmica que pautava as suas ações. Para tanto, recorreu-se ao conceito de campo, especialmente o de campo político, encontrado nas reflexões de Pierre Bourdieu²⁹. Entendido como um espaço

²⁷ NICOLAU, J. M. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002, p.54.

²⁸ NASCIMENTO, Marcio Santos dos. A participação do Jornal do Brasil no processo de desestabilização e deposição do presidente João Goulart. UFRJ/IFCS/PPGHC – Dissertação de Mestrado, Março de 2007.

²⁹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal) – 11ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

marcado por intensas relações de força em que os agentes, munidos de capitais materiais e simbólicos, lutam por uma posição hegemônica, o conceito de campo permite identificar os atores em luta e, principalmente, definir as suas posições e objetivos no conflito político. A noção de campo sugere ainda a relação intrínseca entre a razão de ser de uma decisão política e o campo de forças antagonistas e complementares a ela. Esta noção estimula também um pensamento relacional segundo o qual para a compreensão de uma tomada de posição política é imprescindível conhecer o universo das tomadas de posição propostas em concorrência no interior do campo, além das pressões externas e internas sobre os responsáveis por tais decisões.

O conceito de campo se tornou ferramenta de pensamento fundamental para a análise do contexto em que se insere o comício da Central. O Congresso Nacional pode ser entendido como um campo político tradicional composto por homens políticos diretamente envolvidos no conflito dos anos de 1960. Estes homens ocupavam posições em diversos partidos e possuíam diferentes estratégias discursivas através das quais desenvolveram uma luta retórica em torno da concretização dos projetos que defenderam. Contudo, este espaço exercia um efeito de censura ao limitar o universo do discurso e da atuação política.

Nesse sentido, o acontecimento do dia 13 de março de 1964 constituiu-se exatamente em razão das dificuldades encontradas pelo trabalhismo dentro deste espaço consagrado pelo sistema político inaugurado em 1946. Dificuldades estas geradas pelo choque entre a história do trabalhismo e o campo dentro do qual deveria atuar. Entre um impulso reformador da base social brasileira e da estrutura do próprio campo político e as possibilidades de manobra política oferecidas pela delimitação do espaço próprio à política.

O comício da Central foi uma tentativa de criar um espaço político concorrente no qual as forças externas ao campo político parlamentar pudessem formar um grande movimento de opinião pública capaz de alterar as relações de forças internas ao parlamento. Por um lado, esta foi a forma como a luta entre os interesses de diferentes classes sociais se configurou no campo político. Por outro, foi, ao mesmo tempo, a exacerbação de um impasse entre a manutenção das normas do jogo político democrático, defendida pela ampla maioria do poder legislativo, e a possibilidade, aberta por parte do executivo, de modificá-lo em nome da ampliação da participação política.

O campo político é aquele em que agentes históricos travam lutas simbólicas com o objetivo de confirmar ou transformar a visão do mundo, a ação no mundo e o próprio mundo. Utilizá-lo como ferramenta de análise significa identificar e diferenciar os lugares da luta política e os diferentes detentores de diferentes poderes com propostas de transformação ou de

conservação que atuam no interior desses campos. Implica em identificar e relacionar as hierarquias estabelecidas entre os detentores de diferentes espécies de capital material ou simbólico, que ocupam diversas posições na luta pela alteração dessas próprias posições e relações de poder.

O conceito de campo político sugere a reconstrução da estrutura do mundo social no qual o objeto de estudo está imerso. O espaço e o campo de lutas e de forças a partir do qual as visões de mundo em disputa se formaram e saíram vitoriosas ou derrotadas, mantendo ou desfazendo o que a história havia feito até então. Razões pelas quais parece importante enfatizar que o campo político é, sobretudo, um espaço de luta. O espaço de discussão, transformação, liberdade e versões/verdade que é a política, não é um espaço tranquilo, mas um complexo campo de luta dentro do qual se verifica uma disputa pela manutenção ou transformação de uma visão de mundo que se pretende hegemônica. É um lugar de definição contínua de posições, classificações e representações.

Considerando tais idéias dentro do contexto do governo João Goulart, observa-se, na instituição do Congresso Nacional, o campo político reconhecido e legitimado pelo sistema político democrático representativo. A sua constituição, e as relações de força estabelecidas nele, são marcadas pela forte presença das oligarquias agrárias, que historicamente se configuraram na elite política brasileira. Esses grupos dividem o poder com uma espécie de união organizada de diferentes classes e movimentos políticos em um partido que se opunha ao projeto de Estado levado à frente durante os governos de Getúlio Vargas, e, conseqüentemente, contrário ao trabalhismo. Destacam-se, entre os membros deste partido, grupos de proprietários nacionais e associados ao capital internacional, além de classes médias e intelectuais de direita, como Carlos Lacerda. A entrada recente das classes populares brasileiras na dinâmica política fica evidente com a escassez de representações nesse sentido. O PTB aparece como único partido de expressão a defender questões ligadas à ampliação dos direitos sociais e políticos dos trabalhadores. Principalmente, naquele momento, é o único partido capaz de lutar no campo político por um programa de reformas na base da estrutura social e política do país. As dificuldades de superação do autoritarismo e da exclusão política que marcaram a formação das instituições do país consagram-se ainda na ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro.

Tal discussão sobre a composição do campo político traz as dificuldades inerentes à reflexão sobre o conceito de partido político, seus limites e incoerências e as complexidades de uma unidade inicialmente classista que adquire pretensões nacionais. Não há como reconstruir as relações de força estabelecidas no campo político parlamentar ao longo do

governo Goulart sem levar em consideração a heterogeneidade dos partidos, suas transformações em termos de ampliação do apoio social e do programa político sem que se descaracterizassem, sem abrir mão daquilo que os identificava e diferenciava uns dos outros grupos políticos em disputa.

Nesse sentido, sobretudo para a análise mais detida sobre o PTB, recorre-se à noção de “bloco histórico” de Antonio Gramsci³⁰. Trazendo o conceito para os anos de 1960, é possível que, naquele determinado momento, tenha se formado um partido político policlassista consciente tanto das suas divergências internas, quanto das causas comuns que provocaram a identificação política responsável pela formação do bloco. Assim, o Partido Trabalhista Brasileiro pereceu ter conseguido agregar trabalhadores urbanos e rurais, políticos militantes e simpatizantes das reformas, estudantes, sindicatos, comunistas, entre outros diferentes grupos. Para isso concorreu uma série de condições históricas, aliadas a interesses políticos que o tornaram uma alternativa política comum e possível a todos esses grupos. Para o partido recorreram todos os grupos populares que não dispunham de representação, atuação efetiva no campo político. Além de insatisfeitos com a organização daquela sociedade, esses grupos encontraram no PTB o único meio de inserção no campo político e de participação. Encontraram no Partido Trabalhista, naquela conjuntura de polarização e luta política, a chance de se converterem em sujeitos do processo político.

Acompanhando os questionamentos relacionados aos partidos, suas razões, funções e complexidades, completam ainda o encaminhamento teórico acerca do campo político, as concepções de Estado, de governo e de nação. Para tanto, as reflexões propostas por José Ramón Recalde³¹ em “A construção das nações”, e por Marcos Kaplan³² em “A formação do Estado Nacional na América Latina”, foram fundamentais. Proporcionaram maior clareza sobre a distinção entre esses conceitos e sobre as chances e dificuldades de um governo alterar a tradicional configuração de um Estado. O que, por sua vez, abriu uma série de novas perspectivas relacionadas às possibilidades e às ameaças que envolveram os sujeitos históricos durante a crise política do governo João Goulart.

Destaca-se a idéia de nação enquanto construção, o que supõe a elaboração e a definição de diferentes desenhos nacionais por distintos projetos nacionalistas ao longo do processo de integração brasileiro. Na década de 1960, o programa de reformas de base proposto pelo governo Goulart encontrou adesão em diferentes setores da sociedade brasileira

³⁰ GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. Coleção Perspectivas do Homem. Vol. 48 – Série Filosofia. Direção de Moacyr Félix.

³¹ RECALDE, José Ramón. *La Construcción de las naciones*. Calle Plaza, Madrid: Siglo veintiuno de Espana Editores, 1982.

³² KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed.Eldorado, 1974.

compondo um projeto de nação a partir da questão trabalhista. Tratava-se de uma entre as diversas possibilidades de conceber a questão da nação no âmbito do Estado. O apoio recebido por diferentes setores das classes populares atestava, entretanto, a abertura de um leque inédito de possibilidades de integração de grupos historicamente excluídos dos projetos nacionais implementados pelos sucessivos governos republicanos. Estes governos haviam reproduzido, em grande parte, um quadro estatal marcado pelo controle e pela dominação política exercida por elites oligárquicas e latifundiárias.

Desse modo, a possibilidade de ampliação do campo político aberta pela organização do comício da Central gerou ainda, na sociedade da época, uma expectativa de alteração no próprio desenho do Estado. O governo Goulart esforçou-se para alterar a forma tradicional com que o poder público era encarado, as suas relações com a sociedade e a relação de forças entre a sociedade civil organizada e o poder legislativo. Mexeu com concepções importantes para o exercício da política, especialmente no que se refere ao conceito de democracia. Entre as armas utilizadas para isso estava um projeto trabalhista de reformas que se intitulava um projeto para a nação e não exclusivo aos trabalhadores. A possibilidade de viabilização deste projeto engendrou intensa luta política dentro do campo parlamentar incluindo sucessivas proposições e tensas negociações referentes à reforma agrária. Esgotadas as tentativas de conciliação por esta via, o governo decidiu buscar apoio e legitimidade na sociedade ampliando o espaço destinado ao fazer político.

Outra questão importante trazida pelas idéias de Estado e de nação propostas por José Ramón Recalde e por Marcos Kaplan diz respeito aos processos de formação do Estado Nacional na América Latina. Destaca-se o legado colonial latino-americano que, em muito, favoreceu a consolidação de uma ordem sócio-política tradicional, elitista, patrimonial, católica, estratificada, hierárquica e corporativa. A avaliação dessas marcas históricas coloniais supõe importantes reflexões sobre as dificuldades e impasses enfrentados pelo surgimento de projetos reformadores que colidiram com culturas políticas enraizadas e marcadas essencialmente por democracias excludentes, sistemas representativos clientelistas e formas de participação elitistas. Além disso, tais observações abrem largo caminho para a identificação das elites políticas brasileira dos anos de 1960 e, sobretudo, para as ameaças que o projeto trabalhista de nação trouxe para estes grupos ao consubstanciar o programa político do governo Goulart.

Feitas estas considerações, há ainda mais uma discussão importante para a análise do comício da Central e, principalmente, para os diferentes sentidos que o acontecimento adquiriu relacionadas à noção de campo em muito utilizada neste trabalho. A questão é que o

campo político manteve importante relação de mútua influência com o campo da imprensa. Para chegar a essa conclusão considerou-se campo o espaço destinado à política nos periódicos de grande circulação da época. Embora o *Correio da Manhã* e o *Última Hora* sejam os jornais escolhidos para a análise do comício da Central, um conjunto maior de periódicos foi observado. Muitas vezes eles não aparecem explicitamente nas reflexões apresentadas, mas desempenharam importante papel na construção dessas percepções e conclusões.

Desse modo, como já se observou, o espaço da imprensa reservado à política tornou-se um campo de luta e de batalha retórica. Políticos, organizações sociais, associações, entre outros agentes, utilizaram o campo jornalístico para desqualificar adversários, argumentar e contra-argumentar em defesa de seus partidos e projetos nacionais. Esforçavam-se por criar consensos, consolidar posições e conquistar a opinião pública. Ao mesmo tempo, os donos desses jornais, controladores dessas publicações, defenderam os seus interesses empresariais e políticos a partir da seleção das notícias, da concessão de maiores ou menores espaços na pauta, na construção de manchetes sensacionalistas e, sobretudo, através dos seus editoriais e colunas de opinião. Exploraram a capacidade da imprensa de atingir a opinião pública, dar créditos ou desprestigiar homens públicos, produzir alianças tácitas em torno de questões comuns e iluminar debates e conflitos antes circunscritos ao campo político.

Por essas razões a análise das fontes impôs o cuidado com a historicidade dos discursos extraídos da mídia impressa e a atenção com o contexto linguístico da época. Preocupou-se em como a linguagem pode ser um importante índice a expressar as mutações em curso no mundo social, de que forma pode municiar os combatentes que gestam essas mesmas mudanças, e, trazendo para o comício da Central, como termos-chave, como o próprio trabalhismo, adquiriram uma resignificação semântica intrinsecamente relacionada ao devir dos acontecimentos que se sucederam.

Nesse sentido, Reinhart Koselleck³³ é referência teórica a considerar. De acordo com as reflexões compartilhadas com o autor, historicizar os termos torna precária e parcial qualquer fixação de sentido. Significa entendê-los dentro da pluralidade de códigos ou de linguagens políticas disponíveis em uma determinada época. E, no caso do trabalhismo, leva a reflexão sobre como o termo passou a designar uma problemática particular no pensamento dos atores políticos envolvidos direta ou indiretamente naquelas relações de poder.

É central para a análise do comício, por exemplo, compreender o sentido que os atores políticos da época atribuíram à palavra trabalhismo. Tanto quando se autodenominavam

³³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

trabalhistas, quanto quando o termo se transformava em instrumento de luta e de acusação reportando-se a certa demagogia e à incompetência política. Tratava-se de uma série de vocábulos conceituais disponíveis em torno do sistema político da época que foram ganhando usos diferentes ao longo do tempo.

O mesmo trabalhismo, que na década de 1950 estava relacionado estritamente à defesa da legislação trabalhista criada no governo Vargas de 1937 a 1945, adquiriu novo sentido no governo Goulart. Surgiu então como um conjunto de reformas de reestruturação social que extrapolava o campo das leis do trabalho e atingia modificações no desenho estatal. Parece ter sido largamente utilizado como estratégia de aglutinação e de ampliação do apoio popular. A experiência ia transformando a linguagem que, por sua vez, se configurava numa tentativa de decodificação do vivido.

Tanto os discursos proferidos durante o comício da Central, quanto àqueles que integraram a luta política e que podem ser acompanhados através dos periódicos da época, são entendidos no interior do contexto linguístico no qual estavam imersos. Por isso, seria muito difícil encontrar definições fixas e inequívocas para designações como populista ou sindicalista. Para além dos seus significados entendidos hoje como tradicionais, esses termos integraram, entre 1961 e 1964, uma disputa política na qual foram frequentemente utilizados por um grande e heterogêneo grupo político para desqualificar o adversário no governo.

Com isso, os populistas tornaram-se sempre o outro, em oposição às próprias características de quem falava, ligadas à ordem, à honestidade e à legalidade. Carlos Lacerda, por exemplo, utilizou habilmente o código linguístico disponível para misturar, confundir e construir conceitos que desqualificavam de uma só vez uma série de diferentes grupos sociais e políticos por ele chamados de “comuno-anarco-sindicalistas”, “carreiristas-militares-nacionalistas”, etc. A linguagem refletiu grande parte do contexto político que se viveu naquele momento. E a fala, o próprio discurso, correspondeu, também em parte significativa, às apropriações feitas da linguagem que a transformavam em eficaz instrumento de luta política.

Ao longo da disputa política que marcou o governo Goulart determinados conceitos políticos pareceram buscar uma sintonia mais plena com aquele presente, com o novo tempo histórico que se constituiu. Pareceram buscar uma adaptação possível às novidades da experiência contemporânea. Era a própria experiência que se manifestava na linguagem. Processos convergentes de intensificação da luta política em torno das reformas, de ampliação substancial e possível do que se entendia por democracia e de crescente polarização

ideológica, além do aprofundamento das articulações que acabaram levando ao golpe civil-militar, foram modificando a forma geral da linguagem.

Os discursos atribuídos aos homens e aos grupos que formaram a oposição ao governo trazem constantes referências ao comunismo para designar a política trabalhista. Também eles utilizaram a linguagem como arma política. Alteraram ou atribuíram novos significados a palavras conhecidas, criando novas palavras para designarem sentimentos ainda sem nome. Entre estes, o medo da inserção política dos trabalhadores, o pavor das manifestações públicas dos setores populares e o temor que a possibilidade de mudanças lhes causava.

É verdade que uma conjuntura política internacional de guerra fria contribuiu para a difusão da idéia do terror vermelho no Brasil. Entretanto, o conceito de comunismo foi constantemente utilizado pelos grupos de oposição ao governo Goulart para vincular as reformas sociais a uma possível infiltração comunista. Transformado em arma política, o comunismo surgiu como um importante argumento de persuasão sobre os indivíduos e os grupos ainda indecisos quanto às possibilidades de golpe para derrubar o governo Goulart.

O governo João Goulart, por convicção, defendeu a legalidade do Partido Comunista Brasileiro e conquistou o seu apoio, embora não tenha incorporado o projeto político comunista, mantendo a particularidade do seu programa. O PCB parecia ver na aliança com o Partido Trabalhista Brasileiro a possibilidade de concretização de certas demandas em comum, como uma política de orientação nacionalista, que restringia as remessas de lucros para o exterior. E ainda, uma política externa independente e a reforma agrária. Sobretudo, os comunistas pareciam ver na união com os trabalhistas um caminho que dava à justiça social maior expressão na política brasileira. Vale lembrar que o PCB se orientava pela resolução do V Congresso do partido, realizado em 1960. O Congresso estabelecia como pauta da ação comunista a união de todas as forças antiimperialistas para a emancipação do Brasil do domínio norte-americano, o apoio ao crescimento industrial e a luta pelo fim da concentração fundiária³⁴.

Por outro lado, grupos de militares, de políticos conservadores e de grandes empresários, inclusive aqueles ligados à imprensa, acreditando, verdadeiramente ou não, não se pode dizer ao certo, alarmaram a população sobre o perigo real da aliança entre a URSS e o governo brasileiro dirigido por João Goulart. Serviram-se do comunismo como ferramenta de retórica e de convencimento, senão de manipulação da opinião, para desestabilizar o governo.

³⁴ NASCIMENTO, Marcio Santos do. A participação do Jornal do Brasil no processo de desestabilização e deposição do presidente João Goulart. Dissertação de Mestrado – UFRJ/ IFCS/ PPGHC/ Março de 2007.

Em “Futuro passado”, Koselleck propõe outras noções que se espera ter aprendido a pensar e que funcionam quando interpostas na análise histórica do comício da Central. Uma primeira idéia da qual se buscou extrair importante contribuição foi a de tempo. O autor chama de tempo a construção cultural que, em cada época, determina um modo específico de relacionamento entre o já conhecido como passado e as possibilidades que se lançam ao futuro como horizonte de expectativas.

No período do governo João Goulart, entre 1961 e 1964, também se pode dizer que se inaugurou um momento de transformações nas concepções de passado e de futuro por parte da sociedade. Num passado político recente, que remetia aos anos de 1930 e aos governos de Getúlio Vargas, uma série de direitos trabalhistas, até então impensáveis, foram concedidos modificando a condição de cidadania dos trabalhadores urbanos. O processo foi frequentemente entendido como resultado das sucessivas tentativas de organização e das pressões exercidas por essa massa de homens. Ou, por outro lado, enquanto concessões feitas de cima para baixo que acompanharam um momento mundial de reconhecimento desses direitos. De todo o modo, os trabalhadores aprenderam a utilizar os instrumentos que adquiriram nesse processo, como a legislação e a justiça trabalhista, para defender e ampliar a sua nova condição.

A chegada de um político trabalhista à presidência da República, em 1961, em circunstâncias adversas – que deram aos movimentos populares papel indispensável na luta pela posse de João Goulart – alterou e redimensionou todo o horizonte de expectativas dessa população com a qual o novo presidente foi assumindo compromissos cada vez maiores. O passado tornou-se, nesse momento, para os grupos a quem Goulart frequentemente se dirigia – trabalhadores, camponeses, sindicalistas – cada vez mais um inimigo opressor. Enquanto isso, o futuro parecia lhes sorrir com a possibilidade de reformas. Reforma agrária, tributária, eleitoral e constitucional. Comunistas, estudantes, militantes petebistas e simpatizantes das reformas se enfileiraram no que pensaram ser as trincheiras dessa luta que levaria a um futuro diferente do passado indigno do qual fugiam.

O passado era aquele anterior às conquistas sociais, quando direitos sociais e políticos eram cassados dos homens e mulheres que moviam as máquinas das fábricas em crescimento. O futuro, na percepção dessa parte da sociedade, tinha no seu horizonte a ampliação da participação política, garantias sociais e trabalhistas, redução das desigualdades sociais e da concentração de renda. No tempo presente travou-se a luta entre um e outro, entre a distinção dos dois. O tempo histórico que se constituiu foi aquele no qual o trabalho se apresentou

como a alternativa política mais viável a um grupo amplo e heterogêneo de pessoas que atuaram politicamente em nome das reformas.

1.2 Estrutura da dissertação:

A partir das escolhas e caminhos apontados na discussão historiográfica, teórica e metodológica acima, esta dissertação buscou se servir da pluralidade de compreensões e das diversas ferramentas de pensamento oferecidas pelos avanços e os aprofundamentos que se somaram nesse conjunto de estudos. O destaque, como já foi dito, será dado ao acontecimento que parece simbolizar melhor o embate de forças que caracterizou a crise política dos anos 1960, o comício da Central em 13 de março de 1964.

Retoma-se assim, um período de ebulição política, de tentativa de transformação, a partir de perspectivas e referências ainda não utilizadas nesse sentido, enfatizando a luta histórica que existe por trás da aparente naturalidade do fracasso das mudanças. Acredita-se que história política possa desse modo, contribuir não só para a inteligibilidade do presente, mas também para a autonomia, para o desprendimento e para a liberdade de crítica e de questionamento necessários à luta política cotidiana do mundo atual.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, “Caminhos do trabalhismo e a luta política dos anos de 1960”, trará esclarecimentos sobre a compreensão que se construiu ao longo da pesquisa acerca da idéia e do conceito de trabalhismo. Procurou-se ainda problematizar a relação entre este termo e o populismo. Institucionalização política do trabalhismo e “ator” político fundamental na década de 1960, o surgimento e as transformações por que passou o PTB desde a sua fundação até a realização do comício da Central serão fundamentais para o entendimento da luta política do partido a partir da chegada de João Goulart à presidência da República em 1961.

Da mesma forma, terão destaque as demandas e compromissos históricos assumidos pelo PTB e por suas lideranças ao longo da sua trajetória política. Capítulo de base da dissertação, discutirá, utilizando as fontes selecionadas, as principais características do projeto trabalhista do governo Goulart e as dificuldades, ambiguidades e incoerências encontradas no exercício deste tipo de “fazer política” cujo campo de experimentação e observação será o comício da Central. A constituição do trabalhismo enquanto projeto político de Estado e os caminhos e dificuldades verificados no seu processo de inserção e luta no campo político são questões centrais.

Na segunda parte, “A chegada ao poder. Radicalização?”, será feito um acompanhamento da crise política que se inicia com a conturbada posse de Goulart até a

realização do comício da Central do Brasil. A idéia principal é entender a constituição do comício dentro da dinâmica de luta política em que o acontecimento se inseriu, com os principais agentes históricos, projetos em debate e disputa e formas de luta política. Explicitar o quadro político e social de ampliação do espaço público e de forte mobilização da sociedade civil constitui um objetivo importante para o capítulo.

Discutir-se-á, a partir das fontes e da historiografia mais recente, a questão da radicalização num esforço de compreensão deste termo e de relativização do seu conteúdo de desqualificação da luta trabalhista em relação aos valores democráticos. O anúncio do comício e o redimensionamento do conflito político serão os últimos itens abordados com destaque para o jogo de ameaças e possibilidades abertas aos diferentes grupos identificados com as esquerdas ou direitas políticas.

O capítulo terceiro, “A tentativa de enraizamento. O comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964” dedicar-se-á à realização do comício, à participação dos oradores e à análise dos seus principais discursos. Algumas conclusões serão apresentadas a partir de um balanço do significado do comício para os grupos envolvidos na sua criação e organização, assim como para os grupos que se configuraram em uma oposição política ao governo especialmente a partir da realização do acontecimento. Procurou-se nomear os principais agentes desse processo de polarização política e analisar os discursos proferidos durante o comício em seu conteúdo histórico, ideológico, discursivo e político.

Em “Considerações finais”, será apresentada uma síntese das principais conclusões da pesquisa, objetivos alcançados, hipóteses comprovadas ou não, além das possíveis contribuições às discussões sobre o tema, proporcionadas pelo estudo. Questões, incompreensões e questionamentos abertos ao futuro encerrarão este trabalho com a consciência de que será apenas uma entre as várias interpretações possíveis sobre o tema.

2 CAMININHOS DO TRABALHISMO E A LUTA POLÍTICA DOS ANOS DE 1960.

A partir da década de 1930 processos crescentes de industrialização e urbanização começaram a modificar o cenário urbano brasileiro. Essas transformações tiveram um impacto nas relações de trabalho da sociedade causando importantes alterações neste campo. Movimentos inéditos de crescimento, organização e mobilização das classes trabalhadoras, além do surgimento de lideranças políticas nesse sentido, podem ser observados.

Nesse contexto, o governo Getúlio Vargas, seguindo uma tendência mundial nessa direção, iniciou a implementação de um projeto nacional de industrialização que transformaria a estrutura predominantemente agrária do Brasil. Pode-se dizer que a percepção política do então presidente, ao lado do bloco de poder que deu sustentação ao seu governo, foi responsável ainda por um processo de mediação e institucionalização das novas forças e interesses ligados ao mundo do trabalho. Desse modo, as origens sócio-políticas daquilo que viria a ser chamado de trabalhismo no Brasil foram acompanhadas por uma ação do Estado no sentido de tutelar o surgimento e o crescimento dessas novas relações.

Desde então o trabalhismo passou por importantes transformações, adaptações, processos de ampliação e reforma que pautaram os seus caminhos e o seu modo de inserção na luta política brasileira. Entre a década de 1930 e a década de 1960, o trabalhismo atravessou diferentes conformações de poder e distintos governos com seus projetos políticos próprios. Nesse processo tiveram destaque na história trabalhista o redimensionamento das forças políticas ao fim da segunda guerra mundial e com o fim do Estado Novo, a morte de Getúlio Vargas em 1954 e o período do governo João Goulart, em que se encontra o foco desta dissertação.

Em 1945 foi criado o Partido Trabalhista Brasileiro, representante do trabalhismo no sistema político partidário do Estado democrático de direito que se constituía. Não obstante a existência de objetivos gerais unificadores do PTB, o partido, desde a sua fundação, aglutinou grupos divergentes em relação à extensão e às formas de concretização das medidas voltadas para a justiça social. Fragmentação e disputas internas dividiram o partido entre alas que assumiram posturas mais moderadas, ou mais radicais, outras mais conciliadoras ou independentes, mais clientelistas ou mais doutrinárias³⁵.

³⁵ VERSIANI, Maria Helena. *Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHS. Dissertação de Mestrado, 2007.

Em 1954, com o desaparecimento de Vargas da cena política, o partido se reatualizou e ampliou a partir das suas novas lideranças e disputas internas agora em torno de um projeto político de reformas estruturais para a sociedade. Entre 1961 e 1964, tempo em que o presidente trabalhista, João Goulart, esteve no governo, PTB e trabalhismo enfrentaram sua maior batalha política. Lutaram pela implementação do seu projeto de Estado, de reformas de base, mesmo após o esgotamento das possibilidades de obtenção do apoio da maioria no Congresso Nacional.

Corolário dessa trajetória política surgiu, em 13 de março de 1964, o comício da Central, como estratégia trabalhista fundamental na luta política dos anos de 1960. Condensaram-se a um só tempo, neste acontecimento, a história do surgimento, transformação e ampliação do trabalhismo no Brasil, e o modo como ele foi se inserindo no conflito político até tornar-se projeto de Estado em disputa por hegemonia. O comício simbolizou a tentativa do governo Goulart de inverter a correlação de forças políticas que impedia a viabilização do projeto trabalhista, através da ampliação do espaço político e da criação de um movimento de opinião pública e de pressão sobre o Congresso Nacional em favor da aprovação das reformas de base. Sua realização consagrou a construção do projeto de Estado trabalhista ao longo de quase vinte anos de trajetória política. Ao mesmo tempo, o comício se constituiu em acontecimento chave para a compreensão do embate político e ideológico que teve nos anos de 1960 seu momento de maior polarização.

A partir da consideração destas idéias gerais constituiu-se este primeiro capítulo como parte fundamental para a construção da dissertação. Nele são tratados os caminhos percorridos pelo trabalhismo no Brasil a partir de seu surgimento e transformações. Paralelamente buscou-se analisar as suas formas e condições de inserção na luta política ao longo dos anos, culminando com a organização e realização do comício da Central. O foco está no período do governo João Goulart, tempo em que a formação inusitada de um governo de presidência petebista abriu inéditas possibilidades de concretização do projeto trabalhista de Estado. Objetivo para o qual a articulação e a realização do comício da Central foram estratégias políticas essenciais.

2.1 Getulismo, trabalhismo e a breve história do PTB.

Getulismo, trabalhismo e o Partido Trabalhista Brasileiro não são a mesma coisa, embora tenham mantido profundas relações entre si no período que se estendeu de 1930 a 1964. É preciso entendê-los em suas historicidades, diferenças, particularidades, e também

relações, para compreender a construção do projeto de Estado trabalhista defendido pelo governo João Goulart. Ao mesmo tempo, a clareza acerca dessa reconstituição é fundamental para a análise da inserção do trabalhismo, e dos seus representantes, na luta política em que se inseriu a articulação do comício da Central.

A implementação de uma série de leis sociais nos anos de 1930 e 1940, reforçada pela propaganda política em favor de Getúlio Vargas, gerou uma identificação entre as classes populares, especialmente entre os trabalhadores urbanos, e o governo de Getúlio Vargas. Sua figura remetia não apenas às modificações práticas no mundo do trabalho, aos benefícios da vida cotidiana do homem enquanto “animal laborans”³⁶, mas principalmente no imaginário social ligado ao reconhecimento e à cidadania. Esse sentimento ficou conhecido na história como getulismo.

Entretanto, é importante ressaltar as condições sócio-históricas que permitiram o início desse processo. Resgatar as circunstâncias sociais e políticas que deram maior densidade ao movimento de organização e dinamização dos interesses e demandas das classes trabalhadoras. Foi, certamente, em função dessas alterações na sociedade que a ação do governo Varguista procurou responder através da concretização da legislação trabalhista. Por um lado, a ação do Estado no sentido de conceder tais direitos, impensáveis até então, garantiu, sem dúvida, forte apoio social ao governo. Por outro, este apoio só foi possível porque ancorado em algo sólido, resultado das profundas transformações porque passou o mundo do trabalho naquela conjuntura.

Durante as décadas de 1930 e 1940 a organização política e social do Brasil passou por alterações importantes relacionadas aos movimentos de industrialização e urbanização crescentes. Desde o fim da primeira guerra mundial o sistema de substituição de importações já havia dinamizado o setor industrial do país. A chamada Revolução de 1930 e a chegada do grupo político liderado por Vargas ao poder aprofundaram esse processo a partir de um projeto nacional de estímulo à industrialização e ao desenvolvimento da economia nacional em direção a estas novas bases. A urbanização e o crescimento constante das classes de trabalhadores operários com suas formas de organização e novas demandas políticas completaram esse quadro social.

Pode-se dizer que a habilidade de Getúlio Vargas consistiu em perceber as mudanças que ocorriam naquele momento nas forças sociais, assim como o surgimento de uma grande classe de trabalhadores urbanos. Tal percepção possibilitou a ação do Estado no sentido de

³⁶ A noção é proveniente de uma citação de Hannah Arendt encontrada em: CORREIA, Adriano (Coord.) *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

mediar as relações entre essa nova classe e as outras forças sociais e políticas. Foi, sobretudo, este, o sentido da implementação das leis trabalhistas: acompanhar o desenvolvimento das forças do trabalho mediando, e até mesmo controlando, a sua inserção no campo político. Desta forma foi possível ao bloco de poder do governo Vargas dar continuidade ao projeto nacionalista de industrialização do país evitando crises institucionais. De toda a forma, Getúlio Vargas não criou as forças do trabalho, como os sindicatos e outras organizações. Elas surgiram na sociedade e representaram os interesses dos trabalhadores urbanos em número crescente.

Em fins do primeiro governo Getulista, a possibilidade da saída do estadista do poder trouxe grande receio de um retrocesso no processo histórico para as classes trabalhadoras e populares. A aparente gratidão e o apego a Vargas transformaram-se rapidamente em movimentação política. Inicialmente esses grupos mobilizaram-se politicamente pela manutenção do presidente naquele posto. Posteriormente lutaram pela convocação de uma Assembléia Constituinte que contasse com a presença do chamado “pai dos pobres”. Esse movimento ficou conhecido como Queremismo e demonstrou que o apoio popular a Getúlio Vargas decorria, sobretudo, do entendimento político de que o fim do Estado Novo, por mais autoritário que fosse, punha em risco os direitos trabalhistas conquistados.

A redemocratização e a constituição do sistema político-partidário compuseram um momento importante para a compreensão do que viria a se tornar o trabalhismo. De acordo com Jorge Ferreira³⁷, as imagens mais recorrentes sobre a criação do Partido Trabalhista Brasileiro ressaltam a ilegitimidade de sua fundação, “fruto da argúcia de Getúlio Vargas para afastar os trabalhadores do Partido Comunista Brasileiro”, além das ligações do partido com o sindicalismo corporativista, com a corrupção, entre outros. E, de fato, são muito comuns as compreensões acerca do PTB que enfatizam a “invenção do trabalhismo” em detrimento de demandas da classe trabalhadora. O partido teria representado, inicialmente, uma proposta de organização partidária voltada para a incorporação dos dirigentes sindicais que ocupavam os cargos de mando na estrutura sindical corporativa montada por Getúlio Vargas, cujo objetivo era a luta pela manutenção da defesa da legislação trabalhista, e, com isso, do próprio getulismo, tratando-se aqui da relação indissociável entre a gênese do partido e a figura de Vargas.

Entretanto, é possível que a criação do PTB tenha significado também a possibilidade de inserção e de participação dos trabalhadores no sistema político-partidário. Embora o PCB

³⁷ FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista. Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

tenha sido desde o início o único partido de âmbito nacional, ele jamais se configurou em um partido de massas. Jamais adquiriu penetração entre as classes populares, o que reforçou a existência do PTB enquanto única alternativa de representação e de atuação política entre os trabalhadores. Além disso, muito mais do que fruto da argúcia de Getúlio Vargas, a formação da classe trabalhadora e dos interesses de organizações que dinamizaram o mundo do trabalho, decorreram fundamentalmente das condições sócio-políticas já citadas. Com isso, a criação de um partido que representasse esses grupos na nova configuração política do sistema democrático tornou-se mais uma necessidade e um imperativo do que uma vontade deliberada de controle e manipulação por parte do governo que se desfazia.

De grande importância para a compreensão da trajetória política que percorreu o PTB até 1964 foi o surgimento, já em 1946, do seu projeto político, resultado dos interesses fundamentais dos trabalhadores naquele momento. Com o fim do Estado Novo, o período da implementação da legislação trabalhista foi colocado na pauta política como negativo, ditatorial. As leis correram o risco de serem condenadas junto ao governo que as concedeu. Nasceu então o trabalhismo enquanto projeto de defesa dessa legislação e de representação dos interesses relacionados ao mundo do trabalho. Essa é a perspectiva com a qual se analisa a luta política do trabalhismo nesta dissertação. Trabalhismo é um projeto político que surgiu no período da redemocratização cuja meta principal era a defesa das garantias sociais e políticas concedidas aos trabalhadores durante o Estado Novo. Este projeto se modificou e ampliou ao longo da luta política em que se inseriu a partir da entrada do PTB no campo político.

Diante do fortalecimento dos Estados Unidos no fim da segunda guerra mundial, o governo Dutra abandonou a política nacionalista do governo anterior e vinculou a política interna e externa do Brasil à presença norte-americana. A política política do governo democrático tornou-se tão ou mais atuante do que no governo Getulista e logo a seguir, em 1947, o PCB foi posto na ilegalidade. Com a ditadura do Estado Novo também a participação popular que ele promovera foi extirpada da política nacional. O espaço público foi negado enquanto lugar da política consagrando-se exclusivamente o âmbito político parlamentar como espaço de negociação e debate político.

Durante os quase dez anos que se seguiram, o PTB dedicou-se à organização interna e à sua ampliação no campo político nacional. Também participou ativamente das articulações em torno da candidatura de Getúlio Vargas à eleição presidencial de 1950. Com o suicídio de Vargas em 1954, o partido perdeu a sua principal liderança e promoveu uma importante redefinição dos seus objetivos, metas e estratégias políticas. Novos líderes como João Goulart

e Leonel Brizola ganharam destaque na condução da política petebista. Do mesmo modo, novos temas como monopólio, reforma agrária, extensão da legislação trabalhista ao campo³⁸, entre outros, tomaram conta da agenda política do partido que, por sua vez, buscou maior sintonia com essas questões num movimento de ampliação e reatualização. Este foi um momento de redefinição do trabalhismo. O PTB buscou, sobretudo, a ampliação das suas bases sociais de apoio através do alargamento do seu projeto político. O partido extrapolou o mundo do trabalho e dos seus interesses exclusivos, e iniciou o planejamento de um conjunto de reformas de caráter nacionalista, reformista e distributivista que ficou conhecido como “Reformas de base”.

A reatualização do PTB mencionada acima se refere, sobretudo, à passagem, do programa do partido, de uma sistematização de princípios básicos e propostas gerais intimamente ligadas aos interesses dos trabalhadores, a um projeto nacional e bem definido de reformas de base. A defesa dos direitos do trabalhador, o nacionalismo e a proposta de um Estado intervencionista não só foram mantidos no programa do partido, como se transformaram em propostas políticas concretas e realizáveis conjugadas num projeto de reformas das estruturas do país. A reforma agrária petebista propunha modificações significativas, em longo prazo, no sistema fundiário, a lei de controle sobre a remessa de lucros para o exterior procurava tutelar sob novas bases a relação com o capital internacional, o direito de voto ao analfabeto, a proposta de legalização do PCB e a possibilidade aberta aos militares subalternos de serem eleitores e candidatos, alteravam as regras do sistema eleitoral, entre outras questões como a reforma no artigo constitucional relativo à reforma agrária.

As transformações no projeto trabalhista acompanhavam o crescimento do partido, verificado desde o início da década de 1950, e intensificado com a chegada de Goulart ao governo. O trabalhismo se configurava agora como um projeto de desenvolvimento nacional que contemplava setores sociais os mais diversos a partir da temática da inclusão política, social e econômica. Além disso, a partir do suicídio de Getúlio Vargas observa-se um esforço, por parte das novas lideranças petebistas – João Goulart, Fernando Ferrari, Lúcio Bittencourt, Leonel Brizola, San Tiago Dantas, entre outros – de natureza organizacional. Tratava-se de reestruturar e expandir a máquina do partido, com destaque para a sua penetração em vários

³⁸ HIPPIÓLITO, Lúcia. *Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro*. Anos 90, Porto Alegre, V. 11, p. 21-47, jan-dez de 2004.

estados da federação³⁹, especialmente, os municípios rurais nos quais a presença política do PSD era predominante.

O PTB ainda compôs diferentes governos como o de Juscelino Kubitschek do PSD e o de Jânio Quadros da UDN, através da presença de João Goulart na vice-presidência da República, entre outros cargos políticos menores. Embora o partido trabalhista mantivesse as maiores taxas de crescimento em relação aos outros partidos, atuou entre 1955 e 1961, sobretudo, como mediador das relações entre o governo e as forças do trabalho, tais como os sindicatos e associações grevistas. Apesar da expansão social encontrou grandes dificuldades no jogo político. Deve-se lembrar que entre a Constituinte de 1946 e a realização do comício da Central em março de 1964, dentro do sistema representativo, o PSD foi sempre o partido com maior capacidade de tecer alianças e aprovar suas propostas. O PTB esteve, durante quase todo o período, em condições de partido minoritário, dependendo da aliança com o Partido Social Democrático para a aprovação de todas as suas medidas. Às vésperas do golpe, entretanto, pode-se dizer que o partido tenha chegado a suplantar em número de representantes a bancada do PSD. Contudo, neste momento, a defesa peremptória das reformas de base restringia a possibilidade de alianças e isolava o PTB no campo político parlamentar.

Foi assim que, em 1961, com a inesperada renúncia de Jânio Quadros, a maior liderança trabalhista desde a morte de Vargas, João Goulart, chegou à presidência da República. Carregados de compromissos com as classes populares e munidos de um projeto Trabalhista de Estado, Goulart e o PTB chegaram a uma posição na luta política que, ao menos teoricamente, lhes abria inéditas possibilidades de concretização das reformas de base. Ao mesmo tempo, Goulart não fora eleito presidente, o PTB era minoria no Congresso Nacional e o mesmo Estado Democrático de Direito que legitimara a posse do vice-presidente deveria ser atingido pelas reformas petebistas que incluíam modificações na Constituição do país.

Iniciou-se um conflito político intenso entre as propostas do poder executivo de ampliação democrática e resgate do espaço público enquanto lugar da política, e os limites da democracia representativa organizada em torno dos partidos políticos e seus interesses. O trabalhismo, enquanto projeto político nacional, abriu amplas e diversas possibilidades para uma parte da população, incluindo as várias alas das esquerdas militantes do período. Ao

³⁹ GOMES, Ângela de Castro. *Trabalhismo e Democracia: O PTB sem Vargas*. In: _____ (Org.) *Vargas e a crise dos anos de 1950*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994. p. 133-160.

mesmo tempo, essas alternativas trouxeram ameaças concretas a outros grupos sociais e políticos que encontraram na realização do comício da Central as motivações comuns para romper com o jogo democrático vigente.

Assim, durante boa parte do governo Goulart, especialmente a partir de fins de 1963, a oposição acusou estrategicamente o executivo e a sua base de apoio no Legislativo de inércia ou de radicalidade quanto à apresentação de projetos políticos. Enquanto isso adotou repetidamente o voto em bloco para derrotar aqueles mesmos projetos, apresentando, em contrapartida, anteprojetos de lei, requerimentos e emendas muitas vezes preparados pelo grupo de estudos e doutrina do IPES. Este órgão ficou conhecido pela organização de uma violenta campanha de desestabilização do governo através da difusão de artigos, livros, palestras, etc.

Desse modo, a oposição ao governo agia dentro e fora do âmbito político-parlamentar através da formação de alianças conjunturais que garantiam o veto às propostas reformistas e de uma vasta campanha de natureza ideológica financiada por grandes empresários e forças internacionais, especialmente norte-americanas. Denunciava como caos, desordem e comunismo qualquer manifestação pública popular em favor do governo ou mesmo aquelas que procuravam exercer pressão sobre o executivo. O governo, por sua vez, não fazia concessões em relação às propostas que o legislativo se recusava a aceitar. Estimulava a mobilização popular e pressionava o Congresso Nacional.

Nesse contexto de acirramento da luta política surgiram as articulações em torno do comício da Central. O acontecimento evidenciou o conflito entre este desejo de ampliação da representação e da participação política, e os limites a elas impostos pelo próprio sistema democrático representativo⁴⁰ e pelo respeito à intocabilidade das instituições.

2.2 Programa, poder e luta política.

Como símbolo do embate político que marcou o governo João Goulart, o comício da Central é um privilegiado campo de observação do trabalhismo enquanto programa político para o Brasil. O discurso do presidente, naquele momento chave da crise política, funciona, para os fins deste capítulo, como um importante mapeamento das características ideológicas do trabalhismo ampliado ao tempo de Goulart. O comício inseriu-se no jogo político como

⁴⁰ Sobre os limites da democracia liberal: CORREIA, Adriano (Coord.) *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. E ainda: BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

estratégia de modificação das relações de força entre o Executivo e o Legislativo através de uma demonstração pública de coesão popular em torno das reformas de base. Nesse sentido, seguir a trilha do comício, destacando a intervenção de Goulart, parece ser uma forma interessante de compreender a ampliação e a transformação do trabalhismo que surgiu marcado pelo Estado Novo, além da sua ação prática na luta política pelo poder de reformar o desenho do Estado.

O aspecto nacionalista do trabalhismo era uma de suas marcas originais ligadas ao Estado Novo. Entre 1937 e 1945 Getúlio Vargas mediou as relações entre trabalhadores e proprietários, empregados e patrões, através do recurso ao nacionalismo. Colocava em causa a questão nacional como algo que parecia estar acima das classes e de seus interesses específicos. Estava em jogo um projeto nacional de industrialização e desenvolvimento do país. Em 1939, com a eclosão da segunda guerra mundial, esta situação se exacerbou, interessando a todos, entre esquerdas e direitas, a proteção da economia e da cultura nacionais. Ao fim da guerra, em 1945, embora a conjuntura houvesse se modificado, as esquerdas, não apenas brasileiras, mas também latino-americanas, mantiveram o traço nacionalista e denunciaram o imperialismo como forma de dominação que aniquilava as especificidades históricas e culturais de cada país.

Entretanto, o discurso de João Goulart no comício da Central do Brasil é emblemático no sentido de expor o nacionalismo do projeto político trabalhista para além das suas percepções mais recorrentes. O trabalhismo nacionalista ao tempo de Goulart não era o mesmo da redemocratização. Na década de 1960 a segunda guerra já havia produzido os seus vencedores e vivia-se o clima da guerra fria com o agravante, para a América Latina, da Revolução Cubana em 1959. Não interessava mais a uma parcela importante da sociedade, sobretudo aos grandes empresários e latifundiários, esquivar-se do capital internacional e das relações políticas e econômicas com as forças estrangeiras, especialmente as norte-americanas. Foi assim que coube ao trabalhismo redefinir as suas bases nacionalistas, embora reafirmasse a construção nacional enquanto projeto.

Em vários trechos de seu discurso no comício da Central, João Goulart se reportara à Nação. Sobre a reforma constitucional o presidente afirmou: “Há a necessidade, trabalhadores, da revisão da Constituição da nossa República, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios de desenvolvimento desta Nação”⁴¹. Reforma agrária: “A

⁴¹ Discurso de João Goulart no comício da Central. Apud: FICO, *op. cit.*, 2004, p.289.

reforma agrária só prejudica uma minoria de insensíveis que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida”. E ainda:

“Governo nenhum, trabalhadores, povo nenhum, por maior que seja o seu esforço, e até mesmo o seu sacrifício, poderá enfrentar o monstro inflacionário que devora os salários, que inquieta o povo assalariado, se não forem efetuadas as reformas de estrutura e de base exigidas pelo povo e reclamadas pela Nação”.⁴² (Apud: FICO, *op. cit.*, 2004, p.289).

Mais à frente João Goulart dirige-se ao Congresso Nacional:

“Em nome destas cento e cinquenta ou duzentas mil pessoas que aqui estão, faço caloroso apelo ao Congresso Nacional para que venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente, para melhores dias”.⁴³ (FICO, 2004,p.289).

E finalizando: “À medida que esta luta apertar sei que o povo também apertará a sua vontade contra aqueles que não reconhecem os direitos populares, contra aqueles que exploram o povo e a Nação”.⁴⁴

O presidente Goulart evocava, agora, o povo, a uma luta em nome da Nação. Passava a utilizar o nacionalismo como um recurso ideológico que o tornava sinônimo de público. Ser nacionalista passava a significar colocar o interesse de todos, o interesse público, em primeiro lugar. Por várias vezes, durante o discurso, referiu-se a uma minoria reacionária e pediu apoio àqueles que colocavam os interesses da pátria acima dos interesses privados. Dessa forma o trabalhismo buscava enfatizar algo fundamental para a coesão do grupo: o sentimento de pertencimento a uma comunidade política. Contra o individualismo, o anti-associativismo, a insegurança e a formação de agentes sociais isolados, o trabalhismo, enquanto projeto político, ofereceu uma causa comum em torno da justiça social e da própria esperança.

Por outro lado, vale dizer, que a estratégia de apelar ao espírito público da população como fator de união nacional, envolveu também alguns riscos políticos que não pareceram ter sido avaliados. Não foram poucas as organizações esquerdistas e os políticos reformistas militantes que levaram o trabalhismo nacionalista aos limites da sua radicalização. Em nome dos interesses públicos, nacionais ou populares, desprezaram a existência dos outros partidos políticos, das outras instituições estabelecidas e dos interesses em conservar a ordem vigente. Desse modo, adquiriram importante co-responsabilidade em relação ao acirramento do

⁴² Idem, p.289.

⁴³ Idem, p.289.

⁴⁴ Idem, p.291.

conflito político que levou à deposição do presidente Goulart e à aniquilação de qualquer projeto político de integração.

O distributivismo é outra característica do trabalhismo que compõe todo o projeto de reformas e que, portanto, merece atenção. Está presente na política de redistribuição de terras, de poderes, riquezas, deveres, responsabilidades e ônus. Assim, na tentativa de melhor compreender essa questão, serão analisadas as discussões sobre a reforma agrária durante todo o governo Goulart. Isso significa tentar entender o trabalhismo ao tempo de Goulart, em especial, o seu aspecto distributivista, a partir da sua atuação na luta política. Acredita-se que esta seja uma forma interessante de compreender como o presidente e o PTB entenderam e expressaram o distributivismo no projeto político trabalhista, além de, com isso, poder-se entrar nas teias do jogo político e das relações de força da época.

Em primeiro lugar, é preciso situar a luta do governo Goulart pela concretização do projeto trabalhista, especialmente pela aprovação do projeto petebista de reforma agrária, dentro de um contexto de forte mobilização social e de crescente ampliação dos espaços destinados à reivindicação política. A observação dos periódicos de grande circulação da época revela um quadro social de intensa politização das classes populares. Estes grupos participavam do jogo político através da criação de novos espaços políticos. Realizavam desse modo, reuniões, greves, comícios e encontros nos quais declarações polêmicas estimulavam o clima de disputa e polarização.

Do mesmo modo, os grupos que se enfileiravam na oposição ao governo, entre empresários, latifundiários, militares e classes médias, expunham os seus medos e percepções diante da possibilidade de concretização das reformas, sobretudo manifestando-se contra a reforma agrária. Esses grupos agiam no sentido de criar e estimular uma ambiência de desordem, subversão e caos. Em seus discursos as manifestações populares eram frequentemente denunciadas como expressão da incapacidade do presidente de controlar as esquerdas radicais. Também a infiltração comunista e a possibilidade de um golpe sindicalista eram argumentos constantes nos textos sobre a crise política, especialmente no contexto das discussões parlamentares acerca dos projetos de reforma agrária.

Nesse sentido, tanto o Correio da Manhã, quanto o Última Hora, oferecem registros importantes em relação a esse contexto de intensa participação em que se discutiu a questão da reforma agrária e, é claro, em que se constituiu o comício da Central. Pode-se dizer, inclusive, que, sobre o tema da crescente mobilização social, os dois jornais apresentam igual esforço no sentido de retratar um clima de intensa luta política. Talvez interessasse aos grupos empresariais que dirigiam os periódicos criar essa idéia de impossibilidade de conciliação,

necessidade de medidas extremas ou de um contexto histórico inédito em favor das esquerdas ou ameaçador para as direitas. Mas o fato é que os encontros e organizações promovidos por diferentes setores sociais, em diferentes espaços públicos, tornaram-se cada vez mais recorrentes, acarretando consequências cada vez mais visíveis sobre a disputa política. Além disso, o discurso da imprensa permite não apenas certo entendimento sobre as opiniões do grupo diretor do jornal, mas também do público para quem ele é dirigido e do qual extrai a essência das suas publicações.

Assim, no início de março de 1964 o Correio da Manhã traria em suas páginas políticas as seguintes notícias:

“Encontro de camponeses na Guanabara. Camponeses do Rio de Janeiro e Guanabara realizaram ontem, no Sindicato dos Metalúrgicos, o primeiro encontro da classe para estudar a sindicalização rural, carteiras profissionais para o homem do campo e cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural”⁴⁵

“Reina intranquilidade em Recife. Continuam chegando a esta capital representantes das Associações Comerciais e sindicatos patronais de todo o estado, para a reunião programada pelas classes produtoras e na qual poderá ser determinada a paralisação geral das indústrias, usinas e comércio de Pernambuco”⁴⁶.

Na mesma semana o Última Hora publicava:

“Governadores exigem reformas imediatas. À exceção do Sr. Carlos Lacerda, onze governadores resolveram, durante a reunião realizada sábado e domingo em Salvador, recomendar ao Congresso a imediata aprovação das leis referentes às reformas de base. A recomendação não constou da declaração final da reunião, sendo, contudo, encaminhada como subsídio ao povo, para que tenha conhecimento do pensamento dos governadores sobre o assunto”⁴⁷

“Tensão em Pernambuco. Em agitada assembléia realizada ontem, 600 fornecedores de cana do estado decidiram que todos os seus bens e propriedades poderão ser requisitados, negociados ou trocados por armas, com as quais eles pretendem enfrentar a greve dos 200 mil camponeses que transcorre pacificamente sem as alegadas violências contra os proprietários segundo o relatório apresentado por cinco oficiais da polícia militar que percorreram as regiões afetadas pelo movimento dos trabalhadores. “... Melhor do que qualquer solidariedade é uma metralhadora ponto 30”- Disse o líder dos fornecedores, acrescentando: “Convoco todos à união. Estamos em plena revolução. Reuniões de cúpula não resolvem mais nada. Só na marra se conseguirá alguma coisa”⁴⁸.

⁴⁵ O Correio da Manhã, primeiro de março de 1964, p. 2.

⁴⁶ O Correio da Manhã, 3 de março de 1964, primeira página do segundo caderno.

⁴⁷ Última Hora, 3 de março de 1964, primeira página. Os governadores em questão na notícia eram os representantes dos seguintes estados: BA, CE, GO, RJ, RGN, AC, entre outros.

⁴⁸ Última Hora, 4 de março de 1964, página 2, continuação da matéria de primeira página.

As considerações feitas acima, assim como as fontes apresentadas, pretendem reforçar a idéia de que a discussão em torno da reforma agrária, assim como a constituição do comício da Central, ocorreram em meio a um contexto de acirramento da crise política, provocado, sobretudo, pela ampliação dos espaços políticos e da atuação da sociedade civil. Feito isto, é possível agora retomar a questão da luta política parlamentar em torno da reforma agrária.

Durante o comício da Central o presidente afirmou:

“(...) a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos (...) espero que dentro de menos de sessenta dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios ao lado das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da nação”.⁴⁹

E perguntou: “Como garantir o direito de propriedade autêntica quando, dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários?”. E Por fim: “O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade... Nada disso terá sentido profundo se ao homem não for assegurado o sagrado direito ao trabalho e a uma justa participação no desenvolvimento nacional”.⁵⁰

Goulart expressava o entendimento de que a reforma agrária legitimava-se por um imperativo do próprio capitalismo e, portanto, do desenvolvimento e do progresso do país. Lembrava os benefícios que a redistribuição e a formação de novos consumidores e proprietários trariam também aos industriais e comerciantes. Além disso, referia-se à necessidade da reforma como uma questão moral invocando o Papa João XXIII e os princípios da Igreja Católica. Justificava a questão através de argumentos históricos que resgatavam o processo de distribuição de terras no Japão do pós-guerra, na Itália “ocidental e democrática”, no México e na Índia. A todo o custo, o discurso do presidente tentava dissociar a reforma agrária do desrespeito à propriedade privada e do comunismo. Esforçava-se por construir uma fala de aparência neutra, quase científica, sobre o tema.

Entretanto, a reforma agrária seria uma das questões mais polêmicas e radicalizadas de toda a disputa política simbolizada pelo comício da Central. Tida como democrática e aceitável pela ampla maioria do sistema representativo, uma das vias para a realização da reforma agrária era a apresentação, no Congresso Nacional, por deputados, senadores, ou

⁴⁹ Apud: FICO, *op. cit.*, 2004, p.

⁵⁰ Idem, p.286.

bancadas que representassem a sociedade, discutidas no âmbito do poder legislativo, visando-se alcançar um consenso entre o que os vários grupos pensavam constituir a questão agrária no Brasil. Discutir-se-á quais as alternativas para a sua solução, qual o espaço da reforma agrária nessa solução, e, uma vez aceita, que tipo de reforma agrária seria adequada ao país. Sublinhava-se a necessidade de que fossem leis livremente votadas pelos representantes da população. Enfatizava-se a condução da reforma de maneira ordeira, dentro da lei e dos padrões democráticos⁵¹. Esta era a única via plenamente constitucional e democrática de implementação da reforma agrária com chances de ser aprovada pela maioria parlamentar, embora mantivesse excluída a maioria da população rural. Isso significava que a reforma viria como um grande acordo entre as elites políticas atuantes no Congresso, ou jamais viria. Qualquer outra hipótese era rapidamente considerada antidemocrática e rechaçada pelo parlamento.

O PTB estava inserido no campo político parlamentar como partido minoritário. Suas bases históricas de apoio não possuíam representação política para além do próprio PTB. O Partido Comunista teve o seu registro cassado pelo governo Dutra, em 1947. Os sindicatos e as organizações de trabalhadores urbanos que contavam com a mediação de Vargas nos tempos do Estado Novo encontraram no PTB a única possibilidade de representação efetiva com a redefinição do Estado, em 1946. Entretanto, o capital desses grupos consistia na capacidade de mobilização popular fora do campo parlamentar. Da mesma forma ocorria com os camponeses e trabalhadores rurais organizados em movimentos, como as Ligas Camponesas ou não. Eles permaneceram excluídos do sistema representativo criado nos tempos da redemocratização e também se uniram ao PTB, que, cada vez mais, tornava-se a única possibilidade de entrada das classes populares no sistema político. Não se tratava tanto de aliados políticos, quanto de grupos que enxergaram no PTB uma porta de entrada para a participação política. No entanto, por mais que expandisse as suas bases sociais de apoio, o partido permanecia sem força suficiente no campo político parlamentar para concretizar as suas propostas.

Partido fundamental nesse contexto era o PSD considerado pela historiografia o fiador da estabilidade do regime, o grande partido de centro, forte e reconhecido no sistema partidário. Até a posse de Goulart na presidência da República a aliança entre PSD e PTB tinha sido vitoriosa em sucessivas eleições federais e estaduais. Entretanto, durante o governo João Goulart a coalizão pareceu ter se esgarçado e falido. As incompatibilidades partidárias e

⁵¹ SANTOS, Ana Maria dos. *Desenvolvimento, Trabalho e Reforma Agrária no Brasil. 1950-1964*. Revista Tempo, Nº 7, V. 4, Jul-1999.

ideológicas tornaram-se mais evidentes, especialmente em relação às discussões sobre a reforma agrária. Já nas eleições parlamentares de outubro de 1962 o afastamento se tornou evidente.

Nestas eleições, embora o PTB tenha duplicado a sua bancada no Congresso, o PSD garantiu 119 cadeiras em 409 na câmara dos deputados, e 16 senadores em 45, mantendo-se como partido majoritário. Nos estados, o partido elegeu o governador do Rio Grande do Sul Ildo Menegheti numa coligação entre PSD, PL, PRP, PDC e UDN. Contribuiu para as eleições dos udenistas Virgílio Távora, no Ceará (UDN-PSD-PTN), Petrônio Portela, no Piauí (PSD-UDN-PDC) e em São Paulo aliou-se ao PSP para eleger Ademar de Barros mais uma vez. Em Sergipe abrigou sob a sua legenda a candidatura vitoriosa do udenista João de Seixas Dória (PSD-PRT). Assim, além do fato de que o PTB não participou de nenhuma coligação com o PSD, os resultados das eleições apontam ainda para o fortalecimento da aliança entre PSD e UDN, que marcaria a luta no sistema político-partidário, a partir de então.

Nesse sentido, em 22 de novembro de 1963, o deputado Armando Falcão, do PSD do Ceará, emitiu nota acusando João Goulart de preparar um golpe de Estado para fechar o Congresso Nacional e suspender a Constituição Federal. Vale lembrar que, no ano anterior, o mesmo deputado havia promovido e liderado uma aliança entre o PSD e a UDN no Ceará, conseguindo evitar o triunfo das esquerdas no estado. Em dezembro de 1963, o PSD assumiu a posição de “vigília cívica diante dos novos rumos da política do presidente da República”⁵². O partido opunha-se violentamente ao anteprojeto de reforma agrária elaborado pela SUPRA, considerado “imoral”. Em 10 de março de 1964, o PSD rompia oficialmente com o governo federal em nota lida no Congresso Nacional.

Desse modo, embora, entre 1945 e 1964, o PSD seja considerado o partido de centro, disposto a fazer coligações e a negociar com os sucessivos governos, compondo diferentes alianças, durante o governo João Goulart outra lógica política parece ter guiado as decisões do partido. Destacam-se nesse jogo político, os possíveis interesses na reeleição de Juscelino Kubitscheck em 1965, o que teria levado o PSD a apoiar o sistema parlamentarista e, posteriormente, a reforçar a campanha pelo retorno ao presidencialismo. Além disso, desde outubro de 1962 o partido já apontava para a substituição do PTB pela UDN como aliança política prioritária. Suas divisões internas marcavam cada vez mais a força dos elementos tradicionais e conservadores em detrimento dos políticos mais “progressistas”.

⁵²A expressão pode ser encontrada no verbete sobre o PSD disponibilizado pelo site do CPDOC – FGV/Rio de Janeiro: www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/6231_11.asp. Acesso em setembro de 2009.

Pode-se dizer que, embora comprometido com políticas consideradas modernizadoras, grosso modo, o termômetro para o apoio do partido a tais políticas era o impacto que causavam em suas bases. No caso da reforma agrária, embora o PSD concordasse com a proposta de que as terras desapropriadas fossem indenizadas com títulos da dívida pública, o partido impunha limites intransponíveis em representação às suas conhecidas bases ruralistas. Desse modo, no começo de abril de 1963 o PSD decidiu que o valor dos títulos deveria ser inteiramente protegido dos efeitos da inflação e que apenas propriedades improdutivas ou não exploradas estariam sujeitas à desapropriação. Mesmo assim, contrariando a posição oficial do partido, alas descontentes com a decisão se fizeram ouvir por meio das declarações de Armando Falcão que se mostrou publicamente desfavorável à resolução da bancada do PSD no Congresso. Antecipava-se a campanha anti-reformista que, desencadeada pelos setores mais conservadores do PSD, tornar-se-ia predominante⁵³ no campo político.

Em meados de junho de 1963 o PSD propôs a Emenda Constitucional elaborada por Oliveira Brito, a qual retirava a exigência de que os títulos da dívida pública fossem inteiramente protegidos da inflação, mas estipulava “uma correção monetária de 30 a 50% para compensar a eventual desvalorização da moeda anualmente apurada”. A proposta também fazia restrições sobre as propriedades passíveis de desapropriação, estabelecendo que apenas “a propriedade rural inaproveitada para fins agrícolas e pastoris, ou explorada em condições antieconômicas” pudesse ser desapropriada⁵⁴. Vale à pena lembrar ainda, que para que as condições de exploração de uma propriedade pudessem ser consideradas satisfatórias, o projeto pessedista estabelecia que seu rendimento fosse “pelo menos igual à média dos índices de produtividade de propriedade da mesma região, com análogas possibilidades e idênticas características de clima e de solo”. Isso significava que no caso dos índices de produtividade de uma dada região serem baixos, ainda que a propriedade fosse mal aproveitada, ela não poderia ser desapropriada, já que seu rendimento não seria inferior à média regional.

Desse modo, no decorrer da luta política, ficavam cada vez mais claros os estreitos limites e as restrições do PSD à negociação da reforma agrária. O partido jamais admitiria reforma na estrutura fundiária que pudesse afetar o patrimônio das suas bases ruralistas e setores conservadores tais como Armando Falcão, Herbert Levy, Abel Rafael e João Mendes,

⁵³ Telegramas enviados pelo deputado Armando Falcão ao diretório Nacional do PSD em 3 e 6 de maio de 1963, e as respostas recebidas – Arquivo Amaral Peixoto, CPDOC – FGV, RJ.

⁵⁴ LEIBRUNDER, Ana Paula. *O posicionamento da UDN sobre o projeto de reforma agrária do governo João Goulart (1963-1964): Estratégias de silenciamento da polifonia enunciativa*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em filologia e Língua Portuguesa. São Paulo, 2007.

que passaram então a percorrer o país para articular a reação contra o governo. Eles encontrariam apoio nas Associações Rurais espalhadas principalmente pelo interior de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás.

Por outro lado, o PTB devia, em grande parte, ao seu caráter distributivista o crescimento do partido e o apoio popular e político recebido no momento de superação do getulismo. Distinguia-se política e ideologicamente através do projeto de reformas de base, da possibilidade que abria para uma redistribuição de papéis sociais, ampliando a participação política e promovendo a inserção de uma grande parte da população historicamente excluída. Trazia mudanças ao sistema representativo e à concepção mais tradicional do próprio fazer política. Obedecia à idéia de formar uma nova classe no campo, aumentando o número de proprietários e o acesso à propriedade. Diminuiria ainda a influência do PSD sobre o eleitorado rural que, na década de 1960, correspondia a quase 55% do total da população brasileira.

Assim, o PTB apresentava-se profundamente dividido entre alas mais moderadas e outras mais radicais, entre petebistas históricos e grupos que aderiram às causas do partido em função da impossibilidade de outra forma de inserção política. De todo o modo, os seus parlamentares passaram a enxergar nas condições impostas pela maioria do Congresso à reforma agrária do governo, uma insistência em que as terras fossem vendidas. Negociadas a um preço que permitisse financiar a reforma agrária, especialmente no campo das indenizações, contemplando, inclusive, aqueles que pudessem desde já dar viabilidade econômica aos seus lotes.

Foi assim que, em agosto de 1963 o PTB rejeitou o projeto de Emenda Constitucional apresentado pelo PSD, permanecendo intransigente na defesa do seu projeto. Os políticos da bancada petebista alegaram ser inaceitável o artigo que impedia a desapropriação de terras produtivas. Bocayuva Cunha, líder do PTB no Congresso Nacional afirmou em carta a Martins Rodrigues, líder da bancada do PSD, que a medida correspondia à “institucionalização do latifúndio” e à “perpetuação do monopólio da terra”. O PTB rejeitava ainda a definição de “exploração econômica satisfatória”⁵⁵.

No comício da Central, em 13 de março de 1964, João Goulart exaltadamente explicou que a reforma agrária não subverteria as relações capitalistas de produção. Mas pelo contrário, reforçava-as e favorecia o desenvolvimento econômico. Afirmou o presidente:

⁵⁵ SANTOS, *op. cit.*, 1999.

“Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma agrária como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro é negócio agrário, que interessa apenas ao latifúndio, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro”.⁵⁶

E em seguida:

“E é claro, trabalhadores, que só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos começar a reforma agrária, para atender os anseios do povo, nos estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo com transporte fácil para o seu escoamento”.⁵⁷

João Goulart tornava inimigos do governo os latifundiários. Aniquilava, com o discurso no comício da Central, quaisquer formas de entendimento com os grupos proprietários e associações rurais. Por mais que a sua carreira política tenha demonstrado uma tendência clara à conciliação e ao apaziguamento, e ainda que tenha escolhido o caminho constitucional para a concretização das reformas em meio às possibilidades mais radicais oferecidas por parte das esquerdas, João Goulart delineava e distinguia um projeto político em luta. Pode-se dizer que era menos uma questão de radicalização, do que de luta política, tal qual se observava em outros grupos como os udenistas e os próprios ruralistas.

O comício estava longe de ser a revolução. Entretanto, e de grande importância, o acontecimento do dia 13 de março elevou o conflito do início dos anos de 1960 a uma profunda cisão política e social. No limite, esse processo de polarização expressava o embate entre as possibilidades de uma política integracionista e os limites da democracia representativa, acenando para uma divisão política e social entre as possibilidades de ampliação democrática as ameaças à conservação da ordem vigente, e para a manutenção de uma percepção da sociedade sobre a política ligada, sobretudo, aos limites da fórmula democrática liberal.

Até aqui se buscou esclarecer o trabalhismo enquanto projeto político com as suas características e limitações. Ao mesmo tempo, procurou-se acompanhar a sua inserção na luta política empreendida pelo governo João Goulart para implementá-lo sem obter maioria no Congresso Nacional, embora, sem desrespeitar a Constituição. Buscou-se mostrar que, se entre 1946 e 1961 o PSD pode ser entendido como o partido mais equilibrado, responsável pelo papel de fiador da estabilidade político-partidária, durante o governo Goulart, esta função não se confirma. Os princípios ideológicos e interesses políticos, mas principalmente, a fidelidade à representação partidária, desfizeram a aliança PSD-PTB. Entretanto, talvez essas

⁵⁶ Apud: FICO, *op. cit.*, 2004, p.287.

⁵⁷ Idem, p.289.

questões fiquem mais claras ao observar-se também a atuação da UDN, o outro grande partido do campo político, tido como o oposto extremo ao PTB. Talvez a atuação udenista nos debates sobre a reforma agrária esclareça melhor a natureza da aliança que surgia (PSD-UDN) isolando o trabalhismo no campo político parlamentar, assim como a escolha do PTB pela criação de um novo espaço público de luta política nesse contexto.

Voltando à discussão sobre as possibilidades de execução da reforma agrária, vale recordar que o PTB enfrentava profundas divergências internas mesmo em relação a esse tema. Dividia-se entre alas que se recusavam a negociar qualquer proposta que limitasse o alcance da reforma agrária proposta pelo governo, e alas mais moderadas que se mostravam dispostas a negociar com o PSD uma proposta alternativa à emenda constitucional do governo. Segundo João Goulart, a realização da reforma agrária estava sendo impedida por dispositivos constitucionais que exigiam indenização prévia e em dinheiro para a desapropriação de terras por interesse social. Buscando superar essa barreira, o governo propunha o pagamento das indenizações através de títulos da dívida pública como único modo de arcar com os compromissos financeiros das desapropriações.

Em abril de 1963, o governo, através do líder do PTB na câmara dos deputados Bocayuva Cunha, apresentou o projeto de Emenda Constitucional número 1 que incluía a proposta segundo a qual as desapropriações baseadas em interesse social pudessem abranger tanto propriedades rurais quanto urbanas. Sobre o assunto, o posicionamento da UDN foi decidido em Convenção Nacional em Curitiba optando por rejeitar completamente o projeto de reforma agrária do governo João Goulart. Ressalta-se que, depois da convenção, os dois membros integrantes da Comissão Parlamentar, Bilac Pinto, presidente do partido, e Aduro Lúcio Cardoso, que aceitavam abrir negociações em torno do projeto de emenda constitucional do governo, foram substituídos por Aliomar Baleeiro e Ernani Sátyro, com marcadas posições contrárias.

Desse modo, em 13 de maio de 1963, a Emenda Constitucional número 1 foi derrotada na Comissão Especial. Os udenistas Pedro Aleixo, Ernani Sátyro e Aliomar Baleeiro defenderam a intocabilidade da Constituição. Sob estratégias argumentativas que envolviam a manutenção da ordem jurídica do país, a desconfiança em relação ao governo João Goulart, um forte e poderoso anticomunismo e a proteção à propriedade privada, a intocabilidade da Constituição tornou-se a principal bandeira da UDN até a deposição de Goulart. A ela apenas se somará a necessidade de intervenção das Forças Armadas, o desejo reiterado pelo golpe civil-militar.

João Goulart ainda procurou ampliar a sua base de apoio nos setores moderados do PSD, ao mesmo tempo em que tentava diminuir, ao menos aparentemente, a influência do grupo compacto e do movimento sindical no seu governo. Assim, reestruturou seu gabinete substituindo membros desse grupo por outros mais próximos às alas moderadas do partido. Nomeou Abelardo Jurema e Tancredo Neves, ambos pessedistas, respectivamente Ministro da Justiça e líder da bancada do governo na câmara dos deputados. Goulart retirou temporariamente seu apoio ao CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), transferindo-o para o UST (União Sindical dos Trabalhadores), mais moderado. Com isso conseguiu impedir a convocação de uma greve geral “com a finalidade de pressionar o Congresso Nacional a votar a reforma agrária”⁵⁸.

Mas não houve jeito, em 7 de outubro, a câmara dos deputados rejeitou a emenda do governo. Neste momento já se mostrava impossível a aprovação de um projeto conjunto entre PTB e PSD. O deslocamento pessedista em direção à UDN ficava claro, assim como, ao fim e ao cabo, se tornavam nulas as possibilidades de aprovação do projeto de reforma agrária do governo sem que se descaracterizasse. Afinal, e ainda questão de grande atualidade, quem a democracia representativa representava? Pode-se dizer que significativa parte do eleitorado não era reconhecida pela dinâmica do sistema político partidário. O espaço de discussão parlamentar, no ápice da crise, fechava-se às reformas e à ampliação. Prescindia dos movimentos populares mobilizados nas ruas. O resultado, no Congresso nacional, foi o fortalecimento do bloco conservador anti-reformista e o enfraquecimento das forças de centro-esquerda pró-reformas. O PSD abandonava o papel de moderador e árbitro do sistema político a ele atribuído.

Quanto à política agrária o governo adotou a estratégia de se valer de medidas que não exigiam ações legislativas para serem implantadas⁵⁹. Surgiu então publicamente o decreto da SUPRA que declarava ser de interesse social e, portanto, desapropriáveis, as áreas com mais de 500 hectares “compreendidos entre um raio de 10 km dos eixos de rodovias e ferrovias federais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem”. Quanto ao isolamento político do PTB e à falta de reconhecimento do espaço político parlamentar em relação às demandas reformistas, eis que surgiram os preparativos para o comício da Central.

⁵⁸ FIGUEIREDO, *op. cit.*, 1993. p. 121.

⁵⁹ YAMAUTI, Nilson Nobuaki. *A questão da reforma agrária no governo João Goulart*. Maringá, V. 27, Nº1, p. 69-86, 2005.

É importante destacar os limites destas medidas. Nenhuma das duas decisões resolveriam definitivamente problemas concretos. Entretanto, sua combinação demonstrou grande impacto na luta política da época. Durante o próprio comício o presidente afirmou:

“Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA. Assinei-o meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores da terra, que se apoderam das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo, que custou setenta bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo. Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos da dívida pública e a longo prazo... Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica (...)”⁶⁰

Tirando os excessos da oratória política, João Goulart conhecia os limites do decreto da SUPRA. Sabia que embora a Superintendência de reforma agrária não fosse órgão subordinado ao poder legislativo, para que a redistribuição de terras através de desapropriação por interesse social fosse executada, o poder executivo não poderia prescindir da aprovação de emenda constitucional pelo Congresso. Tal emenda deveria autorizar o pagamento das indenizações em títulos da dívida pública. Segundo Argelina Figueiredo, o decreto atingiria, sobretudo, proprietários rurais ligados ao PSD, cuja influência política resultou em desvios nas rotas de estradas federais de forma a beneficiar as suas propriedades⁶¹.

Quanto à organização do comício da Central, pode-se dizer que, por um lado, o governo, através do PTB, encontrava-se isolado no sistema político partidário. Suas medidas perdiam a legitimidade em face da aliança que se estabelecia entre PSD, partido majoritário, e UDN, grande partido de oposição. O sistema político representativo parecia não comportar o desejo de ampliação da representação. Por outro lado, a carreira política de João Goulart demonstrava o caráter conciliador do presidente e o governo jamais se mostrou imbuído de pretensões totalitárias. Assim, em descompasso com a democracia liberal, tal como estava posta, e rejeitando soluções autoritárias, o governo optou pela criação de um novo campo de discussão política, público, sem restrições em relação à participação, além de um campo de manobra voltado para a opinião. Regatava-se a idéia do comício público enquanto

⁶⁰ Apud: FICO, *op. cit.*, 2004, p.286.

⁶¹ FIGUEIREDO, *op. cit.*, 1993.

acontecimento capaz de construir um consenso entre as esquerdas e pressionar o Congresso Nacional através da pressão exercida pela opinião popular.

Neste ponto da dissertação, vale à pena lembrar algumas reflexões de Hannah Arendt sobre a democracia moderna e os limites do sistema representativo. Segundo a autora,

“se no totalitarismo a liberdade fora aniquilada, no caso das democracias representativas, fundadas no sistema de partidos políticos, ela tenderia a se restringir ao mínimo, na medida em que o espaço público transformara-se em um mercado de trocas econômicas destinadas à manutenção das necessidades vitais da sociedade”.⁶²

Desse modo, entre a despolitização que Arendt enxerga na modernidade, no que se refere à minimização da participação política e do exercício da soberania, e a hiperpolitização totalitária que a autora viveu durante a segunda guerra mundial, o trabalhismo surgia com uma proposta alternativa de restabelecimento de uma democracia mais participativa⁶³, embora com as suas limitações. Ainda que dentro das regras democráticas vigentes, ao renovar o interesse dos cidadãos pela participação política e pelo debate público, conferindo-lhes lugar, reconhecimento e legitimidade num novo espaço público de discussão política. Não se tratava, claro, de incluir toda a população diretamente, o que seria impossível, mas de multiplicar os espaços públicos a fim de que mais pessoas pudessem participar da política em diversos níveis. Talvez tenha sido exatamente este o papel histórico cumprido pelo comício da Central.

Vale esclarecer que o restabelecimento da democracia participativa através da ampliação dos espaços políticos, não nega ou deslegitima o sistema democrático representativo. Mas, enfatiza o elemento igualitário e popular da democracia, aumentando as possibilidades de participação, especialmente entre os setores da população com dificuldades de representação e defesa dos seus interesses no campo político tradicional.

Também parece importante um esforço no sentido desfazer, ao menos em parte, a dicotomia que a polarização no campo político, especialmente a partir da realização do comício da Central, muitas vezes sugere entre direitas e esquerdas, enquanto grupos homogêneos em suas composições e interesses. Com relação às esquerdas, o comício pode ser um privilegiado campo de observação das diferentes propostas e possibilidades que o trabalhismo abriu para os variados grupos que constituíram o movimento reformista. João Goulart reforça, de todas as formas, a idéia de reformas democráticas. Busca a construção de

⁶²CORREIA, Adriano (Coord.) *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

⁶³DUARTE, André. *Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta da política*. In: CORREIA, Adriano (Coord.) *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

um consenso entra as esquerdas que pressione o Congresso Nacional a aprová-las tal como figuravam no projeto petebista. Não manifesta intenções políticas autoritárias, embora nomeie os seus inimigos, ameace latifundiários, especuladores e “exploradores do povo”, e demonstre a decisão de não negociar modificações, especialmente no projeto de reforma agrária, a partir da realização do comício.

Goulart pretende, sobretudo, pressionar o Congresso Nacional a aprovar as reformas de base através da construção de uma opinião popular ativa e unida. Entre as lideranças que participaram do comício, João Pinheiro Neto, então presidente da SUPRA mostra-se aliado incondicional do presidente. O então deputado federal Leonel Brizola lidera um grande grupo que reúne os movimentos sindicais e populares mais radicais no que se refere à concretização das reformas. Brizola considera a possibilidade de fechamento do Congresso Nacional e propõe a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte e a formação de um parlamento composto por operários, camponeses, oficiais militares nacionalistas e sargentos. O comício funcionou para o deputado, que teve a sua presença vetada pelos organizadores até a véspera do acontecimento, como um momento de afirmação de sua liderança entre as esquerdas. Brizola oferecia outro caminho ao presidente João Goulart com quem, por vezes, disputou alianças e atenções.

Miguel Arraes, então governador do estado de Pernambuco, oscilou entre a radicalidade de Brizola e a conciliação de Goulart. Participou da Frente de Libertação Nacional, criada com o objetivo de nacionalizar empresas estrangeiras, impor o controle da remessa de lucros para o exterior e lutar pela reforma agrária, mas rejeitava saídas inconstitucionais para o impasse político e fez um discurso voltado para a união entre os grupos reivindicatórios. Ao mesmo tempo em que se colocou ao lado de Goulart pela “unidade das forças populares”, e reiterou a necessidade das reformas, não deixou de criticar as limitações do decreto da SUPRA em relação à reformulação da estrutura fundiária brasileira. Ao fim, reconheceu a medida como “uma conquista que justifica o comício”. Arraes possuía grande popularidade em seu estado, embora não alcançasse representação em âmbito nacional. Sua participação no comício selou o apoio a João Goulart apesar de não esconder a existência de divergências políticas.

Outra liderança importante que, embora não tenha se pronunciado no comício da Central, merece destaque era San Tiago Dantas. Então deputado federal pelo PTB de Minas Gerais e ex-ministro da Fazenda por duas vezes no governo presidencialista de João Goulart, concluiu a elaboração de um programa mínimo voltado para a formação de um governo de frente única que agregaria desde pessedistas até membros do Partido Comunista Brasileiro.

Apesar de não ter logrado êxito nesta proposta, San Tiago Dantas representou um dos caminhos possíveis a ser trilhado pelo trabalhismo. Mesmo afastado do governo, o ex-ministro pode ser considerado aliado de primeira hora do presidente tendo se manifestado sempre em favor da “ampliação do processo democrático e da redistribuição da renda social com o fim de inserir o país em um tempo de justiça e progresso”⁶⁴.

Voltando agora às marcas fundamentais do trabalhismo brasileiro, não se pode deixar de mencionar especificamente o seu aspecto reformista. Talvez o reformismo tenha sido resultado das transformações pelas quais o PTB passou a partir do esforço dos seus próprios dirigentes para superar o getulismo sem perder a “marca” de Getúlio Vargas como recurso ideológico. O reformismo surgiu com a elaboração de um projeto político nacional a ser defendido pelo PTB. Embora tivesse nos trabalhadores a sua principal base de apoio, a formulação de um projeto de Estado reformista abria a possibilidade de representação a uma parcela bem maior da população. O partido passava da defesa dos interesses particulares das classes que originariamente o constituíram à defesa de interesses nacionais tendo como princípio a necessidade iminente de reformas estruturais e de base no Brasil.

O programa do partido passava a incluir: reforma agrária, que posteriormente levaria à defesa da reforma Constitucional em artigos específicos sobre este assunto, reforma tributária, eleitoral ampla, voto ao analfabeto, elegibilidade de todos os brasileiros, reforma universitária, entre outras. Prometia às classes populares a ilusão de resolver a um só tempo as mais profundas incoerências e dificuldades da democracia real⁶⁵. Entretanto, jamais representou a possibilidade de uma revolução. Buscou, em verdade, alterar as bases do Estado no sentido de ampliar a participação e diminuir as desigualdades que dificultavam o desenvolvimento do país.

Por um lado, se a sobrevivência das oligarquias, o predomínio dos interesses particulares e mesmo a insuficiente educação dos cidadãos, assim como muitos outros, são problemas por resolver ainda hoje, talvez o mérito do governo João Goulart, durante o qual o PTB ocupou a presidência da República, tenha sido o de propor soluções políticas alternativas para a interrupção da participação, para a limitação dos espaços públicos e para a crescente desigualdade social no país. E ainda que o esforço empreendido nesse sentido tenha se perdido na sequência dos acontecimentos, restou um privilegiado campo de observação dos

⁶⁴ Discurso proferido por Francisco Clementino San Tiago Dantas em agradecimento pelo prêmio "Homem de Visão de 1963", outorgado pela Revista Visão. Revista Brasileira de História, vol.24 n°.47, São Paulo, 2004.

⁶⁵ BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

impasses trazidos pela abertura de possibilidades de alterações na política brasileira, sem que se associem valores positivos ou negativos a essas mudanças.

Além disso, tratou-se de uma experiência exemplar que envolveu a persistência de um ideal de renovação gradual da sociedade, do livre debate de idéias, da mudança das mentalidades e do modo de viver, embora a maior parte daquelas promessas não tenham se efetivado historicamente. O comício da Central é entendido, portanto, como o acontecimento que melhor condensa as propostas reformistas, a heterogeneidade dos agentes envolvidos, a força dos grupos mais tradicionais e conservadores no Brasil, além das dificuldades de equacionar problemas sociais que a democracia liberal ideal jamais poderia ter previsto. E isto sem perder a esperança ou a ilusão nas possibilidades de melhorá-la.

Ressalta-se ainda, e este parece ser um ponto de grande importância, o fato de que o trabalhismo reformista questionou e propôs mudanças nos comportamentos políticos mais tradicionais, mas não nas regras do jogo democrático. O trabalhismo o seu modo de fazer política através, sobretudo, de movimentos sociais e da construção de movimentos de opinião, eram partes constitutivas das regras daquele jogo, embora se pudesse observar claramente o enraizamento de percepções da sociedade sobre a política em sentido radicalmente oposto. Inclusive, um dos resultados dessa conformação do trabalhismo brasileiro à disputa democrática era a impossibilidade de que tivesse por efeito a revolução ou a subversão do sistema. Mas sim a luta pela capacidade de reformá-lo.

Em discurso no comício da Central disse João Goulart:

“Meus patrícios, a hora é a hora da reforma, brasileiros, reforma de estrutura, reforma de métodos, reforma de estilo de trabalho, e reforma de objetivo para o povo brasileiro. Já sabemos que não é mais possível produzir sem reformar, que não é mais possível admitir que esta estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional, para milhões e milhões de brasileiros, da portentosa civilização industrial, porque dela conhecem apenas a vida cara, as desilusões, o sofrimento e as ilusões passadas. O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social. Reformar, trabalhadores, é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada pela realidade econômica dos momentos em que vivemos.”⁶⁶

Assim, o trabalhismo reformista ampliado ao tempo de Goulart ultrapassava em muito a circunscrição do mundo do trabalho, da legislação trabalhista e dos marcos de alteração a que Getúlio Vargas chegara em relação à vida dos trabalhadores. O governo Goulart criava a expectativa de que houvesse chegado o momento de reformular, sobretudo, o papel social destinado aos trabalhadores. Às classes populares foi oferecida a possibilidade de um gozo inédito de estima pública, reconhecimento e legitimidade das demandas. Refletindo sobre a

⁶⁶ Apud: FICO, *op. cit.*, 2004, p.286.

afirmação de Hannah Arendt de que “na moderna glorificação do trabalho surge a outra face do obscurecimento da vida pública”⁶⁷, pode-se dizer que o reino da necessidade e o reino da liberdade, entendida enquanto capacidade de intervenção e participação política efetiva, além do exercício cidadão, concorreram no mesmo discurso em nome, não de uma revolução política, como talvez a autora pudesse desejar, mas de um reformismo que investia nas possibilidades políticas criadas dentro da própria ordem.

Nesse sentido, enfatiza-se também a relação estabelecida por Goulart entre as reformas e a continuidade. Ao afirmar que “não é mais possível produzir sem reformar” o presidente fez do reformismo uma necessidade também para os conservadores, proprietários e latifundiários tendentes à direita política e opositores reacionários às mudanças. Funde um movimento de reformas das condições sociais e políticas do seu eleitorado a um movimento de conservadorismo no que se refere ao elemento de compromisso com a continuidade e melhoria do funcionamento do sistema de produção capitalista.

O discurso do presidente no comício da Central relaciona ainda as reformas às mudanças conjunturais referindo-se, especialmente, ao rápido crescimento da “civilização industrial”. A sociedade industrial, cada vez mais complexa é composta por grupos relativamente autônomos que lutam pela sua supremacia a fim de fazer valer os seus interesses contra outros grupos. Além disso, elites políticas em concorrência entre si disputam a conquista do apoio popular. Por esses e outros motivos, esta nova sociedade surgiu na fala de Goulart como mais uma razão para a legitimidade das reformas. Justificou-se o reformismo através da necessidade de uma sintonia entre o reconhecimento dos direitos sociais e dos políticos, do atendimento de parte das crescentes demandas dirigidas ao Estado e da necessidade de se frear a profunda e crescente desigualdade de rendas. Desigualdade esta que acabaria por sugerir o caos social e o emperramento do sistema produtivo, além de um atraso moral em relação ao desenvolvimento do país simbolizado pela permanência de percepções culturais nas quais as classes trabalhadoras desfrutavam de muito pouca valorização social. O reformismo passa a ser descrito pelo discurso trabalhista como um imperativo dos novos tempos.

Por fim, é de grande importância a associação feita pelo presidente ainda em seu discurso no comício da Central, entre o processo reformista e o “caminho do progresso e da paz social”. Contrário ao pensamento conservador que tende a naturalizar o caminho para o progresso desvalorizando as mudanças na ordem estabelecida, Goulart argumenta em favor de

⁶⁷ CORREIA, Adriano (Coord.). *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

um programa de reformas que assegure o progresso, embora enfatize este movimento enquanto legítimo e constitucional. Parecia querer firmar uma espécie de pacto político destinado a garantir a previsibilidade e a estabilidade dos acontecimentos. Parecia tentar dizer que o triunfo do trabalhismo, do seu reformismo, do comício da Central, não era a revolução. Entre a direita liberal e a esquerda radical, entre o liberalismo excludente e a ditadura do proletariado, o trabalhismo, ao tempo de João Goulart, ofereceu o caminho das reformas enquanto caminho da ampliação, da integração, mas não da revolução.

2.3 Populismo ou trabalhismo? Contexto, teoria e posicionamento acerca dos conceitos.

Para todos os efeitos, a partir de 1930, as classes populares surgiram cada vez mais como sujeito histórico. Apareceram na cena pública reivindicando espaços e negociando direitos, concessões e apoios políticos. Tornaram-se, cada vez mais, conscientes da força que podem exercer sobre os rumos políticos, assim como dos limites da democracia brasileira e dos desajustes do processo político partidário constituído a partir de 1946.

As diversas tentativas teóricas de explicar essas transformações no padrão de participação popular resultaram na construção do conceito impreciso de populismo. A definição principal do que seria esta categoria de pensamento veio de Francisco Weffort⁶⁸. Para ele, seja de direita ou de esquerda, o populismo é uma coisa só. O traço comum é a recusa do líder a defender os interesses específicos dos trabalhadores. Ao colocar a questão nacional em primeiro plano, o nacionalismo não apenas deixa de servir aos interesses populares, como ainda impede que eles venham a público. Assim, a característica principal do populismo seria a manipulação.

Depois de Weffort, diversos teóricos se debruçaram sobre a questão do populismo ora apontando as falhas de tal concepção, ora sofisticando o conceito. As principais críticas vieram, sobretudo, de parte dos historiadores que ressaltaram, para muito além da manipulação e da demagogia, a existência de negociações e confrontos entre os trabalhadores e os líderes políticos, comprovando a capacidade dos primeiros de se fazerem ouvir, reconhecendo ou não como legítimo ou merecedor de apoio político determinado projeto de Estado. Para Jorge Ferreira⁶⁹ o termo populismo é utilizado para definir coisas muito distintas, o que enfraquece o conceito. Além disso, a contextualização demonstra a utilização do

⁶⁸WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

⁶⁹FERREIRA, Jorge. *O populismo e a sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

populismo, na maioria das vezes, para desqualificar o adversário político. Populista seria sempre o outro.

O fato é que durante o governo João Goulart o termo populismo foi constantemente utilizado no campo retórico da luta política. Tornou-se um recurso de oposição ao trabalhismo que procurou associar este projeto de Estado e as suas lideranças à demagogia e à manipulação da população mais pobre. O trabalhismo, ao tempo de Goulart, foi combatido através da crítica à liderança Getulista que criou o PTB. Além disso, o programa político petebista primou pela defesa das leis trabalhistas implementadas durante o Estado Novo e ameaçadas em tempos de redemocratização. A partir de 1946, essas circunstâncias serão utilizadas pela oposição para desqualificar o trabalhismo associando-o ao autoritarismo e à condenação do governo anterior.

Entretanto, deve-se atentar para o fato de que o trabalhismo se constituiu em um programa político-doutrinário não reduzível ao getulismo ou ao populismo, entendendo-se este como argumento de desqualificação política. O apoio das classes populares a Getúlio Vargas esteve sustentado por um conjunto de medidas práticas que as beneficiaram nas suas relações com as classes de proprietários. Que modificaram o mundo do trabalho atendendo às demandas dos trabalhadores. Ressalta-se que estas demandas não eram apenas brasileiras, mas reflexo de um movimento mundial de transformações sociais acompanhado do reconhecimento dos direitos dos trabalhadores. Além disso, o projeto político que nasce com o PTB não se liga à defesa personalista de Getúlio Vargas, mas à defesa da legislação garantidora de direitos sociais aos trabalhadores urbanos. Ao tempo de Goulart este projeto será ampliado para um programa de reformas nas bases estruturais do país.

O perigo surgiu quando o populismo, tal como descrito acima, foi apropriado pela análise acadêmica. Tornou-se ferramenta teórica para a compreensão de todo período democrático, de 1945 a 1964, alcançando, inclusive, status de prática social e política que sobrevive ainda nos dias de hoje. A combinação entre a concessão de alguns direitos e a manipulação política passou a ser encarada como um padrão super elástico de comportamento político que atingiria os mais diferentes governos. Entre eles estariam o de Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e até mesmo Carlos Lacerda, que entraria nesse conjunto. Pode-se dizer que, se nos anos de 1960 o termo foi utilizado para barrar o avanço do trabalhismo, a partir de 1964 passou a ser empregado na tentativa de desqualificar os governos democráticos.

Ocorre que a rediscussão do termo por parte da historiografia não o torna sinônimo do trabalhismo. Por mais que sejam levadas em consideração as negociações entre as lideranças

políticas e as classes populares tornando estas também sujeitos do processo histórico, continuar-se-á trabalhando com uma ferramenta teórica de compreensão histórica e com um certo padrão de comportamento político. Desta forma não seria possível traçar a trajetória do trabalhismo enquanto doutrina política institucionalizada pelo PTB. A rediscussão do populismo diz respeito ao modo como a historiografia entende e utiliza este termo nas análises do período. O trabalhismo tem a ver com um projeto de Estado que nasce da defesa das leis trabalhistas, se amplia para um conjunto de reformas sociais e políticas e está no cerne da crise política dos anos de 1960. O governo João Goulart lutará pela viabilização deste trabalhismo. Encontrará na necessidade de obter maioria no Congresso para a aprovação das reformas, sua maior dificuldade. Desse embate nascerá o comício da Central como estratégia política petebista. Buscava-se uma ampla demonstração do apoio popular às reformas que provocasse uma alteração na situação de isolamento do partido trabalhista no campo político parlamentar.

2.4 O comício da Central – A estratégia do trabalhismo no auge do jogo político.

A história política brasileira é marcada por uma distribuição profundamente desigual de direitos, riquezas e reconhecimento. Entretanto, defender a constituição de uma sociedade igualitária, em que todas as diferenças poderiam ser consideradas irrelevantes no que diz respeito às vantagens e desvantagens, pareceria um tanto utópico ou mesmo demagógico⁷⁰. Seria desconsiderar a historicidade e as contradições de nossa formação social e política. Entretanto, o governo João Goulart, consciente ou levado pela dinâmica das ações e reações de um jogo político tenso e perigoso, ofereceu outro antídoto àquela situação.

O comício da Central simboliza a explosão de um movimento reivindicatório liderado pelo presidente da República e constituído por um conjunto de grupos extremamente heterogêneos, em nome da implementação do trabalhismo no Brasil, em favor de um programa de reformas de natureza nacionalista e distributivista, em grande parte explicado e justificado de acordo com o tempo e as circunstâncias. O programa foi baseado na trajetória política do partido que representou os interesses dos trabalhadores brasileiros e na história da luta pela transformação dessas demandas em realidade.

⁷⁰ BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Mas como conquistar uma mentalidade mais igualitária, coesa entre as próprias esquerdas e, ao mesmo tempo, consensual no sistema político-partidário? Para a primeira parte da pergunta, em relação às esquerdas políticas e os seus diversos interesses, foi preciso criar um novo espaço de discussão. Foi preciso resgatar a idéia de política enquanto possibilidade de integração e, sobretudo, de participação. Isolado no campo político parlamentar, porém profundamente ampliado em suas bases sociais de apoio, o PTB planejou a instauração de novos espaços para o fazer e o pensar a política. Nesta estratégia inseriu-se a organização e a realização do comício realizado na Praça da República, em frente à estação de trem da Central do Brasil, em 13 de março de 1964. No comício depositaram-se as expectativas de que fora do âmbito da prática política tradicional, às portas fechadas, se pudessem organizar as forças internas ao movimento reivindicatório em um discurso único comprometido com um mínimo reformista com possibilidades de concretização.

Ao mesmo tempo, caberia a esse novo espaço de ampliação democrática a função de lugar de criação de um sentimento de pertencimento a uma comunidade política. Para além das reivindicações ligadas às necessidades, ao mundo do trabalho e às dívidas históricas para com as classes populares, o comício da Central deveria sinalizar para a possibilidade de reconhecimento e legitimidade do papel social e político ativo dessa parcela da sociedade. Deveria apontar para a possibilidade de exercício mais pleno da cidadania através do acesso à palavra e à iniciativa política.

Desse modo, o comício da Central foi arquitetado enquanto estratégia política de alteração das forças políticas e pressão sobre o Congresso nacional. Em primeiro lugar, deve-se lembrar que o PTB neste momento não representa mais os interesses exclusivos dos trabalhadores urbanos. Ao longo de sua trajetória política foi tornando-se a única possibilidade de representação legítima e efetiva para uma diversidade de grupos como comunistas, trabalhadores rurais, estudantes, subalternos das Forças Armadas, funcionários públicos menos qualificados, entre outros. Paralelamente à ampliação social ocorreu a ampliação do próprio trabalhismo. Da defesa da legislação trabalhista e da política nacionalista, o trabalhismo passou a abarcar um conjunto de reformas que incluíam a reforma agrária, eleitoral, tributária, constitucional, universitária, entre outros aspectos como a defesa de uma política externa independente.

Entretanto, é de máxima importância lembrar que, nem a ampliação do trabalhismo em termos de programa e de bases de apoio, nem a sinalização da organização do comício como estratégia de luta no auge do jogo político dos anos de 1960, sugerem que o partido tenha encampado uma proposta de confronto. A possibilidade de rompimento com a democracia

não integrava o trabalhismo ampliado ao tempo de Goulart e o comício da Central não era a revolução. Por maior pressão que o comício conseguisse exercer sobre o Congresso Nacional, ratificava-se o compromisso com a constitucionalidade e com as instituições.

O discurso de João Goulart no comício da Central não encampou propostas de esquerdas autoritárias e mesmo a assinatura do decreto da SUPRA tinha a sua eficácia real atrelada a aprovação de emendas pelo parlamento. A própria estratégia de pressionar o congresso através de um movimento de opinião pública popular demonstrava o respeito e o reconhecimento da legitimidade das funções do poder Legislativo. Além disso, o presidente jamais deixou de mencionar os benefícios oferecidos pelo projeto trabalhista para as classes que historicamente não o apoiaram como os grupos de empresários e latifundiários. Justificava a luta pela concretização do trabalhismo através da necessidade das reformas para alavancar o desenvolvimento do país, embora as mudanças tivessem de começar pelas bases da sociedade.

3 A CHEGADA AO PODER. RADICALIZAÇÃO?

Em agosto/setembro de 1961, a inesperada renúncia do então presidente Jânio Quadros deu lugar ao imprevisível na recente história política brasileira. Da posse do vice-presidente João Goulart ao golpe que o destituiu do governo, em março/abril de 1964, partidos políticos, imprensa e grupos sociais, os mais diversos, se dividiram entre a reafirmação da ordem e a possibilidade de reformá-la.

Considerando o jogo político que se estabeleceu em torno desta divisão, o presente capítulo pretende repensar o sentido invariável frequentemente atribuído pela historiografia à sucessão e ao desfecho dos acontecimentos que marcaram o governo Goulart. Principalmente, busca-se reconstruir aquele que melhor simbolizou esse embate em meio à luta política em que se constituiu. Trata-se do comício da Central do Brasil, ocorrido no Rio de Janeiro, na Praça da República, em 13 de março de 1964.

Para tanto, propõe-se a observação e o acompanhamento das ações e reações dos agentes em luta através do lugar privilegiado de explicitação do conflito, do confronto ideológico e do discurso político: a imprensa da época. Levando-se em conta a sua historicidade, capacidade de reconstrução dos discursos e de intervenção no campo político, a imprensa será entendida como a principal arma de luta pela conquista da opinião pública, amplamente utilizada pelos grupos em disputa. Trata-se de buscar pistas para as indagações históricas no campo em que o conflito se tornou mais explícito. Quais as razões e motivações dos homens do comício? As intenções dos seus atores e as circunstâncias que o tornaram possível segundo qual dinâmica política? O que significou o comício para os agentes e grupos envolvidos de um lado e de outro do campo político? São questões que estarão presentes em toda a narrativa da constituição do comício da Central.

O título “A chegada ao poder. Radicalização?” refere-se ao período em que o trabalhismo esteve na direção do governo do país e à dúvida que se coloca sobre o significado do termo radicalização, constantemente utilizado para definir, entre outras questões, a miopia política e os equívocos de uma esquerda precipitada que fracassou nos anos de 1960. Vale lembrar que o comício será entendido enquanto acontecimento político que foi capaz de provocar importante mudança no estado da luta em que se constituiu, para além da radicalização, como uma tentativa de construir novos espaços para o “fazer político”.

3.1 O trabalhismo no governo. Crise política e disputa ideológica.

Entende-se que o veto militar à posse de João Goulart não significou apenas a desconfiança de altos escalões militares e de setores políticos conservadores, em relação ao preparo ou orientação política do vice de Jânio. Era também a rejeição parcial ou completa a um passado recente ancorado na figura e na política de Getúlio Vargas. A reatualização do legado de Vargas na forma de um projeto político trabalhista para o Brasil, com possibilidades de viabilização, provocou um conflito entre os setores militares e entre as forças do sistema político partidário criado em 1946. Esse conflito se expandiu e gerou um processo de politização que envolveu diferentes grupos e classes sociais.

Mas quem eram as forças antigetulistas no momento da posse de Goulart? Eram os militares que o depuseram em 1945, o empresariado nacional ou multinacional ameaçado por novas reformas sociais, profissionais liberais que viveram o Estado Novo e, em grande parte, não consentiam com a política econômica nacionalista implementada. Era a grande imprensa que experimentou a censura e que defendia os interesses do “*establishment*”, as multinacionais que temiam um processo de estatização e de perda de riquezas, entre outros facilmente identificáveis. João Goulart herdara não apenas o apoio dos trabalhadores e grupos “queremistas”, mas também uma extensa lista de compromissos com demandas populares históricas, e, com isso, um amplo arco de inimigos políticos.

O governo Goulart foi marcado pelos conflitos e negociações entre Executivo e Legislativo, e pela ampliação da participação da sociedade civil organizada nesse processo. Foram 942 dias em que se registraram 414 greves em todo o país, cerca de uma a cada dois dias⁷¹. Sucessões ministeriais, rejeições de projetos no Parlamento e no Congresso Nacional, ofensas políticas estampadas cotidianamente nos jornais e crise econômica agravada pela instabilidade política. Além disso, João Goulart assumiu o governo num momento em que o país atravessava difícil situação econômico-financeira. Apresentava altos e crescentes índices inflacionários decorrentes de desequilíbrios econômicos vivenciados desde o segundo governo Vargas, entre 1951 e 1954 e agravados durante o governo Juscelino Kubitschek entre 1956 e 1961⁷².

⁷¹ CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retroque: 1808 – 1964: A história contada por jornais e jornalistas*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁷² VERSIANI, Maria Helena. *Padrões e Práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007. Dissertação de Mestrado.

Entretanto, acredita-se que o resgate dessa atmosfera de luta política, crise econômica e de forte mobilização social, não corrobora a imagem oficializada, sobretudo pelas direitas e grupos de oposição ao governo, de caos permanente e baderna durante a gestão de Goulart. Talvez a idéia de falta de ordem associada ao período esteja relacionada a uma concepção mais tradicional da política que tende a deslegitimar e desqualificar a criação de espaços de manifestação e discussão políticas fora do campo parlamentar. Esta suposição é, inclusive, elemento a ser considerado no processo de constituição do comício que se pretende acompanhar no presente capítulo. Interessa ainda pensar o projeto trabalhista e o modo como se inseriu na dinâmica política da época. Sua atuação no campo político parlamentar e nos espaços públicos, além das estratégias e alianças que se constituíram na tentativa de concretizá-lo ou de impedir a sua aprovação.

No contexto dessas questões, o primeiro desafio político encontrado por João Goulart foi, sem dúvida, a instituição do sistema parlamentarista de governo, criado por emenda constitucional, como condição de aceitação de sua posse em agosto-setembro de 1961. Já no Manifesto de 30 de agosto deste ano, publicado pelos Ministros Militares contra a posse de Jango⁷³, utilizava-se como argumento para instituir a ilegalidade da atitude militar a manutenção da ordem, da lei e das instituições democráticas. O texto mencionava a infiltração comunista, além de “incontáveis elementos esquerdistas”, agentes da desordem, da desunião e da anarquia. Histórico e ideológico se misturavam num discurso que, sintetizando elementos tradicionais como a ordem, e frequentemente a autoridade e a hierarquia, permaneceu na ordem do dia para a oposição durante todo o governo Goulart.

O Manifesto foi uma reação imediata à concepção de política que marcou a emergência do trabalhismo. Uma reação aos conhecidos fenômenos trabalhistas como mobilização social, democracia de massas e sindicalismo. Parte significativa da oposição ao governo Goulart, especialmente entre militares conservadores, udenistas reacionários e grupos femininos de classes médias, se caracterizará, neste período, por uma defesa incansável do tradicionalismo católico, do elitismo e da exclusão como formas de governo e pela definição do governo trabalhista como marcado pela decadência e pela subversão da ordem. Marcava-se, com o Manifesto, o início de uma disputa entre dois modelos de exercício político que implicavam em duas concepções de democracia com suas ambiguidades e falhas práticas. Por um lado, se a democracia trabalhista era vista como subversiva, também o governo iria acusar constantemente a democracia liberal vigente de antipopular e imperialista.

⁷³ FICO, *op. cit.*, 2004.

Essa tensão política, que caracterizou os momentos antecedentes à posse de Goulart, fica evidente na notícia publicada pelo jornal O Correio da Manhã na primeira página do dia 5 de setembro. Tratava-se da divulgação da “Operação Mosquito” segundo a qual os oficiais sublevados da FAB pretendiam aprisionar o avião que trazia João Goulart do Rio Grande do Sul a Brasília, além da possibilidade de o presidente ser preso ao chegar nesta cidade. Com isso, os comandos militares mostravam a rejeição ao presidente e a insatisfação que a sua posse causava para esta parte da sociedade.

Sobre o órgão de publicação da notícia, é preciso dizer que, com uma proposta visual mais sóbria característica da imprensa matutina, O Correio da Manhã mantinha uma linha bastante agressiva apesar da auto-imagem imparcial e objetiva. Consagrou-se como jornal de oposição e, embora, como a maioria da imprensa da época, tenha defendido a posse constitucional de Goulart, isso não se traduziu posteriormente em apoio ao governo ou às suas propostas. Inversamente, ao longo do acirramento da luta política, o Correio assumiu postura conservadora em relação às questões sociais e participou ativamente da campanha pela destituição do governo Goulart. Especialmente a partir de 1963, o jornal tornou-se um ator político fundamental na luta pela conquista da opinião pública em favor da legitimidade da intervenção militar. Seus textos baseavam-se na advertência, no choque e na provocação.

Sobre o mesmo tema da posse de Jango, e também na primeira página, o jornal Última Hora comemorava a pesquisa do IBOPE: “81% da população carioca a favor da posse imediata de Jango!”⁷⁴. Lembrava aos comandantes das Forças Armadas que não havia poder mais alto que o poder civil numa retórica que se tornaria repetitiva nas suas primeiras páginas. Mostrar ao Congresso Nacional, aos conservadores, às direitas, às classes médias, às classes produtoras. Modificava-se a designação do agente, mas permanecia a tentativa de formar um consenso sobre o poder dos trabalhadores e das classes populares. Última Hora era o jornal das massas, utilizava cores e elementos ornamentais e buscava chamar a atenção para as propostas do governo. Apontava para a irreversibilidade do processo de ampliação da participação política, para a consciência da população sobre o momento de decisão e de transformação que se vivia com o governo Goulart.

Este era um tempo em que a imprensa se pautava claramente por um comportamento partidário⁷⁵, ou seja, participava ativamente do debate político nacional posicionando-se em

⁷⁴Última Hora, 02 de setembro de 1961. Rio de Janeiro.

⁷⁵ ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa e seu papel na queda de Goulart*. Artigo disponibilizado pelo site do CPDOC/FGV-RJ: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_impressao_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart. Acesso em dezembro de 2009.

favor de projetos e posturas políticas que, em grande parte, podiam ser identificadas com as orientações dos partidos políticos. No caso do jornal Última Hora, era evidente a sua identificação com o PTB e com o trabalhismo enquanto projeto de Estado. Durante todo o governo Goulart, o jornal será responsável por uma campanha em favor da implementação das reformas de base e da mobilização política das classes populares.

Entretanto, desde a posse de Goulart, a inserção do trabalhismo nos mais altos cargos do governo gerou constantes impasses e conflitos no campo político parlamentar dividido, basicamente entre três grandes partidos: PSD, UDN e PTB. Entre 1946 e 1964, estes partidos elegeram o maior número de deputados, senadores, governadores e presidentes. De porte médio podem ser considerados o PR, PSP, PL e PDC. Os demais, PRP, PSB, PST, PRT e PTN, apesar de terem participado de algumas eleições, representaram reduzido papel político nesse período⁷⁶.

Contudo, em 1961 o PSD mantinha-se ainda como partido majoritário e sem o seu apoio dificilmente qualquer proposta petebista poderia ser aprovada. Ainda assim, as constantes dificuldades de conciliação e as indisposições para fazer concessões de um lado e de outro, geraram um processo gradual de polarização das forças políticas parlamentares entre reformistas e anti-reformistas isolando cada vez mais o PTB no campo político. Conseqüentemente, ao longo do governo, as propostas reformistas mais polêmicas foram seguidamente negadas ou adiadas.

Diante de um parlamentarismo brasileiro um tanto confuso, o ano de 1961 terminou com o conflito bem delineado. O grupo trabalhista lutaria pela devolução dos poderes de Goulart, pela ampliação das suas bases de apoio dentro e fora do Congresso Nacional e pelo seu maior trunfo: o programa de reformas de base. A devolução dos poderes significava o retorno ao presidencialismo e uma mudança na relação de forças políticas estabelecida. O presidente poderia adquirir, por exemplo, a capacidade de implementar medidas por decreto, como fez em 1964 durante o comício da Central. A ampliação do seu campo de influência na sociedade e nos círculos políticos traria maiores possibilidades de tecer alianças, expandir o partido e ampliar a adesão ao projeto nacional trabalhista. As reformas de base significavam a redefinição do papel do Estado, das classes políticas e da sociedade civil na gestão da política nacional.

Ao mesmo tempo, grupos dispersos encontravam razões comuns para se oporem ao governo, sentiam nas possibilidades abertas pelo trabalhismo ameaças semelhantes e medos

⁷⁶ NASCIMENTO, Marcio santos dos. A participação do Jornal do Brasil no processo de desestabilização e deposição do presidente João Goulart. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, março de 2007. Dissertação de Mestrado.

reais. Passaram, com isso, a formular discursos como o que se pode ver na página 6 do Correio da Manhã do dia 8 de novembro de 1961⁷⁷. Sob o título “Constituinte não!”, o jornal afirmava a insatisfação com o atual estado de coisas e uma falta de confiança na evolução normal das instituições democráticas. Falando em nome da nação exclamava: “De terremotos estamos fartos. É a normalidade institucional que desejamos. Com toda a certeza, o país inteiro quer a normalidade e só esta”.

O texto referia-se à discussão sobre uma possível Assembléia Constituinte que pudesse reformar a Constituição nos artigos necessários à concretização das reformas de base. Aos “terremotos” pode-se associar a mobilização social, as greves constantes e a organização da sociedade civil em grupos reivindicatórios cada vez mais atuantes no cenário político. Embora o governo enxergasse essa movimentação como extensão da participação política e ampliação da democracia, na perspectiva dos que reagiam às possíveis reformas, a leitura da realidade era bem distinta. Frequentemente, a mobilização política popular era vista por esses grupos como sintomas do caos, da desordem, da falta de autoridade e de disciplina, da inversão das tradicionais posições sociais.

Assim, o discurso da normalidade e da continuidade surgia como argumentação de oposição às reformas da base e ao governo. Era expressão das diferentes ameaças trazidas pela possibilidade de concretização de alterações na distribuição da propriedade, da riqueza e dos direitos políticos e sociais. Era resultado da luta e símbolo do embate político travado, sobretudo, no campo jornalístico, no âmbito linguístico, nesse instrumento de convencimento e de coesão, no sentido da tentativa de formação de consensos, que se tornou a imprensa da época.

Ainda entre outubro e dezembro de 1961, o Última Hora publicaria os desentendimentos políticos em torno dos projetos de reforma agrária e 13º salário propostos pelo governo. Em uma das notícias, o então deputado Abel Rafael do PRP de Minas Gerais afirma que não poderia admitir reforma agrária como a anunciada e nem “a consciência cristã do Brasil admite reforma agrária baseada no desprezo ao direito de propriedade...”⁷⁸.

Interessante, contudo, observar como o argumento cristão, a referência à Igreja, será constante na fala dos diferentes grupos de oposição ao governo. Mais do que um sentimento anti-reformista, tratava-se de um pensamento conservador que se apoiava na Instituição católica enquanto elemento de síntese das bases mais tradicionais da sociedade, como a

⁷⁷ O Correio da Manhã, 8 de novembro de 1961, p. 6, editorial.

⁷⁸ Última Hora, 11 de outubro de 1961, p. 4, dedicada às principais notícias políticas, editorial e colunas de opinião. Título: “PRP abre fogo contra a reforma agrária”.

família, a ordem, a hierarquia, a autoridade, a disciplina e até mesmo o heroísmo frequentemente atribuído às Forças Armadas. A participação da população através de greves gerais, reivindicações políticas e movimentos de pressão sobre as indústrias, empresários, proprietários de terras, deputados e senadores e até mesmo sobre o presidente, eram o próprio símbolo da desorganização, da transformação dos papéis sociais, do deslocamento do povo da participação exclusivamente destinada ao mundo do trabalho para o campo da política. Significava o caos, razão pela qual se utilizou o poder social da Igreja Católica, assim como os seus princípios, para justificar e reafirmar o desejo de conservação das instituições.

Dado o poder aglutinador exercido pela religião no Brasil, os temas relacionados ao cristianismo, de um modo geral, e ao catolicismo especificamente, foram abordados por ambos os lados da luta política. Por vezes, o anticomunismo católico foi relacionado a questões como democracia e nacionalismo. Contrapunha-se cristianismo e comunismo desdobrando-se esse argumento em outras frentes de oposição daquele período em estratégias retóricas que anunciavam o perigo do comunismo aos “fundamentos da família cristã”⁷⁹. Por outro lado, o próprio João Goulart situaria, em discurso durante o comício da Central, a política social do governo dentro da doutrina cristã. Citando o Papa João XXIII, afirmou que “o cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados pelo Santo Padre” e que os rosários não podiam “ser levantados contra a vontade do povo”⁸⁰.

Vale ressaltar ainda a conjuntura externa desse início de anos de 1960. Por um lado, a guerra fria movimentava o debate capitalismo X socialismo, frequentemente distorcido para a disputa entre um modelo de democracia e o autoritarismo. A disputa por zonas de influência entre os EUA e a URSS também aumentava a importância internacional de países do tamanho do Brasil, destacando-se, naquela época, o papel, real ou não, de líder da América Latina.

Também não se pode deixar de falar na revolução cubana de 1959, em favor da qual muitas vezes o presidente Goulart se posicionou ao defender a política de autodeterminação dos povos. Nesse contexto, o anticomunismo foi, especialmente após a realização do comício da Central, um elemento discursivo de alto poder de mobilização de diferentes classes sociais e categorias profissionais contra o trabalhismo e contra as reformas de uma forma geral.

De outro lado, este foi um período em que o tema das reformas esteve em pauta em todo o mundo. Da mesma forma que Getúlio Vargas, na década de 1930, seguiu um movimento internacional de reconhecimento dos direitos e garantias sociais dos trabalhadores

⁷⁹ SILVA, *op. cit.*, 2008.

⁸⁰ MENANDRO, Heloísa. *O Comício das Reformas*. Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; FGV/CPDOC; FINEP, 1984, CPDOC/FGV.

urbanos em número crescente, João Goulart, cerca de 30 anos depois, tentava acompanhar um movimento de transformações estruturais de que o Papa João XXIII foi grande expressão. De J. Kennedy, nos Estados Unidos, a N. Krushev na URSS, de C. de Gaulle na França a Nehru na Índia e a Mao Tse Tung na China, todos promoveram mudanças importantes, cada qual com a sua orientação política, historicidade e meios específicos.

Nesse contexto, é discutível se o presidente Goulart deixou mais realizações ou intenções. Importa compreender o esforço empreendido no sentido da construção de alternativas que pudessem dar conta da resolução de problemas históricos relacionados à justiça social e à construção da democracia brasileira, além de identificar as forças que uma vez se ergueram em oposição a esse discurso, os argumentos utilizados e a sua dinâmica de funcionamento. Este pode ser um bom ponto de partida para que, em outras ocasiões e circunstâncias, intenções políticas de natureza excludente e até golpista não possam se travestir de um discurso voltado para a ordem, para a legalidade e para a família.

Assim, o ano de 1962 teve início com notícia do Correio da Manhã, em 16 de fevereiro, página 6⁸¹, na qual o jornal afirmava ser a iniciativa livre o único regime que sabe lidar com os elementos imprevisíveis da indeterminação no mercado e prosseguia: “(...)em vez de persegui-la, o governo tem de colaborar com ela(...)”. Utilizando termos como a “estatização totalitária da economia”, o discurso cristalizava o embate histórico, político e social que se desenrolava e do qual o comício da Central será a maior expressão.

A questão da economia, ou da cristalização da política trabalhista no setor econômico, no mundo do trabalho e da exploração, da negociação desigual e da competitividade individualista, teve grande repercussão no período. João Goulart inclinava-se a criar o 13º salário, promovia a sindicalização e o associativismo, prometia a estatização de parte importante do setor econômico como o de refinarias de petróleo, entre outras empresas norte-americanas. Intervinha diretamente nos preços, como no caso do tabelamento dos aluguéis e de certos gêneros alimentícios, e enviava ao Congresso Nacional um projeto de lei que limitava a remessa de lucros por empresas estrangeiras ao exterior. Tal lei seria regulamentada pelo presidente em janeiro de 1964. O governo pretendia defender e ampliar o papel regulador e protetor do poder público em relação à população considerada desfavorecida não só em face ao poder econômico, como dos chamados privilégios corporativistas. A distribuição de renda e a justiça social eram constantemente invocadas em defesa de tal projeto.

⁸¹ Editorial do jornal sob o título: “A concórdia e os derrotados”.

Com isso, pode-se notar a disputa entre projetos políticos distintos em termos de orientação econômica e de concepções das funções do Estado. Não caberia neste trabalho uma análise mais profunda acerca das questões que envolvem a política econômica defendida por uns e outros grupos. No entanto, parece importante ressaltar o quanto essas noções influenciavam no apoio ou na rejeição às reformas de base e às alterações que o grupo trabalhista no governo pretendia implementar e para as quais não conseguiu tecer as alianças necessárias no campo político parlamentar. Além disso, é interessante também observar como a questão econômica tornou-se um argumento essencial aos setores que se mostrariam fundamentais para a deflagração do golpe, tais como empresários envolvidos em negócios nacionais e internacionais e classes produtoras.

Em 2 de maio deste ano de 1962, O Globo publicaria o discurso de Jango durante as comemorações do dia do trabalho, em que o presidente afirmava:

“seja por meio de subsídios que estimulem a produção e protejam o consumidor menos favorecido, seja pelo recurso das importações de charque, que impossibilitem a exploração de grupos exploradores ou monopolistas insensíveis à realidade, seja por intervenção pronta no mecanismo de armazenagem e da distribuição, seja por quaisquer outros meios adequados, chegou o momento de uma tomada de posição mais enérgica”.⁸²

Não se esquecia de dizer que “a indústria, a agricultura e o comércio necessitam de créditos largamente difundidos a juros normais, para se desenvolverem e melhor contribuir para o aumento da produção nacional”.⁸³

Foi, sobretudo, a primeira parte da declaração que ganhou a maior importância e destaque suscitando reações por diversas frentes. O trabalhismo, embora apelasse ao esforço de todos, representava, sem dúvida, uma chance histórica de atendimento das reiteradas reivindicações dos trabalhadores e grupos excluídos politicamente. Trazia a possibilidade de mudanças no cotidiano desses setores e amalgamava todo um conjunto de grupos, homens e associações que percebiam uma causa comum por que lutar. Contra as dificuldades que o presidente encontrava no caminho da concretização das medidas, esses grupos faziam protestos, manifestações e discursos. Contra as más condições de trabalho ou em favor de revisões salariais promoviam greves que paravam ou sacudiam o país.

Até então o governo tentava se equilibrar numa espécie de corda bamba em que se esforçava por controlar a mobilização dos grupos reivindicatórios e negociar as medidas, correndo os riscos de perder o tempo político, o apoio popular e, por fim, a concretização das reformas de base. Da mesma forma, parecia atentar para os limites do desafio possível às

⁸² O Globo, 2 de maio de 1962, p.

⁸³ Idem.

classes e instituições dirigentes. Entretanto, a sucessão dos acontecimentos no jogo das ações e reações da luta política, apontava para uma tomada de decisão mais clara e definitiva de ambos os lados.

A defesa da limitação ao capital estrangeiro e americano era constantemente lida e difundida pela oposição como visão comunista numa confusão intencional de conceitos. No Rio de Janeiro, O Globo batia firmemente na estratégia nacionalista do governo e O Correio da Manhã não ficava atrás, com um corpo de jornalistas de alta qualidade e agressividade. O presidente insistia no discurso da responsabilidade do Estado e da legitimidade de suas intervenções para organizar determinados serviços públicos. Para permitir que cada um tivesse um trabalho, para aumentar o poder de compra dos menos favorecidos e melhorar a qualidade de vida. Grupos de políticos, empresários, classes médias, e instituições reafirmavam o discurso de que em toda sociedade as relações de força são inevitáveis e que elas são mesmo uma garantia de dinamismo, com cada um disputando melhores posições. Seria preciso, portanto, deixar que essa espécie de natureza social se desenvolvesse manifestando-se por uma livre concorrência entre produtores de riquezas, fazendo crescer o consumo. Mas esta era apenas uma das dimensões da luta política que se desenhava. O embate econômico estava entrelaçado a um amplo conjunto de percepções acerca da vida em sociedade que se explicitava em um complexo jogo de alianças, articulações e discursos políticos.

Nos dias 8, 9 e 10 de junho, o governador Magalhães Pinto reuniu, em Araxá, no Triângulo Mineiro, um grupo de governadores estaduais anunciando o encontro como um entendimento para salvar a liberdade no Brasil⁸⁴. Carlos Lacerda chamava a atenção para a crise, como a maior já vivida no país. Falava em combater os agentes de Moscou e em aperfeiçoar e não desregrar.

Em 6 de julho, o segundo caderno do Correio trazia o manifesto das senhoras paulistas a propósito da situação nacional em que afirmavam:

“diante da situação de expectativa, de angústia e incerteza em que se encontra o nosso país, nós, mães de família, sentimo-nos na obrigação de lançar este apelo para que cada mulher tome consciência da gravidade deste momento, quando as instituições democráticas estão seriamente ameaçadas”.⁸⁵

⁸⁴ O Correio da Manhã, 10 de julho de 1962, p. 14: “Discursos em Araxá abrangem da inflação ao comunismo”. O editorial deste volume não pôde ser consultado por estar em más condições de preservação.

⁸⁵ O Correio da Manhã, 6 de julho de 1962, p. 4 do segundo caderno. A notícia foge ao padrão de primeiras páginas e editoriais das outras fontes selecionadas pela sua importância na abordagem dos argumentos utilizados pelo jornal em meio à luta política. Trata-se ainda de página tomada por notícias políticas.

E acentuavam que todas as mulheres do Brasil devem “exigir dos poderes civis e militares a suficiente autoridade para manter as instituições democráticas, enfrentando o golpe comunista que procura destruir nossos lares, nossas famílias, nossas tradições cristãs”.

O discurso da crise exaltado por Lacerda referia-se ao cotidiano de reivindicações, de debate político, de ampliação dos espaços da política como a existência de uma desordem, de um caos social a ser eliminado de modo a permitir a restauração da ordem. Ia ao encontro de outras vozes como a das senhoras de São Paulo no sentido de mobilizar o quanto possível agentes sociais acenando-lhes os riscos de perdas iminentes, posições, valores, riqueza, família, tudo o que houvesse de mais tradicional ou conservador. Suscitavam o temor através da ameaça comunista e ofereciam a chance de restaurar a ordem e a democracia por meio da ação salvadora de figuras imbuídas de qualidades morais como os militares.

Pertencentes às elites tradicionais e acreditando viver uma situação de classe defensiva⁸⁶, esses grupos expressavam a reação contra a possível perda de privilégios, posições sociais e poderes, dependendo da posição ocupada nos campos político e social, em uma sociedade que visivelmente passava por um momento de embate entre possibilidades e ameaças, rupturas e continuidades, estabilidade e transformação. Isso pode explicar, em parte, as referências constantes às tradições supostamente peculiares aos setores mais conservadores.

Ainda em 2 de janeiro o Última Hora havia publicado, em sua primeira página, o apelo de Jango à união de todas as forças para que o ano de 1962 fosse um ano de vitórias contra a fome e a carestia⁸⁷. João Goulart convocava as classes produtoras a compartilharem do esforço coletivo pela elevação do nível de vida de todos os brasileiros e pedia aos trabalhadores que se conservassem fiéis à ordem constituída e se revelassem imunes “às perturbações dos que pretendem transformar movimentos justos em pretextos para encobrir ambições de natureza ilegítima”.

Tratava-se de uma tentativa, como já era frequente em seu governo, de conciliar interesses divergentes, apaziguar ânimos descontentes e criar um consenso sobre as reformas a partir da defesa de valores mais abstratos e inegáveis como a justiça social. Ocorre que não passava despercebido o novo tipo de política que o trabalhismo oferecia. Trazia um novo modelo de governo que, contando com o apoio popular, implicava numa ampliação dos espaços públicos e da participação política. Implicava numa redistribuição das propriedades e

⁸⁶ BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

⁸⁷ Última Hora, 2 de janeiro de 1962, primeira página.

de riquezas e, com isso, numa ameaça a determinados privilégios sociais e econômicos e ao domínio político dos conservadores.

Ao fim do ano, em 11 de setembro, veio pelas páginas do mesmo jornal uma demonstração clara da reorganização das forças políticas que vinha se processando quase que de maneira automática no parlamento nacional. Sob o título “Comissão especial negou o plebiscito já. Reacionarismo”⁸⁸, a notícia trazia a informação de que uma união entre PSD, UDN e PSP na reunião da comissão especial, teria formado um “verdadeiro rolo compressor” contra as esperanças populares de que fosse marcada a data para o plebiscito que decidiria sobre a continuidade do sistema parlamentarista ou o retorno ao presidencialismo. A maioria parlamentar teria formado uma barreira “aos desejos do governo de levar ao povo o plano de consulta para a legitimação do sistema introduzido pelo Ato Adicional”.

Tratava-se de um movimento recorrente na dinâmica da luta política do período. Quando propostas como a reforma agrária ou tributária eram apresentadas para votação, um movimento de articulação de alianças temporárias se constituía com o objetivo definido de impedir a aprovação dos projetos. A correlação das forças dispostas no campo político reconhecido e legitimado pelo sistema político partidário brasileiro isolava o PTB impedindo quaisquer tentativas de redistribuição de poder.

É importante lembrar que, ainda assim, algumas propostas passaram pelo Congresso como a lei restringindo a remessa de lucros ao exterior, a criação da SUNAB, Superintendência Nacional de Abastecimento, a CIBRAZEM, Companhia Brasileira de Armazenamento e a própria SUPRA, Superintendência de Política Agrária⁸⁹. Mas quando se tentava discutir a questão do plebiscito nova crise irrompia. Isto porque, neste caso, não se tratava da criação de órgãos para resolução de problemas específicos através de projetos que deveriam passar pela aceitação da maioria do Congresso, mas de uma mudança na relação de forças estabelecida no campo político a partir da implementação do parlamentarismo enquanto saída temporária para a questão do veto militar à posse de Jango. Ou seja, de uma alteração até então indesejada pela maioria parlamentar nas condições e posições dos agentes na luta política.

O ano de 1962 terminava em meio a grande agitação nos meios sindicais que promoviam greves quase diárias sob o comando do PUA (Pacto de Unidade e Ação), e depois do CGT (Comando geral dos Trabalhadores). Diante dessa ampliação das manifestações

⁸⁸Última Hora, 11 de setembro de 1962, p. 2. Trata-se de continuação de notícias anunciada em primeira página.

⁸⁹HIPPÓLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

políticas e das pressões populares, os setores conservadores da política e do empresariado estimulavam cada vez mais a crença na iminência de um golpe a ser dado pelo governo fechando o Congresso Nacional e decretando a “República Sindicalista do Brasil”. Também eles se uniam em organizações, siglas, institutos e associações de diversos tipos como o CCC (Comando de Caça aos comunistas), o GAP (Grupo de Ação Patriótica), a CAMDE (Companhia da Mulher pela Democracia), o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), e, coordenando a maioria deles o IPES (Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais). Eram grupos de empresários, estudantes, anti-reformistas, classes médias, entre outros, financiados pela indústria, pelo comércio, pela agricultura, pelas multinacionais e até por órgãos internacionais norte-americanos. Unia a todos a ameaça de que o governo e o seu programa de reformas de base atingissem o seu patrimônio, o modo de vida, a cultura e os privilégios.

Mais do que isso, a conspiração que se articulava no sentido de golpear o governo preocupava-se com as mudanças estruturais, com a efetiva cristalização da política trabalhista no Estado. Isto significaria uma alteração importante nas posições da hierarquia social e nos valores que mantinham em certo estado de disciplina as classes subalternas, fosse no campo militar, no político, econômico, no mundo do trabalho e etc. Em 10 de setembro, o Última Hora declarava: “Não é o regime que está em jogo, mas o próprio futuro do Brasil”⁹⁰. A notícia ressaltava a conjuntura de crise e tensão política vivida desde a renúncia de Jânio Quadros e acusava sutilmente a oposição de “tentar iludir a nação com um falso panorama da realidade”. Alertava sobre a possibilidade de consequências como o

“desmoronamento definitivo deste frágil equilíbrio em que se tem mantido a nossa estrutura social e o nosso processo de desenvolvimento econômico, dando como resultado o ingresso do Brasil nesse catastrófico cinturão de pronunciamentos e insurreições que engolfam a América Latina no abismo de um ciclo ditatorial, mais que nunca odioso e anacrônico nesta fase da evolução universal nos campos da ciência, da cultura, da justiça social e da reforma política”⁹¹.

Dirigido às classes populares e em favor da política trabalhista, também o jornal Última Hora procurava construir um consenso dentro do próprio campo trabalhista não mais restrito às reivindicações do mundo do trabalho, mas munido de um projeto nacional de reformulação política, econômica e social. Em suas notícias e discursos afluíam as idéias em confronto, as relações de antagonismo e de força vistas sob a perspectiva das esquerdas.

⁹⁰ Última Hora, 10 de setembro de 1962, editorial.

⁹¹ Idem

Desse modo, é possível identificar uma dinâmica política interna que, até o fim de 1962, girou em torno das tentativas do governo de ampliar os seus poderes limitados pelo sistema parlamentarista. Para tanto, Goulart e seus aliados procuraram antecipar o plebiscito sobre a manutenção do regime e garantir apoio popular ao projeto de reformas. Por outro lado, grupos oposicionistas, localizados, sobretudo, na UDN e no IPES, agiam no sentido de desqualificar o governo e intensificar uma campanha de desestabilização do regime, principalmente, através da imprensa.

O PSD, partido majoritário no Congresso, via os seus setores moderados aprovarem medidas reformistas de curto alcance, enquanto as alas mais tradicionais e de bases latifundiárias e oligárquicas se empenhavam em erguer barreiras constitucionais à governabilidade trabalhista. Era cada vez mais comum o encontro de governadores, empresários e políticos considerados conservadores para discutir os rumos da política nacional.

De todo o modo, pode-se dizer que a política ampliava os seus espaços oficiais de modo que ninguém esteve imune aos esforços de ambos os grupos para garantir o apoio popular, a conquista da opinião pública e a adesão a um projeto para a sociedade brasileira. Impacientavam-se aqueles que depositaram as suas expectativas comuns de um futuro diferente do passado desigual que também partilhavam. Articulavam-se aqueles que desde o início do governo arregimentaram forças para bloquear as reformas trabalhistas.

O ano de 1963 teve, já no seu início, um acontecimento marcante. O Última Hora publicou, no dia 15 de janeiro, em tom de vitória: “Agora Jango pode governar. NÃO ultrapassa a barreira de 10 milhões de votos”⁹². Tratava-se dos primeiros resultados do plebiscito que deu à população votante o direito de escolha sobre a manutenção do parlamentarismo ou a devolução dos poderes presidenciais a João Goulart. Em verdade, a insatisfação com o sistema parlamentarista, a essa altura, vinha de todos os lados, embora a oposição hesitasse em ampliar as possibilidades de ação do presidente.

Sucessivos ministérios foram nomeados e desfeitos em função de um jogo de poder que envolvia o Congresso, o primeiro ministro e o presidente, e no qual o objetivo era menos considerar o grau de importância pública e utilidade das medidas do que limitar os poderes adversários e imputar-lhes fracassos políticos. De um lado, João Goulart esforçava-se para mostrar as fragilidades do sistema e a sua incapacidade de resolver os problemas públicos através de estratégias políticas que mais imobilizavam o regime. De outro, a oposição,

⁹²Chamada da primeira página do jornal com continuação na página 4.

unindo-se em maioria parlamentar, vetou inúmeras propostas do governo e o acusava de incompetência diante da crise econômica brasileira.

A população, inclusive as classes médias, impacientava-se diante de uma divisão confusa de poderes e do prolongamento de um conflito político que não dava sinais de arrefecimento. Pelo contrário, grupos de esquerdas clamavam pela radicalização política do governo e parcelas da direita pediam claramente a intervenção das Forças Armadas, o golpe, a ruptura com o processo democrático e a destituição do regime. Liberdade ativa de um lado, e autoridade de outro, espremiavam a legalidade, a democracia e o próprio governo. Este, embora tenha recebido o resultado do plebiscito como uma conquista e uma demonstração de forças, manteve-se em tom de conciliação.

Mas o embate mais violento seria travado por conta da reforma agrária. Enquanto as Ligas camponesas de Francisco Julião no Nordeste, e grupos similares, invadiam terras por todo o país, os fazendeiros continuavam se unindo e, declaradamente, armavam-se para o possível enfrentamento. A SUPRA iniciava os estudos para a desapropriação de terras por decreto, ao longo das rodovias e ferrovias federais. A Constituição exigia para as desapropriações indenizações prévias e em dinheiro aos proprietários, enquanto o governo defendia cada vez mais a desapropriação por títulos da dívida pública estudando as possibilidades políticas e jurídicas dessa hipótese.

O debate logo tomou conta do Congresso Nacional e os conflitos entre o PTB e o PSD, partido cujo apoio era fundamental para o alcance da aprovação da medida no Congresso, tornaram-se mais evidentes. Formado, sobretudo, por bases rurais, o partido não aceitava a reforma nos moldes propostos pelo governo e propunha modificações no projeto original que, por sua vez, não eram aceitas pelos representantes petebistas.

Em 23 de abril a coluna de João Pinheiro Neto, publicada no Última Hora, afirmava: “Esperneia a reação. Começou a grita violenta contra a reforma agrária. Vamos comunizar o Brasil sob o pretexto de fazer a melhor distribuição da terra, alegam os falcões espavoridos, com medo de perderem os cartórios e a vida mansa”⁹³. E explicava:

“A reforma agrária vem atrasada de um século. Foi possível protelá-la já que a infra-estrutura industrial do país, precária, não permitia que a divisão pura e simples da terra, por si só inútil, se fizesse acompanhar das medidas efetivas de amparo ao lavrador. Reforma agrária sem melhores estradas, sem asfalto, sem fertilizantes, sem hidrelétricas, é ficção literária sem conteúdo prático. O avanço industrial dos últimos anos obriga agora a racionalização da

⁹³Última Hora, 23 de abril de 1963, p. 2, coluna assinada por João Pinheiro Neto. Presidente da SUPRA, o autor da coluna foi de grande importância para o governo João Goulart, participando ativamente da arquitetura do comício da Central. Foi João Pinheiro Neto quem elaborou, em parte significativa, o decreto da SUPRA assinado pelo presidente no comício da Central.

propriedade rural. Não mais se pode expandir a indústria nacional na base da miséria e do abandono de 38 milhões de brasileiros que nada consomem”.⁹⁴

Enquanto a narrativa dramática da situação dos brasileiros pobres ganhava, a partir da identificação, a fidelidade de certo público, o discurso histórico aliava-se à denúncia daquilo que se escondia atrás das declarações de políticos da oposição. As esquerdas compreendiam a questão da reforma agrária como uma causa moral por que lutar. E à racionalidade da necessidade de reformas em prol do desenvolvimento econômico e social, somavam o dado emocional, o passado de dificuldades partilhado por toda uma geração de trabalhadores herdeira do legado trabalhista dos anos de 1930. A tentativa de desmontar o discurso da oposição se dava, sobretudo, pela insistência com que vinculava as propostas do governo ao comunismo e ao impacto que isso parecia ter sobre amplas parcelas da população. Para desqualificar o adversário, constantemente, o público era lembrado pela oposição da ameaça comunista que ele representava, projetando sobre o governo as sombras de uma manipulação soviética.

Nesse caso, pode-se dizer que, embora seja perigoso tentar definir a posição política de um órgão de imprensa, é bastante interessante observar como, na própria época, essas posições eram identificadas. O Última Hora influenciava no campo político na forma de arma política na luta trabalhista pela conquista da adesão da população ao projeto de reformas de base. Ao mesmo tempo em que divulgava e ampliava através de linguagem simples o ideário trabalhista, tentava desconstruir o discurso da oposição explorando as suas contradições, nomeando os seus agentes e, sobretudo, convocando a população à ação. Reforçava a idéia de que havia, enfim, chegado a hora das mudanças no Estado brasileiro. Vale lembrar que, fiel a esta tarefa, o jornal recebeu inúmeros benefícios políticos e econômicos do governo João Goulart reafirmando a posição de interseção entre o campo político e o jornalístico em que se encontravam muitos órgãos de imprensa engajados no conflito político da década de 1960.

De toda a forma, o presidente perdia o apoio do PSD no Congresso Nacional e via voltar-se contra o governo toda a classe dos ruralistas que agora tinham como slogan: “armai-vos uns aos outros”. A relação de forças tornava-se cada vez mais desfavorável ao governo, o campo político cada vez mais polarizado e tomado por uma união conservadora majoritária. A população trabalhadora parecia cada vez mais afoita pela concretização imediata das medidas reformistas, a instância política ameaçada pelo golpe, pela possibilidade de derrubada do governo, e pelo descrédito construído por vasta campanha de desestabilização que contava

⁹⁴ Idem

com diferentes agentes. Entre eles a imprensa, o empresariado liberal e associado e, especialmente, as pressões e os recursos que vinham dos Estados Unidos sobre o governo e diretamente para os estados que, claramente, adotassem postura política anti-trabalhista.

Os primeiros atritos com o governo norte-americano surgiram quando a Câmara dos Deputados aprovou a nova lei de remessa de lucros restritiva para as empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil. Lincoln Gordon, à época embaixador norte-americano no país, teria procurado João Goulart afirmando que, se sancionada, a nova lei poderia inibir investimentos estrangeiros. O embaixador acabou tornando-se figura bem representativa dos interesses americanos no Brasil. Ligou-se aos meios empresariais e participou ativamente da articulação golpista que derrubou as instituições democráticas brasileiras⁹⁵. No final de 1963, por sugestão de Lincoln Gordon, os empréstimos dos Estados Unidos para o governo federal foram congelados ou suspensos e Washington, através da formação do que ficou conhecida como “Aliança para o progresso”, começou a repassar financiamentos exclusivos para governadores como Carlos Lacerda e Ademar de Barros⁹⁶.

Tais informações são já bastante conhecidas pela historiografia que não apresenta mais dúvidas quanto à participação de instituições norte americanas no golpe civil-militar de 1964. O que, com isso, se quer ressaltar são as dificuldades encontradas pelo governo Goulart no caminho que se estendeu da posse a concretização do comício da Central. Como nesse espaço de tempo uma série de forças se conjugou na tentativa de frear o avanço reformista e quais foram os mecanismos políticos, as armas utilizadas por esses grupos. Além disso, como se deu o funcionamento dos seus discursos enquanto instrumentos de convencimento da população civil sem a qual o golpe não teria passado da articulação à prática.

Também é de fundamental importância a apreensão da atmosfera política de luta e de acúmulo de expectativas por parte dos trabalhistas. A constituição do comício da Central, a importância que teve para o jogo político e o significado que o acontecimento adquiriu para os grupos envolvidos, está impregnada por um desejo de contornar essa realidade descrita. Defende-se aqui que as razões que levaram à articulação do comício da Central envolvem uma tentativa de inverter a relação de forças que impedia a aprovação das reformas trabalhistas numa espécie de reação à dinâmica política que tendeu, desde o início do governo, à conservação.

Em 11 de agosto, O Correio da Manhã publicou na sua primeira página:

⁹⁵MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

⁹⁶CHAGAS, *op. cit.*, 2001.

“Goulart alerta anti-reformistas. Em seu mais veemente pronunciamento público, desde a sua posse como presidente da República, o Sr. João Goulart afirmou ontem, falando após o almoço que lhe foi oferecido pelos portuários a bordo do navio “Ana Nery”, estar disposto a prosseguir na luta pelas reformas e acrescentou com ênfase: “Enganam-se os que imaginam que eu possa recuar nesta luta”.⁹⁷

E continuava: “O presidente da República declarou também não aceitar “os argumentos daqueles que, defendendo privilégios que não mais correspondem aos dias em que vivemos, procuram confundir as forças populares com slogans estranhos aos sentimentos do povo brasileiro”.⁹⁸

A linguagem tornava-se um importante instrumento na tentativa de bloquear o avanço do trabalhismo em direção a constituição de uma imagem de discurso coerente e unificado em torno das reformas. Meses atrás, uma entrevista de João Goulart na qual teria supostamente declarado ser o seu governo de centro, contra extremas direitas e esquerdas, sinalizando para uma tentativa de conciliação entre os dois lados do campo político, foi caracterizada pelo Correio da Manhã como o símbolo da divisão das forças trabalhistas e do choque entre a ala que lutava pela “bolchevização” do PTB e os grupos que teriam inspirado a formação do partido⁹⁹. Vale lembrar que o termo bolchevização não surgia pela primeira vez no discurso do jornal e tentava associar a imagem do partido à revolução comunista pregando o medo como artifício político de convencimento sobre determinadas classes e parcelas da população.

Agora, novamente, a fala de Goulart era utilizada numa espécie de reconstrução discursiva para reforçar o processo de polarização política dividindo a sociedade entre reformistas e anti-reformistas. A chamada para um alerta no título da notícia transferia para Goulart a intenção do próprio jornal de sinalizar para a ameaça que o governo simbolizava para a parte da sociedade que não aderisse ao projeto reformista. Ao discurso do presidente, a notícia, da forma como foi publicada, fornecia tons de radicalização e autoritarismo refletindo o conflito político a partir da perspectiva do jornal que se posicionava pela conservação das estruturas políticas e sociais brasileiras. Explicitava não só uma interpretação da luta política dos anos de 1960, mas também aquilo por que se poderia lutar, contra a suposta radicalização, contra as ameaças do presidente, contra a sua forma de governar, contra as reformas.

De todo o modo, em fins de 1963 o discurso de Goulart começava a apresentar mudanças. O presidente parecia dar-se conta da passagem do tempo em seu governo e iniciava uma fase voltada para a busca incessante de concretizações abandonando

⁹⁷O Correio da Manhã, 11 de agosto de 1963, primeira página.

⁹⁸Idem

⁹⁹O Correio da Manhã, 2 de abril de 1963, p. 6, “Mundo Político”, título: “Esquerdas ressentidas”.

características tentativas de conciliação e acordos políticos. Parecia iniciar um movimento de reação cujo elemento mais flagrante será o comício da Central. A mesma notícia do alerta anti-reformista, por exemplo, construída como uma imagem negativa por seus adversários políticos, trazia para as esquerdas a imagem positiva de uma tomada de decisão definitiva em favor da implementação das mudanças esperadas sem as limitações impostas pelos acordos e negociações políticas que descaracterizavam as propostas.

O governo federal começava então a encampar empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos que não os prestassem satisfatoriamente, o que acabou aumentando os conflitos. No caso da Light¹⁰⁰, por exemplo, o governo alegava que a empresa o obrigava a enormes investimentos na produção e transferência de energia através de hidrelétricas construídas a partir dos anos de 1950. O problema estaria no fato de que esta energia transportada pelo governo brasileiro deveria ser entregue a Light na beira das cidades, onde ela, por concessão quase centenária, a distribuía pagando pouco e cobrando muito pela operação final. Ocorreu que essas empresas passaram então, a não reinvestir na melhoria dos equipamentos, em especial, telefones, distribuição de energia elétrica, água, esgoto e transportes. A Light tornou-se grande colaboradora do IPES, empenhada na desestabilização do governo Jango, financiando com largos recursos a imprensa oposicionista.

Voltavam-se contra os setores trabalhistas as multinacionais, somadas ao Departamento de Estado norte americano e à CIA, em razão da limitação das remessas de lucros e da nacionalização de algumas empresas estrangeiras. A criação de um estatuto do capital estrangeiro levava à briga com o cartel dos laboratórios estrangeiros ao tentar diminuir os preços dos remédios criando um laboratório nacional e popular. O governo proibiu que os imóveis urbanos permanecessem fechados, sem ser alugados, modificando a lei vigente em favor dos inquilinos e perdeu o apoio, se é que ele existia, dos proprietários. O sistema financeiro sentiu-se ameaçado pela reforma bancária e os donos de colégios particulares protestaram contra a reforma do ensino. Em dezembro João Goulart assinou o decreto estabelecendo para a Petrobrás o monopólio de importação de petróleo e seus derivados e já falava em estatizar as refinarias particulares. A reforma eleitoral prometia encampar a luta dos marinheiros, soldados, cabos e sargentos, contra as discriminações e pela melhoria das condições funcionais. Nas promoções, como era de se esperar a essa altura do conflito político, Goulart nomeava para os cargos de comando oficiais comprometidos com as

¹⁰⁰O caso é citado em: MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

reformas e o ano terminava repleto de crises. Os jornais protestavam em nome das multinacionais e a população manifestava-se politicamente, de um lado ou do outro, promovendo comícios, passeatas, manifestos ou greves.

A descrição das realizações do governo Goulart pretende refletir sobre o processo de constituição do comício da Central e sobre o embate de forças que ele representa. Como o comício se constituiu? Para responder a quais necessidades e com que objetivos? Como foi interpretado pelas esquerdas e reinterpretado pelas direitas? Que força exerceu efetivamente? Em que medida foi contornado? Como e por que ele redimensiona o conflito político? Quais forças, agentes e instituições se interpuseram entre a consolidação do trabalhismo como força estabelecida no campo político?

O comício da Central, em 13 de março de 1964, marca o enfrentamento entre conjuntos de forças e grupos opostos que se polarizam a partir de 1961. Desde então a luta política se desenrola e aprofunda, misturando o resgate de uma cultura política que se desenvolve na década de 1930 e se atualiza nos anos de 1960, e de outra cultura política tradicional. Esta se mostra visceralmente entranhada na estrutura política e social brasileira e demonstra grande capacidade de adaptação e apropriação numa conjuntura bem diversa da década de 1930, quando os trabalhadores ainda não haviam construído uma causa comum por que lutar.

Entre 1961 e 1964 a linguagem política tornou-se a linguagem, sobretudo, da identificação. O jogo político se deu, essencialmente, no campo da imprensa pela conquista da opinião pública, pela construção de um consenso e pela adesão a determinado projeto político. Estes projetos em disputa não disfarçavam os seus aspectos ideológicos, a sua percepção acerca da política, da organização social ideal, da autoridade legítima, da democracia possível, de uma visão de mundo em busca de hegemonia.

Nesse período há uma relação de forças que se estabelece a partir da identificação entre os discursos dos diferentes grupos oposicionistas. Este acordo “tácito” conjuga a maioria política da instância parlamentar, o apoio civil manifestado através dos jornais e a defesa de princípios comuns por parte de diferentes setores sociais como parte do empresariado e da classe chamada produtora.

Por outro lado, as esquerdas também passavam por esse mesmo processo de identificação em torno das possibilidades abertas pelo trabalhismo durante o governo João Goulart. Entretanto, a dinâmica da política interna, a distribuição do poder e das posições de prestígio e de força no campo político, dominado pela oposição ao governo, tendia a favorecer

a conservação. Na tentativa de inverter essa situação prolongada e acirrada durante o governo, constituiu-se o comício da Central.

O acompanhamento da crise através de jornais que foram tomando posições políticas em favor e contra o trabalhismo auxilia na compreensão do funcionamento desses discursos de um e de outro lado do conflito político enquanto instrumentos de poder, ferramentas de persuasão e produção de significados para os agentes envolvidos na luta, engajados politicamente ou não.

Ainda em novembro de 1963, O Correio da Manhã publicou notícia intitulada “Classes produtoras engrossam esquerda”. Trazia ao público a seguinte informação:

“Em reunião da Associação Comercial, o Sr. José Luis Moreira de Souza afirmou ter a impressão de estar sendo o Brasil “vítima de medidas tomadas de modo indolor e às vezes imperceptível”. Das leituras que fez acerca do processo de implantação do marxismo na Rússia, lembrava-se bem das famosas “Teses de Abril”, de Lênin, que custaram luta e vidas àquela nação. No Brasil, entretanto, os esquerdistas estão sendo vitoriosos, dia-a-dia, sem que ninguém se aperceba da tremenda realidade. Todos, inclusive as classes produtoras, participam desse processo. As classes produtoras, porque “não conseguem visualizar nos devidos termos o que está ocorrendo”, assinalou. (...) Asseverou o Sr. Moreira de Souza que 40% da economia brasileira, atualmente está sendo estatizada como afirma, sem que ninguém perceba o agravamento constante do processo de esquerdização. Disse não pretender atribuir um sentido ideológico a todos os atos do governo, mas considerou que o país vive sob uma verdadeira ditadura financeira manobrada e dirigida pelos órgãos estatais(...)”.¹⁰¹

Com um título provocador a notícia buscava a mobilização imediata das classes produtoras contra o governo. Orientada por um projeto político liberal, manipulava conceitos, neologismos e expressões como “processo de esquerdização” fornecendo-lhes valores que a população deveria ardorosamente rejeitar. Associava a política trabalhista nacionalista ao comunismo e, ao pronunciar o termo ditadura, instaurava o medo e o caos democrático no imaginário do leitor. Não que se possa facilmente manipular a opinião pública, mas interessa analisar o discurso político entendido como materialização de um projeto e de uma ideologia, instrumento de poder e estratégia de luta.

A insistência com que defendiam argumentos como a instituição familiar e a luta anticomunista atribuía ao adversário o desprezo pelos valores mais tradicionais da sociedade e o vínculo com os males mais conhecidos da revolução russa. Parecia despertar as tendências mais conservadoras da sociedade para uma leitura da crise impregnada de elementos artificiais como a “bolchevização”, “o golpe sindicalista”, a “esquerdização” e a “ditadura comunista no Brasil”. O discurso alcançava o apoio de instituições economicamente importantes ou de grande prestígio social veiculando saber e gerando poder.

¹⁰¹ O Correio da Manhã, 24 de novembro de 1963, p. 15 do Segundo caderno, sessão: “Economia e Finanças”.

Neste mesmo mês Castello Branco preparou um plano para a reorganização do Exército e promoveu um curso sobre “Guerra Revolucionária” no fim do qual discursou denunciando a agressão à democracia que se verificava no país através da ação leninista-marxista. Tratava-se do claro posicionamento político anti trabalhista por parte da instituição então detentora de um dos mais poderosos e históricos capitais simbólicos e materiais do país. Construía-se uma identidade de virtudes como hierarquia, ordem, obediência, disciplina, tradição e heroísmo, em oposição à falta de autoridade, ao caos, à anarquia, à imoralidade que caracterizava o governo de Goulart.

Buscava-se, com estes discursos, controlar e bloquear o curso do processo de expansão dos direitos e da participação política, temas centrais do projeto trabalhista. Não se tratava de um ódio puro e simples em relação às classes populares ou mesmo de uma luta restrita à defesa de posições na hierarquia social. Mas afloravam-se as divergências mais profundas e históricas com relação à concepção da política e do poder. Todos pareciam preocupar-se com o país, com o seu desenvolvimento econômico e com o progresso. No entanto, os meios de gerir e de distribuir o poder do Estado, a preocupação com a questão social, e a forma desejada de democracia, estavam em confronto direto. Quanto aos militares, Rodrigo Patto Sá Motta¹⁰² afirma que o anticomunismo tradicional a esse setor fora “enriquecido” a partir da mesclagem com elementos doutrinários provenientes da cultura da guerra fria, especialmente os conceitos de guerra revolucionária e segurança nacional. Entretanto, havia ainda outros argumentos em jogo no contexto do pré-golpe tais como “o problema da corrupção e a recusa peremptória a qualquer tipo de reforma”.

Mas o Estado necessita de hegemonia, de um projeto vencedor, de um pacto político e social que garanta a legitimidade de um governo. Aí se encontra o teor de radicalização atribuído pela oposição ao acontecimento do dia 13 de março. A necessidade de construir um consenso, de inverter a relação de forças estabelecida, de se consolidar no campo político e de obter a hegemonia com relação ao pacto social e à gestão do Estado levou o trabalhismo a enfrentar as forças que o impediam de exercer o seu poder de governo através do seu capital mais significativo: a capacidade de envolver e mobilizar grupos, organizações e indivíduos em nome das reformas.

Pode-se dizer, nesse momento da luta política, que o comício da Central foi o acontecimento mais significativo em termos de representação do projeto trabalhista que incluía a participação popular na construção e nos objetivos das diretrizes políticas e o

¹⁰² MOTTA, R. P. S. O anticomunismo militar. In: 1964-2004: 40 anos do golpe – Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p.298.

estabelecimento de uma relação direta entre o povo e seus representantes políticos. O anúncio de reformas de base, a assinatura de decretos relativos à reforma agrária e à política nacionalista do governo, a localização na Praça da Central do Brasil e o declarado respeito pela diversidade de público, de orientação política, de graus de ensino e de qualificação, completaram o universo simbólico criado pela realização do comício da Central no imaginário das esquerdas da época.

De outro lado vigorava uma concepção da política que garantia o direito de participação a parcelas menores da população de acordo com critérios nem sempre muito claros, um pacto social que priorizava a segurança, a ordem e um conceito formal e restrito de democracia.

Há um depoimento do general Antônio Carlos Muricy posterior ao golpe civil-militar de 1964 em que afirma:

“Na sexta-feira, 13 de março de 1964, os anúncios estavam ao lado do quartel general. E a mim, e a todos, repugnava chegar ao quartel general e ver aquilo: povo, ao comício do dia 13!, isso era uma ofensa. (...) O Exército se sentiu afrontado porque teve que dar cobertura ao presidente.(...) O comício foi absolutamente explosivo, subversivo e comunista. O comício induziu imediatamente ao desequilíbrio da balança”.¹⁰³

Tratava-se de uma visão de mundo que entendia a ampliação da participação política como subversão da ordem natural das coisas, como a crise da autoridade e o caos político. A associação do trabalhismo ao comunismo fez parte da tessitura de uma argumentação que fundia o ideológico às possibilidades de convencimento e de aceitação social oferecidas pela conjuntura e pelas especificidades da história do Brasil como a constituição de uma população majoritariamente católica.

Assim, o ano de 1964 tem início com o anúncio do governo sobre a montagem de comícios nos quais à retórica das reformas se seguissem atos concretos de encampações, nacionalizações, ampliações dos direitos populares e extinção dos privilégios das elites. A idéia era pressionar o Congresso Nacional a aprovar as reformas de base, demonstrar o grau de coesão e de consenso social sobre as reformas, fortalecer a imagem do PTB, do presidente e do governo diante das classes populares e de esquerdas em geral, inverter, através de uma ampliação do espaço da política e de um movimento de opinião pública em favor das reformas, a relação de forças que impedia a gestão trabalhista de concretizar as suas medidas, romper com a dinâmica política nos moldes como ela vinha sendo praticada desde 1961 e

¹⁰³ Depoimento de Antônio Carlos Muricy, citado em GOMES, Ângela de Castro; FERREIRA, Jorge. Jango: as múltiplas faces. São Paulo: FGV, 2007. 272 p.

estabelecer um ponto de descontinuidade e de possibilidades reais de efetivação das reformas prometidas pelo governo Goulart aos trabalhadores e às classes populares.

Pensado, arquitetado e concretizado por um conjunto heterogêneo de forças reformistas, o comício da Central constituiu-se como arma de luta fundamental num momento em que se verificava violenta oposição por parte da grande imprensa, pressão interna exercida no próprio campo do trabalhismo, constantes manifestações de cobrança popular em relação às reformas prometidas pelo governo, atmosfera golpista que incluía diversos setores sociais como o empresariado, a ala conservadora do Congresso Nacional, altos escalões militares, classes médias anticomunistas e parcelas da Igreja Católica.

Ao mesmo tempo, o presidente determinou providências ao Itamaraty para o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a China comunista, decretou o novo salário mínimo, reescalou a dívida externa brasileira. Anunciou ainda a confecção do decreto da SUPRA, autorizando o governo a desapropriar terras às margens das ferrovias, rodovias e açudes federais, a ser assinado no comício que ficou conhecido como comício da Central, no Rio de Janeiro. Este seria o único comício realizado entre aqueles planejados pelo governo e abortados pelo golpe.

Os preparativos para o acontecimento tornaram-se notícias cotidianas nas páginas dos jornais cariocas e aprofundaram o clima de tensão nos meios políticos. Um clima de expectativas e preocupações tomou conta da sociedade. Estava claro que não se tratava de um comício político como de costume. O espaço da política estava atravessado pelo universo do simbólico e, para além dos discursos a serem proferidos por uma lista de aliados ao governo, constituída não sem algumas divergências, a realização do comício das reformas na Central do Brasil significava o rompimento definitivo de Goulart com os setores mais conservadores da política nacional. Inviabilizava quaisquer possibilidades de acordo. Significava a opção pelo enfrentamento político que se tornasse necessário à concretização das reformas de base.

O comício da Central significava, para as esquerdas, um acontecimento histórico que marcaria a sua participação na vida pública. Apoio político, flexibilização doutrinária, alianças políticas, unidade discursiva, entre outras questões estavam implicitamente em jogo. Goulart prometia a assinatura de decretos e mexia com o imaginário popular.

O jornal Última Hora anunciava em 6 de março:

“Trabalhadores de todo o Brasil no comício do dia 13: Reformas. Comerciantes de todos os estados estarão presentes ao grande comício do próximo dia 13, quando o povo dará o seu apoio maciço às reformas de base preconizadas pelo presidente João Goulart – afirmou, à UH,

o Sr. Antônio Alves de Almeida, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no comércio.¹⁰⁴

Em 9 de março:

“Êxito do comício garantido. Agitação é só boato. O sucesso do comício já está completamente garantido. Os boatos sobre goriladas têm sua origem entre aqueles que pretendem esvaziar a manifestação popular, embora alguns elementos de boa-fé também os estejam divulgando. Mas o certo é que, se agitadores aparecerem, estes serão rigorosamente reprimidos. A informação foi prestada ontem à tarde à UH pelo deputado José Gomes Talarico que, juntamente com os deputados João Massena e Hércules Corrêa, está fazendo os últimos preparativos para o êxito do comício que, segundo disse, “começará a mostrar o lado prático da união povo-governo na luta pela obtenção, custe o que custar, das leis que possibilitem as reformas de base” Nos meios políticos, por outro lado, a impressão ontem dominante era a de que todos os acontecimentos dessa semana estariam ligados, direta ou indiretamente, ao comício da próxima sexta-feira. O interesse reside, sobretudo, na antecipação do que dirá o presidente da República em seu pronunciamento, uma vez que sua palavra servirá, conforme raciocinam os observadores, para dar a tônica do procedimento popular na luta pelas reformas (...).¹⁰⁵

Por fim, no dia 13 de março na primeira página:

“O povo em comício. Mais uma vez o povo em geral, e as classes trabalhadoras, em particular, irão hoje à Praça da República para defender as reformas sem as quais o Brasil não poderá avançar no caminho da emancipação e do progresso. Apesar de toda a onda de agitação e de provocação que o IBAD tenta erguer em torno do comício – como sempre ocorre quando as massas populares se mobilizam para defender os seus direitos e aspirações – os cariocas e as representações dos estados podem comparecer tranquilamente à Praça da Central. (...) A cidade e o país inteiro estão vivendo hoje na expectativa do grande comício de logo mais, na Praça Cristiano Ottoni, em frente à Central do Brasil, onde, desde as primeiras horas da manhã começaram a formar-se grupos de populares ansiosos por assistir ao “meeting” histórico em que o presidente João Goulart deverá assinar o esperado decreto de desapropriação das terras marginais aos eixos rodoviários, ferroviários e açudes. Presente o povo que irá assistir a um dos maiores acontecimentos de todos os tempos e que este é um dia especial, destinado a figurar em nossa história Republicana. Intenso é, por isso mesmo, o entusiasmo dos trabalhadores e integrantes de todas as camadas da população, ante a aproximação de seu encontro com o chefe do governo, encontro que representa o passo decisivo no caminho das reformas. O Exército presente, é a garantia do comício, do povo e do seu presidente”¹⁰⁶.

Assim, nesse estado da luta política a imprensa cumpria o papel essencial de formar opinião e motivar a ação. O Última Hora, nascido sob os auspícios de Getúlio Vargas e engajado na luta trabalhista, convocava a população ao comparecimento em massa ao comício da Central. O volume popular era condição necessária para o alcance das pretensões do governo, correndo-se o risco de uma unidade apenas aparente. Destaca-se nas notícias, sobretudo, o caráter histórico de que se revestia o acontecimento na visão das esquerdas. Significava um novo universo de possibilidades comuns abertas a esses grupos. A insistência na proteção fornecida pelas Forças Armadas dava a impressão de poder, de que o Exército

¹⁰⁴ Última Hora, 6 de março de 1964, p. 6, coluna sindical.

¹⁰⁵ Última Hora, 9 de março de 1964, p. 4. Continuação do noticiário de primeira página sobre o comício da Central.

¹⁰⁶ Última Hora, 13 de março de 1964, primeira página.

serviria ao povo e de que o presidente detinha o controle total da situação. A centralização das expectativas em torno da figura e das atitudes de João Goulart evidencia a fragilidade do acordo trabalhista, da conscientização política e da força das esquerdas.

Nunca esses grupos que, desde 1961 tomaram conta da cena política nacional, se viram tão próximos da concretização de algumas das suas demandas históricas. Pode-se dizer que houve um claro esgotamento das tentativas de conciliação fracassadas ao longo do governo e uma mudança efetiva na posição e no discurso político do presidente a partir de meados de 1963. O comício da Central é o acontecimento que sela essa ruptura e reflete de maneira mais clara o embate político que marcou todo o governo. Até onde se avaliaram as vantagens e os inconvenientes dessa escolha ou daqueles meios, não se pode dizer ao certo.

Mas as reações ao anúncio do comício foram muitas e quase imediatas. Em 3 de março O Correio da Manhã publicou:

“Líder estranha o comício do dia 13. O Sr. Adolfo de Oliveira, como líder da UDN, declarou ontem na câmara que além do perigo do golpe que as forças democráticas tem conseguido conjurar, há agora o perigo do azar. Referia-se à realização na próxima sexta-feira 13, do comício organizado pelo presidente da República no Rio, em local ainda não certo (o do palanque presidencial) para evitar “chance de atiradores”. Acha estranho, no instante em que novos rumos se abrem para o Brasil, com o reescalonamento das nossas dívidas e a fatal majoração dos preços do café, o chefe da nação vai para a praça pública fazer comício sem ser candidato de nada, apenas para agitar”.¹⁰⁷

E mais adiante, na véspera do comício:

“Comércio fechado no dia do comício. O comércio da Guanabara não abrirá as suas portas, amanhã, em face do comício. (...) Em Brasília, o Sr. Arnaldo de Cerdeira, líder do PSP na câmara, distribuiu a seguinte nota à imprensa: “temos conhecimento de que se trama uma encenação emocional no fatídico comício do dia 13. Dizem-nos que está programado pelos seus organizadores um pseudo-atentado contra o Sr. Presidente e que essa cena será debitada às oposições. Ficam o aviso e o ridículo da encenação”.¹⁰⁸

Na manhã do dia 13:

“O Comício. Uma expectativa tensa caracteriza hoje... o país. Há um comício em que participará o presidente da República. E este comício foi artificialmente transformado em centro político da nação... Constitui verdadeiro absurdo que em pleno regime democrático um comício possa provocar o pânico. Criou-se, porém no país, a expectativa angustiada de uma explosão social... Fala-se em golpe, em revolução, em guerra civil... Quem pode destruir as instituições? Esses grupos de camponeses que invadem terras e logo são forçados a recuar? Os sindicatos rurais ainda em formação? As milícias de fazendeiros? Os líderes sindicais mais afoitos? Evidentemente que não. Só as Forças Armadas poderiam mudar o regime... Há ainda a considerar o problema das reformas de base... Entre o anti-reformismo generalizado do Sr. Lacerda e o reformismo indefinido do Sr. Brizola e Arraes, não há diferença. Há a mesma deturpação tendente a criar o clima de agitações e temores artificiais hoje implantados no país. É pura farsa... Quais são as reformas que desejam ou não desejam realizar? Essa pergunta não

¹⁰⁷ O Correio da Manhã, 3 de março de 1964, p. 2, notícias da Sucursal de Brasília.

¹⁰⁸ O Correio da Manhã, 12 de março de 1964, primeira página do Segundo caderno.

pode continuar sem resposta, ou respondida por reticências... Neste momento, estamos denunciando a farsa, com os próximos acontecimentos estaremos aptos a denunciar os farsantes”.¹⁰⁹

O anúncio do comício da Central parecia ter provocado uma mudança no curso do conflito, uma desestabilização nas estratégias que pautavam o jogo político, a partir da qual a oposição partiu para uma ofensiva mais direta. Foram muitas e sucessivas as “notícias-denúncias” que tentaram fabricar e difundir um clima de radicalização e de golpe comunista sobre o comício. Insistia-se na desordem social causada pela expectativa do comício, na origem comunista do mal encarnado no trabalhismo e, por fim, na função salvadora das Forças Armadas capazes de intervir e mudar o regime.

Atuando tanto no terreno da emoção quanto no da razão política, da mesma forma que as esquerdas o faziam, os grupos anti-reformistas, conservadores, de direita, anticomunistas e liberais, entre outros, esforçaram-se para impedir a concretização do acontecimento político popular. Foi decretado ponto facultativo no estado da Guanabara, surgiram rumores de possíveis atentados ao presidente, explosão do palanque montado na Praça da República, avisos sobre o perigo e a iminência da ditadura das esquerdas, do golpe sindicalista, comunista e da reação que poderia causar. Utilizou-se largamente o medo como artifício político, por um lado para garantir a adesão a uma luta antitrabalhista e anticomunista. Por outro, para alertar as esquerdas para a força reacionária desta minoria, mas poderosa parcela da população brasileira.

Um amálgama heterogêneo, fragmentado em vários tipos sociais, com diferentes espécies de capital, como o econômico, o simbólico, cultural, intelectual ou político, e com isso, detentor de poderes múltiplos, o grupo da oposição ao governo Jango passou a aglomerar todos aqueles que, até então, conspiravam isoladamente. Nomes como Castello Branco, Costa e Silva, Jaime Portella, o general Mourão Filho, Roberto Marinho, Bilac Pinto, Aliomar Baloeiro, e claro, Carlos Lacerda, entre outros, passaram a se encontrar em recorrentes reuniões divulgadas pela imprensa¹¹⁰. Destaca-se ainda a idéia de farsa com que interpretavam as reformas trabalhistas. Esta era uma leitura que enaltecia a capacidade, a força e a legitimidade dos militares para intervir no regime democrático, e tratava a relação dos líderes trabalhistas com as classes populares a partir de uma perspectiva que dava aos primeiros o caráter de manipulação, mascaramento e incompetência, e aos segundos a ausência de autonomia e consciência políticas.

¹⁰⁹O Correio da Manhã, 13 de março de 1964, página 6, “Mundo Político”.

¹¹⁰ MONIZ BANDEIRA, *op. cit.*, 2008.

Desse modo, é importante compreender como o anúncio do comício da Central redimensionou o conflito político aprofundando a polarização dos grupos e a agressividade dos discursos. A sua centralidade com relação ao golpe de 1964, sua importância política e histórica e a sua função simbólica na representação de um embate de forças travado desde 1961. Todos esses elementos estão intrinsecamente relacionadas ao seu processo de constituição, às amplas expectativas e às tensões depositadas sobre as possibilidades e as ameaças que o acontecimento fez surgir nesses momentos que o antecederam. Também é de fundamental importância compreender quais argumentos foram capazes de tornar grande parte da opinião pública favorável ao golpe de Estado que instalou a ditadura no Brasil, assim como a conjuntura política que permitiu a construção desses discursos.

4 A TENTATIVA DE ENRAIZAMENTO. O COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL.

O comício da Central do Brasil ocorreu em 13 de março de 1964 e estima-se que tenha reunido entre 150 e 200 mil pessoas. Foi organizado por líderes do Comando Geral dos Trabalhadores, o CGT, movimento que ficou conhecido pelas grandes greves que organizou e pela atuação política reivindicativa em nome da classe trabalhista. Também participaram membros de entidades sindicais e outras organizações de trabalhadores da cidade e do campo, servidores públicos civis e militares, estudantes e demais setores da população¹¹¹. Teve como aspecto marcante a participação de oradores importantes no cenário político nacional, ligados a defesa das chamadas reformas de base, como o então deputado federal Leonel Brizola, representante de uma ala considerada mais radical das esquerdas brasileiras, e o próprio presidente da República João Goulart.

A organização do comício se dá, como já se observou, em um momento de instabilidade política, crise econômica e inflação crescente. São evidentes as conspirações golpistas articuladas contra o governo, os constantes realinhamentos partidários consubstanciados em novas frentes políticas, as alianças conjunturais e, sobretudo, as profundas divisões internas nos mais diferentes partidos, dominantes ou periféricos, no campo político nacional.

No capítulo anterior foi percorrido o caminho de constituição do comício da Central apresentando as suas motivações e objetivos dentro da dinâmica política brasileira dos anos de 1960. Feito isto, pretende-se agora reconstruir o acontecimento do dia 13 de março de 1964, demonstrar o seu papel no jogo político e, principalmente, o seu caráter de luta, de embate simbólico e histórico que reorganizou as forças políticas brasileiras para além das suas tradicionais filiações e posições partidárias. Será essencial analisar as possibilidades políticas abertas e as ameaças postas em cena pelo comício, além de identificar e nomear os agentes desse processo.

Cabe reforçar ainda a idéia de que a observação deste momento/acontecimento será feita através das lentes da imprensa da época, um dos lugares em que o conflito político se tornou mais explícito e agressivo. Não se trata de analisar a opinião dos jornais selecionados sobre a crise política do governo João Goulart, mas de observar a crise política através deles,

¹¹¹MENANDRO, Heloísa. *O Comício das Reformas*. Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; FGV/CPDOC; FINEP, 1984, CPDOC/FGV.

órgãos então comprometidos e engajados na luta política cotidiana da época. Identificar e analisar os argumentos e contra-argumentos utilizados, as ações e reações, referências ideológicas e políticas, encontradas nos discursos de homens e grupos que passaram a falar em nome dos setores mais variados da população. Ressalta-se, contudo, que, embora direitas e esquerdas não fossem vozes uníssonas ou grupos sequer relativamente homogêneos, o golpe civil militar foi coroado pela união de diferentes setores em torno de um objetivo comum, de um sentimento de ameaça comum e de um desejo de conservação que, naquele momento, tornou-se predominante.

Análises focadas em fontes parlamentares ou militares certamente podem abrir novas perspectivas, corroborar ou retificar o que aqui se procura evidenciar. Porém, dentro dos limites do campo da imprensa, é possível afirmar que o comício da Central constituiu-se em acontecimento de imprescindível importância e significado político no contexto da crise do governo Goulart. O comício tomou a forma de uma estratégia do grupo trabalhista em face da dinâmica que a política brasileira assumiu a partir da posse de João Goulart em setembro de 1961, e que se aprofundou entre 1963 e início de 1964. O objetivo da realização do comício era promover um grande movimento social que pudesse modificar constitucionalmente a relação de forças estabelecida no Congresso Nacional no sentido de favorecer as reformas de base, especialmente, a reforma agrária como apresentada pelo PTB.

A organização do comício da Central foi realizada por uma comissão composta por Osvaldo Pacheco da Silva, presidente da Federação Nacional dos Estivadores e representante do CGT e do Pacto de Unidade e Ação (PUA), pelo deputado federal Hércules Correia dos Reis do PTB, secretário da comissão permanente das organizações sindicais (CPOS) e pelo deputado José Gomes Talarico, secretário do PTB do estado da Guanabara e acessor de João Goulart nas atividades sindicais¹¹². Era, já na sua preparação, um comício que buscava reunir diferentes setores das esquerdas, inclusive os conhecidamente mais radicais. O CGT, por exemplo, atuava no sentido de aglutinar sindicatos, federações, confederações e intersindicais, centralizando as decisões. Defendia políticas nacionalistas, modernizantes, distributivas e reformistas, além das reformas de base, a presença do Estado na economia, a defesa das empresas estatais, o controle do capital estrangeiro e da remessa de lucros para o exterior¹¹³.

No dia 14 de março de 1964, dia seguinte ao comício, o Correio da Manhã apresentou declarações do Sr. Lindolpho Silva, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores

¹¹² MENANDRO, Heloísa. *O Comício das Reformas*. Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; FGV/CPDOC; FINEP, 1984, CPDOC/FGV.

¹¹³ FERREIRA, *op. cit.*, 2004.

na agricultura. Falando em nome do CGT, afirmava estar o Comando “em estado de mobilização permanente, disposto a empreender qualquer ação que se torne necessária para vencer a resistência das forças retrógradas e conseguir a realização, no mais curto prazo possível, das mudanças que a nação exige”¹¹⁴.

A declaração do representante do CGT demonstra bem o caráter de luta de que se revestiu o comício da Central. Como ela, muitas outras se tornaram recorrentes entre as publicações do Correio da Manhã nos dias que se seguiram. Entretanto, ao longo deste capítulo, buscar-se-á reconstruir o comício também como expressão de um movimento heterogêneo na sua composição, nas suas propostas e formas de implementação sugeridas para as reformas de base. Isto, por sua vez, não leva a uma conclusão favorável à tese da radicalização das esquerdas e da sua intenção de romper com o processo democrático.

É possível que, naquele momento de confronto e de disputa política, grupos, tanto entre as direitas quanto entre as esquerdas, tenham atingido um grau de radicalização de propostas que os teria levado ao desprezo pelas regras democráticas. Contudo, a questão central, responsável pela polarização da sociedade civil e política parece ter sido o conflito entre a possibilidade de ampliação da participação política e a ameaça trazida à conservação do desenho estatal e social brasileiro.

Como se verá mais à frente, o discurso do presidente da República, em momento algum alude ao apoio a práticas autoritárias como o fechamento do Congresso. Da mesma forma, em seu governo, não há vestígios de inconstitucionalidade. A própria solicitação do pedido de estado de sítio, que polemizou sobre as verdadeiras intenções do presidente, foi retirada ao mostrar-se sem qualquer sustentação política legítima. Embora isto não prove a ausência de ambições golpistas por parte de Goulart, pode-se dizer que, mesmo que ela existisse, não teria apoio nem mesmo entre as esquerdas consideradas à época radicais. O grupo brizolista, por exemplo, que defendia abertamente o fechamento do Congresso Nacional, foi um dos primeiros a se voltar contra o pedido.

O comício ocorreu em favor da concretização das reformas agrária, bancária, administrativa, universitária e eleitoral, além da defesa das liberdades democráticas e sindicais, exigindo-se a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, assim como a elegibilidade para todos os eleitores e a necessidade de imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos e pelo exercício de atividades sindicais. O edital de convocação ao comício, publicado em 19 de fevereiro de

¹¹⁴O Correio da Manhã, 14 de março de 1964, p. 2.

1964, referia-se ainda a questões como o fortalecimento do monopólio estatal do petróleo e ampliação da Petrobras. O ponto alto tratava da possibilidade de o presidente assinar, durante o comício, o decreto da SUPRA. O documento declarava sujeitas a desapropriação todas as propriedades que ultrapassassem 100 hectares, localizadas em uma faixa de 10 km à margem de rodovias ou ferrovias federais, além das terras de mais de 30 hectares, quando situadas nas zonas que constituíssem bacias de irrigação dos açudes públicos federais¹¹⁵.

De fato, tratava-se de alterar a estrutura fundiária, além do sistema eleitoral e da própria Constituição do país. Nesse caso, deveria ser de se esperar que reformas envolvendo essas questões gerassem conflitos e dificuldades à altura das suas pretensões. A estratégia do grupo trabalhista para a viabilização política dessas medidas consistiu em recorrer à opinião pública já que não dispunha da maioria parlamentar necessária para a aprovação no Congresso Nacional. Esta uma última tentativa, carregada de simbolismo, trouxe consigo o esgotamento implícito e irreversível dos esforços de negociação entre as forças do campo político nacional.

4.1 Política e sociedade às vésperas do comício da Central:

Em 10 de março de 1964, o Última Hora publicou, em caráter editorial, a notícia de que a pressão reformista havia chegado ao limite máximo. Anunciava uma nova fase da política do governo e as suas realizações. Entre elas, “a aceleração do curso dos projetos da SUDENE destinados a rápida industrialização do Nordeste, a conclusão de importantes investimentos para expandir a produção do petróleo e de minério de ferro”¹¹⁶.

Desse modo, o jornal contribuía para a construção de uma atmosfera política e social de mobilização, politização, polarização e expectativa. A bibliografia sobre o tema, assim como as fontes consultadas, sugere que havia, na união dos grupos reformistas e nas suas formas de reivindicação, uma espécie de sensação de haver chegado a hora. Um sentimento de confiança nas próprias forças que assustava e ameaçava outros setores da população. O empresariado mostrava-se temeroso em relação à intervenção do Estado nas relações trabalhistas. Os grupos de latifundiários declaravam-se desconfiados e rejeitavam a proposta de reforma agrária que o governo buscava implementar. Setores militares rechaçavam a proposta de reforma eleitoral do governo que subverteria hierarquias cristalizadas. Entre outros grupos, a parte conservadora da classe política, acostumada como o exercício do

¹¹⁵ MENANDRO, *op. cit.*, 1984.

¹¹⁶ Última Hora, 10 de março de 1964, p. 4, editorial.

governo e do poder, sentia-se ameaçada pela possibilidade de ampliação da participação política. Na visão difundida por esses grupos, o discurso da ampliação democrática escondia um golpe de esquerda. Tratava-se de demagogia populista, sindicalismo e, é claro, infiltração comunista no governo do Brasil.

As esquerdas, os trabalhadores e, nesse momento do conflito político, aqueles que desejavam a viabilização das reformas e, para isso, a alteração da Constituição Federal, estavam presentes nos principais espaços destinados à política. Estavam no governo, no Congresso, na imprensa, nas ruas, nas Forças Armadas, entre outros. Mas em nenhuma instância decisiva de poder formavam a maioria. Talvez o processo político histórico brasileiro possa explicar essa questão. Mas o fato é que, mesmo com essa desvantagem política, ao alcançar a presidência da República, o trabalhismo modificou o cotidiano da política brasileira. Especialmente no seio do comício da Central, o trabalhismo tornou-se uma ameaça para os setores conservadores da sociedade, o que, por sua vez, não o tornava necessariamente uma ameaça ao jogo democrático.

Como se verá, a democracia tornou-se bandeira em nome da qual se lutava pela conservação de uma fórmula política excludente. Por um lado, se as esquerdas da época buscaram reformá-la para ampliá-la, as direitas optaram por subvertê-la para conservá-la. Não se trata de reduzir a situação a uma avaliação de melhor ou pior, certo ou errado, mas de observar um momento de confronto, de possibilidades e de ameaças e, sobretudo, de percepções e decisões políticas importantes o suficiente para serem repensadas.

No mesmo dia 10 de março, e também em caráter editorial, O Correio da Manhã publicou:

“Vigilância e trabalho”. (...) O Congresso é o corpo político por excelência do país. É o único foro competente para a discussão séria e a solução definitiva dos grandes problemas nacionais. Mas dos dois lados, da esquerda e da direita, pretendem arrancar ao Congresso essa sua maior prerrogativa. Pois é este o caminho e é este, ao mesmo tempo, o objetivo da radicalização do país: substituir o plenário pela rua e as comissões pelas conspirações. O Congresso Nacional tem o direito e tem mais o dever de reagir contra esses radicalismos totalmente perigosos. Só os golpistas irresponsáveis, inspirados por péssimas intenções chegariam, nesta hora, a atacar o Congresso. Pretendemos, ao contrário, defendê-lo, lembrando-lhe as suas prerrogativas e deveres. Do Congresso, da vigilância do Congresso, e do trabalho do Congresso depende a normalidade da evolução do país. Do Congresso depende o atendimento das reivindicações e reclamos da nação por meios legais, sem perturbação da ordem jurídica. (...)”¹¹⁷

Não era a primeira, nem seria a última vez que o matutino alarmava o seu público leitor sobre os perigos da radicalização política. Talvez essa tenha sido a marca que lhe legou

¹¹⁷ O Correio da Manhã, 10 de março de 1964, p. 6, editorial.

o caráter de “centro” em relação à política. Mas, assim como o Correio da Manhã, a defesa da normalidade, da ordem e, principalmente, da Constituição, foram argumentos de muitos outros grupos que, especialmente após o comício da Central, acusaram o governo de radicalizar o processo político e de aderir ao comunismo. Um breve mapeamento da relação de forças estabelecida no Congresso Nacional no início de 1964, portanto, durante o processo de organização do comício da Central, pode trazer novos elementos esclarecedores sobre essa questão.

Pode-se começar pelo PSD¹¹⁸ que, a partir da conquista das maiorias parlamentares e dos governos estaduais, se constituiu na principal agremiação política do período 1945-1964. Fundado em 1945, pelos interventores estaduais nomeados, à época do Estado Novo, para os governos do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e para a prefeitura do Distrito Federal, o PSD estruturou-se com solidez em todos os municípios do país. Para isso, foram fundamentais as negociações levadas a cabo pelos interventores junto aos vários prefeitos por eles indicados às lideranças dominantes no âmbito da política regional¹¹⁹.

Com bases rurais e forte ligação com a burocracia federal, o PSD constituiu-se como um partido oligárquico, organizado por lideranças com vasta experiência na arena política, grande habilidade para diálogos e negociações e que buscavam, pelo pragmatismo, perpetuar-se no comando da direção partidária, obstando possíveis renovações. Entre 1945 e 1964, apoiado pelo eleitorado do interior, o PSD procurava o ponto de equilíbrio entre posturas mais conservadoras, exigidas pelas bases, e mais modernizantes, preconizadas pelos membros mais jovens e renovadores que surgiam. Assim, o partido apoiou o monopólio estatal sobre o petróleo, as iniciativas desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek e uma política nacional de energia nuclear, entre outros. No entanto, opôs-se às medidas que ameaçavam as suas bases clientelistas: reforma administrativa, extensão da legislação trabalhista ao campo e realização de uma reforma agrária que chamavam de radical. Reformas estas que integravam o programa do governo Goulart.

Entre 1961 e 1964 pode-se identificar 3 grupos dentro do partido: um de oposição ao governo, constituído principalmente pela bancada mineira da câmara com Alckmin, Capanema, Armando Falcão (CE) e Nelson Carneiro (GB). De acordo com Lúcia Hippólito, sua adesão à conspiração foi uma questão de tempo¹²⁰. No segundo grupo estão os setores

¹¹⁸ As informações sobre o PSD podem ser encontradas e aprofundadas em: Hippolito, Lucia. *De Raposas e Reformistas: O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

¹¹⁹ VERSIANI, Maria Helena. Padrões e Práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007. Dissertação de Mestrado.

¹²⁰ HIPÓLITO, *op. cit.*, 1985.

mais à esquerda, reunidos na Frente Popular Nacionalista. Afinam-se com os setores mais nacionalistas do Congresso Nacional, o que, vale ressaltar, não implicava apoio automático às propostas do Executivo. O terceiro grupo é o liderado por Juscelino Kubitschek e compreendia parte da seção mineira, com Benedito Valadares e Tancredo Neves e as lideranças de apoio ao governo, como Abelardo Jurema (PB) e Antonio Balbino (BA). Em sua análise sobre o PSD, Lúcia Hippólito ressalta que, embora continuassem aliados formais na sustentação do governo, PSD e PTB distanciavam-se cada vez mais, assumindo maior relevância a aliança PSD-UDN. O PSD não passava à oposição ostensiva ao governo, mas estabelecia com a UDN uma coalizão de veto, fortalecida pela presença dos 32 pessedistas na Ação Democrática Parlamentar¹²¹, presidida pelo udenista João Mendes a qual também se integraram os militares da Cruzada Democrática.

No caso da UDN, já em fins de 1945, o partido afirmara-se como principal e constante crítico do trabalhismo de Getúlio Vargas. As críticas referiam-se, sobretudo, ao intervencionismo estatal na economia e na sociedade, à adoção de formas demagógicas e populistas de ação política e ao crescimento de práticas corruptivas e empreguistas nas gestões públicas. Desde sua fundação a UDN assumiu a representação das classes médias e altas urbanas expressando um discurso voltado para a moralização política e para a valorização dos indivíduos sociais comprometidos com o saber laureado. Entre outros, os principais temas abordados pelo programa da UDN eram: a não intervenção do poder do Estado na autonomia dos atores sociais e econômicos, incluindo a não ingerência estatal na organização das estruturas sindicais, a defesa do liberalismo econômico sem medidas restritivas ao investidor estrangeiro, a moralização administrativa, a reforma agrária com a condição de que fosse realizada apenas em terras ainda não aproveitadas e a defesa da competência técnica contra o nepotismo¹²².

Cerca de um mês após a posse de Goulart na presidência da República, em outubro de 1961, em nota oficial, o partido deixava clara sua posição contrária a todos os aspectos da política trabalhista do novo presidente¹²³. Segundo Maria Victória Benevides, o governo João Goulart representava, sobretudo a partir do presidencialismo, o ponto de ruptura entre os progressistas da chamada ala Bossa Nova e os ortodoxos que se aproximavam dos militares

¹²¹ A Ação Democrática Parlamentar foi uma Frente formada no Congresso Nacional que reunia basicamente membros do PSD e da UDN em oposição cerrada ao governo Goulart. Seus objetivos declarados consistiam em combater a infiltração comunista e defender o estrito alinhamento do Brasil ao bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos. Em outubro de 1961 a ADP já contava com cerca de 155 membros na Câmara dos deputados.

¹²² VERSIANI, *op. cit.*, 2007.

¹²³ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

da Cruzada Democrática e do grupo da Ação Democrática Parlamentar. Era possível identificar no udenismo a capacidade para justificar o golpismo, o apelo à intervenção militar, a contestação dos resultados eleitorais, além da tendência à violação da democracia sob a justificativa de melhor salvá-la. A denúncia da desordem no governo João Goulart decorria de um sistema considerado ilegítimo porque tolerava manifestações de grupos sociais incompatíveis com a ordem desejada. Portanto, para a UDN, a defesa da ordem e do golpe eram, naquele contexto, faces da mesma moeda.

O Partido Trabalhista Brasileiro, já em 1945, sistematizava em seu programa os princípios básicos do trabalhismo e do nacionalismo comprometidos com a defesa e ampliação do amparo da legislação aos trabalhadores, com a regulamentação do capital estrangeiro no país e com a implementação de uma política externa independente. Nos anos de 1960, a ampliação do trabalhismo enquanto projeto nacional previa ainda a ampliação da representação das classes, a planificação econômica, a melhor distribuição de riqueza, a extinção dos latifúndios improdutivos e o direito de greve pacífica. A transformação desses princípios em medidas políticas viáveis resultou na criação do Programa de Reformas de Base defendido pelo governo Goulart.

O PTB dividia-se entre as lideranças que, no interior do forte movimento reivindicatório do início da década de 1960, disputavam a sua direção. Leonel Brizola arregimentou inúmeros seguidores na chamada Frente de Mobilização Popular¹²⁴ que reunia as principais organizações de esquerda. A FMP esforçava-se para que João Goulart assumisse imediatamente o programa reformista, sobretudo, a reforma agrária, mesmo à custa de uma política de confronto com a direita e os conservadores, incluindo o PSD. Consciente da falta de representação no Congresso Nacional, a Frente reunia os estudantes da UNE, os operários urbanos do CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria, o Pacto de Unidade e Ação, a Confederação Nacional dos trabalhadores nas empresas de crédito e os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações. Contava ainda com segmentos das Ligas camponesas, grupos da esquerda revolucionária e setores da extrema esquerda do PCB, assim como políticos do grupo compacto do PTB e da Frente Popular Nacionalista. Reconhecendo também a sua fragilidade parlamentar, Brizola procurava convencer João Goulart a implantar as reformas de base unicamente com o seu apoio político, desconhecendo outras organizações do leque partidário brasileiro.

¹²⁴ FERREIRA, *op. cit.*, 2004.

Já San Thiago Dantas, ex-ministro da Fazenda do próprio governo Goulart, tomou a liderança de um grupo de políticos do PTB e de outros partidos formando, em outubro de 1963, a Frente Progressista de apoio às reformas de base. Buscava reagrupar as forças, consideradas, à época, moderadas ou de centro-esquerda, no sentido de apoiar o governo e impedir o movimento conspiratório que ameaçava o governo. Buscou o apoio do PSD, PCB e PTB que não seguiam a liderança de Brizola, de Miguel Arraes ou de sindicalistas. No entanto, diante do processo de polarização política, todos os grupos acabaram abandonando a Frente.

Contudo, apesar das disputas internas, foi, certamente, sobre o presidente João Goulart, que se concentraram as maiores expectativas dos diferentes grupos das esquerdas em relação à possibilidade de concretização das reformas de base. Isto, por sua vez, não se traduziu num compromisso parlamentar de inclusão e aprovação dessas demandas. As propostas do governo Goulart encontraram rígidos limites institucionais. Por mais que assegurasse o respaldo de inúmeras organizações de trabalhadores, sindicatos, movimentos reformistas na cidade e no campo, os trabalhistas encontraram no sistema político-partidário brasileiro impedimentos intransponíveis à concretização das reformas. Somente uma negociação que descaracterizasse o programa reformista teria condições de levar a proposta à frente.

O surgimento e a realização do comício da Central inserem-se nesse contexto de conciliação fracassada, crise política e luta trabalhista. O governo esforçou-se por criar um movimento de opinião pública que pudesse pressionar o Congresso Nacional. Modificaria, assim, o quadro de forças políticas em que figuravam um PTB fragmentado com alas claramente radicalizadas, e uma união conjuntural entre a chamada “oligarquia”¹²⁵ pessedista e os grupos ortodoxos da UDN, já muito próxima dos setores militares conspiradores. Vale reafirmar, que a imprensa, enquanto espaço de luta e de disputa pela conquista da opinião pública, foi fundamental para garantir aos grupos golpistas o sucesso engasgado pelos fracassos políticos de 1954, 1955 e 1961.

Outra questão importante refere-se à divisão dos partidos, à formação de Frentes à esquerda e à direita, e as novas alianças configuradas no campo político e na sociedade civil. Essas redistribuições das forças políticas e sociais evidenciaram um processo de polarização política que transcendia aos partidos políticos, tais como se afirmaram a partir de 1946. Em última instância, as divisões internas aos partidos entre aqueles dispostos a negociar ou apoiar

¹²⁵Termo utilizado por Lúcia Hippólito em: HIPÓLITO, Lucia. *De Raposas e Reformistas: O PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

o governo e os políticos de posição mais conservadora, assim como a disputa entre os grupos mais radicais e os moderados do PTB, expressavam a escolha política que marcaria o período de 1961 a 1964. Tratava-se da decisão entre defender a ampliação da participação política e a reforma do *status quo*, ou a manutenção de um padrão histórico de exercício político marcado pela limitação do espaço político e pela exclusão das classes populares.

Desse modo, ao mesmo tempo em que o comício era organizado e criava grandes expectativas em torno do discurso do presidente João Goulart e da anunciada assinatura do decreto da SUPRA, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda e diversos setores da oposição, mobilizavam-se contra a sua realização. Na madrugada do dia 12 para o dia 13 de março, houve, inclusive, uma tentativa de incendiar o palanque montado em frente à Central do Brasil, confirmando as denúncias de que grupos de extrema direita tentariam impedir a realização do comício.

As mulheres da Campanha da Mulher pela democracia (CAMDE) empenharam-se numa campanha telefônica pedindo ao povo para não comparecer à concentração. Buscavam persuadir os moradores das ruas entre o palácio das Laranjeiras e a Praça da República a colocar velas acesas nas janelas para que o presidente as observasse, como sinal de luto, em seu trajeto de ida e volta do comício¹²⁶.

Na véspera do comício, O Correio da Manhã publicou o manifesto das chamadas “Classes produtoras”:

“(…) As classes produtoras desejam dizer à nação que os dirigentes de empresas, cômicos de suas responsabilidades e do seu papel na vida nacional, estão atentos diante de certas forças organizadas, com a anuência de responsáveis pelo governo que, num processo solerte, estão levando o Brasil à desordem generalizada. A causa principal cabe insistir, reside no desvirtuamento da autoridade civil que faz o jogo da investida totalitária transigindo ostensivamente com os comunistas. Nesse quadro, por si só tão confuso, destacam-se os profissionais e aproveitadores do sindicalismo, agentes de sistemático processo de desorganização social, quando é certo que as justas concessões aos trabalhadores podem ser alcançadas sem violentar a ordem pública.

O país assiste estarecido ao permanente desrespeito à Constituição e às leis. Deturpa-se o direito de greve com o aliciamento ostensivo à desordem em reivindicações comandadas quase sempre por organismos espúrios. É profundamente estranho que o Sr. Presidente da República atue mais como chefe de partido do que como supremo magistrado da nação. Para manter-se viva a mística dos liderados, arquitetam-se, como nos regimes ditatoriais, motivações que instigam as massas a permanecer em clima de continuada tensão emocional ante promessas ilusórias de reformas vazias de conteúdo pela falta de planejamento e ausência de sinceridade de seus objetivos. Reformas são necessárias. As classes produtoras do país as tem solicitado inúmeras vezes. O que se deseja é a sua elaboração de forma democrática, alicerçada nas realidades brasileiras e no amplo debate do parlamento. Os homens de empresa proclamam o propósito de exercer efetivamente seu direito de participar da política nacional. Pregam a pacificação dos espíritos, o entendimento honesto e sincero entre os que produzem, mediante concepções recíprocas, dentro da ordem, das leis e da Constituição. (...) Reivindicam que se restaure, em sua plenitude, o princípio da autoridade para que se

¹²⁶ MENANDRO, *op. cit.*, 1984.

estabeleça o clima de austeridade e de harmonia a que tem direito todos os que contribuem com os seus esforços para o desenvolvimento nacional (...)¹²⁷

A iminência do comício levava a poderosa classe produtora à organização, manifestação e reação. Novamente estavam presentes os argumentos de defesa da Constituição, da democracia e da ordem. Enquanto as esquerdas acusavam frequentemente a Carta Constitucional de ser “antiquada” e “obsoleta”, “não mais atendendo aos interesses da nação”, empresários e latifundiários agarravam-se à defesa das leis e ao alibi democrático numa confusão de conceitos apenas passível de ser compreendida ao levar-se em conta a posição dos agentes no jogo político, assim como certa postura ideológica tomada no limite da crise dos anos de 1960.

A defesa do resgate da ordem social buscava a consagração da estabilidade, da imutabilidade, da perpetuidade das normas que regiam a sociedade e que garantiam a determinados grupos posições privilegiadas nas relações de produção, de trabalho e de participação política. Às grandes esperanças e crenças na possibilidade aberta aos grupos reformistas pelo governo João Goulart, certamente corresponderam profundas ameaças e incertezas com relação ao futuro, nos grupos tradicionalmente ligados ao poder político e social.

A questão é que, embora parte significativa da sociedade estivesse envolvida num processo de polarização e conflito político, especialmente representado e aprofundado pela realização do Comício da Central, a iniciativa golpista e a quebra do pacto democrático foram regidas pelas forças unidas de diferentes grupos das direitas políticas, em nome da manutenção de uma ordem acostuada a postergar e a calar movimentos de transformação e ampliação democráticas.

Entre os argumentos utilizados por esses grupos, alguns podem ser identificados no citado Manifesto das Classes produtoras. O repúdio ao movimento sindical foi utilizado como elemento de contestação de uma ordem política que pudesse ser produzida por meio de procedimentos fundados na participação da coletividade. Criava-se uma ilegitimidade das mudanças e dos movimentos de reivindicação pelo desenvolvimento dos direitos de cidadania política e social. A rejeição ao processo de mobilização social e política consistia numa clara reação à ampliação da participação democrática.

Por fim, a tradição anticomunista era mobilizada pelos grupos conservadores para criar condições favoráveis à efetivação de possíveis intervenções autoritárias na vida política

¹²⁷ O Correio da Manhã, 12 de março de 1964, Primeira página do segundo caderno.

nacional. Denunciando à sociedade como comunistas a todos os esquerdistas, alcançava-se o efeito de lançar desconfiança sobre as propostas reformistas. Amedrontada, em função das sinistras representações do comunismo divulgadas e cristalizadas ao longo do tempo, parte da população tendia a encarar com reserva o discurso “progressista”¹²⁸.

De acordo com Rodrigo Patto Sá, não se pode descartar, contudo, a possibilidade de que alguns setores anticomunistas acreditassem realmente no suposto vínculo da esquerda moderada com o comunismo. No entanto, quanto mais radicais as posições conservadoras e reacionárias, tanto maior a tendência a execrar qualquer mudança como “coisa de comunista”. Além disso, o fato de comunistas e progressistas possuírem determinados valores comuns, como o entusiasmo pelas propostas nacionalistas e a insatisfação com o predomínio tradicional da Igreja, tornava mais fácil a construção e o estabelecimento de uma percepção que fundia num só corpo identidades essencialmente distintas.

Rodrigo Patto denominou “indústria do anticomunismo” a constante produção de argumentos pelas direitas, conservadores e oposição política, durante o governo Goulart, que pretendiam associar as esquerdas e as suas reivindicações aos movimentos comunistas vencedores na União Soviética ou em Cuba. Sobre essa questão vale à pena tecer alguns comentários. Em primeiro lugar, o contexto internacional, marcado pela guerra fria e pela competição entre Estados Unidos e União Soviética, por zonas de influência no território mundial, é imprescindível para a compreensão do desenrolar da crise política brasileira na década de 1960. Depois, é preciso situar o governo Goulart dentro de um processo mais amplo de crescimento dos movimentos reivindicatórios por parte das esquerdas latino-americanas, sobretudo, em seu caráter mais radical, denunciando processos históricos distintos, porém marcados pela construção de democracias restritivas e pela dificuldade de resolução de questões estruturais como a reforma agrária.

Por um lado, a observação da conjuntura da época resgata a dimensão de luta na história das esquerdas brasileiras e latino-americanas, com seus vários graus de reformas alcançadas ou mesmo de radicalização de propostas. E este é um ponto frequentemente omitido pelo triunfo das ditaduras de direita que se instalaram na região durante os anos de 1960 e 1970. Por outro, Carlos Fico¹²⁹ lembra que o golpe civil-militar de 1964, no Brasil, foi um reflexo da política externa intervencionista dos Estados Unidos, que tentavam a todo

¹²⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “Indústria” do Anticomunismo. Anos 90, Vol. 9, n° 15, 2001.

¹²⁹ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

custo, manter seu campo de influência na América Latina, no contexto da disputa bipolar por hegemonia durante a guerra fria.

Desse modo, é preciso que se articule cada vez mais a luta das esquerdas por ampliação democrática e reformas estruturais, com destaque para a revolução cubana, em 1959, e a dinâmica de disputa entre o capitalismo norte-americano e o comunismo soviético. Sabe-se que, já nos anos de 1950, os Estados Unidos encorajaram a conspiração que derrubou o rei Farouk I no Egito. Em 1952, promoveram no Irã a operação AJAX, para derrubar o governo de Muhammad Mossadeq. Em 1953, o governo norte-americano participou da operação PBSUCCESS, contra o governo de Jacob Arbenz, então presidente da Guatemala. Em 1954, e, sobretudo, a partir da revolução cubana de rumo socialista sob a liderança de Fidel Castro, os Estados Unidos voltaram as suas atenções intervencionistas mais e mais para a América Latina¹³⁰.

Quanto ao Brasil, sabe-se que a idéia de derrubar o presidente João Goulart consolidou-se, por parte do governo norte-americano, no final de 1963, em paralelo às conspirações internas. Entretanto, havia já algum tempo que aquele país vinha se esforçando para desestabilizar o governo brasileiro, financiando candidatos da oposição, emprestando dinheiro a governadores contrários a João Goulart e patrocinando uma expressiva propaganda política que sugeria que o presidente conduziria o Brasil ao comunismo. A culminância dessa postura intervencionista teria surgido com a Operação Brother Sam, na qual, o governo norte-americano enviou às costas brasileiras uma força tarefa naval com um porta-aviões, seis contra-torpedeiros, 100 toneladas de armas e 4 navios petroleiros que traziam combustível para o caso de um eventual boicote de abastecimento pelas forças legalistas. A idéia era apoiar o governador Magalhães Pinto, de Minas Gerais, com o qual os Estados Unidos haviam combinado a estratégia de declaração de um governo alternativo, ainda em 1963. A Operação *Brother Sam*, no entanto, não chegou às costas brasileiras e poucos ficaram sabendo dela até os anos de 1970. Isto porque ao contrário de todas as previsões, não houve resistência por parte do governo e da sociedade brasileira de modo que o golpe de 1964 concluiu-se rapidamente com a vitória dos conspiradores.

Talvez este parêntese tenha se estendido mais do que o esperado, mas considera-se de fundamental importância situar o comício da Central, a luta que ele representa, assim como o significado que adquiriu para direitas e esquerdas da época, nesse contexto mais amplo de conflitos políticos e sociais espalhados pela América Latina. Busca-se enfatizar a politização e

¹³⁰ MONIZ BANDEIRA, *op. cit.*, 2008.

a mobilização de parte da população da região pela ampliação democrática e por reformas estruturais. Por outro lado, deve-se considerar a política intervencionista norte-americana, presente na desestabilização e destituição dos regimes de esquerda que se estabeleceram em governos legítimos. Ressalta-se a força do anticomunismo transformado em arma política contra os grupos esquerdistas numa conjuntura de guerra fria agravada pela experiência revolucionária em Cuba.

Dois dias antes do comício da Central, a coluna “Retrato sem retoque”, assinada por Adalgisa Nery, foi publicada no Última Hora e serve como importante campo de análise para a compreensão do significado do acontecimento do dia 13 para as esquerdas, assim como dos argumentos e tons de que esses grupos se utilizaram para defender os seus interesses reformistas. A coluna intitulava-se “Comício e ordem democrática”, e dizia o seguinte:

“Em qualquer país do mundo os grandes comícios em praça pública com a participação de personalidades de alto gabarito político e, inclusive, com a presença e fala do presidente da República, fazem parte da contextura do regime democrático. Onde estiver uma concentração de povo, onde estiverem as classes trabalhadoras, onde estiverem as massas operárias, aí estarão realmente a vida e as energias da democracia. No Brasil, entenderam os defensores das liberdades democráticas, entenderam os escalões da eterna vigilância de si mesma, entenderam os marechais do espírito cristão, que o comício numa praça pública, o autêntico lar do povo, é indubitavelmente manifestação subversiva e atenta contra a ordem. É claro que as reivindicações populares, as manifestações de pensamento e de vontade da coletividade, atentam contra a ordem. Mas a ordem deles, da minoria reacionária, dos parasitas do regime, dos potentados de privilégios. É esta ordem que eles não querem ver subvertida, pois que não admitem o bem estar geral e o caminhar livre do país. Colocam essas elites carcomidíssimas a sua ordem acima dos interesses nacionais, acima de um sistema justo e equilibrado para a coletividade brasileira.

Desde que foi falada a realização do comício do próximo dia 13, os reacionários e de mofadas figuras de nossa elite política estão em pânico, como se um comício em praça pública não fosse um autêntico uso democrático. Farão tudo para que a ordem do povo seja conturbada e o IBAD está aí para ajudá-los a fim de justificarem as delícias de suas ordens privadas. O governador guanabarrino baixou até ponto facultativo com o intuito de apagar o movimento normal da cidade e, ao mesmo tempo, espalhar a impressão de que o ponto facultativo é medida de prudência e segurança face à catástrofe que se aproxima. A catástrofe é um comício público em que o povo, o verdadeiro dono da nação, vai dizer em voz alta o que quer. A presença do presidente da República é, inclusive, demonstração inequívoca de que estamos abertamente ao lado do povo, ouvindo o povo, integrando-se nas reivindicações do povo, nada mais (?) do que praticar o exato significado da palavra democracia: um regime do povo, para o povo e pelo povo. O engraçado na reação contra as manifestações das massas trabalhadoras é dizerem seus afoitos representantes que são defensores da liberdade democrática e que não admitem concentrações populares.

Daí concluímos que a ordem do povo é substancialmente oposta à ordem dos retrógrados intransigentes, e inteiramente inversa à dos latifundiários, à dos parasitas privilegiados: é, em conclusão, uma ordem privadíssima que não se adapta à coletividade e à nação. É, pois, contra essa antidemocrática diferença que o povo, cada dia mais, tem necessidade de ir às praças públicas reiterar suas aspirações humanas, sociais e cívicas, e, sempre que possível, com a presença do presidente da República, a fim de que a democracia tenha realmente conteúdo de regime do povo, para o povo e pelo povo. A ordem privada dos reacionários tem de ser substituída pela ordem social, econômica e política do povo brasileiro. A fúria da reação contra o comício do dia 13, nega ostensivamente tudo aquilo que diz defender a democracia”.

131

Primeiro, a autora parece tentar explorar as contradições do discurso das direitas a respeito do conceito e da defesa da democracia. E neste ponto é preciso ressaltar a importância de não se incorporar os argumentos da escritora. A coluna publicada pelo Última Hora visava, sem dúvida, o convencimento e a arregimentação da opinião pública em favor do comício, do governo e das reformas. Por outro lado, não se pode subtrair do conceito de democracia o seu caráter de ampliação da participação popular, de liberdade política e de um corpo de leis que assegurem os dois primeiros. Deste modo, de fato, a realização do comício não feria o jogo democrático, ao invés disso, abria a possibilidade de ampliação da participação e reivindicação populares a partir de uma forma de exercício da política que, embora rompesse com padrões e protocolos tradicionais e excludentes, aproximava os líderes políticos e a população. Abria a possibilidade de ampliação da parcela de sujeitos históricos e agentes da política nacional.

O texto dirige-se, sobretudo, aos discursos que se escudavam nos argumentos democráticos para criar sobre o comício uma atmosfera de desordem e ilegalidade, visto que assim era entendido o processo de crescente manifestação popular. A referência aos “escalões da eterna vigilância”, e aos “marechais de espírito cristão”, pretendia atingir e identificar como inimigos das reformas os setores ortodoxos da União Democrática Nacional, conhecida como “partido da eterna vigilância”, e os grupos militares conservadores e anti-reformistas, sobretudo aqueles ligados a Cruzada Democrática.

As esquerdas pareciam perceber no legalismo udenista toda a sua carga de conservadorismo – reação à mudança – além de um moralismo “vigilante” e autoritário, que, por vezes, identificava nos valores morais dos homens públicos a explicação para o comportamento político¹³². Quanto aos “marechais”, tratava-se de aludir à aliança explícita da UDN com os setores mais anticomunistas e anti-reformistas das Forças Armadas. Estes militares questionavam a falta de coesão da corporação em face do desgaste dos princípios de hierarquia e disciplina, especialmente no que se refere à proposta do governo de tornar elegíveis também os sargentos. Além disso, os militares denunciavam a tentativa de subversão do mito sagrado do legalismo posto em causa pelo governo devido à “comunização do continente”.

O IBAD aparece no texto já que ficou conhecida a sua atuação no sentido de financiar candidaturas de parlamentares conservadores e de, junto ao IPES, desencadear ampla campanha baseada na histeria anticomunista, convencendo setores significativos de

¹³²BENEVIDES, op. cit., 1981.

empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores, de que João Goulart, de fato, tinha intenções de comunizar o país¹³³.

Carlos Lacerda tornou-se o inimigo mais declarado do trabalhismo, do PTB, do governo, dos comunistas, dos reformistas, de quaisquer setores identificados com as bandeiras defendidas pelas esquerdas no Brasil. Observa-se, contudo, que algumas de suas posturas como o antiestatismo e a denúncia do que ele entendia como populismo foram mais conjunturais. No início da década de 1960 essas atitudes eram explicadas, sobretudo, por um anti-getulismo histórico que via no governo Goulart a emanação e a herança de Getúlio Vargas, contra quem Lacerda havia lutado politicamente de forma violenta na década de 1950. Entretanto, sabe-se que a UDN, partido no qual Lacerda se tornou uma das maiores, senão a maior liderança, acabaria por aceitar a estatização, quando proposta pelos militares após 1964. De todo o modo, o governador da Guanabara não encobriu os seus esforços para esvaziar o comício da Central através do estabelecimento do ponto facultativo no dia 13 de março.

A questão da ordem mostra-se central para o significado do comício da Central para esquerdas e direitas, assim como para a discussão que envolve as acusações de radicalização política durante o governo João Goulart. Por um lado, variados setores da sociedade, como os militares golpistas, grande parte do empresariado, frações das classes médias, latifundiários, entre outros, além de alas mais conservadoras de partidos políticos como o PSD e a UDN, utilizaram o argumento da manutenção da ordem para desqualificar as manifestações reivindicatórias de trabalhadores do campo e da cidade, greves e invasões de terras. Tratava-se de associá-los à desordem social, ao caos administrativo e à incompetência do governo. A partir dessa perspectiva, a realização do comício da Central, aglomeração popular em praça pública com o apoio do presidente da República, significava a própria subversão da ordem, transgressão à autoridade dos altos escalões militares que, desde 1961, se posicionaram contra o governo.

Ao mesmo tempo, a coluna do Última Hora é flagrante exemplo de como o discurso utilizado pelas esquerdas poderia radicalizar-se, em certos momentos, ao confundir, ou desejar, que o processo reformista implicasse uma subversão ou substituição da ordem. Por maiores que fossem as pretensões das reformas preconizadas pelo governo Goulart, diante das dificuldades impostas pelas recorrências da história política brasileira e pela própria dinâmica política interna, elas possuíam limites evidentes relacionados à manutenção do capitalismo e

¹³³FERREIRA, op. cit, 2004.

da necessidade de contemplar, de alguma forma, a sociedade como um todo garantindo a governabilidade e o desenvolvimento do país.

Cabe ressaltar ainda a menção final do artigo à campanha desencadeada por um grupo heterogêneo de forças civis e políticas, tais como a própria imprensa, contra o governo, a partir do anúncio do comício da Central. Observa-se, nesse caso, a importância que os sujeitos históricos da época atribuíram ao acontecimento do dia 13 e como ele redimensionou o conflito político do início dos anos de 1960. No dia do comício, O Correio da Manhã publicou na tradicional coluna “Mundo Político” artigo intitulado “Líderes intranqüilos”. O texto dizia:

“Líderes da oposição deliberaram permanecer, neste fim de semana, em Brasília, preocupados com o desenrolar dos acontecimentos na Guanabara. Segundo revelaram ontem os Srs. Pedro Aleixo e Bilac Pinto, essa permanência se justificara plenamente em face dos rumores chegados à capital da República de que por trás do comício de amanhã estaria sendo preparada uma sortida contra o regime. Os referidos líderes, ao admitirem como procedentes os rumores, estão convencidos de que nada poderiam fazer de concreto a fim de evitar qualquer violência, mas o simples fato de se encontrarem em Brasília seria suficiente para deter qualquer processo que objetivasse o garroteamento das liberdades, pois em minutos apenas teriam condições de convocar o Congresso para uma reação. Somando as suas pretensões às dos líderes oposicionistas, o senador Auro Moura Andrade admitiu ontem o propósito de fazer um pronunciamento de “alerta à nação”, caso se confirmem os rumores que estão chegando à Brasília aos borbotões”.¹³⁴

E, mais adiante, na primeira página do segundo caderno: “Exército garante comício de hoje”:

“Com a garantia do I Exército e a presença do presidente da República, será realizado hoje, no local que a foto mostra, o chamado comício pelas reformas. O comício começou bem, reformando a lei que proíbe reuniões naquele local. É possível que seja esta, no momento, a única reforma do comício, isso se não levarmos em conta outras reformas menores, como a de trânsito, a do horário de repartições, etc. Quanto às reformas de base, origem e finalidade do comício, teremos o inevitável pronunciamento do Sr. João Goulart pelas reformas”.¹³⁵

O descontentamento da oposição, especialmente por parte da UDN, com o comício, era evidente. Como afirma Jorge Ferreira¹³⁶, no início de 1964, as articulações entre empresários, alguns governadores de estados e parlamentares conservadores avançavam consideravelmente. A notícia da coluna “Mundo Político” mostra como a oposição se esforçou por criar sobre o comício uma atmosfera assustadora de ilegalidade e desordem suficientes para justificar uma possível intervenção autoritária. A reação adquiriu, com o anúncio do comício, contornos de argumento de defesa em nome da democracia que ela mesma viria a desrespeitar.

¹³⁴ O Correio da Manhã, 13 de março de 1964, página 6, coluna Mundo Político.

¹³⁵ O Correio da Manhã, 13 de março de 1964, primeira página do segundo caderno.

¹³⁶ FERREIRA, op. cit., 2004.

Já a notícia sobre a presença do exército na Praça da República reafirmava as constantes tentativas empreendidas pelo Correio da Manhã de desvalorizar e desqualificar as organizações de trabalhadores e a força política dos setores de apoio ao governo. Menosprezava-se a sua capacidade de transformação política e social, ao mesmo tempo em que se exaltava certo “monopólio” dos militares em relação às intervenções no processo político.

No dia 14 de março, o Correio deu voz às expectativas da FAREM, Associação de fazendeiros e proprietários rurais, em relação ao comício:

“Fazendeiros em armas irão à luta em Minas. O Sr. Josafá Macedo, presidente da FAREM, disse ontem que os proprietários rurais estão evitando dar o primeiro tiro, mas que reagirão “dispostos a matar e a morrer”, se for mesmo assinado o decreto da SUPRA e os comunistas começarem a invadir as terras desapropriadas. Declarando que “o Comício pode ser a instauração da guerra civil oficializada pelo governo”, o presidente da FAREM afirmou que “o meio rural está intranquilo em Minas e no país inteiro, às vésperas desse comício que não tem nenhum sentido, nem outra explicação que não seja a mais absurda e irrefletida provocação”. E acentuou: “Há muito tempo estamos prevenidos... O comício está dentro da tática comunista para assumir o governo, mas nós saberemos reagir no momento necessário”.¹³⁷.

Como será possível ver, se antes do comício as exaltações ao poder de intervenção das Forças Armadas e os discursos de partes de grupos civis organizados anunciando a possibilidade de guerra civil apareceram em tom de alerta, após a realização do acontecimento, o jogo entre as possibilidades e ameaças abertas aos dois lados do campo político acirrou-se. A oposição abandonou os pudores políticos e os pedidos de interrupção do processo democrático tornaram-se claros e diretos como aqueles presentes nos, hoje conhecidos, editoriais deste mesmo jornal, “Basta!”, e “Fora!”, em 30 e 31 de março de 1964.

4.2 Um novo espaço político: as esquerdas em comício na Praça da República:

Mas era, enfim, chegada a hora do comício das reformas. Entre os presentes destacavam-se as delegações de marítimos, do CGT e do PUA e as representações femininas do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). No palanque estiveram presentes os chefes dos gabinete civil, Darcy Ribeiro, e militar, General Argemiro Assis Brasil, o ministro da justiça Abelardo Jurema, além dos três ministros militares, Jair Dantas Ribeiro, da Guerra, Almirante Silvío Mota, da Marinha, e o Brigadeiro Anísio Botelho da Aeronáutica. O

¹³⁷ O Correio da Manhã, 14 de março de 1964, página 2.

governador Miguel Arraes de Pernambuco, João Seixas Dória de Sergipe, e Badger da Silveira do estado do Rio de Janeiro, além de deputados federais e estaduais¹³⁸.

Merece destaque a presença do então deputado federal Leonel Brizola. A atuação na campanha da legalidade contra a direita civil-militar e medidas ousadas como a encampação de empresas norte-americanas e a criação de 680 mil vagas escolares no governo do Rio Grande do Sul projetaram Brizola como liderança no campo das esquerdas, aliás, líder da ala considerada mais radical do PTB. Nas eleições de outubro de 1962, visando unir nacionalistas e eleger numerosa bancada de parlamentares, Brizola e Mauro Borges, então governador de Goiás, formaram a Frente de Libertação Nacional com o objetivo de nacionalizar empresas estrangeiras, impor o controle da remessa de lucros para o exterior e lutar pela reforma agrária. Juntaram-se à proposta Miguel Arraes, Barbosa Lima Sobrinho, o secretário do Movimento Nacionalista Brasileiro coronel Oscar Gonçalves e Aldo Arantes, então presidente da UNE. Ao cumprir sua meta a Frente foi extinta¹³⁹. Em março de 1964, a presença de Brizola no comício provocou graves divergências entre os organizadores do acontecimento. Estes grupos temiam que o discurso do deputado pudesse associar um grau de radicalização indesejado às propostas do presidente João Goulart, prejudicando a estratégia de pressionar o Congresso Nacional através de um movimento pacífico de mobilização da opinião pública.

Mas as cisões do PTB tornavam-se evidentes. Já em 8 de março a primeira página do segundo caderno do Correio da Manhã trazia a seguinte notícia:

“Comício provoca divergências. O comício marcado para o próximo dia 13, em frente à Central do Brasil, além de provocar uma funda divergência entre o governo federal e o estadual, já está provocando também algumas divergências entre os próprios promotores da reunião. Temem os organizadores que, em presença do presidente da República, os oradores mais radicais façam críticas embaraçosas à política estrangeiras ou ao próprio governo federal. (...)”¹⁴⁰

Contudo, Leonel Brizola garantia a presença de um número considerável de esquerdistas, foi figura imprescindível no episódio da cadeia da legalidade e fiel defensor de algumas das reformas de base ao longo do governo João Goulart. Não era politicamente possível evitá-lo.

Às 18 horas teve início o comício. José Lellis da Costa, presidente do Sindicato dos metalúrgicos da Guanabara e membro da Comissão Permanente das Organizações Sindicais foi o primeiro orador. Defendeu os direitos do povo de reclamar, em praça pública, a

¹³⁸MENANDRO, Heloísa. *O Comício das Reformas*. Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; FGV/CPDOC; FINEP, 1984, CPDOC/FGV.

¹³⁹FERREIRA, op. cit., 2004.

¹⁴⁰O Correio da Manhã, 8 de março de 1964, primeira página do segundo caderno.

satisfação dos seus anseios e pretensões, entre os quais as reformas de base¹⁴¹. A seguir, Olímpio Mendes, presidente da União Brasileira de estudantes secundaristas (UBES), protestou contra a discriminação política e ideológica nas escolas e solidarizou-se com João Goulart pela anunciada assinatura do decreto da SUPRA.

Nesse momento, o coronel José de Almeida Ribeiro, chefe do posto de comando do policiamento, recebeu por telefone, a notícia de que o presidente acabara de assinar o decreto no palácio Laranjeiras. Ao tomar conhecimento, a multidão, de cerca de 150 mil pessoas, irrompeu em aplausos demorados segundo o jornal O Correio da Manhã. Às 18:20h, o deputado Sérgio Magalhães, em nome da Frente Parlamentar Nacionalista tomou a palavra. Além de defender a mobilização das Forças Democráticas e populares, afirmou que o “atual governo federal tem sido sensível” a essas reivindicações.

A seguir o governador de Sergipe, Seixas Dória, falou sobre a necessidade e a importância da encampação das refinarias e exaltou as reformas de base. Segundo o governador: “a revolução que pregamos é a que Cristo realizou na história da humanidade, Einstein no campo da matemática e que Jango fará na história do Brasil”. O próximo foi o senador Arthur Virgílio, líder do PTB no senado. Afirmou que o Congresso não poderia desconhecer os trabalhadores que, no comício, apoiavam as reformas: “escute o Congresso esta advertência e o clamor deste povo”. João Pinheiro Neto, então presidente da SUPRA, iniciou seu discurso explicando o teor das medidas assinadas pelo presidente João Goulart.

José Serra, presidente da União Nacional dos Estudantes foi o seguinte e exigiu a extinção da “política de conciliação” para se efetivar todas as medidas de amparo e garantia às classes populares. Após ressaltar a importância do fim da vitaliciedade das cátedras contida na reforma universitária do governo, Serra atacou em tom agressivo e contundente aqueles que defenderam o fechamento do CGT e exaltou no quadro político brasileiro a presença da classe dos sargentos que “emerge para as lutas populares”. O próximo orador era Miguel Arraes, esperado com muitas expectativas pela população presente. Disse o governador de Pernambuco:

“O povo exige atos e definições cada vez mais concretos. Ninguém se iluda, este país jamais será governado sem o povo. O povo está de olhos abertos, não suporta mais a manutenção dos privilégios das minorias. A unidade das forças populares é consciente, apesar das divergências de superfície. Toda a nação deve estar unida no sentido de assegurar as medidas que redundem na conquista da independência econômica definitiva, e liquidação dos grupos internacionais que nos esmagam. Nossa posição é irredutível. Pernambuco, unido ao povo brasileiro, exige as reformas”. “O decreto elaborado pela SUPRA é um passo ainda débil em

¹⁴¹Os discursos proferidos durante o comício da Central foram publicados tanto em Última Hora, quanto em O Correio da manhã em 14 de março de 1964.

relação à reforma agrária na extensão que o povo deseja, embora trate-se de uma conquista concreta que justifica o comício”.¹⁴²

Às 19:32h, após o governador Miguel Arraes encerrar a sua intervenção, Hermílcio Fróes, presidente do Sindicato dos Radialistas e diretor da Rádio Nacional, anunciou que o presidente da República acabara de assinar o decreto de encampação das refinarias particulares de petróleo. Minutos depois chegaram ao palanque os três ministros militares recebendo aplausos demorados dos trabalhadores. Hélio Ramos, deputado baiano que se apresentou em nome da “ala progressista do PSD”, tomou a palavra enfatizando o caráter de urgência das reformas como imperativo para a afirmação nacional. Destacando o caminho pacífico das reformas, Ramos definiu o comício como “a união entre o povo e o governo” e dissertou sobre a necessidade das reformas, falando especificamente na ampliação do direito de voto ao analfabeto e elegibilidade de todos os alistáveis, inclusive sargentos, cabos e soldados.

Doutel de Andrade, líder do PTB na câmara, a seguir, acrescentou que a solução para a crise brasileira é a “união do povo com o governo contra a burguesia reacionária e vingativa que está aniquilando os recursos do país, levando o povo para a miséria e para a fome”. Afirmou a necessidade de que todos cerrem fileira em torno da liderança de João Goulart para que a luta reformista saia vitoriosa. Eram 19:45h quando Doutel de Andrade interrompeu o seu discurso para saudar a chegada do presidente João Goulart ao palanque, qualificando-o como “o seguidor fiel do idealismo de Getúlio Vargas”. Retomando o seu discurso o líder petebista concluiu que “o Brasil, a partir daquele momento, estava caminhando para deixar de ser a Meca de um povo escravizado de quem os capitais estrangeiros têm tirado os maiores proveitos”.

A seguir, um dos oradores mais esperados, o deputado Leonel Brizola que discursou por quase 20 minutos. Falando em nome da Frente de Mobilização Popular, ele iniciou dizendo que a sua palavra e a sua presença no acontecimento tinham sido impugnadas, mas que ele se apresentava como representante do mesmo povo que reagiu com armas nas mãos em 1961 e disse não no plebiscito que devolveu os poderes ao presidente João Goulart. O decreto da SUPRA e a encampação das refinarias, “bons atos do governo”, poderiam surgir como o início da libertação do povo brasileiro da espoliação estrangeira: “o povo não é um rebanho de ovelhas que tem que concordar com tudo”. Brizola elogiou a atitude de João Goulart de comparecer em praça pública, “onde certamente dialogará com os trabalhadores”.

¹⁴²O Correio da Manhã, 14 de março de 1964, página 6.

Defendeu o “fim da política de conciliação”, a “formação de um governo popular e nacional que represente a vontade do povo e atenda às suas aspirações”. Para isso, segundo o deputado, seria preciso “o fechamento do Congresso Nacional” e a convocação de uma Assembléia Constituinte como soluções para o “impasse entre o povo e o atual Congresso reacionário”. O novo parlamento deveria ser constituído por operários, camponeses, oficiais militares nacionalistas e sargentos: “todos autênticos homens públicos, para eliminar as velhas raposas do poder Legislativo”. Contrariados, os ministros Oliveira Brito e Expedito Machado abandonaram o comício ao mesmo tempo em que a atenção era desviada pela chegada da então primeira dama Maria Teresa Goulart ao palanque. O deputado Leonel Brizola continuou:

“irão dizer que a minha proposta é ilegal, que é inconstitucional. Por que então não resolvem o problema através de uma realização de um plebiscito em torno da questão da Constituinte? Com eleições realmente democráticas, com o voto dos analfabetos e sem a influência do poder econômico, e da imprensa alienada, o povo votaria em massa pela derrubada do atual Congresso e pela convocação da Constituinte”. Brizola aplaudiu ainda as Forças Armadas que em “gesto de alto patriotismo, garantiu o diálogo entre o presidente e o povo”.¹⁴³

O vice-governador da Guanabara Elói Dutra foi o próximo orador e declarou que “assumindo o executivo estadual, providenciará a eliminação de todos os focos reacionários, transformando o Rio em quartel general das reformas de base”. Pregou a união em torno de João Goulart para a concretização das reformas. Badger da Silveira, governador do estado do Rio de Janeiro, disse que João Goulart encontraria nele todo o apoio para defender os interesses populares e que se estado se mantém pronto para colaborar com o governo federal em tudo o que for necessário para a redenção econômica do país. O último orador a anteceder o presidente foi Lindolfo Silva, representante do Movimento Camponês e do Comando Geral dos Trabalhadores e afirmou que “sem as reformas continuaremos à mercê do imperialismo e do latifúndio”, “os camponeses devem tomar em suas mãos a parte principal da tarefa de aplicação da medida governamental”. Proclamou a necessidade de um “governo nacionalista e democrático que exclua os grupos monopolistas e que devolva uma política econômico-financeira de acordo com os interesses do povo”.

Às 20:46h teve início o tão esperado discurso do presidente João Goulart tendo sido acesos os holofotes do exército que, além do palanque, iluminaram, por medida de segurança, todas as janelas do prédio da Central do Brasil. O presidente iniciou agradecendo às organizações sindicais promotoras do comício e a todos que se empenharam para a sua

¹⁴³ O Correio da Manhã, 14 de março de 1964.

realização¹⁴⁴. Disse falar em linguagem rude, mas sincera e sem subterfúgios. Não tardou a atacar os seus inimigos políticos e a reação contra a manifestação que ora acontecia.

Disse o presidente:

“Aqui estão, os meus amigos trabalhadores, pensando na campanha de terror ideológico e de sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização desse memorável encontro entre o povo e o seu presidente... Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta comemoração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia do povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do anti-sindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou ao dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande presidente Getúlio Vargas ao extremo sacrifício.”¹⁴⁵

E a seguir um dos temas mais polêmicos da noite, a reforma da Constituição Federal:

“não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar – e tenho proclamado e continuarei proclamando nos recantos da Pátria- a necessidade da revisão da Constituição. Há necessidade, trabalhadores, da revisão da nossa Constituição, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta nação. A Constituição atual, trabalhadores, é uma Constituição antiquada, porque legaliza uma estrutura socioeconômica já superada, uma estrutura injusta e desumana. O povo quer que se amplie a democracia, quer que se ponha fim aos privilégios de uma minoria, quer que a propriedade da terra seja acessível a todos, que a todos seja facilitado participar da vida política do país, através do voto, podendo votar e ser votado, que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e que seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações, ideológicas ou religiosas”.¹⁴⁶

E ressaltou o desprezo pelas soluções autoritárias e a necessidade de união entre os diferentes grupos políticos e sociais pelas reformas:

“De minha parte, à frente do Poder Executivo, tudo continuarei fazendo para que o processo democrático siga o caminho pacífico, para que sejam derrubadas as barreiras que impedem a conquista de novas etapas do progresso. E podeis estar certos, trabalhadores, de que juntos, governo e povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros que colocam os interesses da Pátria acima dos seus interesses, haveremos de prosseguir, e prosseguir de cabeça erguida, a caminhada da emancipação social do país. O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade”.¹⁴⁷

E continuando sua intervenção, João Goulart chegou à questão da assinatura do decreto da SUPRA:

¹⁴⁴FICO, *op. cit.*, 2004.

¹⁴⁵ Idem, p.283.

¹⁴⁶ Idem, p.285.

¹⁴⁷ Idem, p.285.

“Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA. (...) Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo, uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. (...) Não podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos da dívida pública e a longo prazo. Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma agrária como consagrada na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária (...) E não se diga, trabalhadores, que há meio de se fazer a reforma sem mexer a fundo na Constituição. Em todos os países civilizados do mundo já foi suprido do texto constitucional aquela parte que obriga a desapropriação por interesse social, a pagamento prévio, a pagamento em dinheiro”¹⁴⁸.

Em outro trecho:

“Assim, a reforma agrária é indispensável, não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas, também, para dar mais trabalho às indústrias e melhor remuneração ao trabalhador urbano. Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. (...) E é claro, trabalhadores, que só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos começar a reforma agrária, para atender aos anseios do povo, nos estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento.”¹⁴⁹

O presidente Goulart tocou ainda em questões importantes como a encampação de todas as refinarias particulares, reforma eleitoral que “permita a todos os brasileiros maiores de 18 anos ajudar a decidir dos seus destinos”, e na qual se pugnava “pelo princípio democrático fundamental de que “todo alistável deve ser também elegível”¹⁵⁰, além do iminente decreto que iria “regulamentar o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupados, preços que chegam a afrontar o povo e o Brasil”. Apelou ao Congresso Nacional para que “venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente, para melhores dias”.

E encerrando:

“Sei das reações que nos esperam, mas estou tranqüilo, acima de tudo porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência da sua força e unidade, e não faltará com seu apoio às medidas de sentido popular e nacionalista. (...) Nenhuma força será capaz de impedir que o governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E, para isto, podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação”¹⁵¹.

¹⁴⁸ Idem, p.286.

¹⁴⁹ Idem, p.288.

¹⁵⁰ Idem, p.290.

¹⁵¹ Idem, p.291.

4.3 As diferentes perspectivas do trabalhismo:

Descrito o comício da Central do Brasil, e antes de se analisar e relacionar os discursos proferidos, uma observação parece fundamental: o comício não era a revolução. Em nenhum momento pretendeu subverter o regime democrático, derrubar o sistema capitalista, ou arrancar do poder as suas classes dirigentes. O governo João Goulart, empenhado em promover as reformas de base para dar impulso ao desenvolvimento do Brasil atenuando as suas deformidades sociais, não pretendia implantar nenhum regime de tipo socialista como posteriormente se viu no Chile por exemplo.¹⁵²

Inimigo declarado do governo, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, utilizou, durante o acontecimento, as mais modernas técnicas de opinião da época e infiltrou na multidão uma grande e experiente equipe de pesquisadores profissionais servindo-se da metodologia do flagrante¹⁵³. O resultado teria deixado estarecidos os próprios patrocinadores da equipe. Ali não estava, como se supunha, uma maioria absoluta de janguistas e comunistas atuando como claque. Esses, na verdade, constituíam apenas 5% do público. O restante, os 95%, demonstravam um pensamento legalista, reformista e portador de alto grau de politização: queriam eleições presidenciais em 1965, assim como as reformas de base, mas não admitiam o fechamento do Congresso Nacional e nem a reeleição de João Goulart.

Essas informações reforçam, portanto, a idéia de que o governo Goulart não teria o apoio civil necessário, sequer das suas bases históricas, para levar adiante um golpe de Estado. O objetivo do comício era contribuir para a viabilização das reformas das estruturas básicas como o sistema fundiário e o político-eleitoral, ampliando a democracia e fornecendo ao Estado os meios de mudança. O que, por sua vez, não queria dizer que as suas ambições não atingissem profundamente poderosos interesses de classes sociais e de forças políticas domésticas, assim como de grupos econômicos estrangeiros.

Algumas dessas classes são citadas por Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva quando afirmam que “ao lado da ojeriza ao governo Goulart, a quem responsabilizaram por todos os incidentes grevistas, a burguesia industrial paulista alardeava a comunização do

¹⁵² MONIZ BANDEIRA, op. cit. 2008.

¹⁵³ FERREIRA, Jorge. *O Governo Goulart e o golpe civil militar de 1964*. In: *O Brasil Republicano: v.3. O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964* / Org. Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Congresso Nacional, falava abertamente em tramar contra a presidência da República, aliava-se ao governo Carvalho Pinto e cortejava o Exército”¹⁵⁴. E em outro trecho:

“Permeada de rivalidade étnica e racial, a elitista irritação provocada pelo entra e sai dos representantes dos trabalhadores nos recintos governamentais, traduzia a oposição empresarial à democratização das relações capital-trabalho, contrariedade que embasa o apego ao corporativismo, como ocorreu nas disputas sobre 13º salário, direito de greve, negociação coletiva, direito de representação sindical de base e organização intersindical horizontal”.¹⁵⁵

As esquerdas, em sua pluralidade e desorganização encontraram no comício um novo lugar de fala, de troca, de encontro, sem restrições. Constituiu-se a Praça da República em um espaço público no qual os cidadãos debateram os seus valores, princípios, idéias e reivindicações, assim como as leis que os regiam, diante da presença daqueles a quem conferiam o poder de levar a suas resoluções à frente. Cometeram, em verdade, alguns enganos políticos de consequências desastrosas. Em primeiro lugar, embora poucos tenham sido os discursos que chegaram a propor saídas mais radicais para a problemática em questão e, sobretudo, apesar de não apresentarem semelhanças mais profundas com o processo cubano, as esquerdas desconsideraram a recente história política brasileira na qual, desde 1945, diferentes vozes de grupos de direitas, alas conservadoras e políticos reacionários pediam abertamente ou mesmo articulavam a “ilegalidade”, a intervenção no processo democrático, o golpe militar.

Ignoraram, portanto, o contexto nacional e, especialmente, o internacional, que, de fato, influenciaram decisivamente na luta política dos anos de 1960. Do lado de fora, vale lembrar novamente, a guerra fria e o impacto da revolução cubana acirraram os ânimos anticomunistas na América Latina e geraram um movimento crescente de conspiração norte-americana aliada aos grupos civis de extrema direita, a setores militares e às oposições aos governos de orientação esquerdista. A problemática cubana tornou inadmissível para os Estados Unidos a hipótese de um regime com qualquer pretensão esquerdista e ainda mais, justamente, no maior país da América da Sul, algo que, para eles, ampliaria significativamente a órbita de influencia comunista¹⁵⁶. Depois, até onde a democracia vigente na década de 1960 suportaria a liberdade de discurso, de expressão e de associação de classes trabalhadoras e subalternas historicamente excluídas do processo político? Em que medida suportaria a

¹⁵⁴NEGRO, Antonio Luigi. SILVA, Fernando Teixeira da. *Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ FICO, op. cit, 2004.

construção de um espaço de fala para além daqueles tradicionalmente determinados pelo Estado e pela sociedade civil que o apóia? Quais os limites da tolerância ao desmonte das restrições à liberdade dos cidadãos?

Muito acima da compreensão usual e mais burocrática da coisa política, que realça a organização e a garantia da vida dos homens, o comício da Central do Brasil ofereceu a possibilidade de um novo tempo baseado, sobretudo, na recusa de se submeter ao legado da história, ampliando a liberdade de agir no cenário político nacional. Resgatava-se o espaço público enquanto espaço original da política como único recurso disponível diante das profundas contradições entre o poder legislativo, o poder Executivo e parte mobilizada da sociedade civil.

Até aqui se pôde identificar, no grupo reunido em torno do comício da Central, marcante heterogeneidade de agentes e formas discursivas aliadas em favor de alguns objetivos comuns suficientemente importantes no imaginário das esquerdas da época. O reiterado apoio às reformas traduzia-se numa expectativa de mudanças no próprio curso histórico brasileiro marcado pela exclusão de grande parte da população nos momentos de decisão política e pela desigualdade social, especialmente em relação à questão da terra. As constantes “advertências” e apelos ao Congresso para que cedesse às pressões trabalhistas aprovando as reformas eram claros sinais de certo desconhecimento da dinâmica política. De inexperiência no exercício da participação e da cidadania, já que, superestimavam o poder de pressão da opinião pública trabalhista nos anos de 1960. Da mesma forma forneciam argumentos sólidos para os adversários políticos que investiam nas acusações em torno do processo de radicalização e de desprezo em relação às instituições.

Mas, em última instância, como construir um ambiente político e social novo sem ameaçar o velho?¹⁵⁷ Não que a proposta do governo Goulart tivesse pretensões radicais, mas um impasse político se instalava a partir de uma problemática social que ganhou vulto nos anos de 1960 e se refletiu no comício da Central. O governo João Goulart tentava reunir diferentes grupos civis, políticos e mesmo militares, numa tentativa de reagir às dificuldades impostas por uma dinâmica política interna historicamente conservadora.

Não é difícil imaginar as ameaças, medos e incertezas que esse tipo de proposta trazia para os grupos que buscavam conservar as suas posições. No entanto, o comício da Central é símbolo de uma iniciativa política que respeitava a Constituição, por mais que em alguns discursos fossem sugeridas alternativas autoritárias. Um exemplo esclarecedor, embora

¹⁵⁷BERMAN, Marshal. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*; [tradução Carlos Felipe Moíses, Ana Maria L. Ioriatti]. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

radical, é o da UDN, partido em que floresceram forças abertamente golpistas e que, no entanto, jamais teve o seu direito de fala cerceado. Como afirma grande parte da historiografia recente sobre o tema, a articulação e a conspiração não são suficientes para o êxito de um golpe¹⁵⁸. Além disso, embora direitas e esquerdas tenham vivido um processo de mobilização e polarização políticas durante o governo Goulart, não se pode diminuir a responsabilidade dos primeiros pela quebra das regras democráticas. O diálogo entre trabalhadores, camponeses, universitários, militares subalternos, entre outros, com seus governantes nos espaços públicos, não pode ser encarado como uma provocação ou símbolo da máxima radicalização política. Mas expressa sim, o desejo de participação e o amadurecimento político desses grupos.

Chama atenção ainda a batalha discursiva nesse contexto marcado pelos esforços de mobilização das forças em disputa no cenário político. É possível identificar nos discursos do comício da Central, a construção e a utilização de imagens e figuras que se tornaram fundamentais armas discursivas usadas pelas esquerdas para atacar os seus adversários, assim como para criticar elementos do próprio movimento contestador¹⁵⁹. Uma oposição fundamental se deu entre as “forças nacionalistas” que pregavam a encampação das refinarias, a independência política e econômica interna e externa, o controle da remessa de lucros das empresas estrangeiras e o fortalecimento da economia nacional, entre outras questões, e os “imperialistas”, os “grupos internacionais” e as “forças estrangeiras”, acusadas de “nos esmagar”, espoliar as riquezas nacionais e enriquecer às custas do subdesenvolvimento brasileiro.

Simplificava-se, desse modo, questões profundamente complexas no imaginário popular. Tratava-se de um meio eficaz de popularizar os argumentos críticos dirigidos às forças de direita, intensamente explorado pelas manchetes bombásticas e caricaturas provocativas que contribuíram para a consolidação do jornal Última Hora como um dos carros-chefe da opinião reformista.

Especificamente sobre o termo “imperialista” vale à pena fazer algumas observações. Em primeiro lugar, é difícil estabelecer até que ponto a expressão foi utilizada como instrumento da luta política pela conquista da opinião pública, sobretudo, através da imprensa. Ou, por outro lado, em que medida expressava uma realidade política estratégica inerente à lógica e à conjuntura da guerra fria. A questão é que, no Brasil, o “imperialismo” adquiriu

¹⁵⁸ Jorge Ferreira e Argelina Figueiredo parecem compartilhar tal argumento.

¹⁵⁹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A “Indústria” do Anticomunismo. Anos 90, Vol. 9, n.º.15, 2001.

sentido duplo. As esquerdas brasileiras vão denunciá-lo enquanto forma de dominação, sobretudo norte-americana, especialmente realizada através da invasão das empresas estrangeiras nas áreas econômicas fundamentais como a geração e distribuição de energia. Sobre o capital internacional será construída e difundida uma imagem generalizada de inimigo feroz da questão nacional e, conseqüentemente, dos nacionalistas. Ao mesmo tempo, o termo será incorporado ao vocabulário político das direitas e dos grupos anticomunistas numa tentativa de relacionar, no imaginário social, os movimentos populares e sindicais à influencia soviética e cubana. A revolução em Cuba, em 1959, intensificou esse processo na medida em que tornou mais clara e firme a presença norte-americana na América Latina e do Sul no sentido de eliminar os movimentos de esquerda e seus dirigentes, apoiando, inclusive, as ditaduras civis-militares de direita¹⁶⁰.

O comício da Central não escapou a essa dinâmica de disputa internacional que marcou o contexto brasileiro dos anos de 1960. Para além da questão econômica, o imperialista tornou-se, no discurso dos políticos trabalhistas, nacionalistas e comunistas, o traidor da pátria, aquele que vende as riquezas e os interesses nacionais pela chance de lucros altos e imediatos. Aquele que não apoiasse a política econômica do governo Goulart, estaria, portanto, desprezando os interesses da nação. Do mesmo modo, nos dias que se seguiram ao 13 de março, foram publicadas pelo Correio da Manhã as seguintes notícias:

“Fazendeiros em armas irão à luta em Minas. O Sr. Josafá Macedo, presidente da FAREM, disse ontem que os proprietários rurais estão evitando dar o primeiro tiro, mas que reagirão “dispostos a matar e a morrer”, se for mesmo assinado o decreto da SUPRA e os comunistas começarem a invadir as terras desapropriadas. E acentuou: “Há muito tempo estamos prevenidos. (...) O comício está dentro da tática comunista para assumir o governo, mas nós saberemos reagir no momento necessário”.¹⁶¹

E na primeira página do dia 17 de março, uma ao lado da outra:

“Johnson contra o comunismo na América Latina: O presidente Lindon Johnson prometeu ontem, “todo o poder dos Estados Unidos para ajudar qualquer país americano cuja liberdade seja ameaçada por forças dirigidas do exterior do continente”, no que observadores viram uma referência expressa ao comunismo...”; “Impeachment de João Goulart mobiliza partidos: ... Os deputados Newton Carneiro (UDN-PR), Cantídio Sampaio (PSP-SP) e Herbert Levy (UDN-SP), são favoráveis ao impeachment, por acreditarem que “o presidente optou pela cubanização do Brasil”.¹⁶²

Por fim, em 21 de março:

¹⁶⁰MONIZ BANDEIRA, *op. cit.*, 2008.

¹⁶¹ O Correio da Manhã, 14 de março de 1964, p. 2.

¹⁶² O Correio da Manhã, 17 de março de 1964, primeira página.

“(…) Entidades promotoras da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, remeteram ao senador Auro de Moura Andrade, presidente do senado, e ao deputado Cunha Bueno, cópias do manifesto dirigido aos convencionais do PSD, ora reunidos no Rio. No documento apelam à Convenção Nacional Pessedista para que tome “posição definitiva, clara e corajosa, contra a maléfica influência das esquerdas, a serviço de ideologias incompatíveis com os sentimentos brasileiros, dizendo basta à subversão, às tendências estatizantes do governo atual e à entrega dos postos-chave da administração aos agentes, declarados ou não, do imperialismo soviético”.¹⁶³

O acontecimento era interpretado e utilizado politicamente a partir de um sentido construído e incorporado pelos grupos de oposição. Para as esquerdas, claro estava que o comício da Central era uma manifestação democrática, símbolo da almejada ampliação da participação política popular e do desejo de reformar as instituições fundamentais da sociedade. Para as direitas, o dia 13 de março adquiriu sentido distinto. Aos olhos dos grupos de oposição ao governo Goulart o comício parece ter tomado a forma de uma provocação, ato inconsequente de uma esquerda que, superestimando as suas próprias forças, feriu interesses os mais diversos e poderosos. Vitorioso, o golpe civil-militar de 1964 cristalizou essa imagem que ora se tenta modificar através da pesquisa e da análise histórica.

Cabe mencionar ainda a referência, em certos discursos, ao fim da “política de conciliação”. Evidente sinal de que as palavras transformam-se com as experiências, diferente do sentido positivo que pode ter, na política atual, um sujeito de grande capacidade de conciliação, para as esquerdas da época, sobretudo a partir de fins de 1963, conciliar em política significava ceder. Significava fraqueza.

Conhecidas as articulações e uniões conjunturais desse período entre setores de partidos políticos como UDN e PSD que conseguiam facilmente a maioria no Congresso a fim de barrar o avanço das propostas reformistas, as esquerdas difundiram a idéia de que a negociação e a conciliação só eram possíveis ao se descaracterizar o projeto de reformas. Dessa forma, o abandono da “política de conciliação” tornou-se uma das demandas das esquerdas radicais em relação ao governo João Goulart. Por diversas vezes, especialmente o grupo ligado ao deputado Leonel Brizola, utilizou esses termos no sentido de pressionar o governo a optar por uma linha de ação política mais autoritária, desprezando as formalidades e ultrapassando os entraves impostos pelas regras do jogo democrático que então não permitiam mudanças na estrutura social e política do país sem o apoio dos grupos mais conservadores do campo político tais como os latifundiários.

¹⁶³ O Correio da Manhã, 21 de março, p. 2.

Entretanto, não foi essa a decisão do presidente. Embora o comício da Central sele o fim da aliança PSD-PTB e simbolize uma opção política irreversível do governo por pressionar o Congresso a aprovar as reformas numa forma de negociação indireta e sem concessões, respeitava-se a Constituição que se buscava alterar. O comício representou a tentativa de inverter a relação de forças que deixava o grupo trabalhista isolado politicamente, sem maioria parlamentar e pressionado pela opinião pública esquerdista. João Goulart e o seu grupo de apoio que, inclusive contava com alas de militares nacionalistas e de pessedistas mais abertos às mudanças, reagem, através da organização e da realização do comício, a todo um processo político de enfraquecimento do trabalhismo nas suas bases de apoio.

Já em 1961, o veto militar à posse de Jango e a necessidade de grande mobilização social democrática para que assumisse a presidência ainda dentro de um sistema parlamentarista de última hora, mostraram o poder de intervenção dos militares na política e a rejeição de poderosos grupos ao então vice-presidente. Venceram os legalistas, especialmente os grupos do PSD, que, mais do que pela posse de Jango, lutaram pela manutenção de um sistema que poderia levá-los à presidência em 1965. Como afirma Lúcia Hipólito¹⁶⁴, o cálculo pessedista viu na posse de Jango o fim do obstáculo maior à volta do partido ao governo, já que João Goulart estaria impedido constitucionalmente de concorrer contra Juscelino Kubitscheck. O PSD jogava então em favor da normalidade constitucional com o claro objetivo de atingir os seus interesses político-eleitorais.

Com relação ao plebiscito de janeiro de 1963 que trouxe de volta o presidencialismo, o episódio foi traduzido pelas esquerdas como um momento de euforia e esperanças em torno da concretização do projeto de reformas ao longo dos mais ou menos dois anos de governo restantes. Contudo, as possibilidades que o sistema presidencialista abriu aos trabalhistas, trouxeram também uma crescente percepção de ameaças aos grupos conservadores da política nacional, especialmente nos grupos reacionários da UDN e oligarcas do PSD. O resultado foi uma aproximação entre esses partidos que fragilizava o PTB e o governo no campo político.

O episódio do estado de sítio, em março de 1963, que serviria, ao menos de acordo com as intenções mais explícitas do presidente, para invadir a Guanabara e prender o governador Carlos Lacerda, que pregara abertamente a intervenção das Forças Armadas nacionais e estrangeiras para derrubar o governo, somente provocou reações negativas à esquerda e à direita. A Frente de Mobilização Popular entendeu a proposta como uma espécie de armadilha para prender os líderes esquerdistas mais populares como Miguel Arraes, Leonel

¹⁶⁴HIPPÓLITO, *op. cit.*, 1985.

Brizola, Luis Carlos Prestes, entre outros. Enquanto isso, o grupo civil-militar golpista ampliou o terreno no plano conspiratório e armas pesadas passaram a entrar no país clandestinamente, além dos quase 5 mil norte-americanos que vieram ao Brasil¹⁶⁵.

Assim, em março de 1964, com o comício da Central, o governo tentou recuperar as suas bases de apoio, reunir as esquerdas em nome das reformas, pressionando o Congresso a aprová-las através de um movimento de mobilização social e opinião pública que redimensionou o conflito político para além das possibilidades de controle e previsão política de Goulart e seus aliados.

Cabe ainda tratar da menção a união, entre o grupo dos sargentos e as esquerdas, sugerida nos discursos iniciais do comício. Havia um grupo de militares subalternos que mantinha estreitas ligações com setores de esquerda e integrava a mobilização popular nacionalista. Os subalternos politizados ocupavam espaço importante tanto nos planos quanto na imaginação das esquerdas, e suas reivindicações e manifestações tiveram papel decisivo nos acontecimentos de 1964¹⁶⁶. O eleitorado trabalhista identificou a luta dos subalternos das Forças Armadas com a sua e a aliança que se estabelecia entre o CGT, as Ligas camponesas, a UNE, as organizações das esquerdas revolucionárias, e o movimento dos sargentos, abriu novas perspectivas para as lutas reformistas, nacionalistas e populares.

Para petebistas militantes, sindicais, estudantes, entre outros, surgia a oportunidade de conseguirem uma arma importante para o embate com os conservadores: setores militares rebelados, em favor de mudanças também no interior das Forças Armadas, enfraquecendo o poder dos militares apegados à rígida hierarquia e disciplina da corporação. Para os sargentos, o apoio dos movimentos populares os ajudaria a pressionar a cúpula militar na supressão de arbitrariedades e discriminações que sofriam nos quartéis, levando a ampliação democrática proposta pelos trabalhistas também para o interior das Forças Armadas¹⁶⁷.

Para as chefias militares tudo isso surgia como algo intolerável. Sobre essa questão vale à pena citar O Correio da Manhã em 27 de março de 1964, cerca de dez dias após o comício:

“Legalidade e disciplina. É preciso dar um paradeiro à situação de intranquilidade e de perturbação que reina no país. O governo peca por omissão ou peca por uma série de medidas de caráter demagógico que, em vez de resolver os problemas que agitam a nação, só contribuem para aumentar a tensão em que ela vive, E o resultado é o que se vê no momento. A desordem administrativa, a impotência pra conter a inflação, o aumento vertiginoso do custo de vida, a insegurança em que se encontra a classe produtora, o estado de inquietação que reina entre os trabalhadores, a indisciplina que começa a corroer as bases da hierarquia

¹⁶⁵ FERREIRA, *op. cit.*, 2004.

¹⁶⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda*. Artcultura, V.9. N.15, 2007.

¹⁶⁷ FERREIRA, *op.cit.*, 2004

militar. (...) O povo quer ordem e disciplina dentro do regime, quer as reformas de maneira constitucional e democrática... O que está em jogo presentemente é a autoridade do governo e a disciplina das Forças Armadas, que são os sustentáculos do regime e da nação".¹⁶⁸

A reação das chefias militares a qualquer processo de ampliação democrática e reforma nas hierarquias políticas e sociais estabelecidas dentro e fora dos quartéis revela a importância da aliança entre esquerdas e sargentos no contexto político de polarização e confronto durante o governo João Goulart.

Sobre a importância das Forças Armadas na luta política que permeou todo o governo Goulart é preciso ainda mencionar o impacto da conjuntura internacional nas decisões tomadas pelos altos escalões militares. Esse impacto incidiu também na percepção política militar diante do conflito interno, especialmente, a partir da realização do comício da Central. A revolução cubana influenciou significativamente a relação das Forças Armadas Brasileiras com a política¹⁶⁹. O temor de uma revolta comandada pela esquerda radical a partir de uma aliança de João Goulart com os comunistas assombrou o imaginário militar provocando maiores cisões mesmo entre os grupos tradicionalmente legalistas. Pode-se dizer, inclusive, que a manifestação popular na Praça da República, em frente ao Ministério da Guerra, provocou, na alta hierarquia militar, um sentimento de ameaça que infeccionou amplamente a corporação enfraquecendo os princípios constitucionalistas ainda preservados.

Os militares passaram a exprimir a apreensão e o pensamento de amplos setores das Forças Armadas cujos interesses se identificavam com os majoritários entre as classes médias e altas que, naquele momento, no início de 1964, tendiam a alinhar-se com a direita golpista¹⁷⁰. Tais informações são importantes para que não se perca de vista a articulação entre os acontecimentos políticos internos e externos com certa tendência comum entre as esquerdas latino-americanas de lutar, por via pacífica ou não, pela ampliação democrática e por reformas estruturais. Os próprios discursos proferidos durante comício da Central, de uma forma geral, carregam as marcas do conflito internacional: a denúncia do imperialismo norte-americano, o repúdio às empresas estrangeiras e à aliança entre grande parte do empresariado nacional e internacional no financiamento da campanha de desestabilização do governo Goulart.

¹⁶⁸O Correio da Manhã, 27 de março de 1964, p. 3.

¹⁶⁹CARDOSO, Rachel Motta. *Depois, o golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar*. O artigo pode ser encontrado no site da revista discente do programa de pós-graduação em história da UFRJ. Disponível em: <http://revistadiscentepppghis.files.wordpress.com/2009/05/rachel-cardoso-depois-o-golpe-as-eleicoes-de-1962-no-clubemilitar.pdf>. Acesso em dezembro de 2009.

¹⁷⁰MONIZ BANDEIRA, *op. cit.*, 2008.

Sabe-se que desde que os comandantes das Forças Armadas, em 1961, não conseguiram impedir que o então vice-presidente João Goulart, do PTB, assumisse o governo após a renúncia do presidente Jânio Quadros, a CIA começou a dar assistência aos diversos setores da oposição que conspiraram para derrubá-lo. Moniz Bandeira, em *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende*, afirma que só em 1962 a CIA gastou entre 12 e 20 milhões, financiando a campanha eleitoral de deputados de direita através de organizações criadas por seus agentes como o IBAD e a ADP.

Verifica-se no comício uma clara tentativa de reunir em apoio às reformas um grupo profundamente heterogêneo de forças. Entre militares, pessedistas, esquerdas moderadas e radicais, os discursos proferidos demonstram as divergências internas ao movimento reformista e atestam, sobretudo, a impossibilidade de se entender o acontecimento daquela sexta-feira 13 como a escolha deliberada e rígida do presidente da República pelo caminho defendido por um ou outro orador em relação à concretização das reformas de base. Reforçar a idéia de que o comício é símbolo da opção do presidente pela radicalização política e pelas propostas da esquerda radical liderada por Leonel Brizola, significaria ignorar as intervenções por reformas pacíficas, a presença dos ministros militares, o próprio discurso de João Goulart, como se verá a seguir e, principalmente, o acirramento da luta de classes que marcou o período. A batalha discursiva travada no campo da imprensa e as imagens e representações construídas tanto por direitas, quanto por esquerdas na tentativa de conquistar a opinião pública.

O governo João Goulart foi marcado pelo enfrentamento e pela crise política na qual os discursos tornaram-se mais agressivos e explícitos nos dois lados do processo de polarização do campo político. Por um lado, entre 1961 e 1964 a estratégia das direitas mais reacionárias e conservadoras, especialmente os grupos ligados à liderança de Carlos Lacerda, foi galvanizar a atenção do público através da mídia, ornamentadas com uma imagem de combatentes destemidas dos comunistas, atraindo os votos dos setores da população amedrontada pelo crescimento da presença das esquerdas no cenário político¹⁷¹. Por outro, as esquerdas também, e ao mesmo tempo, construíram imagens que se tornaram correntes no pensamento político progressista e na imaginação popular, tais como “burguesia reacionária”, “capital internacional espoliativo”, “imperialismo norte-americano”, “congresso de latifundiários”, entre outros.

¹⁷¹ MOTTA, *op. cit.*, 2001.

Tratava-se de exacerbar as diferenças e marcar as identidades através de oposições que, em verdade, simplificavam a heterogeneidade e complexidade dos grupos e alianças políticas da época. Pode-se dizer que o resultado talvez tenha sido certo mascaramento da grande questão que envolveu a luta política do início dos anos de 1960 e que está na raiz do golpe civil-militar de 1964: manter ou ampliar a participação política e a democracia através de reformas que atingiriam, inclusive, os mecanismos legislativos responsáveis pela conservação das instituições.

Merece atenção especial o discurso de Brizola pela importância que adquiriu para a sociedade da época. Encarado por parte da historiografia como o símbolo máximo do protagonismo das esquerdas no processo de radicalização política que teria contribuído para o colapso das instituições democráticas¹⁷², a análise do discurso do então deputado federal é de suma importância para os objetivos desse capítulo. Entre estes: avaliar as ameaças e as possibilidades históricas abertas pelo comício da Central enquanto embate político entre esquerdas e direitas dos anos de 1960 pela conquista do imaginário social em apoio a determinado projeto político de conservação ou de reformas.

Brizola iniciou sua intervenção tratando das divergências entre os grupos organizadores do comício em relação à sua presença demarcando, sobretudo, as suas diferenças políticas para com o presidente da República e o seu grupo de políticos e organizações mais próximas. Era, possivelmente, um aviso de que não mediria as palavras para enquadrar-se ao discurso de João Goulart, temeroso da repercussão que poderia causar. Não mudaria o estilo político que lhe consagrou como liderança das esquerdas radicais, nem deixaria de defender as bandeiras da Frente de Mobilização Popular que criou e em nome da qual iniciava seu pronunciamento.

Brizola não defendeu nada que já não houvesse repetido em outros momentos da sua vida política mais recente: fechamento do Congresso Nacional, convocação de uma Assembléia Constituinte e formação de um governo popular e nacionalista. Era o que de mais radical havia nas esquerdas, assim como o que de mais radical havia nas direitas era a aliança entre o grupo mais reacionário e golpista da UDN, comandado por Carlos Lacerda e colaboração de Bilac Pinto e Pedro Aleixo, entre outros, com a respectiva ala existente nas Forças Armadas. Tratava-se de um sinal evidente da heterogeneidade de propostas e da pluralidade dos grupos que participaram do processo de polarização política durante o governo Goulart. Entretanto, a idéia do comício não parecia ser incorporar a solução para o

¹⁷² FERREIRA, *op. cit.*, 2004.

impasse político defendida por Brizola, mas colocar em questão a necessidade de unir esses diferentes grupos em torno de um objetivo comum: apoiar o governo nas suas tentativas de concretização das reformas de base e pressionar o Congresso Nacional a aprová-las através de uma intensa mobilização popular simbolizada pela manifestação do dia 13.

No dia seguinte ao comício, o editorial de *O Correio da Manhã* dizia o seguinte:

“O último comício. (...) O Brasil fez, durante o último decênio, progressos enormes. Basta lembrar a industrialização. Mas tudo em benefício da prosperidade do país e da sua real independência econômica, foi realizado sem o tumulto de comícios espetaculares em praça pública. Foi realizado com calma e de maneira legal e constitucional: o que é o único caminho certo. Para quê, então, o comício de ontem? Não se compreende a mobilização das massas humanas, o dispêndio de milhões, a propaganda violenta, o abuso de tantas palavras, o irritante aparato militar que certamente só desgostou os sentimentos cívicos do nosso povo. Para quê? Aí é que está a questão. O governo, desgastado pela sua inércia de dois anos procura recuperar-se, mas esta tentativa de recuperação constituiu também uma velada ameaça às instituições em vigor. (...) O Congresso será soberano para julgar os problemas das reformas de base, da elegibilidade dos analfabetos e dos sargentos, sem a necessidade de comícios oficiosos armados exclusivamente como elementos de uma guerra psicológica. Um dos efeitos sensíveis do comício foi a provocadora exibição de eloquência do Sr. Leonel Brizola. Não esperávamos, de sua parte, outra coisa, senão as costumeiras frases pseudo-revolucionárias. Os gritos do Sr. Brizola significam apenas a tentativa de uma radicalização tendo em vista os proveitos pessoais. (...) Acrescentamos o desejo de que o comício de ontem fique sendo o último dessa espécie. Pois o país precisa de trabalho e de segurança, e não de comícios que só fazem contribuir para a intranquilidade geral”.¹⁷³

Assim, em relação ao discurso de Brizola, o jornal reforçava a idéia de que eram já conhecidas as suas propostas, bem como o tom “eloquente” das suas intervenções políticas. Tal como, no caso das direitas, a articulação golpista não era suficiente para concretizar com sucesso a derrubada do regime, como se viu em outros momentos da história política brasileira, inclusive em 1961, com as esquerdas não seria diferente. Propor o fechamento do Congresso e a convocação da Constituinte, contando com o apoio das organizações esquerdistas mais radicais e de algumas frações dos movimentos de trabalhadores não levaria por si só ao rompimento com as instituições democráticas. Vale ressaltar que, entre todos os oradores da noite, apenas Brizola levantou tal hipótese que não contou com o apoio de João Goulart como se verá em seu discurso.

Além disso, apoiando-se no trabalho de Antonio Lavareda: “A democracia nas urnas. O processo eleitoral brasileiro”¹⁷⁴, pode-se dizer que a opinião pública brasileira, em sua maioria, e nos momentos que antecederam o golpe civil-militar de 1964, estava, sobretudo, ancorada ao centro político, embora partidariamente esse centro fosse atravessado por diversas legendas, tais como o setor moderado da UDN, ao menos até fins de 1963, o setor

¹⁷³ *O Correio da Manhã*, 14 de março de 1964, editorial, p. 6.

¹⁷⁴ LAVAREDA, Antonio. *A Democracia nas Urnas: O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro entre 1945 e 1964*. Rio de Janeiro: Iuperj/Rio Fundo Editora, 1991.

pragmático do PTB e, era uma figura do PSD, Juscelino Kubitscheck, a principal liderança desse espaço ideológico. A radicalização era mais uma opção estratégica de setores das elites políticas à esquerda e à direita.

Mas há ainda, no discurso de Brizola, alguns outros pontos que merecem ser comentados. Ao afirmar que falava enquanto representante do mesmo “povo que reagiu com armas nas mãos em 1961 e disse não no plebiscito que devolveu os poderes ao presidente João Goulart”, o deputado parece ter cometido alguns equívocos de percepção política. Parece ter ignorado a variedade de grupos que integraram os dois movimentos citados. A campanha da legalidade reuniu não só diferentes grupos esquerdistas, como uma variedade de democratas, unidos menos pelo apreço a figura política de João Goulart do que pelo respeito inquestionável à Constituição Federal. Ressalte-se, inclusive, o apoio fundamental de alas do PSD que ora confrontavam-se com o governo, especialmente, no que se refere à proposta petebista de reforma agrária. Situação semelhante se verificou em relação ao plebiscito num momento em que o fim do regime parlamentarista contou com campanha favorável das alas do PSD interessadas na futura eleição de Juscelino Kubitscheck para presidente em 1965 e com o apoio de Tancredo Neves que há pouco renunciara ao cargo de primeiro ministro.

Ao relacionar o discurso de Brizola com os dos demais oradores observa-se, sobretudo, a pluralidade das esquerdas, assim como a necessidade de conciliação e de organização dentro do próprio movimento pelas reformas de base. João Goulart surge em meio a uma disputa interna para que encampe uma ou outra forma de implementação das reformas estruturais. De certa forma, o comício parece cumprir a função de unir esses grupos que apóiam o governo em torno de um discurso único cuja direção seria dada pelo presidente da República. Em parte, talvez por isso, o comício tenha criado tantas expectativas sendo anunciado por várias vezes como um “*meeting* histórico”, um encontro que definiria os rumos da política trabalhista, a decisão do governo quanto à forma de concretização das reformas, além do início desse processo com a assinatura do decreto da SUPRA e da encampação das refinarias particulares de petróleo. O tom da política reformista a ser adotada seria definido, assim como a direção e a postura dos movimentos e grupos de apoio a Goulart.

O espaço público em que foi realizado o comício da Central acabou por funcionar como o lugar da reunião e da organização das esquerdas que apresentaram os seus discursos mais variados, as suas divergências internas, as suas fraquezas políticas. O comício pode ser entendido como a materialização da busca de um espaço de discussão política ampliado e alternativo àqueles nos quais vigoravam os protocolos oficiais e a tradicional distância física e simbólica entre representantes e representados. As esquerdas pareciam não encontrar nos

espaços políticos determinados pelo Estado como o parlamento e as convenções nacionais, as condições de reunião, organização e conciliação. O Congresso Nacional não suportava a ampliação da participação, nem as formas de associação e manifestação assumidas pelos movimentos sociais de reivindicação popular e trabalhista. As convenções Nacionais do PTB não poderiam dar conta da pluralidade de grupos em apoio às reformas, para muito além dos seus militantes partidários. Haveria de se levar a política a um espaço em que o presidente da República pudesse falar, mas também ouvir, não apenas as propostas políticas dos líderes políticos ao seu redor, como Leonel Brizola e San Tiago Dantas, mas também aqueles em nome dos quais se erguia a bandeira das reformas, as classes e grupos responsáveis pela sustentação e legitimidade do governo em meio ao acirramento da crise política em 1964.

Entretanto, a disputa política da época, com seus graus de polarização e radicalização, pareceu não admitir a prática da transparência e muito menos a superexposição a que se submeteram as esquerdas. Na tentativa de produzir forças organizadas, as esquerdas e os grupos de apoio a João Goulart levaram a público as suas mais profundas cisões internas e forneceram aos adversários políticos armas de luta que se mostraram imprescindíveis no desenrolar do conflito. Destaca-se, nesse sentido, a possibilidade de apropriação do discurso de Brizola, que contou com o mais alto grau de radicalização da noite, como marca do acontecimento. Brizola foi o único orador a defender soluções autoritárias como o fechamento do Congresso Nacional. De José Lellis da Costa à João Pinheiro Neto, passando pelo senador Arthur Virgílio, a tônica dos discursos foi o apoio irrevogável às reformas de base, a urgência em implementá-las e a importância do decreto da SUPRA enquanto início desse processo, além da aproximação entre o “povo” e o presidente.

José Serra, então presidente da UNE, fez um discurso mais agressivo pelo fim da “política de conciliação” no sentido de que o presidente não aceitasse modificações na proposta de reformas de base como única saída para aprová-las no Congresso. Contudo, a intervenção de João Goulart pretendeu uma mediação entre as reivindicações populares e o que era passível de ser realizado dentro dos limites constitucionais, os quais se buscava inclusive, modificar legalmente. Goulart fez apelos ao Congresso, falou em caminho pacífico para as mudanças, exaltou as Forças Armadas e pediu o firme apoio da população. Contudo, não se deve, é claro, esquecer-se de que se tratava de um acontecimento que simbolizou, sobretudo, um embate político, uma disputa em torno de projetos de Estado e de conquista da opinião pública e no qual o apelo emocional tornou-se peça fundamental de mobilização política.

Pode-se dizer que um dos elementos causadores de grande vulnerabilidade entre as esquerdas, naquele momento, consistiu na opção por expor, em comício público, as contradições mais fundamentais entre o Executivo e o grupo que se dispunha a apoiá-lo, e o Legislativo, sem o qual não havia condições de concretização das reformas de base. Foi através da exploração política desse impasse que os grupos reacionários passaram a justificar um golpe de Estado preventivo ampliando as suas alianças entre os meios conservadores. Conquistar a maioria parlamentar parecia ser o grande desafio para os grupos reformistas e, especialmente, para o presidente Goulart, pressionado por todos os lados.

Com o comício o governo tentou organizar as esquerdas e denunciar a incapacidade do sistema político de atender aos interesses de uma grande parte da população. Entretanto, esta grande parte não era a maioria e o governo não dispunha de força nem de meios para modificar a Constituição Federal Brasileira sem defrontar-se com enorme resistência e reação. Era inevitável que empresários e proprietários de terras, assim como pequenos e médios produtores, adensassem a oposição a Goulart e tudo fizessem para derrubá-lo já que não conseguia impedir as invasões de terras pelos camponeses e grupos favoráveis às “reformas na lei ou na marra”. Era impensável conquistar o apoio dos políticos conservadores que ouviram o discurso de Leonel Brizola pelo fechamento do Congresso, além dos militares golpistas após a união dos sargentos e soldados subalternos à causa popular e pela defesa da reforma eleitoral que afetava a hierarquia das Forças Armadas.

O comício demonstrou a dificuldade do governo em conciliar as próprias esquerdas, além da situação de falta de alternativas em que se encontrava, no Brasil dos anos de 1960, um partido que, mesmo ocupando a presidência, pretendia implementar um programa de reformas estruturais sem conseguir obter a maioria absoluta das cadeiras no Congresso Nacional. E ainda, mesmo que o presidente cedesse ao “poder popular” que a esquerda radicalizada queria erigir, carecia de um elemento essencial ao exercício do poder, carecia do efetivo apoio militar. Como se viu após a deflagração do golpe, os partidos de esquerda não tinham nenhum plano de defesa, nem coordenação militar.

4.4 Um projeto trabalhista para o Brasil:

Antes de prosseguir com a análise do discurso do presidente, é preciso fazer algumas considerações. O agradecimento de João Goulart especialmente dirigido aos sindicatos empenhados na organização do comício era apenas mais um sinal da decisão política do

governo de reagir às dificuldades que o governo vinha enfrentando desde 1961 para negociar e aprovar as reformas de base. Isso, através de uma reaproximação dos grupos que originalmente formaram as bases de apoio do PTB e dos trabalhistas. A fala simples, “rude e sincera”, tornava-se mais um recurso de aproximação naquele novo “pacto político” que se estabelecia entre população e políticos, representados e representantes, o povo e o mundo da política.

A campanha de terror ideológico e sabotagem a qual Goulart se referiu, certamente, estava relacionada às constantes tentativas por parte da oposição de vincular a realização do comício à influencia comunista no governo e aos esforços empregados por diferentes grupos políticos para impedir a concretização do acontecimento. Nesse sentido, a imprensa tornou-se um campo intensamente utilizado para propagar a radicalização do governo, a comunização do regime e a possibilidade de Goulart estar articulando um golpe de esquerda em aliança com os sindicatos. Nesse sentido, tornaram-se comuns notícias como a que foi publicada em 6 de março pelo Correio da Manhã:

“(…) Na câmara federal, ontem, o deputado Cardoso de Menezes (UDN-GB) manifestou seu temor quanto ao comício e a assinatura do decreto da SUPRA que “dará autoridade a todos o quanto queiram fazer de invadir as terras à margem das estradas e à beira dos açudes. Também manifestaram receio o deputado Afrânio de Oliveira (UDN-SP) e o deputado Hermes Macedo (PDC-PR)”.¹⁷⁵

De todo o modo, duas questões colocadas por Goulart nesse início de discurso são essenciais para a compreensão da proposta política e das pretensões reformistas que o governo apresentava e o comício simbolizava. Democracia e reforma Constitucional. Mudanças na Carta constitucional de 1946 em nome da ampliação democrática e da redistribuição de riquezas e direitos. Estas reformas, ao mesmo tempo em que abriam a possibilidade de ampliação da participação política e da inserção econômica, resgatavam o antigo temor do “fantasma popular”¹⁷⁶ e acabavam por estimular o golpismo.

Pode-se dizer que, nesse momento, a aliança PSD-PTB não mais existia na prática e parte significativa do PSD aliava-se à UDN nas defesas das teses de “manutenção da ordem contra a subversão” e, sobretudo, contra a reforma agrária. Assim, o governo João Goulart encontrava extrema limitação das opções às reformas no plano institucional e propunha a revisão da Constituição como única alternativa para a concretização da ampliação democrática através das reformas eleitoral e agrária. Buscava, através da possibilidade de

¹⁷⁵ O Correio da Manhã, 6 de março de 1964, primeira página do segundo caderno.

¹⁷⁶ BENEVIDES, *op. cit.*, 1981.

elegibilidade para todos os cidadãos e voto ao analfabeto, estender a participação política às classes militares subalternas e processar a inclusão política por meio da inclusão social através do sistema produtivo ligado à redistribuição de terras.

Entretanto, enquanto os militares compreendiam esse processo como uma evidência da quebra concreta da disciplina e da hierarquia nas Forças Armadas, as direitas enxergavam, no conjunto de reformas de base, uma série de ameaças aos interesses econômicos das classes dominantes e a efervescência dos movimentos sindicais. Especialmente a UDN reafirmava visão elitista quanto às questões ligadas aos interesses populares. A oposição ao CGT e à prática sindical como um todo, decorria de sua vigilância em relação à subversão. Qualquer atuação política dos sindicatos era vista como manipulada pelos comunistas e, por isso, deveria ser atacada.

Ao chamar a Constituição Federal de “antiquada” por não atender mais “aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta nação”, João Goulart pareceu entender como nação as parcelas reformistas da população, os trabalhadores, nacionalistas, trabalhistas militantes, camponeses, estudantes, enfim, as esquerdas que apoiavam o programa de reformas de base e aspiravam por mudanças no modelo democrático vigente. Não considerou, entretanto, que a Carta Constitucional, frequentemente, reflete os fatores reais de poder incluindo as Forças Armadas, o Poder Judiciário, os empresários nacionais e estrangeiros, as classes médias, todos os partidos políticos. Como afirma Moniz Bandeira¹⁷⁷, a reforma da Constituição, para ser eficaz, deve corresponder à constituição real, representar a soma das relações reais de poder regentes no país. É essencial que a parte do Estado (instituições, classes sociais, etc.), que deseja uma determinada Constituição, seja mais forte que a parte que se opõe a tais mudanças.

Por outro lado, talvez João Goulart tenha entendido a ampliação da participação política, o alargamento da democracia, além de propostas relacionadas à justiça social, enquanto objetivos que nenhuma classe social, entidade da sociedade civil ou política haveria de negar tão enfaticamente. Nesse sentido tratar-se-ia, de fato, de um projeto nacional progressista, em nome do desenvolvimento da Nação. Além disso, é bom lembrar que o trabalho constituinte, mesmo voltado para o futuro, está imerso nas circunstâncias políticas do seu presente. Por isso mesmo, cada resolução aprovada, cada detalhe colocado no texto

¹⁷⁷ MONIZ BANDEIRA, *op. cit.*, 2008.

constitucional, ainda que vago, genérico ou afirmativo, expressa os diversos pactos que se estabelecem entre as forças políticas ali representadas¹⁷⁸.

Sendo assim, a constituinte de 1946, que João Goulart pretendia modificar, foi eleita em dezembro de 1945 e iniciou seus trabalhos em fevereiro seguinte sob o impacto da derrota do nazi-fascismo na Europa e do fim do Estado Novo no Brasil. Naquele momento, pareceu extremamente importante delimitar o raio de ação dos poderes do Executivo, do Legislativo e do Judiciário na tentativa de evitar nova experiência política baseada no poder discricionário do primeiro. Mas o interessante da questão é que àquela época, as forças predominantes na constituinte já eram o PSD e a UDN que juntos ocupavam cerca de 80% das cadeiras, produzindo um texto de postura marcadamente conservadora no plano social.

Quase vinte anos depois, as mesmas forças mantinham-se predominantes no campo político e majoritárias no Congresso Nacional. E é de se entender que tenham lutado pela constituição que construíram e na qual se configurou uma combinação de interesses que muito levou em conta as suas posições na política e na sociedade de forma geral.

Entretanto, a década de 1960 começava a denunciar a combinação de uma série de mudanças conjunturais, como o enorme crescimento do chamado proletariado e também do PTB em âmbito nacional, a problemas históricos e estruturais da sociedade brasileira, como a ausência de uma efetiva reforma agrária, altos índices de desigualdade social e regional. Com isso não se quer negar os avanços da Carta de 1946 como, por exemplo, a ampliação do voto feminino para todas as mulheres, nem há aqui a pretensão de se deter sobre os artigos da Carta. Busca-se, contudo, ressaltar que a crise que tomou conta do governo Goulart remonta também às circunstâncias que marcaram a constituinte da chamada “redemocratização”.

Assim, o presidente João Goulart, na década de 1960, parecia tentar, de uma só vez, realizar um conjunto de “ajustes” políticos e sociais com a finalidade de incluir na Nação oficial, e na própria Constituição Federal, uma série de grupos que, em parte, a política e a história haviam deixado para trás, e que a nova conjuntura brasileira e internacional fazia emergir.

A referência de Goulart à união entre “governo e povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros” demonstrava não só a percepção do presidente quanto à heterogeneidade das esquerdas, mas, principalmente, a impossibilidade de concretização das reformas sem um amplo e diversificado grupo de apoio que contasse, inclusive, com militares e patrões. Especialmente sobre estes últimos, a referência de Goulart

¹⁷⁸ FREIRE, Américo. *A Constituição de 1946*. Artigo disponibilizado pelo site do CPDOC – FGV- Rio de Janeiro: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/DoisGovernos/Constituicao1946>. Acesso em dezembro de 2009.

aos “patrões brasileiros”, cria mais uma figura discursiva largamente utilizada pelas esquerdas. Pode-se dizer que reflete ainda a concepção da política econômica do governo, assim como, no limite, expressa a polarização política e social entre reformistas e conservadores do *status quo* que marcou os anos de 1960.

Em 12 de março de 1964, o Última Hora publicou a coluna “Jornais e Problemas”, assinada por Octávio Malta, que dizia o seguinte:

“Existe hoje, no país, uma burguesia nacional progressista e esta se acha ao lado do Estado na atual circunstância. Ela dá apoio ao decreto da SUPRA e à reforma agrária em termos de técnica, assistência e crédito para o desenvolvimento no campo. A partir do dia 13 devemos esperar que o Estado brasileiro possa representar um papel econômico independente na defesa, não dos interesses de uma camada tradicional, opaca e cúpida, comprometida com o culto ao imperialismo, mas objetiva e autenticamente dos interesses da nação. É uma política nova, de afirmação nacionalista legítima que terá contra ela os “cem negros” das áreas colonialistas brasileiras e estrangeiras, mas terá também, a seu favor, todo o povo, dia-a-dia, mais consciente de que seu viver só será melhor se vierem as reformas”.¹⁷⁹

Assim, a oposição sugerida por Goulart, em seu discurso, entre “patrões brasileiros” e patrões não brasileiros, pode ser encontrada nas diversas formas criadas pelas esquerdas para marcar a divisão entre os aliados das reformas de base e os antireformistas. Um exemplo dessa divisão estava nas formas de identificar e denominar os grupos, tais como: “burguesia progressista” e “burguesia reacionária”, “nacionalistas” e imperialistas”. As expressões diferenciavam as posições no campo político, a postura em relação às reformas, especialmente no que diz respeito às reformas agrária e constitucional, e apareciam carregadas de teor ideológico e de referências político-culturais. Além disso, denunciavam a luta política da época e refletiam, em grande parte, a conjuntura nacional e internacional dos anos de 1960.

Nesse caso, vale ressaltar a tentativa de Goulart de conquistar e agregar ao projeto de reformas a parte da burguesia, ou dos “patrões”, que se confrontava com o chamado capital internacional. A intenção parecia ser a de atingir também os setores politicamente influentes e economicamente fortes através de uma espécie de mediação estabelecida pelo comício da Central. A um só tempo, o discurso de João Goulart parece tentar organizar as esquerdas anunciando uma proposta única em meio às divisões políticas evidenciadas pelo próprio conjunto de discursos que precederam o do presidente da República.

A intervenção de Jango marcava a posição do governo diante das esquerdas, oferecia à população uma proposta e um compromisso daquilo que era possível ser feito, das reformas possíveis de serem realizadas, e ainda tentava ampliar as suas bases de apoio ao escolher o caminho “pacífico” para a realização das mudanças na estrutura política e social do país, além

¹⁷⁹ Última Hora, 12 de março de 1964, p. 6, coluna de opinião.

de apresentar um projeto político nacional para além dos benefícios às classes trabalhadoras. João Goulart personificava, enquanto presidente da República, a possibilidade de certa utopia de justiça social e sagrava-se como a grande liderança das esquerdas. Estabelecia, para este grande e diversificado grupo político, um projeto de reformas com o objetivo de ampliar a participação política e iniciar um processo de redistribuição de riquezas pela via pacífica.

Buscava pressionar o Congresso através da opinião pública, das manifestações populares e da série de comícios que pretendia realizar pelo país. Agredia e denominava como “patrões” não brasileiros a “indústria do anticomunismo”, os defensores da imutabilidade da Constituição, e os homens de negócios ligados aos interesses das multinacionais e dos monopólios no Brasil. Reforçava os investimentos em indústrias, usinas, estradas e fábricas alargando o leque de beneficiados pelo projeto governista. Colocava-se como o árbitro do conflito numa mediação nunca tão direta entre as esquerdas políticas e os seus representados, entre o governo e a oposição, entre os reformistas e as classes conservadoras e reacionárias.

Com relação à reforma agrária, a questão central girava em torno da forma de indenização dos latifúndios desapropriados. Em como determinar os limites da “justa” indenização¹⁸⁰. O PSD, já na IX Convenção Nacional, em 1963, havia fixado os limites da sua aquiescência à idéia de reforma agrária: aceitava a reforma através de emenda constitucional ressaltando a desapropriação apenas em latifúndios improdutivos. E ainda nesse ano, a posição udenista, radicalmente contrária a qualquer modificação Constitucional, começava a atrair alguns segmentos do PSD.

Assim, a percepção de crescente isolamento político diante das suas propostas reformistas, tais como apresentadas pelo PTB, levou a presidente à estratégia de buscar e reforçar os seus vínculos, assegurando o apoio nas forças extra parlamentares que, embora não tivessem representação significativa no Congresso Nacional, funcionavam como um instrumento de pressão que poderia, por meio de intensa mobilização política, alterar a relação de forças em que João Goulart aparecia em situação de imobilidade.

Nesse sentido, o comício da Central demonstrava a ampliação da participação política popular em ameaça à ordem estabelecida. A intensificação das relações entre o governo e o movimento sindical, a politização crescente das associações estudantis com novas propostas de reforma universitária e, sobretudo, a mobilização dos setores rurais munidos de novas perspectivas de reforma agrária, ameaçando o sistema senhorial com frequentes greves e invasões. Quanto a UDN, embora tradicionalmente apontada como partido das classes

¹⁸⁰ HIPPIÓLITO, *op. cit.*, 1985.

médias, o partido contava, entre seus representantes parlamentares, com grande número de proprietários rurais e já no início do governo Goulart se opôs à medida constitucional proposta para a desapropriação, assim como às modalidades de indenização¹⁸¹. A questão tornara-se política e a UDN via com desconfiança qualquer possibilidade de se reforçarem os poderes de João Goulart e de se ampliarem as bases de apoio das esquerdas.

Sendo assim, o presidente parecia reagir às dificuldades impostas à reforma agrária pelo sistema político-partidário resolvendo por decreto pequena parte do problema. Desse modo, ele amenizava a proposta nos seus aspectos mais polêmicos, vale dizer, as formas de indenização, e, ao mesmo tempo em que dava uma resposta política às esquerdas, iniciava o processo de reforma da estrutura fundiária brasileira. Reconhecia, entretanto, os limites do decreto da SUPRA e, com isso, a necessidade de obter a aprovação do Congresso para a concretização de uma reforma mais ampla. O presidente respeitava a Constituição Federal e o sistema democrático embora sinalizasse para a decisão política de não fazer concessões em relação às reformas.

A menção aos industriais e comerciantes demonstrava a necessidade de se ultrapassar as divisões partidárias ou classistas e atingir certo grau de união e coesão social em nome das mudanças. E nesse ponto vale citar novamente a obra de Antonio Lavareda, “A Democracia nas Urnas”¹⁸², na qual o autor mostra que a opinião favorável às mudanças da estrutura agrária não se restringia aos setores mais pobres, atravessando os diversos grupos sociais.

Contudo, o discurso de Jango parecia entender a necessidade da reforma agrária como um pressuposto geral, questão indiscutível. O que estava em pauta era como executá-la, as formas de indenização, além da seleção das terras desapropriáveis. Em que medida essa sociedade que reconhecia a importância da execução de uma reforma agrária no Brasil estava disposta a dividir os prejuízos materiais dos futuros desapropriados em nome de transformações que, em primeiro lugar, beneficiariam as classes mais pobres de trabalhadores? Estariam dispostas as classes produtoras, a bancada de proprietários do Congresso Nacional, a contribuir para mudanças que trariam a inclusão social e política dos seus trabalhadores?

O presidente atingia diretamente os interesses das classes sociais mais poderosas. Entre elas, os grandes capitalistas, os empresários com negócios nacionais e internacionais, os latifundiários e grandes proprietários urbanos. Atingia as redes de privilégios e favorecimentos entre políticos e homens de negócios, as relações clientelísticas há muito

¹⁸¹ BENEVIDES, *op. cit.*, 1981.

¹⁸² LAVAREDA, *op. cit.*, 1991.

estabelecidas no campo e a preponderância dos interesses privados sobre os sociais no campo político. As hierarquias que davam aos militares de alta patente poderes quase irrestritos dentro das suas corporações, além de ingestões políticas constantes, a liberdade e a tolerância religiosa em um país marcado pela presença e pelo poder da Igreja Católica. Mas não era só. Por outro lado, o governo Goulart promoveu a intensa participação dos grupos mais radicais das esquerdas mobilizados pelas “reformas na lei ou na marra”¹⁸³, que, diante dos limites institucionais às reformas de base, passaram a participar das lutas sociais e políticas da época desinteressados da manutenção das regras do sistema democrático.

Em um Brasil muito diferente daquele dos anos de 1990, em cujos lares já se contavam cerca de 30 milhões de televisores, o comício da Central ocorreu num momento em que pontificavam como veículos de difusão das informações políticas, essencialmente os jornais e as rádios e em que quase toda a imprensa possuía clara orientação política e ingerência nesse campo. E foi, exatamente, neste espaço de luta, constituído pelos principais jornais da época, que o acontecimento do dia 13 pôde ser resgatado na sua dimensão mais reativa em relação aos limites impostos pela dinâmica política dos anos de 1960 à atuação do governo Goulart em nome das reformas sociais, e, ao mesmo tempo, mais ativa no sentido da ampliação do espaço da política, mobilização e politização sociais, e mesmo, radicalização política e ideológica de setores esquerdistas.

Assim, pode-se dizer que o comício da Central simbolizou, internamente, um conflito entre o Brasil que o governo João Goulart tentava construir com apoio de uma parcela da população que incluía esquerdas moderadas e radicalizadas, e um país marcado pelo colonialismo e pelo enraizamento de profundas desigualdades sociais e da exclusão política. O projeto trabalhista buscava realizar propostas de desenvolvimento carregadas de justiça social dentro dos limites constitucionais. Mas desrespeitava as hierarquias estabelecidas e alterava as instituições tradicionais da política brasileira.

Por toda a América Latina as contradições entre a história construída e a história desejada explodiam em conflitos marcados pela polarização e pela radicalização políticas. Externamente, a guerra fria e os impasses da disputa mundial por hegemonia influenciavam as lutas políticas latino-americanas com destaque para a intervenção da poderosa força desestabilizadora norte-americana e para o impacto da revolução cubana. Este foi um elemento decisivo. A partir de 1959, se houve um crescimento dos movimentos comunistas, socialistas, revolucionários, inclusive em relação à esquerda armada, por outro lado, a

¹⁸³ FERREIRA, Jorge. *op. cit.*, 2004.

liderança de Fidel Castro em Cuba provocou a inauguração de um conjunto de operações desenvolvidas e aprimoradas pela CIA para desestabilizar governos progressistas na América Latina e permitir a sublevação de militares a pretexto de evitar o comunismo e restabelecer a ordem. Tal projeto encontrou sustentação e legitimação nas elites econômicas, nas classes políticas conservadoras e reacionárias e em importantes setores militares de diferentes países latino-americanos. Às diferentes propostas e tentativas de “correção” do colonialismo correspondeu a tendência que se tornou evidente entre as direitas desses países de recorrer à repressão e, com isso, à instalação de ditaduras militares no Uruguai, Paraguai, Argentina, Chile e Brasil.

É possível, inclusive, estabelecer algumas comparações entre as crises que marcaram o Brasil e o Chile nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente. Salvador Allende inaugurou seu governo em novembro de 1970 e, como ocorreu durante o governo Jango, manteve-se no poder em meio à violenta campanha de terror anticomunista e caos econômico iniciadas pela CIA com a conveniência da extrema direita de seu país. Destaca-se que Allende chegou ao poder através das eleições presidenciais demonstrando o funcionamento da democracia chilena que colocava a esquerda como alternativa real de poder. Com isso, avançou no programa de reformas instaurando a participação dos trabalhadores em todos os âmbitos da sociedade. Mediante acordo com a CUT, em menos de um ano todos os bancos privados foram nacionalizados e o Estado passou a controlar 90% da capacidade creditícia do sistema bancário, ao mesmo tempo em que impulsionou a estatização das indústrias assumindo o controle de 415 empresas responsáveis por 60% da produção nacional.

Diferente da política que João Goulart tentou levar a cabo no Brasil, o programa de Allende almejava a implantação do socialismo no Chile e concretizou uma série de reformas nesse sentido. Sobre esse aspecto pode-se dizer que, numa escala gradual, João Goulart foi derrubado do poder antes que pudesse constituir no interior do Estado as suas bases de sustentação política. Entretanto, embora os dois presidentes tenham apoiado explicitamente a revolução cubana, nenhum deles considerou a estratégia da luta armada como forma de alcançar, manter-se no poder, ou realizar os seus projetos de governo. Mas, tanto no caso das esquerdas brasileiras, quanto posteriormente, no das chilenas, existiam setores que pressionavam o governo para que optasse pela radicalização do processo de mudanças. Isso, por um lado, forneceu importantes argumentos às oposições nos dois países, além de colocar os presidentes em uma situação delicada.

O discurso de Goulart no comício da Central demonstra com clareza o papel de mediação assumido pelo presidente brasileiro que tentava a todo custo estabelecer um

compromisso com o maior número de “aliados” possíveis acerca das reformas necessárias e realizáveis, dos seus benefícios para a nação e da importância da união reformista diante das forças que julgava reacionárias ao processo de mudanças. Outro aspecto interessante é o fato de que, não podendo contar com a aprovação do Congresso Nacional, Allende utilizou o que se chamou de “resquícios legais”, leis de 1952 e 1966 para realizar expropriações como a da indústria do cobre. No caso brasileiro, sem o apoio do Congresso e não dispondo de tais “brechas” legais, Jango voltou-se para as bases populares numa estratégia política que acabou por consagrar o comício da Central como acontecimento fundamental para a compreensão da luta política que perpassou o seu governo.

Assim, parece importante destacar que diversas formas de contornar a situação de dependência econômica, alta concentração de riquezas e exclusão política surgiram na América Latina, desde a luta eleitoral até as vias mais radicais de conquista do poder e transformação da estruturas de base. Mais cedo ou tarde, todas elas foram derrotadas. Não formaram a maioria da população, não alcançaram maiorias necessárias no Congresso Nacional e, principalmente, não se enraizaram nas forças organizadas do Estado que formalmente presidiram e desejavam modificar.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta parte da dissertação, serão retomadas as principais questões apresentadas, além de aspectos e considerações que, embora não tenham sido tratados detidamente, tornaram-se importantes ao longo da pesquisa. É preciso considerar ainda as limitações impostas pela necessária delimitação das fontes e pelo tempo de dois anos para a realização e conclusão do trabalho.

A chegada de João Goulart à presidência da República marcou o início de um período de intensa crise política no Brasil. Seguiram-se, entre os anos de 1961 e 1964, constantes disputas entre projetos políticos nacionais, conflitos de classe e impasses políticos e ideológicos de difícil resolução entre partes do Executivo e do Legislativo. A possibilidade de viabilização do trabalhismo, enquanto projeto político para o país, marcado pelo programa de reformas de base, despertou um contundente sentimento de ameaça expresso em golpe de Estado.

Nesse contexto, um acontecimento ganhou destaque no campo político e na sociedade de uma forma geral. A realização do comício da Central do Brasil, no início de 1964, redimensionou o conflito político e evidenciou processos simultâneos de polarização e ampliação da participação política. A sociedade dividiu-se quando posta pelo governo a possibilidade concreta de reformar as estruturas políticas e sociais brasileiras responsáveis pela manutenção do *status quo*.

O comício constituiu-se em meio às dificuldades encontradas pelo trabalhismo no campo político reconhecido e legitimado pelo sistema político partidário. As sucessivas negociações frustradas e, sobretudo, a impossibilidade de obtenção do apoio da maioria parlamentar levaram o governo à criação de uma estratégia política voltada para a ampliação do espaço destinado à política e para a mobilização da opinião pública como mecanismo de pressão.

Dentro da avaliação feita em capítulo anterior da distribuição das forças políticas no Congresso Nacional, destaca-se a atuação da aliança PSD/UDN no sentido de impedir a aprovação das principais reformas governistas, tais como a reforma agrária petebista.

Entre a posse de João Goulart e fins de 1963 o presidente e o seu grupo de políticos mais próximos lutaram pela antecipação do plebiscito que daria ao povo o direito de escolha entre a manutenção do parlamentarismo e o retorno ao sistema presidencialista de governo, e

pela aprovação de alguns dos projetos que integravam as chamadas reformas de base. Destacaram-se no campo político o deputado Bocayuva Cunha do PTB da Guanabara, que participou das constantes negociações em torno da reforma agrária no Congresso, José Gomes Talarico, assessor sindical do presidente e líder do PTB na Assembléia Legislativa da Guanabara até 7 de abril de 1964 e San Tiago Dantas, duas vezes ex-ministro de Goulart na pasta de relações Exteriores e na pasta da Fazenda. Também Leonel Brizola, em 1964 deputado federal pelo PTB do Rio Grande do Sul, e Doutel de Andrade, deputado federal em 1962 e um dos principais defensores das posições do governo no Congresso, entre outros.

As constantes negativas e dificuldades de aprovação dos projetos trabalhistas, especialmente, no que diz respeito às negociações em torno da reforma agrária possível, foram polarizando o campo político da época. O PSD mostrava-se dividido entre alas mais progressistas e setores mais conservadores. Entre os primeiros grupos pode-se citar Antônio Balbino, procurador geral da República na etapa parlamentarista do governo Goulart, Tancredo Neves, nomeado primeiro ministro do parlamento em 1961 e Abelardo Jurema, ministro da justiça em 1963, entre outros. No caso dos conservadores pesedistas estavam políticos como Armando Falcão, que se manifestou, em 1961, contra a posse de Goulart, José Maria Alckmin e Gustavo Capanema e Benedito Valadares, que formavam grupo sólido em oposição ao governo, também entre outros. Apesar da clara cisão interna, o partido tendia, cada vez mais, a atender aos interesses das suas bases ruralistas deixando a marca de partido de centro para aliar-se à UDN em oposição ao governo impedindo a aprovação das medidas petebistas.

A UDN, embora também se dividisse entre alas mais jovens dispostas a negociar as reformas com o governo e grupos altamente reacionários, apresentava em suas comissões nacionais decisões majoritárias pela oposição inflexível ao governo e às suas propostas de reformas. Na UDN pode-se identificar Aliomar Baleeiro, que defendia a “política de portas escancaradas” às remessas de lucros, Pedro Aleixo, que participou das conspirações para derrubar o governo de João Goulart, em 1964, e foi ministro da Educação do governo Castello Branco, e Ernani Sátyro, que se posicionou peremptoriamente contra a reforma agrária e caracterizou o comício da Central como uma afronta ao Congresso Nacional. Ainda deve-se citar Carlos Lacerda, governador do estado da Guanabara e um dos maiores difusores da campanha de desestabilização do governo Goulart.

O PCB, embora apoiasse informalmente o governo, encontrava-se na ilegalidade imposta em 1947, pelo governo Dutra, e não tinha representação no Congresso Nacional. Vale citar também o PSP de homens como Arnaldo Cerdeira que recebeu, na câmara dos

deputados, em 1964, com euforia, o manifesto do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, que anunciava a deflagração do golpe para destituir o governo Goulart. Ademar de Barros era a figura mais importante do PRP e participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade em que parte da sociedade civil confirmou o apoio a uma possível intervenção das Forças Armadas no governo.

Assim, os partidos e grupos políticos se mostraram profundamente heterogêneos em suas propostas, interesses e composições. Contudo, entre a posse de Jango e fins de 1963, pode-se dizer que os partidos políticos foram adquirindo feições predominantes e tomando posições em favor ou não de reformas na política e na sociedade brasileiras, incluindo a própria concepção de democracia.

A luta política ocorria tanto no campo parlamentar, quanto em outros e novos espaços nos quais grupos e organizações da sociedade civil formavam alianças e compromissos tácitos e simbólicos a respeito das reformas, do apoio ao governo e da legitimidade de uma possível intervenção militar no processo político democrático. Grupos como o Pacto de Unidade e Ação (PUA), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas sob o comando de Francisco Julião, a União Nacional dos Estudantes (UNE), entidades de subalternos das Forças Armadas, entre outros integrantes da esquerda moderada ou radical, promoviam manifestações públicas em favor da imediata concretização das reformas de base, greves em nome de melhores condições de trabalho e remuneração, além de ser esta uma forma de protesto político contra as negativas do Congresso em aprovar as medidas do governo, invasões de terras no campo, entre outras reivindicações. Cada qual com seus objetivos de classe e categoria específicos, porém unidas em torno da bandeira das reformas de base. A classificação entre moderados e radicais se daria em função das formas de implementação das reformas defendidas por um ou outro grupo.

Ao mesmo tempo, a oposição ao governo também se organizou em grupos, movimentos e associações atuantes direta ou indiretamente no jogo político. Alguns exemplos são a formação do Comando de Caça aos Comunistas, o CCC, o Grupo de Ação Patriótica, chamado de GAP, a Campanha da Mulher pela Democracia, conhecida como CAMDE, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, IPES, e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática, IBAD, entre outros. Compostos por classes médias, especialmente as paulistas e cariocas, intelectuais, políticos conservadores, empresários e proprietários, esses movimentos levaram a cabo intensa campanha de desqualificação do governo Goulart através de jornais, palestras, livros, e demais meios de difusão de informação que contavam, inclusive, com certa aparência de cientificidade. Além disso, deve-se considerar a existência de uma articulação golpista

durante todo o governo Goulart, envolvendo políticos, civis, militares, a grande imprensa, associações de empresários e proprietários de terras e capitais e forças internacionais como o conhecido apoio dos Estados Unidos.

De um lado e de outro desse processo de polarização política e social foram construídos argumentos e contra-argumentos em defesa de projetos distintos, sobretudo, em relação à questão da participação política, à política distributivista do governo e aos rumos da política internacional. Imperialismo, conservadorismo e reacionarismo foram as críticas mais habituais no léxico político das esquerdas em direção à oposição. O imperialismo pretendia denunciar a associação de políticos e empresários brasileiros a empresas e entidades internacionais com o objetivo de ampliar a lucratividades em detrimento dos interesses e questões nacionais. O imperialista era o traidor da nação. O conservadorismo foi imputado às direitas todas as vezes em que se pretendia demonstrar a rejeição daqueles grupos às reformas petebistas que, segundo o governo e os reformistas, trariam benefícios ao povo, misturando-se, portanto, ao elitismo e à defesa de sistemas de exclusão social e política. O reacionarismo somava o elitismo político e a rejeição às mudanças, à intervenção militar no sistema político. Traduzia a indisponibilidade para negociar nos moldes pretendidos por Goulart e seus aliados. Um agente difusor desse tipo de imagem foi o jornal Última Hora que, a todo o tempo, publicou manchetes explosivas na intenção de chamar a atenção do leitor e mobilizar a população em favor do governo.

Assim, as fortes demandas sociais tornaram-se características deste período. A mobilização política das classes populares urbanas e rurais contribuiu profundamente para a construção de uma percepção verificada à época de que se vivia um momento histórico e, talvez, inédito, de possibilidade de viabilização de um projeto político voltado para a justiça social. A esses grupos de trabalhadores aliaram-se outros como os militares subalternos, estudantes, intelectuais e políticos reformistas. Unindo a todos, o desejo comum de redesenhar o Estado através da redistribuição de riquezas, poderes, deveres e direitos.

Nessas circunstâncias, as esquerdas, amparadas, sobretudo, na liderança do presidente João Goulart, compareceram e participaram do comício da Central em que foram assinados os decretos da SUPRA e o de encampação das refinarias particulares de petróleo. Seguidas intervenções, de diferentes lideranças, apresentaram propostas de concretização para as reformas e enfatizaram diferentes aspectos da crise política nacional de acordo com o grau de radicalização e de reformismo que representavam no campo político e no interior das esquerdas.

Vale a seguinte observação: ao longo do texto apresentado, as expressões direitas e esquerdas apareceram diversas vezes para identificar a posição do agente ou grupo no campo político. Entretanto, os termos foram utilizados na descrição de um tempo no qual faziam parte do léxico político e constantemente serviam como instrumentos de acusação e desqualificação política. Por essa razão é preciso esclarecer que quando citado na análise histórica que se buscou realizar, o termo esquerda refere-se a uma percepção da realidade e da política que tende a ser favorável à igualdade e, portanto, esforça-se por reduzir as concentrações de riquezas, terras, capitais, poderes, etc. Isto, por sua vez, não significa que a esquerda seja sempre igualitária e sobre todas as coisas e que a direita não o seja nunca. Já o termo “direita”, relaciona-se a defesa do *status quo*, da ordem e da tradição, além das desigualdades naturais entre os homens.

De todo o modo, os diferentes discursos das lideranças esquerdistas dos anos de 1960 cumpriram importante papel na realização do comício e, principalmente, na construção deste espaço político mais amplo, além do estímulo à mobilização que causaram em diferentes setores do eleitorado. No entanto, a dissertação que ora se finaliza enfatizou a intervenção do presidente João Goulart por entender que, na posição de presidente, Jango acabou por concentrar as expectativas reformistas dos mais variados grupos que apoiaram o governo. Essas e outras razões o levaram a atuar no sentido de conciliar as esquerdas internamente e em relação aos adversários políticos. Além disso, seu discurso durante o comício demonstra o esforço por construir um consenso sobre um programa único de reformas possíveis de serem concretizadas.

Deve-se destacar, contudo, que João Goulart não era um revolucionário. Não defendia um programa político revolucionário e o comício da Central não fez parte de um processo que se pretendia revolucionário. O trabalhismo enquanto projeto político respeitava o sistema capitalista, assim como as medidas governistas tinham limitações claras em relação ao processo de redistribuição de riquezas e de poderes. Vale repetir que, mesmo a assinatura do decreto da SUPRA, realizada durante o comício da Central, esbarrava na necessidade de aprovação parlamentar de reforma constitucional para que a reforma agrária se efetivasse.

Durante todo o governo Goulart, os grupos esquerdistas considerados radicais por exigirem a concretização imediata das reformas de base considerando, inclusive, a possibilidade de romper com a legalidade, pressionaram o presidente através de manifestações públicas, greves, invasões de terra e declarações polêmicas. Apesar disso, jamais deixaram de creditar a Jango o direito de representá-los no campo político e a capacidade de liderar as esquerdas na luta pelas reformas. Goulart era o presidente e, como tal, tornou-se um pólo

aglutinador das diversas alas esquerdistas na defesa do trabalhismo enquanto projeto político viável para o Brasil. Quando, pouco mais de duas semanas após a realização do comício da Central, foi deflagrado o golpe, mesmo os grupos mais radicais do cenário político brasileiro, atuando na legalidade ou clandestinamente, ficaram paralisados diante da decisão de Goulart por não resistir.

Sobre a realização do comício a oposição despejou acusações de desordem, golpe comunista ou sindicalista. O Correio da Manhã tornou-se um periódico fundamental para identificar a argumentação utilizada pelos diferentes grupos que agiram no sentido de desqualificar o acontecimento, classificá-lo como ato ilegal e imoral e, por fim, legitimar uma intervenção militar no processo político para derrubar o governo. Ordem, legalidade, tradição e anticomunismo foram os elementos retóricos mais frequentes no esforço de conquistar o apoio da opinião pública em favor do golpe. Expunha-se a aversão à mobilização popular e o desejo de conservação das estruturas sociais e políticas do país. A legalidade era desfraldada contra o direito de reivindicação e de participação.

No entanto, é preciso ressaltar que, até o momento da realização do comício da Central, não havia qualquer tipo de estrutura montada pelas esquerdas, com o apoio do governo, para um possível combate armado. Não há documentos históricos que comprovem a articulação de um golpe a ser deflagrado pelas esquerdas. Por mais que houvessem grupos organizados com intenções voltadas para a implantação do sistema comunista, eles não se tornaram predominantes e não se tornaram expressão do movimento reivindicatório mais amplo que ganhou impulso com a chegada de Goulart à presidência. Embora esses grupos existissem e atuassem politicamente, mostraram-se desarticulados ou despreparados para um conflito direto no momento do golpe. Sua reação, tanto quanto da maior parte dos grupos reformistas ligados ao presidente, foi a inércia diante da intervenção civil-militar que destituiu o governo.

Nesse sentido, vale à pena retomar algumas das reflexões propostas por Reinhart Kosseleck, apresentadas no início deste trabalho. O autor sugere que, na confrontação entre o passado e o futuro, é preciso tomar o cuidado de não homogeneizar tempos históricos nos quais experiência e expectativa adquiriram significados diferentes. Desse modo, baseando-se na análise da mídia impressa, enquanto fonte principal de pesquisa é possível afirmar que, até a realização do comício da Central e, possivelmente, até a deflagração do golpe civil-militar de 1964, não havia, entre as esquerdas, um projeto de tomada do poder por vias autoritárias, que dispusesse do apoio civil e militar necessário à sua efetivação, ainda que esta opção fosse constante elemento de sua retórica entre alguns grupos. A facilidade e a rapidez com que o

golpe militar se estabeleceu é argumento contundente quanto à falta de apoio do governo nos meios militares e, principalmente, quanto à ausência de preparação das esquerdas para um confronto armado. O golpe se deu sobre uma ameaça construída e imaginada no jogo político entre as possibilidades de reformas e a conservação das estruturas políticas e sociais.

Entretanto, a ação fulminante de aniquilação, repressão e opressão, que marcou o estabelecimento e a consolidação da ditadura militar brasileira, provocou alterações importantes nesta situação. Uma vez desencadeado um processo considerado irreversível de caça não só aos políticos e militantes ligados ao governo Goulart, mas também a jornalistas, pesquisadores e intelectuais tidos como democratas, além de políticos como Juscelino Kubitschek e mesmo Carlos Lacerda, a violência passou a ser empreendida como alternativa única de resistência política por todos esses diferentes grupos atingidos pelo autoritarismo militar.

Vale lembrar que políticos como JK e Lacerda que, claramente apoiaram o golpe, assim como periódicos como o Correio da Manhã, que chegou a pedir explicitamente a destituição do governo Goulart, passados os primeiros anos de ditadura, também se insurgiram contra o movimento golpista. Nesse novo contexto, esquerdas, comunistas ou não se utilizaram largamente da violência e da força das armas em movimentos de resistência à opressão, à falta de liberdade de pensamento, de expressão e de reunião, entre outros.

Essas são, entretanto, questões que estão para além dos objetivos e possibilidades de estudo desta dissertação. Surgiram com o desenvolvimento da pesquisa e parecem importantes elementos para futuras reflexões. Especialmente nos dias atuais, quando se retomam as discussões em torno da lei de anistia ampla e irrestrita que marcou o “pacto político” que gestou o fim do regime militar.

Ainda nesta perspectiva de questões que surgiram e se apresentam como futuras possibilidades de investigação histórica restam algumas observações sobre as fontes de pesquisa. Embora se reafirme, neste trabalho, a atuação da imprensa enquanto meio de comunicação de maior alcance nos anos de 1960, é possível que a televisão já desempenhasse algum papel voltado para a informação política, entre as classes médias e altas, especialmente em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

Sabe-se, por exemplo, que, em 1955, após o fracasso do movimento golpista de 11 de novembro, Juscelino Kubitschek anexou uma nova cláusula aos contratos de concessão de rádio e televisão, mediante a qual os concessionários seriam punidos com suspensão por trinta

dias no caso de “transmitir programas insultuosos às autoridades públicas”¹⁸⁴. Em 24 de agosto de 1961, Carlos Lacerda utilizou a televisão para discursar sobre uma possível “manobra golpista de Jânio Quadros”. Em 1961 foi criado o Conselho Nacional de Telecomunicações e, em 1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações.

Esta seria apenas uma das possibilidades de ampliação das fontes de pesquisa acerca do governo Goulart. Arquivos parlamentares, militares, entre outros, podem expandir as reflexões e polemizar sobre os aspectos tratados nesta dissertação. Ressalta-se, com isso, os limites das proposições e considerações apresentadas, em relação à delimitação das fontes a serem consultadas, sobretudo, em razão do cumprimento dos objetivos da pesquisa dentro dos prazos determinados.

¹⁸⁴MOTTA, Marly Silva da. *Carlos Lacerda: de demolidor de presidentes a construtor de estado*. Nossa História, Rio de Janeiro, Nº19, p. 72-25, maio, 2005.

6. REFERÊNCIAS:

ARENDDT, Hannah - *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BAUMAN, Zugmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914 – 1945)*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A UDN e o udenismo: ambigüidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BERMANN, Marshall. *Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz (português de Portugal). 11 ed. Rio de Janeiro, Bertrand, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em cena: propaganda política no Varguismo e no Peronismo*. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1998.

CAPELATO, M. H. e PRADO, M. L. *O bravo matutino. Imprensa e Ideologia: o jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CERRONI, Umberto. *Teoria do Partido Político*. São Paulo: Livraria editora Ciências Humanas, 1982.

CHARTIER, Roger. *História Cultural – Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL - Lisboa – Bertrand Brasil, 1988.

CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque 1808 – 1964: a história contada por jornais e jornalistas*. v.1. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *O Brasil sem retoque 1808 – 1964: a história contada por jornais e jornalistas*. v. 2. Rio de Janeiro: Record, 2001.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução Ângela S. M. Corrêa. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. *Discurso Político*. Tradução Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CORRÊA, Villas Boas. *Conversa com a memória*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

CORREIA, Adriano (Coord.) *Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

DAMARAL, Marcio Tavares. *O homem sem fundamentos: sobre linguagem, sujeito e tempo*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ – Tempo brasileiro, 1995.

D'ARAÚJO, Maria Celina de. Partidos Trabalhistas no Brasil: reflexões atuais. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, 1990. p. 196-206.

_____. *Sindicatos, carisma e poder: o PTB de 1945 a 1965*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

DEBRET, Guta Grin. *Ideologia e Populismo*. São Paulo: Queiroz Editor Ltda, 1979.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *A crise antes do golpe: nossa história*. Rio de Janeiro, v.5, n.1. 2004.

DÉLOYE, Yves. *Sociologia histórica do político*. São Paulo: EDUSC, 1999.

DINES, Alberto. *Os idos de março e a queda em abril*. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1964.

DREIFFUS, René A. *1964: a conquista do Estado Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FALCON, Francisco. *História e poder*. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano - O tempo da experiência democrática – Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003..

FERREIRA, Jorge. *Sexta-feira 13 na Central do Brasil*. Nossa História, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 32-35, 2004.

_____. *A Estratégia do Confronto: a Frente de Mobilização popular*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, nº 47, p.181-212 – 2004.

_____. *O imaginário trabalhista: Getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2005.

_____. *O populismo e a sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIGUEIREDO, A. M. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FLEISCHER, David Verge (org.). *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. *A Ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 18 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo: Martins Fontes, 3 ed. Brasileira, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. *Uma breve história do PTB*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.

_____. *Política: história, Ciência, Cultura e etc*. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 59-84, 1996.

_____ & FERREIRA, Jorge. *Jango: as múltiplas faces*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a Organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. (Coleção Perspectivas do Homem. v. 48 Série Filosofia).

HIPPOLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. Vargas e a gênese do sistema partidário brasileiro. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 11, p. 21-47, jan/dez de 2004.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e Política: relações Estados Unidos /América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

KAPLAN, Marcos. *Formação do Estado Nacional na América Latina*. Rio de Janeiro: Ed.Eldorado, 1974.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 2006.

LAVAREDA, José Antônio. *A Democracia Nas Urnas: o Processo Partidário Eleitoral Brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1991.

LEIBRUNDER, Ana Paula. *O posicionamento da UDN sobre o projeto de reforma agrária do governo João Goulart (1963-1964): estratégias de silenciamento da polifonia enunciativa*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2007.

MAIGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Tradução Freda Indurski. 3 ed. Campinas, São Paulo: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

MELO, Demian Bezerra de. *O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos 60*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. 2009. 227 f.

MENANDRO, Heloísa. *O Comício das Reformas*. Dicionário Histórico e Bibliográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; FGV/CPDOC; FINEP, CPDOC/FGV, 1984.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O anticomunismo militar. In: *1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

_____. *A indústria do anticomunismo*. Anos 90. v. 9. n. 15, 2001.

_____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 7 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, 2007.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

POCOCK, John Greville Agard. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: USP, 2003.

RECALDE, José Ramón. *La Construcción de las naciones* Calle Plaza, Madrid: Siglo veintuno de Espana Editores, 1982.

REIS FILHO, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. v. 1.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas: 1882 – 1950: o primeiro governo Vargas*. Rio de Janeiro: Casa Jorge editorial, 2001.

RIBEIRO, José Augusto. *A Era Vargas, : 1950 – 1954: O segundo governo Vargas*. v. 2 Rio de Janeiro: Casa Jorge editorial, 2001.

_____. *A Era Vargas, : Agosto de 1954: A crise e a morte do presidente*. v.3. Rio de Janeiro: Casa Jorge editorial, 2001.

SANTOS, Ana Maria dos. Desenvolvimento, Trabalho e Reforma Agrária no Brasil: 1950-1964. *Revista Tempo*. n. 7, v. 4, Jul -.1999.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castello Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SKINNER, Quentin. A liberdade e o historiador. In: _____. *Liberdade antes do Liberalismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 83-95.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

TABAK, Fanny. *Ideologias / Populismo*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973. (Coleção América Latina).

TOLEDO, C. N. 1964: golpismo e a democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*. n.19, 2004.

TRANIN, Luiz Alexandre Kehdi. *O multipartidarismo no Brasil em dois momentos: 1945-1964 e 1985-2002*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. Dissertação (Mestrado) – UFRJ/IFCS/, 2006.

VERSIANI, Maria Helena. *Padrões e práticas na política carioca: os deputados federais eleitos pela Guanabara em 1962 e 1970*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS/PPGHS. Dissertação de Mestrado, 2007.

VILLA, M. A. *Jango, um perfil (1945-1964)*. São Paulo: Globo, 2004.

YAMAUTI, Nilson Nobuaki. *A questão da reforma agrária no governo João Goulart*. Maringá, v. 27, n.1, p. 69-86, 2005.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FONTES PESQUISADAS:

Biblioteca Nacional / Periódicos:

- O Correio da Manhã, Rio de Janeiro, de 31 de agosto de 1961 a 31 de março de 1964.
- Última Hora, Rio de Janeiro, de 31 de agosto de 1961 a 31 de março de 1964.

FONTES CONSULTADAS:

- O Globo, Rio de Janeiro em: setembro de 1961, maio de 1962, outubro de 1963 e março de 1964.
- FONTOURA, Carlos Alberto da. Carlos Alberto da Fontoura (depoimento, 1993). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 128 p. dat.
- BURNIER, João Paulo Moreira. João Paulo Moreira Burnier (depoimento, 1993). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 188p. dat.
- REIS, Gustavo Morais Rego. Gustavo Morais Rego Reis (depoimento, 1992) Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 144p. dat.
- ETCHEGOYEN, Cyro Guedes. Cyro Guedes Etchegoyen (depoimento, 1992/1993). Rio de Janeiro, CPDOC, 2005. 54p. dat.
- Folha de São Paulo, 5 de dezembro de 2009, pág. 26 caderno A. “EUA solaparam ditadura, diz brasilianista”.
- O Globo, 25 de janeiro de 2010, pág. 7. “Resgate”.

SITES:

- http://revistadiscentepghis.files.wordpress.com/2009/05/rachel-cardoso-depois-o-golpe_as_eleicoes-de-1962-no-clubemilitar.pdf.
- <http://cpdoc.fgv.br/>.

7. ANEXO A: Discurso do presidente João Goulart no comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964.

“Devo agradecer às organizações sindicais, promotoras desta grande manifestação, devo agradecer ao povo brasileiro por esta demonstração extraordinária a que assistimos emocionados, aqui nesta cidade do Rio de Janeiro. Quero agradecer, também, aos sindicatos que, de todos os Estados, mobilizaram os seus associados, dirigindo minha saudação a todos os patrícios, neste instante mobilizados em todos os recantos do País, e ouvindo o povo através do rádio ou da televisão.

Dirijo-me a todos os brasileiros, e não apenas aos que conseguiram adquirir instrução nas escolas. Dirijo-me também aos milhões de irmãos nossos que dão ao Brasil mais do que recebem e que pagam em sofrimento, pagam em miséria, pagam em privações, o direito de serem brasileiros e o de trabalhar de sol a sol pela grandeza deste País. Presidente de oitenta milhões de brasileiros, quero que minhas palavras sejam bem entendidas por todos os nossos patrícios. Vou falar em linguagem franca, que pode ser rude, mas é sincera e sem subterfúgios. É também a linguagem de esperança, de quem quer inspirar confiança no futuro, mas de quem tem a coragem de enfrentar sem fraquezas a dura realidade que vivemos.

Aqui estão os meus amigos trabalhadores, pensando na campanha de terror ideológico e de sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu Presidente, na presença das lideranças populares mais representativas deste País, que se encontram também conosco, nesta festa cívica.

Chegou-se a proclamar, trabalhadores brasileiros, que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático, como se no Brasil a reação ainda fosse dona da democracia, ou proprietária das praças e das ruas. Desgraçada democracia a que tiver de ser defendida por esses democratas. Democracia para eles não é o regime da liberdade de reunião para o povo. O que eles querem é uma democracia de um povo emudecido, de um povo abafado nos seus anseios, de um povo abafado nas suas reivindicações. A democracia que eles desejam impingir-nos é a democracia do antipovo, a democracia da anti-reforma, a democracia do anti-sindicato, ou seja, aquela que melhor atenda aos seus interesses ou aos dos grupos que eles representam. A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, a democracia da intolerância e do ódio. A democracia que eles querem, trabalhadores, é para liquidar com a Petrobrás, é a democracia dos monopólios, nacionais e internacionais, a democracia que pudesse lutar contra o povo, a democracia que levou o grande Presidente Vargas ao extremo sacrifício. Ainda ontem, eu afirmava no Arsenal de Marinha, envolvido pelo calor dos trabalhadores de lá, que a democracia jamais poderia ser ameaçada pelo povo, quando o povo livremente vem para as praças – as praças que são do povo. Para as ruas – que são do povo.

Democracia, trabalhadores, é o que o meu governo vem procurando realizar, como é do meu dever. Não só para interpretar os anseios populares, mas também para conquistá-los, pelo caminho do entendimento e da paz. Não há ameaça mais séria para a democracia do que a democracia que desconhece os direitos do povo. Não há ameaça mais séria à democracia do que tentar estrangular a voz do povo, dos seus legítimos líderes populares, fazendo calar as suas reivindicações. Estaríamos, assim, brasileiros, ameaçando o regime se nos mostrássemos surdos aos reclamos da Nação, desta Nação e desses reclamos que, de norte a sul, de leste a oeste, levantam o seu grande clamor pelas reformas de base e de estrutura, sobretudo pela reforma agrária, que será o complemento da abolição do cativo para dezenas de milhões de brasileiros que vegetam no interior, em revoltantes condições de miséria. Ameaça à democracia, enfim, não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é empulhar o povo brasileiro, é explorar os seus sentimentos cristãos, na mistificação de uma indústria do anticomunismo, insurgindo o povo até contra os grandes e iluminados ensinamentos dos grandes e santos Papas que informam notáveis pronunciamentos, das mais expressivas figuras do episcopado nacional. O inolvidável Papa João XXIII é que nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa humana exige, normalmente como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos. E dentro desta autêntica doutrina que o Governo brasileiro vem procurando situar sua política social, particularmente no que diz respeito à nossa realidade agrária.

O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios condenados para o Santo Padre, nem também, brasileiros, os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo e as suas aspirações mais legítimas. Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças. Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria.

Àqueles que reclamam do Presidente da República uma palavra tranqüila para a Nação, àqueles que em todo o Brasil nos ouvem nesta oportunidade, o que eu posso dizer é que só conquistaremos a paz social através da justiça social. Perdem seu tempo aqueles que imaginam que o Governo seria capaz de sufocar a voz do povo ou de abafar as suas reivindicações. Perdem seu tempo, também, os que temem que o Governo passe a empreender uma ação subversiva na defesa de interesses políticos ou pessoais, como perdem também seu tempo os que esperam deste Governo uma ação repressiva dirigida contra o povo, contra os seus direitos ou contra as suas reivindicações. Ação repressiva, trabalhadores, é a que o

Governo está praticando e vai ampliar cada vez mais e mais implacavelmente, aqui na Guanabara e em outros Estados, contra aqueles que especulam contra as dificuldades do povo, contra os que exploram o povo, que sonham gêneros alimentícios ou que jogam com seus preços.

Ainda ontem, dentro de associações de cúpula de classes conservadoras, ibadianos de ontem levantavam a voz contra o Presidente pelo crime de defender o povo contra os que o exploram na rua e em seus lares, através da exploração e da ganância. Mas não tiram o sono as manifestações de protestos dos gananciosos, mascaradas de frases patrióticas, mas que, na realidade, traduzem suas esperanças e seus propósitos de restabelecer impunidade para suas atividades antipopulares e anti-sociais. Por outro lado, não receio ser chamado de subversivo pelo fato de proclamar – e tenho proclamado e continuarei proclamando nos recantos da Pátria – a necessidade da revisão da Constituição. Há necessidade, trabalhadores, da revisão da Constituição da nossa República, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios do desenvolvimento desta Nação. A Constituição atual, trabalhadores, é uma Constituição antiquada, porque legaliza uma estrutura sócio-econômica já superada; uma estrutura injusta e desumana. O povo quer que se amplie a democracia, quer que se ponha fim aos privilégios de uma minoria; que a propriedade da terra seja acessível a todos; que a todos seja facilitado participar da vida política do País, através do voto, podendo votar e podendo ser votado; que se impeça a intervenção do poder econômico nos pleitos eleitorais e que seja assegurada a representação de todas as correntes políticas, sem quaisquer discriminações, ideológicas ou religiosas.

Todos, todos os brasileiros, todos têm o direito à liberdade de opinião, de manifestar também sem temor seu pensamento. É um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na própria Carta das Nações Unidas, e que temos o dever de assegurar a todos os brasileiros. Está nisso, trabalhadores, está nisso, povo brasileiro, o sentido profundo desta grande e incalculável multidão que presta, neste instante, sua manifestação ao Presidente, que vem também prestar-lhe conta de seus problemas, mas também de suas atitudes e de suas convicções nas lutas que vem enfrentando, luta contra as forças poderosas, mas confiando sempre na unidade do povo e das classes trabalhadoras, unidade que há de encurtar o caminho da nossa emancipação. É apenas de se lamentar que parcelas ainda ponderáveis que tiveram acesso à instrução superior continuem insensíveis, de olhos e ouvidos fechados à realidade nacional. São, certamente, trabalhadores, os piores surdos e os piores cegos, porque poderão, com tanta surdez e com tanta cegueira, ser, amanhã, responsáveis, perante a História, pelo

sangue brasileiro que possa ser derramado, ao pretenderem levantar obstáculos à caminhada do Brasil e à emancipação do povo brasileiro.

De minha parte, à frente do Poder Executivo, tudo continuarei fazendo para que o processo democrático siga o caminho pacífico, para que sejam derrubadas as barreiras que impedem a conquista de novas etapas e do progresso. E podeis estar certos, trabalhadores, de que juntos, Governo e povo, operários, camponeses, militares, estudantes, intelectuais e patrões brasileiros que colocam os interesses da Pátria acima de seus interesses, haveremos de prosseguir, e prosseguir de cabeça erguida, a caminhada da emancipação econômica e de emancipação social do País. O nosso lema, o nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade. A maioria dos brasileiros já não se conforma com a ordem social imperfeita, injusta e desumana. Os milhões que nada têm impacientam-se com a demora, já agora quase insuportável, em receber os dividendos de um progresso tão duramente construído, mas construído também com o esforço dos trabalhadores e o sacrifício dos humildes. Vamos continuar lutando pela construção de novas usinas, pela abertura de novas estradas, pela implantação de mais fábricas, de novas escolas, de hospitais para o povo sofredor; mas sabemos, trabalhadores, que nada disso terá sentido profundo se ao homem não for assegurado o sagrado direito ao trabalho e a uma mais justa participação no desenvolvimento nacional.

Não, trabalhadores; não, brasileiros. Sabemos muito bem que de nada vale ordenar a miséria neste País. Nada adianta dar-lhe aquela aparência bem-comportada com que alguns pretendem iludir e enganar o povo brasileiro. Meus patrícios, a hora é a hora da reforma, brasileiros, reforma de estrutura, reforma de métodos, reforma de estilo de trabalho e reforma de objetivo para o povo brasileiro. Já sabemos que não é mais possível produzir sem reformar, que não é mais possível admitir que esta estrutura ultrapassada possa realizar o milagre da salvação nacional, para milhões e milhões de brasileiros, da portentosa civilização industrial, porque dela conhecem apenas a vida cara, as decepções, o sofrimento e as ilusões passadas. O caminho das reformas é o caminho do progresso e da paz social. Reformar, trabalhadores, é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada, inteiramente superada pela realidade dos momentos em que vivemos.

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA. Assinei-o, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro.

O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores de terra, que se apoderaram das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo, que custou setenta bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo. Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos da dívida pública e a longo prazo. Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma agrária, como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro, é negócio agrário, que interessa apenas ao latifundiário, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro. Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica. Sem emendar a Constituição, que tem acima dela o povo, poderemos ter leis agrárias honestas e bem-intencionadas, mas nenhuma delas capaz de modificações estruturais profundas.

Graças à colaboração, patriótica e técnica das nossas gloriosas Forças Armadas, em convênios realizados com a SUPRA, graças a essa colaboração, meus patrícios, espero que dentro de menos de sessenta dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios ao lado das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com sacrifício da Nação. E, feito isto, os trabalhadores do campo já poderão, então, ver concretizada, embora em parte, a sua mais sentida e justa reivindicação, aquela que lhes dará um pedaço de terra para cultivar. Aí, então, o trabalhador e a sua família irão trabalhar para si próprios, porque até aqui eles trabalham para o dono da terra, a quem entregam, como aluguel, metade de sua produção. E não se diga, trabalhadores, que há meio de se fazer a reforma sem mexer a fundo na Constituição. Em todos os países civilizados do mundo já foi suprimida do texto constitucional aquela parte que obriga a desapropriação por interesse social, a pagamento prévio, a pagamento em dinheiro. No Japão de pós-guerra, há quase vinte anos, ainda ocupado pelas forças aliadas vitoriosas, sob o patrocínio do comando vencedor, foram distribuídos dois milhões e meio de hectares das melhores terras do país, com indenizações pagas em bônus com vinte e quatro anos de prazo, juros de 3,65% ao ano. E quem é que se lembrou de chamar o General MacArthur de

subversivo ou extremista? Na Itália, ocidental e democrática, foi distribuído um milhão de hectares, em números redondos, na primeira fase de uma reforma agrária cristã e pacífica iniciada há quinze anos. Cento e cinquenta mil famílias foram beneficiadas. No México, durante os anos de 1932 a 1945, foram distribuídos trinta milhões de hectares, com pagamento das indenizações em títulos da dívida pública, vinte anos de prazo, juros de 5% ao ano, e desapropriação dos latifúndios com base no valor fiscal. Na Índia foram promulgadas leis que determinam a abolição da grande propriedade mal-proveitada, transferindo as terras para os camponeses. Essas leis abrangem cerca de sessenta e oito milhões de hectares, ou seja, a metade da área cultivada da Índia. Portanto, não existe argumento capaz de poder afirmar que no Brasil, uma nação jovem que se projeta para o futuro, não se possa também fazer a reforma da Constituição para a reforma agrária autêntica e verdadeira.

A reforma agrária não é capricho de um Governo ou programa de um partido. É produto da inadiável necessidade de todos os povos do mundo. Aqui, no Brasil, constitui a legenda mais viva da esperança do nosso povo, sobretudo daqueles que labutam no campo. A reforma agrária é também uma imposição progressista do mercado interno, que necessita aumentar a sua produção para sobreviver. Os tecidos e os sapatos sobram nas prateleiras das lojas e as nossas fábricas estão produzindo muito abaixo de sua capacidade. Ao mesmo tempo em que isso acontece, as nossas populações mais pobres vestem farrapos e andam descalças, porque não têm dinheiro para comprar. Assim, a reforma agrária é indispensável, não só para aumentar o nível de vida do homem do campo, mas, também, para dar mais trabalho às indústrias, e melhor remuneração ao trabalhador urbano. Interessa, por isso, também a todos os industriais e aos comerciantes. A reforma agrária é necessária, enfim, à nossa vida social e econômica, para que o País possa progredir, em sua indústria e no bem-estar do seu povo. Como garantir o direito de propriedade autêntica quando, dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra, no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários? O que estamos pretendendo fazer no Brasil, pelo caminho da reforma agrária, não é diferente, pois, do que se fez em todos os países desenvolvidos do mundo. É uma etapa de progresso que precisamos conquistar e haveremos de conquistar.

Esta manifestação deslumbrante que presenciamos é um testemunho vivo de que a reforma agrária será conquistada para o povo brasileiro. O próprio custo da produção, trabalhadores, o próprio custo dos gêneros alimentícios está diretamente subordinado às relações entre o homem e a terra. Num país em que se paga aluguéis da terra que sobem a mais de 50% da produção obtida daquela terra, não pode haver gêneros baratos, não pode haver tranquilidade social. No meu Estado, por exemplo, o Estado do Deputado Leonel

Brizola, 65% da produção de arroz são obtidos em terras alugadas e o arrendamento ascende a mais de 55% do valor da produção. O que ocorre no Rio Grande é que um arrendatário de terras para o plantio de arroz paga, em cada ano, o valor total da terra que ele trabalhou, para o proprietário. Esse inquilinato rural desumano e medieval é o grande responsável pela produção insuficiente e cara que torna insuportável o custo de vida para as classes populares em nosso País. A reforma agrária só prejudica a uma minoria de insensíveis, que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida. E é claro, trabalhadores, que só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos começar a reforma agrária, para atender aos anseios do povo, nos Estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento.

Governo nenhum, trabalhadores, povo nenhum, por maior que seja o seu esforço, e até mesmo o seu sacrifício, poderá enfrentar o monstro inflacionário que devora os salários, que inquieta o povo assalariado, se não forem efetuadas as reformas de estrutura e de base exigidas pelo povo e reclamadas pela Nação. Tenho autoridade para lutar pela reforma da atual Constituição, porque esta reforma é indispensável e porque o seu objetivo único e exclusivo é abrir o caminho para a solução harmônica dos problemas que afligem o nosso povo. Não me animam, trabalhadores – e é bom que a Nação me ouça –, quaisquer propósitos de ordem pessoal. Os grandes beneficiários das reformas serão, acima de todos, o povo brasileiro e os governos que me sucederem. A eles, trabalhadores, desejo entregar uma Nação engrandecida, emancipada e cada vez mais orgulhosa de si mesma, por ter resolvido mais uma vez, e pacificamente, os graves problemas que a História nos legou.

Dentro de 48 horas vou entregar à consideração do Congresso Nacional a mensagem presidencial deste ano. Nela, estão claramente expressas as intenções e os objetivos deste Governo. Espero que os senhores congressistas, em seu patriotismo, compreendam o sentido social da ação governamental, que tem por finalidade acelerar o progresso deste País e assegurar aos brasileiros melhores condições de vida e trabalho, pelo caminho da paz e do entendimento, isto é, pelo caminho reformista, pacífico e democrático. Mas estaria faltando ao meu dever se não transmitisse, também, em nome do povo brasileiro, em nome destas cento e cinquenta ou duzentas mil pessoas que aqui estão, caloroso apelo ao Congresso Nacional para que venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente, para melhores dias.

Mas também, trabalhadores, quero referir-me a um outro ato que acabo de assinar, interpretando os sentimentos nacionalistas deste País. Acabei de assinar, antes de dirigir-me para esta grande festa cívica, o decreto de encampação de todas as refinarias particulares. A partir de hoje, trabalhadores brasileiros, a partir deste instante, as refinarias de Capuava, Ipiranga, Manguinhos, Amazonas e Destilaria Rio-Grandense passam a pertencer ao povo, passam a pertencer ao patrimônio nacional.

Procurei, trabalhadores, depois de estudos cuidadosos elaborados por órgãos técnicos, depois de estudos profundos, procurei ser fiel ao espírito da Lei n.º 2.004, lei que foi inspirada nos ideais patrióticos e imortais de um brasileiro que também continua imortal em nossa alma e nosso espírito. Ao anunciar, à frente do povo reunido em praça pública, o decreto de encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, desejo prestar homenagem de respeito àquele que sempre esteve presente nos sentimentos do nosso povo, o grande e imortal Presidente Getúlio Vargas. O imortal e grande patriota tombou, mas o povo continua a caminhada, guiado pelos seus ideais. E eu, particularmente, vivo hoje momento de profunda emoção ao poder dizer que, com este ato, soube interpretar o sentimento do povo brasileiro. Alegro-me ver, também, o povo reunido para prestigiar medidas como esta, da maior significação para o desenvolvimento do País e que habilita o Brasil a aproveitar melhor as suas riquezas minerais, especialmente as riquezas criadas pelo monopólio do petróleo. O povo estará sempre presente nas ruas e nas praças públicas, para prestigiar um Governo que pratica atos como estes, e também para mostrar às forças reacionárias que há de continuar a sua caminhada, no rumo da emancipação nacional. Na mensagem que enviei à consideração do Congresso Nacional estão igualmente consignadas duas outras reformas que o povo brasileiro reclama, porque é exigência do nosso desenvolvimento e da nossa democracia. Refiro-me à reforma eleitoral, à reforma ampla que permita a todos os brasileiros maiores de 18 anos ajudar a decidir dos seus destinos, que permita a todos os brasileiros que lutam pelo engrandecimento do País influir nos destinos gloriosos do Brasil. Nesta reforma, pugnamos pelo princípio democrático, princípio democrático fundamental, de que todo alistável deve ser também elegível.

Também está consignada na mensagem ao Congresso a reforma universitária, reclamada pelos estudantes brasileiros, pelos universitários, classe que sempre tem estado corajosamente na vanguarda de todos os movimentos populares e nacionalistas. Ao lado dessas medidas e desses decretos, o Governo continua examinando outras providências de fundamental importância para a defesa do povo, especialmente das classes populares.

Dentro de poucas horas, outro decreto será dado ao conhecimento da Nação. É o que vai regulamentar o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupados, preços que chegam a afrontar o povo e o Brasil, oferecidos até mediante o pagamento em dólares. Apartamento, no Brasil, só pode e só deve ser alugado em cruzeiros, que é dinheiro do povo e a moeda deste País. Estejam tranqüilos que dentro em breve esse decreto será uma realidade. E realidade há de ser também a rigorosa e implacável fiscalização para que seja cumprido. O Governo, apesar dos ataques que tem sofrido, apesar dos insultos, não recuará um centímetro sequer na fiscalização que vem exercendo contra a exploração do povo. E faço um apelo ao povo para que ajude o Governo na fiscalização dos exploradores do povo, que são também exploradores do Brasil. Aqueles que desrespeitarem a lei, explorando o povo – não interessa o tamanho de sua fortuna, nem de seu poder, esteja ele em Olaria ou na Rua do Acre – hão de responder perante a lei pelo seu crime.

Aos servidores públicos da Nação, aos médicos, aos engenheiros do serviço público, que também não me têm faltado com o seu apoio e o calor de sua solidariedade, posso afirmar que suas reivindicações justas estão sendo objeto de estudo final e que em breve serão atendidas. Atendidas porque o Governo deseja cumprir o seu dever com aqueles que permanentemente cumprem o seu para com o País.

Ao encerrar, trabalhadores, quero dizer que me sinto reconfortado e retemperado para enfrentar a luta que tanto maior será contra nós quanto mais perto estivermos do cumprimento do nosso dever. À medida que esta luta apertar, sei que o povo também apertará sua vontade contra aqueles que não reconhecem os direitos populares, contra aqueles que exploram o povo e a Nação. Sei das reações que nos esperam, mas estou tranqüilo, acima de tudo porque sei que o povo brasileiro já está amadurecido, já tem consciência da sua força e da sua unidade, e não faltará com o seu apoio às medidas de sentido popular e nacionalista. Quero agradecer, mais uma vez, esta extraordinária manifestação, em que os nossos mais significativos líderes populares vieram dialogar com o povo brasileiro, especialmente com o bravo povo carioca, a respeito dos problemas que preocupam a Nação e afligem todos os nossos patrícios.

Nenhuma força será capaz de impedir que o Governo continue a assegurar absoluta liberdade ao povo brasileiro. E, para isto, podemos declarar, com orgulho, que contamos com a compreensão e o patriotismo das bravas e gloriosas Forças Armadas da Nação. Hoje, com o alto testemunho da Nação e com a solidariedade do povo, reunido na praça que só ao povo pertence, o Governo, que é também o povo e que também só ao povo pertence, reafirma os seus propósitos inabaláveis de lutar com todas as suas forças pela reforma da sociedade brasileira. Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral

ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil”.

8. ANEXO B: Trechos do discurso de Leonel Brizola no comício da Central do Brasil:

“(…)

Este é o encontro do povo com o governo, encontro com esta multidão e com os milhões que através de seus rádios, do recesso de seus lares, estão presentes não apenas para aplaudir, mas para dialogar com o governo. Se fosse apenas para aplaudir, não seríamos um povo independente, mas um rebanho de ovelhas. O povo está aqui para clamar, para reivindicar, para exigir e para declarar a sua inconformidade com a situação que estamos vivendo.

Saldamos o governo pelo seu gesto democrático, porque é realmente raro um governante descer para o diálogo com o povo. Estamos certos que o Presidente não veio esta noite apenas para falar, mas para ouvir e para ceder ao povo brasileiro, para ceder a esta pressão, que não é pressão, é a voz que vem da fonte de todo o poder, é a pressão popular, a que com honra um governante se submete.

Quero salientar e aplaudir estes dois atos que devem deflagrar um processo de transformação em nosso país: o decreto da Supra e o de decreto de desapropriação das refinarias de petróleo.

Povo e governo em um país como o nosso devem constituir uma unidade. Unidade esta que já existiu em agosto de 1961, quando o povo praticamente de fuzil na mão, repeliu o golpismo que nos ameaçava e garantiu os nossos direitos. A unidade, esta que já existiu no plebiscito de janeiro de 1963, quando mais de 10 milhões de brasileiro exigiram o fim do parlamentarismo e a realização imediata das reformas. Quando uma multidão se reúne como nesta noite, isto significa um grito do povo nos caminhos de sua libertação, em verdade, se conseguirmos, hoje, a restauração daquela unidade, o Presidente poderá proclamar através da manifestação do povo, as origens de seu governo e, para isso, será suficiente que ponha fim à política de conciliação e organize um governo realmente democrático, popular e nacionalista. Pode ser que neste momento a minha palavra esteja sendo impugnada, podem julgar que as minhas credenciais não sejam suficientes, mas o meu lugar é ao lado do povo, interpretando as suas aspirações, é por isso que estou como um de seus autênticos representantes.

Chegamos a um impasse na vida de nosso país, o brasileiro não suporta mais as suas atuais condições de vida, hoje até as liberdades democráticas estão ameaçadas. Vimos em

Belo Horizonte, em São Paulo e no Rio Grande do Sul: um governo reacionário está queimando ranchos de camponeses. O que também se passa no Estado da Guanabara é uma prova desta ameaça, pois a Guanabara é governada por um energúmeno. Tanto isso é verdade que o próprio Presidente da República, para poder falar em praça pública, precisou mobilizar as valorosas Forças Armadas.

Não podemos continuar nesta situação, o povo está exigindo uma saída. Mas o povo olha para um dos poderes da república que é o Congresso Nacional e ele diz não, porque é um poder controlado por uma maioria de latifundiários reacionários, privilegiados e de ibadianos. É um Congresso que não dará mais nada ao povo brasileiro; o atual Congresso não mais se identifica com as aspirações do povo brasileiro. E aqui vai uma palavra daquele que deseja apenas uma saída para o trágico impasse a que chegamos, a palavra de quem quer ver o país livre da espoliação internacional, como está escrito na carta-testamento de Getúlio Vargas. E o Executivo? Os poderes da República, até agora, com suas perplexidades e seus antagonismos, não decidem. Por que não conferir a decisão ao povo brasileiro? Dirão que isto é ilegal, dirão que isto é subversivo, dirão que isto é inconstitucional. Por que, então, não resolvem a dúvida através de um plebiscito?

Viram que o povo votará pela derrogação do atual Congresso, dirão que isto é continuísmo, mas já ouvi pessoalmente do Presidente da República a sua palavra, assegurando que se não fosse decidida neste país a realização de eleições para uma Constituinte sem a participação dos grupos econômicos e da imprensa alienada, mas com o voto dos analfabetos, dos soldados e cabos, e com uma imprensa democratizada, ele, Presidente, encerraria o seu mandato.

A partir, desses dois atos, assinatura do decreto da Supra e do que encampa as refinarias particulares, se desencadeará por todo esse país a violência. O problema é dar mais liberdade para o povo, pois quanto mais liberdade o povo tiver, maior supremacia exercerá sobre as minorias dominantes e reacionárias que se associam ao processo de espoliação de nosso país. Nosso caminho é pacífico, mas saberemos responder à violência com violência. Quem tem o povo ao seu lado, nada tem a temer”.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)